

A CONQUISTA DO RIO RUIM: A PARAÍBA NA MONARQUIA HISPÂNICA (1570-1630)

Sylvia Brandão Ramalho de Brito

Director: Prof. Dr. José Manuel Santos



Tesis presentada para cumplir con los requisitos necesarios para obtener el título de Doctor en Historia del Programa de Doctorado en Historia Medieval, Moderna, Contemporánea y de América realizada bajo la dirección científica del Prof. Dr. José Manuel Santos Pérez.

Doctoranda: Sylvia Brandão Ramalho de Brito

Director: Prof. Dr. José Manuel Santos

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível graças ao apoio financeiro da CAPES, instituição a quem sou grata. Devo ter pertencido à última leva de investigadores das Ciências Humanas que receberam bolsas para realizar o Doutorado Pleno no Exterior. Os tempos hoje no Brasil são outros e nos mostram que democracia é uma construção permanente, que deve ser aperfeiçoada e protegida. Agradeço ao meu orientador, José Manuel Santos, pela orientação arguta e séria, pelos questionamentos desafiadores e pela confiança no meu trabalho. À professora Kalina Vanderlei Silva, pelo apoio valioso desde a submissão do projeto de pesquisa. Foram muitas as instituições (universidades, bibliotecas e arquivos), nos dois lados do Atlântico, que contribuíram para a realização desta tese. Ao professor Pedro Cardim, pelo auxílio durante o estágio de pesquisa em Portugal e pelos caminhos sugeridos nos arquivos. Aos amigos pertencentes ao grupo de estudos “A Conquista do Rio Ruim”, coordenado pela professora Regina Célia Gonçalves, na Universidade Federal da Paraíba, onde tudo começou. Aos companheiros do grupo de investigação BRASILHIS, da Universidade de Salamanca e de outras universidades brasileiras: Irene Vicente Martín, Pablo Cañón, Sergio Moreta, Janaína Guimarães, Bruno Miranda, Hugo Coelho, Rafaela Franklin, Elenize Trindade e tantos mais. Será impossível nomear todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta investigação. De qualquer forma, agradeço o apoio incondicional de um conjunto de pessoas especiais que, ao longo desses anos de doutoramento, fizeram parte da “música” que me acompanhou nas longas horas de leitura e escrita. A todos, o meu mais profundo reconhecimento. Agradeço ainda aos meus pais, por me lembrarem da minha força quando eu mesma esqueço. Às minhas irmãs, Fernanda, Flávia e Marina. Ao meu companheiro, Carlos Moreira González, pelo amor e apoio constante. À minha filha Sofia, minha maior entusiasta, por confiar que o mundo é bom quando a travessia é feita de afetos. Finalmente, ao meu filho Luis, a criança mais valente que conheço, que tem vencido todos os desafios e anda por aí, a colorir o caminho com ternura e força, espalhando sementes de um mundo novo e diverso. Avante!

“Este foi o estilo do Brasil, ir assim (pela guerra) ganhando a terra aos inimigos.”

Sumário das Armadas, c. 1589.

“Haveis de saber que o Brasil é praça do mundo.”

Dialogo das grandezas do Brazil, 1618.

“Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.”

“Sobre o Conceito de História”, Walter Benjamin

RESUMEN

Durante mucho tiempo, la conquista de Paraíba fue entendida como una empresa realizada por la Corona portuguesa o, como apuntan estudios más recientes, una empresa predominantemente “privada”, iniciada por los habitantes de Pernambuco, ante una supuesta inacción de la Monarquía. Nuestro objetivo es insertar la conquista de Paraíba en un contexto histórico más amplio, vinculado a la consolidación de la Monarquía Hispánica en la América portuguesa. La ocupación de la región respondió a una demanda principal: la posición geográfica de Paraíba, el punto más oriental del continente americano, sería determinante para levantar las defensas de la que se consideraba la última frontera hacia el Perú. Además de las inversiones materiales realizadas por los “moradores” locales, lo que solía pasar en las plazas portuguesas, Paraíba recibió fondos de la Hacienda Real (no solo para gastos de defensa naval) e inversiones aportadas por capitales extranjeros europeos. Con esto pretendemos demostrar que el punto neurálgico de la defensa de Brasil, al menos en los primeros años del siglo XVII, estuvo en Paraíba. La ocupación de ese territorio fue una de las iniciativas prioritarias de la dinámica de los Habsburgo para el Atlántico, proyecto que se puede deducir del análisis de la documentación oficial y también de fuentes, referentes al período filipino, que aún no habían sido exploradas. La participación de los españoles en la conquista de Paraíba fue algo nunca visto “en las otras conquistas que se hicieron en todo este Estado”, como escribió el cronista Ambrósio Fernandes Brandão. Con esta tesis pretendemos enfatizar la importancia de estudiar el mundo atlántico con todos sus vínculos, un espacio que no estaba desconectado de la historia americana o europea, sino que lo integraba, como uno de los pilares del sistema del que formaba parte.

Palabras clave: Atlántico; Monarquía Hispánica; Unión Ibérica; Capitanía de Paraíba.

RESUMO

Durante muito tempo, a conquista da Paraíba foi entendida como uma empresa concretizada pela Coroa portuguesa ou, como apontado em estudos mais recentes, um empreendimento predominantemente “privado”, encetado pelos moradores de Pernambuco, diante de uma suposta inércia da Monarquia. É nosso objetivo inserir a conquista da Paraíba em um contexto histórico mais abrangente, conectado à consolidação da Monarquia Hispânica na América portuguesa. A ocupação da região respondia a uma demanda principal: a posição geográfica da Paraíba, ponto mais oriental do continente americano, seria decisiva na montagem das defesas daquela que era considerada a última fronteira em direção ao Peru. Além das inversões materiais feitas pelos locais, o que habitualmente ocorria nas praças portuguesas, a Paraíba recebeu recursos da Fazenda Real (não apenas para gastos com a defesa naval) e investimentos aportados pelo capital estrangeiro europeu. Com isso, pretendemos demonstrar que o ponto nevrálgico da defesa do Brasil, pelo menos nos primeiros anos do século XVII, estava na Paraíba. A ocupação daquele território foi uma das iniciativas prioritárias da dinâmica dos Habsburgo para o Atlântico, projeto que pode ser deduzido a partir da análise da documentação oficial e também de fontes, referentes ao período filipino, que ainda não haviam sido exploradas. A conquista da Paraíba foi um empreendimento híbrido que contou com os serviços de militares europeus, indígenas, homens reunidos pelas autoridades régias, confluindo anseios locais e interesses institucionais. A participação de espanhóis na conquista da Paraíba foi algo nunca visto “nas demais conquistas que se fizeram por todo este Estado”, como escreveu Ambrósio Fernandes Brandão. Com esta tese, pretendemos ressaltar a importância de se estudar o mundo atlântico com todas as suas vinculações, um espaço que não estava desconexo da história americana ou europeia, mas que a integrava, como um dos pilares do próprio sistema do qual fazia parte.

Palavras-chave: Atlântico; Monarquia Hispânica; União Ibérica; Capitania da Paraíba.

ABSTRACT

For a long time, the conquest of Paraíba was understood as an initiative implemented by the Portuguese Crown or, as pointed out in more recent studies, a predominantly “private” enterprise, initiated by the inhabitants of Pernambuco, upon a supposed inaction of the Monarchy. Our objective is to insert the conquest of Paraíba in a broader historical context, connected to the consolidation of the Hispanic Monarchy in Portuguese America. The occupation of the region responded to a main demand: the geographical position of Paraíba, the easternmost point of the American continent, would be decisive in setting up the defenses of what was considered the last frontier towards Peru. In addition to the material investments made by the locals, which usually occurred in Portuguese “praças”, Paraíba received funds from Fazenda Real (not only for expenses with naval defense) and investments contributed by European foreign capital. With this, we intend to demonstrate that the neuralgic of the defense of Brazil, at least in the first years of the 17th century, was in Paraíba. The occupation of that territory was one of the priority initiatives of the Habsburg dynamics for the Atlantic, a project that can be deduced from the analysis of the official documentation and from sources that had not yet been explored. The conquest of Paraíba was a hybrid enterprise that counted on the services of European military, indigenous people, men gathered by royal authorities, converging local and institutional interests. The participation of Spaniards in the conquest of Paraíba was something never seen “in the other conquests that were made throughout this State”, as the chronicler Ambrósio Fernandes Brandão wrote. With this thesis, we intend to emphasize the importance of studying the Atlantic world with all its links, a space that was not disconnected from American or European history, but that integrated it, as one of the pillars of the system of which it was part.

Keywords: Atlantic; Hispanic Monarchy; Iberian Union; Captaincy of Paraíba.

LISTA DE MAPAS

• Mapa 1: Atlas Miller, Terra Brasilis, 1519.....	56
• Mapa 2: <i>The Atlantic Ocean with the coasts of Africa and Brazil</i> , 1547.....	58
• Mapa 3: <i>Northeastern South America</i> , 1547.....	59
• Mapa 4: Demonstração da Costa da Paraíba até Rio Grande, 1646.....	80
• Mapa 5: Demonstração da Costa da Paraíba até Rio Grande II, 1646.....	81
• Mapa 6: <i>Charta Cosmographica</i> , 1545.....	85
• Mapa 7: Atlas de Kunstmann.....	100
• Mapa 8: <i>Descriptionis Ptolemaicae augmentum siue Occidentis notitia</i>	113
• Mapa 9: Jornada de Diego Flores em direção à Paraíba.....	141
• Mapa 10: Viagem de retorno da Expedição de Flores para a Espanha.....	161
• Mapa 11: Viagens de Pedro Poti entre o Brasil e a Holanda.....	219
• Mapa 12: Viagens de Antonio Paraupaba entre o Brasil e a Holanda.....	222
• Mapa 13: Capitanias do Brasil (Joan Blaeu), 1640.....	256
• Mapa 14: Núcleo urbano da cidade de Philipea, 1609.....	272
• Mapa 15: Atlas Maior, Marcgraf.....	291
• Mapa 16: <i>Atlas de las costas y de los puertos...</i> , posterior a 1635.....	293
• Mapa 17: Viagens de Pedro Cadena entre 1620-1635.....	354
• Mapa 18: Viagens de Constantino Cadena entre 1625-1638.....	356
• Mapa 19: Estuário do Rio Paraíba, 1647.....	381
• Mapa 20: <i>Afbeelding der stadt en fortressen van Parayba</i> , 1634.....	382

LISTA DE GRAVURAS E GRÁFICOS

• Detalhe do mapa Terra Brasilis, 1519.....	57
• Abate, corte e transporte do pau-brasil, século XVI.....	63
• A exploração do pau-brasil, 1558.....	69
• Indígena Tabajara, 1614.....	71
• Relato de Hans Staden sobre “Buttugaris”, 1557.....	77
• Nordeste brasileiro, <i>Charta Cosmographica</i> , 1545.....	85
• Assinatura de Diego Flores de Valdés.....	145
• Homem Tupi, 1643. Mulher Tupi, 1641.....	209
• Panfleto de Pedro Poti, 1645.....	220
• Forte de Cabedelo, 1609.....	268
• Detalhe da cidade de Filipeia, 1609.....	273
• <i>Ostium fluminis Paraybae</i> , 1638.....	274
• Triângulo de defesa na Paraíba, Atlas Vingboons.....	289
• “ <i>Ingeniam van George de Lopes brãdon</i> ”, 1635.....	291
• <i>Ostium fluminis Paraybae II</i>	295
• Detalhe colorido de <i>Ostium Flumines Paraybae</i>	295
• Gráfico de relações comerciais de Giovani Rovellasca.....	337
• Gráfico de relações de João Nunes Correia.....	341
• Gráfico de relações de Pedro Cadena.....	357

LISTA DE TABELAS

• Tabela 1: Relação dos componentes da Armada do Estreito.....	126
• Tabela 2: Criação de cidades no Brasil até 1640.....	262
• Tabela 3: Fortes da Capitania da Paraíba (séculos XVI/XVII).....	292
• Tabela 4: Despesas com a Fazenda na Capitania da Paraíba.....	314
• Tabela 5: Valor do contrato dos dízimos (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande).....	315
• Tabela 6: Discriminação dos gastos por rubrica na Capitania da Paraíba.....	320
• Tabela 7: Comparativo Receitas/Despesas na Bahia, Pernambuco e Paraíba.....	322
• Tabela 8: Demonstrativo das despesas da Capitania da Paraíba, 1617.....	323
• Tabela 9: Evolução das despesas da Capitania da Paraíba, 1612-1617.....	324
• Tabela 10: Relação de Engenhos da Paraíba, 1609.....	362
• Tabela 11: Relação de Engenhos da Paraíba, 1623.....	374
• Tabela 12: Governantes da Capitania da Paraíba, 1584-1640.....	389
• Tabela 13: Governadores do Estado do Brasil, 1580-1640.....	460
• Tabela 14: Estrutura Burocrática (Fazenda, Justiça, Guerra e Câmara) na Capitania da Paraíba, 1580-1630.....	461

SUMÁRIO

Lista de Mapas.....	7
Lista de Gravuras e Gráficos.....	8
Lista de Tabelas.....	9
 INTRODUÇÃO.....	 14
1. Aproximações a uma história transatlântica.....	14
2. Uma história regional, uma história local.....	22
3. Escolhas narrativas e referencial teórico.....	33
4. Objetivos e fontes.....	43
 CAPÍTULO 1 - <i>La terre du Brésil: contrabando e guerras de conquista</i>	 54
1. Os franceses e o pau-brasil.....	54
2. Paraíba, o “porto dos franceses”.....	72
3. Terra dos Potiguara.....	83
4. As lutas contra os Potiguara e os franceses.....	95
 CAPÍTULO 2 - Do Estreito de Magalhães à Paraíba.....	 114
1. O Estreito e a Navegação do <i>Mar del Sur</i>	114
2. A Armada do Estreito.....	120
3. A jornada.....	128
4. A jornada rumo à Paraíba.....	132
5. A jornada da Paraíba na historiografia.....	141
6. No Teatro da Guerra.....	145
7. O Forte de <i>San Phelipe y Sanctiago</i>	159

CAPÍTULO 3 - Um território de conquista, um território de conflito.....	173
1. Os indígenas na tradição historiográfica.....	173
2. Uma empresa em construção: “ <i>Arrogancia portuguesa, soberbia castellana</i> ”	180
3. Nova configuração de forças na Paraíba.....	191
4. A resistência Potiguara.....	199
5. A questão indígena e a administração das aldeias.....	224
 CAPÍTULO 4 - A Capitania da Paraíba e a empreitada atlântica.....	 240
1. Terras do Rio Paraíba: da Capitania de Itamaracá a uma Capitania da Coroa.....	240
2. Capitania da Paraíba e sujeição política.....	254
3. Fortes e gente de guerra.....	264
4. Navegação e defesa costeira.....	296
5. Administração fazendária.....	308
 CAPÍTULO 5 - Fronteiras atlânticas: Brasil, praça do mundo.....	 328
1. Trajetórias econômicas.....	330
1.1. Um império em movimento: itinerários particulares, vínculos globais.....	330
1.2. As faces da elite colonial: oportunidades e negócios.....	358
2. Trajetórias políticas.....	383
2.1. Filipeia: homens de governança e arsenal de interesses.....	383
3. Trajetórias arbitristas.....	408
3.1. As grandezas do Brasil.....	408
3.2. A palavra a serviço da Monarquia.....	421
 CONCLUSÕES.....	 433
 ANEXOS.....	 444
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 475

SIGLAS

ACA – Archivo de la Corona de Aragón

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AGI – Archivo General de Indias, Sevilha

AGS – Archivo General de Simancas, Simancas

AHN – Archivo Histórico Nacional, Madri

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

BA – Biblioteca da Ajuda, Lisboa

BNB – Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

BNE – Biblioteca Nacional de España, Madri

CHAM – Centro de Estudos de História do Além Mar, Lisboa

HL – Huntington Library, San Marino, Califórnia

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro

IHGP – Instituto Histórico Geográfico da Paraíba, João Pessoa

JCBL – John Carter Brown Library, Providence

SAA – Stadsarchief Amsterdam, Amsterdam

UBL – Universiteitsbibliotheek Leiden, Leiden

ABREVIATURAS

Cód. - códice

Cx. - caixa

Doc. - documento

Ed. - editora/edição

Fig. - figura

f. - fólio

Liv. - livro

Ms. - manuscrito

N. - número

Org. - organizador

p. - página ou páginas

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

Trad. - tradução

v. - verso

Vol. - volume

INTRODUÇÃO

*“Se del grande Griego la memoria,
De Cesar, Anibal, Hector troyano,
Alexandro, Scipion el Africano,
De Torquato no cuenta já su historia;*

*Rebuia aquesta palma de victoria
Tan emcumbrada neste lusitano,
Que dexa atras todos; y el thebano
Sobrepuja en esfuerze, ardil i gloria”¹*

*“Cuando la espada descansó y los hijos
de España dura, como espectros,
desde reinos y selvas, hacia el trono,
montañas de papel con aullidos
enviaron al monarca ensimismado”²*

1. Aproximações a uma história transatlântica

A Espanha teve relevante participação na história do Brasil ao tempo que, por seis décadas, Portugal ficou subordinado ao governo dos Habsburgo. Esse período nem sempre foi bem destacado na historiografia referente à época, que prioriza, preferencialmente, as relações entre a Corte lusitana e o Reino de Castela, obscurecendo o que se passava nas partes do Brasil. Após uma conturbada sucessão dinástica que sobreveio ao trágico desaparecimento do Rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, o monarca castelhano Filipe II assumiu o trono português, alegando sua precedência sucessória, mas, valendo-se, muito mais, da persuasão através dos recursos diplomáticos, do suborno e, ao final, da sua poderosa força militar. A célebre frase atribuída a Filipe, *“yo lo heredé, yo lo compré, yo lo conquisté”*, talvez construída pela imaginação de Oliveira Martins, resume o bom sucesso da

¹ SUMÁRIO das Armadas (1589). In: CASTILHO, José Feliciano de. *Iris*. Periódico de Religiao, Bellas-artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Notícias e Variedades. Tomo I. Rio de Janeiro, 1848. Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

² “La colonia cubre nuestras tierras”. NERUDA, Pablo. *Canto general*. 13. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011.

jornada de Portugal³. A incorporação de Portugal, que era o segundo império colonial⁴ daqueles tempos, à Monarquia Hispânica estendia o domínio dos Habsburgo, da Península Ibérica a todas as partes do mundo até então conhecido, fazendo com que Filipe II fosse denominado em documentos oficiais “*Dom Phelippe Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa señor de Guine da conquista navegação comercio de Etiopia, Arabia, Persia e da India*”⁵, reinando sobre um domínio cuja vastidão “*provocaba la admiración y el asombro, era el mayor jamás conocido en la historia. Era, como escribió con orgullo un español, ‘más de veinte veces mayor que lo fue el (imperio) Romano*”⁶.

A união das coroas de Portugal e Castela, ocorrida em 1580, incorporou o Brasil no constructo político europeu, considerando que, até então, o papel da colônia portuguesa restringia-se a ocupar posição meramente secundária como local de eventual cenário de tensão nas relações luso-francesas⁷. A integração de Portugal à Monarquia Hispânica⁸ configura-se como um dos capítulos mais importantes da história ibérica e a história do Brasil, e, em especial a da Paraíba⁹, relaciona-se diretamente com essa que foi a mais importante união de coroas da modernidade, quando, em 1580, Portugal e todas as suas possessões passaram ao domínio espanhol¹⁰, no que comumente denomina-se, dentre outras

³ Apud MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Tomo II. 3ª edição emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882, p. 106.

⁴ Usaremos no decorrer deste trabalho terminologias modernas como “colonial” ou “colônia”, por convencionalismo historiográfico, no entanto, a Monarquia Hispânica jamais chamou seus territórios ultramarinos de colônias, mas sim de “reinos de las Indias”, “reinos de Ultramar”, “partes do Brasil” ou pelo próprio topônimo.

⁵ Archivo General de Simancas, AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1487, Doc. 1, f. 3.

⁶ KAMEN, Henry. *Felipe de España*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1997, p. 257.

⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 63.

⁸ O termo faz menção à antiga região da Hispânia que corresponde à Península Ibérica. Optamos aqui por utilizar, em algumas ocasiões, o verbete Brasil como sinônimo correspondente a América portuguesa.

⁹ A origem do nome Paraíba advém do Rio Paraíba, que era chamado nas cartas náuticas europeias dos séculos XVI de Rio São Domingos. Talvez o significado “rio ruim” estivesse relacionado à sua navegação, somente acessível a embarcações de pequeno calado. Deve-se a Elias Herckman, terceiro Governador neerlandês da Capitania da Paraíba, a afirmativa, em 1639, de que o nome Paraíba, e por extensão rio Paraíba seria “uma palavra bárbara, ou melhor brasílica, significando um mar corrompido, uma água má, outrossim um porto mau para se entrar”. HERCKMANS, Elias. *Descrição geral da Capitania da Paraíba (1639)*. João Pessoa: A União Editora, 1982, p. 9. Loreto Couto explicava, em 1757, que Paraíba “na lingoa Brazilica (quer dizer, Rio caudaloso)”. COUTO, Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*. 1757. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 24. Coriolano Medeiros, em seu estudo corográfico, condensou os significados atribuídos por Herckmans e Loreto Couto, e complementou afirmando que por ser um rio extenso ele adquiria nomes diversos ao longo do seu curso, sendo o de “braço do mar ou braço que vem do mar” a designação que parecia “ter os elementos essenciais para ser aceita”. CORIOLANO DE MEDEIROS, João Rodrigues. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 153.

¹⁰ As duas coroas ibéricas seriam a portuguesa e a castelhano-aragonesa que, neste trabalho, optamos por denominar, algumas vezes, simplesmente como coroa “espanhola”. Utilizamos o termo Espanha no sentido comum de denominação da região, embora se saiba que a Espanha, enquanto unidade cultural, ainda não existia àquela altura. O termo mais utilizado pelos portugueses da época para se referirem à Espanha era “Castela”,

formas, União Ibérica, União Dinástica, União das Coroas Ibéricas¹¹ ou simplesmente “governo dos reis espanhóis”, como objetivamente retratou Joaquim Veríssimo Serrão¹².

Apesar do compromisso assumido por Filipe II com a aristocracia lusitana, firmado nas Cortes de Tomar em 1581, ter a aparente intenção de preservar, ao menos formalmente, a autonomia de Portugal numa monarquia dita dual, a gestão pelos portugueses do seu território e das suas possessões não foi nunca estritamente exercida durante o tempo de governo dos Filipes. Desta forma, as ações governamentais implementadas no Brasil, durante o tempo em que perdurou a união das duas monarquias, ficaram dependentes, também, dos objetivos estratégicos e a decisões originárias de Castela.

A instalação da nova Monarquia representou para a Casa dos Habsburgo encargos abrangentes e complexos, a considerar-se a amplitude das possessões portuguesas incorporadas. A monarquia universal havia se tornado bastante poderosa, estendendo suas malhas pelo mundo. Conforme discorre Serge Gruzinski, esse fenômeno de mundialização manifestou-se por uma mudança sistemática de escala. A monarquia marcava presença em lugares díspares no espaço e na história¹³. A anexação de Portugal representava a ampliação da estratégia voltada para o Atlântico e a incorporação de novos súditos espalhados pela Europa, África, Índias Orientais e América, nos territórios que estariam sob o jugo da Coroa dos Habsburgo.

Antes de entrar no tema de nossa pesquisa propriamente dita, que trata da Paraíba, é conveniente percorrer temporalmente, ainda que de forma superficial, o caminho

“castelhanos”, embora apareçam algumas vezes menções a “nossa Espanha” (Como se vê nas intervenções de Brandônio no *Diálogo das Grandezas do Brasil*. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 57 e outras). Conforme explica Evaldo Cabral de Mello: “Quando falamos de d. Quixote e da sua Espanha, estamos, por conseguinte, os brasileiros, muitos mais próximos do tema do que tendemos a supor, pois fomos àquela altura tão súditos de Felipe 2º ou de Felipe 3º quanto o castelhano mais castiço das serranias de Ávila.”. MELLO, Evaldo Cabral de. A Espanha do Quixote. Artigo publicado no *Caderno Mais*, Folha de São Paulo. São Paulo, 16 de setembro de 2001. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1609200110.htm>

¹¹ Notadamente a expressão “União Ibérica” não era uma terminologia utilizada na época. Temos consciência da artificialidade desse tipo de divisão cronológica, mas optamos por utilizar essa nomenclatura por ser de uso corrente na historiografia. A nossa escolha não significa que se deva atribuir a este período uma existência fechada em si mesma. A União das Coroas é colocada apenas como o fio condutor e principal de nossa reflexão. Como afirma Diogo Ramada Curto, em estudo sobre a cultura política no tempo dos Filipes, a descontinuidade é um aspecto importante ao período frente a essas grandes unidades formadas pelos tempos de longa ou de média duração. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 17.

¹² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1495-1580]*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

¹³ GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003, p. 326.

historiográfico traçado acerca da temática da União Dinástica e seus reflexos para o Brasil¹⁴. Stuart Schwartz escreveu, na década de 60 do século passado, que poucas épocas receberam tão discreta atenção dos historiadores quanto os sessenta anos em que Portugal e Espanha foram governados por Filipe II, III e IV¹⁵ (ou I, II e III, segundo a ótica portuguesa). A observação historiográfica de Schwartz continua válida, de certa forma, até os dias correntes¹⁶.

Analisando a bibliografia sobre a temática da integração da Coroa portuguesa aos domínios da Monarquia Hispânica vê-se um predomínio de uma narrativa que pretendia dar um enfoque especial à “nação portuguesa”. A historiografia lusitana, durante um longo tempo, encarou a União Dinástica como uma etapa de caráter subserviente na história portuguesa, na qual as políticas dos monarcas espanhóis minaram todos os avanços conquistados por Portugal nos tempos pretéritos. Essa visão nacionalista, que perdurou por muito tempo, seguia basicamente um único roteiro: a queda de Portugal frente à Monarquia Hispânica, as lutas em decorrência disso e a posterior vitória, com a culminância da Restauração lusitana. Se do lado português a acepção corrente era essa, do lado espanhol sequer havia grande interesse pelo tema.

O tema da União Dinástica foi durante muito tempo focado pela historiografia portuguesa como sendo uma espécie de rampa antecessora para a compreensão dos motivos que posteriormente levaram ao processo de Restauração portuguesa¹⁷. Na verdade, com a anexação, o Reino de Portugal pode usufruir de um estatuto de autonomia bem superior ao de outros territórios da Monarquia Hispânica. De acordo com o historiador Pedro Cardim, “Filipe comportava-se não propriamente como um conquistador autoritário e implacável, mas como um senhor justo benevolente que desejava retomar o curso ordinário dos acontecimentos em Portugal, alterando o mínimo possível os equilíbrios sociais

¹⁴ Por recurso metodológico ou por ausência de uma melhor definição, utilizaremos neste trabalho termos como “Brasil”, “brasileiros”, “brasílicos”, mas reconhecemos e atentamos para as suas fragilidades, enquanto conceitos, no estudo do processo de colonização e de seu desenvolvimento posterior. Como explica Eric Hobsbawm, nações e nacionalismo são construções políticas modernas, que utilizam componentes culturais como uma estratégia operacional de formular elementos integradores a um determinado território. HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 19.

¹⁵ Nesta tese decidimos intitular os monarcas da dinastia dos Habsburgo de acordo com sua nomenclatura espanhola: Filipe II (1581-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640).

¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”. *The Americas*, 25/1, 1968, p. 33.

¹⁷ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1987, p. 209-210.

estabelecidos¹⁸”. Já para a historiografia espanhola, a preocupação com a temática do chamado Brasil filipino é ainda mais reduzida. Muitos estudiosos do período em questão passaram ao largo do tema, ou enfatizaram, apenas, alguns aspectos triangulares desse território ultramarino, relacionando-o às grandes potências que se opunham a Espanha, notadamente a França, a Inglaterra e a Holanda. Esse é um fato a se estranhar devido ao considerável número de relações impressas, notícias e obras que foram produzidas de modo a exaltar as vitórias da Monarquia Universal na América portuguesa, como o quadro de Juan Bautista Maino e a peça de Lope de Vega, que tinham como pano de fundo as conquistas do “século de ouro” espanhol.

Conforme Schaub, Filipe II utilizou-se dos artifícios diplomático, jurídico, militar e contratual, de modo a fortificar sua campanha pela incorporação de Portugal como parte da Monarquia Universal¹⁹. De fato, a governação pretendida pelos Filipes fez-se com o reconhecimento dos privilégios portugueses e promessas de respeito aos foros. Houve ainda a criação do Conselho de Portugal de modo a resguardar, ao menos formalmente, a autonomia administrativa do Reino no âmbito da União Dinástica. Pretendia-se com isso enfatizar a legitimidade do estatuto português no âmbito da Monarquia Hispânica²⁰.

Embora a historiografia clássica identifique que houve, durante o período da União Ibérica, uma fase de desenvolvimento colonial com benefícios para Portugal, prevaleceu durante muito tempo uma versão lusitana ufanista, de pendor anti-castelhanista, gestada ainda no século XVII, que ressaltava em tom apologético o Reino português em oposição à monarquia dos Filipes²¹. O fato é que a Restauração de 1640 foi muito mais abordada do que o episódio da crise sucessória em 1580, quando Filipe II foi aclamado pelas Cortes de Tomar.

Em geral, segundo essa corrente historiográfica, a União das Coroas foi analisada em termos de perda e posterior recuperação da soberania nacional portuguesa. Conforme essa interpretação, a União Ibérica teria sido uma artimanha política exclusivamente mantida pela força. Essa forma de explicar a União Dinástica, que marcou a historiografia portuguesa e teve bastante impacto também para historiadores brasileiros do século XIX, negligenciou os

¹⁸ CARDIM, Pedro. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”. In POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luís Oliveira (coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 279.

¹⁹ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 11-12.

²⁰ CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Cátedra Felipe II; Ediciones Universidad de Valladolid, 2014, p. 22.

²¹ CARDOSO, Alípio. *Maranhão na Monarquia Hispânica*. Salamanca: Tese de doutorado apresentada à Universidad de Salamanca, 2012, p. 125.

inúmeros acordos e conchavos feitos entre as partes envolvidas. Segundo Jean-Frédéric Schaub, chegou mesmo a haver durante a Monarquia Hispânica um aumento na instituição de títulos nobiliárquicos em Portugal, comparada com a política de nobilitação dos Avis, do período anterior²².

Acerca da bibliografia dessa temática, limitamo-nos a assinalar alguns contributos de autores como Roseli Santaella Stella, Ana Paula Torres Megiani, Maria Isabel de Siqueira e Bruno Feitler, no Brasil²³; Joaquim Veríssimo Serrão, Pedro Cardim e Guida Marques, em Portugal²⁴, Fernando Bouza Álvares, Rafael Valladares e José Manuel Santos, na Espanha²⁵.

²² “Enquanto a dinastia de Avis havia instituído uma trintena de títulos em dois séculos, os Habsburgo instituíram quarenta em sessenta anos”. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 45.

²³ STELLA, Roseli Santaella: *Brasil Durante el Gobierno Español 1580-1640*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000; *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000; *Instituições e governo espanhol no Brasil, 1580-1640*. Madrid: Fundação Histórica Tavera, 2000. MEGIANI, Ana Paula: *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política no Portugal Filipino (1580-1640)*. São Paulo: Cátedra Jaime Cortesão/Alameda Casa Editorial, 2004; “O Brasil no contexto da Guerra da Restauração Portuguesa (1640-1668). In: *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014; “Escrever, ler e fazer circular notícias nas partes da Monarquia Hispânica: Reflexões acerca das transformações na paisagem da informação durante a primeira modernidade”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020. SIQUEIRA, Maria Isabel de Siqueira. *O Direito e o Estado no Brasil filipino. Inovação ou continuidade legislativa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. FEITLER, Bruno. “Continuidades e rupturas da igreja na América portuguesa no tempo dos Áustrias. A importância da questão indígena e do exemplo espanhol”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013, p. 203-230.

²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994. CARDIM, Pedro: *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Universidade de Valladolid, 2014; “Los portugueses frente a la Monarquía hispánica”. In: ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio & GARCÍA CARCÍA, Bernardo J. (Eds.). *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2004; “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. *Hispania*, vol. IXIv, nº 216 (janeiro-abril, 2004); “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”. In POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luís Oliveira (coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. MARQUES, Guida: “De um governo ultramarino: a institucionalização da América portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: CHAM-UNL/UAç/Cidehus-UE/GHES-UTL, 2013; “L’invention du Brésil entre deux monarchies. L’Amérique portugaise et l’Union Ibérique (1580-1640): un état de la question”. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, vol. VI, 2005; “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”. *Penélope*. Fazer e Desfazer a História, nº. 27 (2002).

²⁵ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando: *D. Filipe I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008; *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1987; *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. VALLADARES, Rafael: *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica*. Valladolid, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998; *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid, Marcial Pons, 2008; *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000. SANTOS PÉREZ, José Manuel: “A estratégia dos Habsburgo para a América portuguesa. Novas propostas para um velho assunto”.

Apesar de tudo o que já foi publicado, continuam inconclusos vários tópicos, ainda pouco explorados sobre essa temática. A relativa falta de interesse, do ponto de vista historiográfico, com relação ao Brasil durante a União Ibérica se torna ainda mais marcante quando se confronta a produção histórica deste período com o abundante acervo de escritos sobre o chamado “Brasil holandês”. Geralmente, o tema da União das Coroas é abordado, no mais das vezes, de forma sumária e pouco aprofundada, dando-se pouca atenção ao significado político daquela conjunção de reinos para o mundo Atlântico.

Outro aspecto que merece ser destacado é a relevância dada ao chamado “Brasil francês”, temática que vem sendo recorrente, há anos, nos livros de história adotados pelas escolas brasileiras. O “Brasil francês”, de forma estrita, durou cerca de cinco anos, enquanto o “Brasil espanhol”, sob a governança da Monarquia Hispânica, durou sessenta anos, mas somente aparece nos livros escolares como uma nota episódica, um tempo quase inteiramente relegado na história colonial brasileira. Essa presença francesa, que é não apenas registrada, mas exaltada, é muito condizente com a proposta política do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em se limitar a reproduzir as críticas feitas pela historiografia portuguesa ao domínio espanhol, como veremos mais adiante. O objetivo principal do Instituto era arquitetar a construção de um passado dourado para o Brasil e a absorção da herança francesa se encaixava muito bem nessa acepção.

Esse esquecimento do período da União Ibérica, originalmente intencional, foi absorvido, muito intensamente, pela historiografia paraibana, envolvendo até autores mais recentes, que nos seus escritos passam ao largo do governo espanhol na região. A se depreender dessas obras, parece até que da “metrópole” chegavam às terras da Paraíba apenas portugueses, nunca espanhóis. Os personagens que surgem nessa historiografia - sobretudo da fase inicial da conquista do território – são, quase sempre, portugueses, indígenas e franceses, e, apenas de forma coadjuvante, os castelhanos. Como afirmou Walter Benjamin, todo conhecimento “deve conter um grão de contrassenso”, mas nesse caso, houve, literalmente, o

In: ALMEIDA, Suely Cordeiro, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei & SOUZA, George Felix Cabral de (Org.). *Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012; “Brasil durante la Unión Ibérica. Algunas notas sobre el intercambio cultural entre las dos orillas del Atlántico”. In: *Brasil e Espanha: diálogos culturais/España y Brasil: diálogos culturales*. São Paulo: Fundação Cultural hispano-Brasileira, 2006; “Filipe III e a ameaça neerlandesa no Brasil: medos globais, estratégia real e respostas locais”, in Wiesebron, M. (org.), *Brazilië in de Nederlandse archieven / O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*, Serie Maurítiana, vol. 5, Leiden : Leiden U.P., 2013; “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. 2019; “Visita, residência, venalidade: as “práticas castelhanas” no Brasil de Felipe III. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M.; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

apagamento de uma história, dissolvendo e desconsiderando toda uma estrutura administrativa e política que estava sendo praticada na América, como sendo, exclusivamente, uma iniciativa lusitana. Há mais do que isso e é possível se ir além. São muitas as questões que podem ser exploradas. Pela documentação compulsada e analisada, fica patente o interesse dos Habsburgo pela sorte do Estado do Brasil²⁶, e, mais especificamente, pelas terras do rio Paraíba. Para citarmos apenas o Arquivo de Simancas, na Espanha, e a Biblioteca da Ajuda, em Portugal, é possível mensurar, quantitativamente, as discussões desenvolvidas na Corte sobre a melhor forma de conquistar e explorar o território paraibano. O que o Brasil, e no nosso caso, a Paraíba, representou para os interesses da Monarquia Hispânica, deve ser um tema que precisa ser compreendido a partir de um horizonte mais abrangente.

A renovação historiográfica começa a surgir de forma multifacetada, com a introdução de novas abordagens e metodologias. Como notado por Pedro Cardim, esse novo fôlego fez-se de modo a preservar certos pilares historiográficos mais tradicionais como foram as contribuições de Sérgio Buarque de Hollanda, Fernando Novais e Eduardo d'Oliveira França²⁷. Contudo, a despeito de inúmeros avanços, várias lacunas ainda persistem. É fato que ainda sobrevive no Brasil uma historiografia de tradição portuguesa. Mesmo que a interpretação não esteja centrada apenas no Reino e as articulações da Coroa com seus territórios americanos estejam presentes, o viés abordado permanece dentro do mesmo compartimento temático: faz-se “história de Portugal”. Sob essa ótica, o mundo ibérico era o lusitano, o conjunto imperial estava centrado em Portugal, a Coroa era portuguesa. Ao nosso entender, parece haver uma certa dificuldade em articular a história da Monarquia Hispânica com o universo Atlântico, notadamente o da chamada América portuguesa.

Se a historiografia clássica reforçou a importância do período filipino com a expansão das fronteiras e das reformas administrativas feitas pelas Ordenações Filipinas, muito ainda precisa ser estudado, sobretudo, com relação a um dos mais importantes aspectos da formação das elites coloniais no Brasil: a relação destas com a Coroa dual dos Habsburgo.

²⁶ A definição do termo é assim explicada por Diogo de Campos Moreno: “O Estado do Brasil, Províncias de Santa Cruz, é a parte oriental do Peru povoada na costa do mar Etiópico, e repartida em partes que se chamam capitanias, que em tal forma foram servidos os passados reis de Portugal de as encarregar, com largas doações, a certos donatários”. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 107.

²⁷ CARDIM, Pedro. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. *Hispania*, vol. LXIV, nº 216 (janeiro-abril, 2004), p. 118.

2. Uma história regional, uma história local

Este estudo está inserido na linha historiográfica definida por “história regional” como parte do grande tema da “América portuguesa na Monarquia Hispânica”. Neste tópico, vamos discutir os avanços e as abordagens mais gerais e recentes sobre essa temática dentro do que se convencionou chamar de “história regional” e “história local”. O campo de estudos dedicados à inserção do Brasil na Monarquia Hispânica obteve, mais recentemente, avanços significativos. Os chamados estudos regionais sobre a América portuguesa no período filipino aportaram algumas produções importantes nos últimos quinze anos com a produção de teses de doutorado e artigos acadêmicos.

A tese de Rafael Ruiz²⁸, “São Paulo na Monarquia Hispânica”, publicada em 2004, foi o estudo regional pioneiro acerca dessa temática no Brasil. Em sua investigação, Ruiz analisou como a fundação das cidades de Buenos Aires e Assunção favoreceu a ampliação dos horizontes da Monarquia em direção a São Vicente. O historiador detalhou, ainda, o que ele chamou de “plano fronteiriço” para a criação de um caminho que favoreceria a integração de São Paulo com Assunção e Potosi.

Tratando da mesma temática, mas com uma perspectiva distinta e inovadora, há a tese de doutorado de José Carlos Vilardaga²⁹. O trabalho, sob o título “São Paulo no Império dos Felipes. Conexões na América Meridional”, defendido em 2010 e publicado em 2014, compreende como se deu o entendimento da União Ibérica nos processos de cunho local e

²⁸ RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004. Nessa mesma temática, destacam-se outros trabalhos: RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e os direitos dos índios americanos. A evolução da legislação indígena espanhola no século XVI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. RUIZ, Rafael. “La política estratégica de Castilla en la región sur del Brasil (1580-1640)”. *XXXIII Internacional Congress Latin American Studies Association*. 2001. (Congresso). RUIZ, Rafael. “The Spanish-Dutch War and the Policy of the Spanish Crown Toward the Town of São Paulo”. *Itinerário*, 26, 1/2002.

²⁹ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2010; Destacam-se ainda, os trabalhos: VILARDAGA, José Carlos. “Manhas e redes: Francisco de Souza e a governança em São Paulo de Piratininga em tempos de União Ibérica”. *Anais de História de Além-Mar*, vol XI, 2010; VILARDAGA, José Carlos. “Conexões e percursos luso-castelhanos da família Sá na América meridional durante a Monarquia Hispânica (1580-1640)”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

regional e, de que modo ocorreu o processo de incorporação e posse da Capitania de São Vicente a partir da lógica filipina.

A tese de Alírio Cardoso³⁰, “Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)” defendida em Salamanca em 2012, analisou o papel do Maranhão no contexto da Monarquia Hispânica. O historiador discute no seu estudo o papel da América portuguesa tendo como pano de fundo a navegação e o processo de expansão desse território durante os Reinados de Filipe II e João IV.

A tese mais recente sobre essa temática foi a de Juliana Simonato³¹, “A Capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640)”, defendida em 2017. Simonato analisou a relação entre o comércio de escravos na Capitania do Espírito Santo e o circuito mercantil colonial escravista. A historiadora abordou, ainda, a utilização da mão de obra indígena e como se deu a relação e convivência entre o indígena e o africano nas dinâmicas da colonização da região.

Como se pode destacar, há muito ainda a ser explorado sobre essa temática em estudos regionais³². Com relação à “história nacional”, com exceção de alguns trabalhos vinculados ao tema, acreditamos que a historiografia tradicional tendeu a minimizar ou

³⁰ CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica*. Salamanca: Tese de doutorado apresentada à Universidad de Salamanca, 2012. CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2011, vol.31, n.61, p.317-338. CARDOSO, Alírio. “Amazônia e a carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica”. *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 264, 2015. CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica. Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1665)*. São Paulo: Alameda, 2017.

³¹ SIMONATO, Juliana. *A capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640)*. Tese de Doutorado, UFMG, 2017. Também sobre a Capitania do Espírito Santo, há a dissertação de Anna Karoline Fernandes. FERNANDES, Anna Karoline da Silva. *A administração espanhola no Espírito Santo durante a monarquia dual (1580-1640)*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

³² Esses não são especificamente trabalhos de história regional, mas trazem aportes historiográficos recentes que tratam da temática do Brasil na Monarquia Hispânica: VICENTE MARTÍN, Irene. *Élites y redes políticas en Bahía durante la Unión de Coronas (1580-1640)*. TFM: Universidad de Salamanca, 2016. Bonciani, Rodrigo Faustoni. “Os irmãos Coutinho no Atlântico: escravidão, governo e ascensão social no tempo da Monarquia Hispânica”. *Revista Latino-Americana de Estudos Avanzados*, V. 1, n.º 1, jan/jun, p. 158-172, 2016. SÁ, Helena de Cassia Trindade de. *A alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (ca.1580-ca.1668)*. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. HUTZ, Ana. *Homens de nação e de negócios. Redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)*. São Paulo: Intermeios, 2017. CAÑÓN, Pablo. *Las redes atlánticas de comercio con Brasil y su circulación durante el periodo de la Unión de Coronas (1580-1640)*, TFM: Universidad de Salamanca, 2017. MORETA PEDRAZ, Sergio. *Instituciones y agentes de la administración durante el reformismo habsbúrgico en Brasil (1588- 1640): prácticas políticas y redes personales*. Trabajo Fin de Máster: Universidad de Salamanca, 2019. BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. “Um estreito entre o Atlântico e o Pacífico: o caso da Paraíba e a política estratégica da Monarquia Hispânica para a América portuguesa”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

reduzir a importância, para o Brasil, dessas seis décadas de União Ibérica. Tomando-se como referência o caso da Paraíba, observa-se que as obras clássicas da historiografia paraibana, a exemplo de *Datas e notas para a história da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto, *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado e *História da Paraíba*, de Horácio de Almeida, tratam sem muita profundidade o período da Monarquia Hispânica no Brasil³³. Quase todas essas obras reproduziram seus escritos a partir de um viés mais “nacionalista”. Por historiografia “oficial” ou “tradicional” compreendemos aquela submetida às concepções políticas e ideológicas vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que teria como uma das suas tarefas primordiais forjar um passado de glórias a partir da exaltação de personagens e episódios tidos como significativos para a formação da nacionalidade³⁴. Essa passagem de Varnhagen, um dos seus principais representantes, resume bem o espírito da época e do que era reproduzido a partir disso:

“Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e a maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços da união³⁵.”

A definição de um suposto projeto nacional e a defesa das singularidades de cada província/Estado dentro desse “espírito nacional” parece ser o ponto de ligação de boa parte do que foi produzido em termos de historiografia pelos Institutos históricos, tanto pelo nacional como pelos seus similares regionais. Mais que uma história “tradicional”, esta seria uma história “nacional” ou história da “nacionalidade”, muito embora o uso desse singular sempre seja de adoção controversa e redutora. Neste sentido, o caráter “oficial” se daria mais precisamente no estabelecimento de currículos oficiais no ensino, bem como pela publicação

³³ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977. MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

³⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 386.

de obras e compêndios sob a chancela do Estado, de modo a circunscrever as aspirações de exaltação aos valores dessa suposta identidade³⁶.

A ideia de nação³⁷ é uma construção histórica carregada de significações. A criação do IHGB no Brasil, em 1838, foi algo pensado e moldado a partir de uma emergência histórica. Havia o anseio pela consolidação de uma suposta história “nacional”, que deveria ser *una* e sob o enfoque do então regime imperial, o que teria ocorrido simultaneamente a um processo de afirmação do papel do Estado como criador e garantidor de uma “nacionalidade” brasileira³⁸. Evaldo Cabral de Mello afirmou que “o nacionalismo brasileiro não precedeu, (mas) sucedeu, a criação do Estado nacional³⁹”. Houve no Brasil, durante muito tempo, um sentimento nativista que, de maneira alguma, poderia ser confundido com um nacionalismo nascente. Não se falava em nação, mas, em pátria, no sentido localista. E isso se contrapõe frontalmente às produções historiográficas locais gestadas, no século XIX, a partir do IHGB.

A historiografia nativista⁴⁰ foi um recurso muito eficiente de criação e, posterior ressignificação de uma memória. Recorremos novamente a Evaldo Cabral de Mello, em artigo denominado *Fabricando a nação*:

“Os nativismos brasileiros comportaram, é certo, um teor protonacionalista, do mesmo modo pelo qual na Europa o nacionalismo foi precedido por formas frustradas de sentimento nacional desde o fim da Idade Média. O que importa assinalar, porém, é que tais nativismos podiam também (...) ser manipulados em sentido antagônico ao nacionalismo, que se viu assim na necessidade de digeri-los para poder eliminá-los⁴¹.”

³⁶ Sobre a questão da construção de identidades regionais a partir dos institutos históricos regionais, conferir: WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

³⁷ José Antonio Maravall, em um estudo sobre o Estado espanhol no século XVII, explica: “*Existen unas unidades políticas que se muestran, hacia dentro, como una comunidad sustancial, y hacia fuera, con una franca separación respecto a los que son ajenos a ese lazo común, y estas unidades han de ser debidas a la acción de ciertos factores de integración.*” MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 103.

³⁸ GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15.

³⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 15.

⁴⁰ Segundo Forastieri da Silva, o nativismo representa uma instrumentação política, utilizada para coordenar e consolidar nas grandes massas os elementos que precisamente constituem um sentimento nacional, de forma a tornar a história uma biografia da nação, cujo passado colonial devesse estar sempre presente. SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.

⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 23.

É durante o Brasil oitocentista que surge a necessidade de se pensar sobre uma história da Paraíba separada da dos demais territórios. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) foi fundado em 1905 e abrigava uma variedade de estudiosos empenhados em arquitetar uma "identidade" comum regional, de modo que houvesse um reconhecimento e um pertencimento àquele lugar. De acordo com esses intelectuais, o Brasil era muito grande, com variedade de costumes, histórias, e isso também se refletiria nos grupos dispersos pelo território. Durante muito tempo, a Paraíba havia sido negligenciada pelos historiadores do eixo centro-sul, e seria preciso criar uma história verdadeiramente da Paraíba e sobre o homem paraibano. Maximiano Lopes Machado já havia falecido quando da criação do IHGP, mas o seu legado perdura até os dias de hoje. Assim ele argumenta no prólogo de sua obra póstuma:

“As Histórias do Brasil [...] não descrevem os factos com igual vehemencia, são incompletas por terem concentrado no sul a narrativa e a crítica histórica, lançando dahi apenas uma ligeira vista d’olhos para o norte, sem interesse, nem ponto fixo. Dir-se-ia que se formava aquella corrente centralizadora, que tão caudal se tornou depois, até envolver os que pareciam adversos á irresponsabilidade do impulso⁴².”

A conquista da região da Paraíba é destacada por Varnhagen da seguinte forma, em que o território seria:

“... a paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começava a succeder, do grande teatro fronteiro à ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a occupação da Paraíba⁴³.”

⁴² MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*. Reprodução da edição de 1912. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, p. II.

⁴³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 1ª ed., v. 1; Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmet, 1874, p. 381.

Esse mesmo tom foi utilizado pelos consócios do IHGP quando abordaram a conquista da Paraíba como uma obra civilizatória portuguesa:

“... a mais sincera homenagem dever ser votada no dia de hoje à velha pátria portuguesa, cujas quinas trouxeram a estas plagas a civilização e de cujos filhos herdamos a coragem, o heroísmo, a abnegação cavalheiresca, além das outras virtudes da sua raça, e a crença inalterável no catholicismo, um dos principais sustentáculos da unidade nacional⁴⁴.”

A historiografia paraibana que trata do período colonial na Paraíba não é vasta. Quase todas as obras reproduziram a história da conquista e posterior ocupação do território a partir de um viés nacionalista. A história “oficial” da Paraíba deveria ser, segundo essa ótica, uma história particular, diferente das outras histórias locais. Maximiano Lopes Machado foi o precursor desse esforço e constitui-se em referência obrigatória para os historiadores do período colonial da região com sua *História da Província da Paraíba*⁴⁵. Embora não tenha utilizado fontes primárias, o seu livro póstumo foi a primeira história escrita especificamente sobre a Paraíba. Machado foi um dos pioneiros na associação da história local (da Paraíba, do Brasil) em contraponto com uma concepção europeia dos fatos, agregando considerações acerca do contexto socioeconômico, embora não deixasse de defender o lusitanismo:

“A Hespanha, embora rica e engrandecida com a anexação de Portugal e das suas vastas possessões, tinha tanto em que pensar que não lhe sobrava tempo para melhorar o estado do Brazil.⁴⁶”

Irineu Ferreira Pinto⁴⁷ forma com Maximiano Lopes Machado a dupla clássica da historiografia paraibana. Ferreira Pinto, sócio fundador do IHGP, publicou diversos documentos inéditos do Arquivo Público do Estado da Paraíba e salvou do esquecimento

⁴⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vol. 1, 1909, p. 70.

⁴⁵ MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Reprodução da edição de 1912. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

⁴⁶ MACHADO, 1977, p. 79.

⁴⁷ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977.

inúmeras fontes sobre a história paraibana. Irineu Pinto também se deslocou, em 1913, para Lisboa, com o apoio do governo estadual, onde passou uma temporada investigando documentação referente à Capitania da Paraíba⁴⁸. Sua obra, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, como já consta no título, apresenta a matéria temática dividida por séculos e, a partir disso, em anos e datas. São arrolados cartas, ordens, patentes, provisões e ofícios régios, de forma cronológica e sucinta, sem análise aprofundada ou algum tipo de investigação mais apurada.

Outro trabalho que merece ser destacado foi o desenvolvido por Irineu Joffily. *Notas sobre a Parahyba*, de 1892, e *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*, de 1893, foram trabalhos importantes. *Notas sobre a Paraíba*, publicado no Rio de Janeiro, foi prefaciado por Capistrano de Abreu⁴⁹.

João de Lyra Tavares, por sua vez, publicou de 1909 a 1911 os *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, compilando de forma detalhada 1.138 sesmarias que foram concedidas na região. Posteriormente, a obra recebeu um índice intitulado *Sesmeiros da Paraíba*, de elaboração de Genny da Costa e Silva, e ainda, em 1965, um estudo introdutório de José Antonio Gonsalves de Mello⁵⁰. O trabalho de João de Lyra Tavares é indispensável para aqueles que estudam a questão agrária na região visto que o autor transcreveu grande parte das solicitações feitas entre 1586 e 1824 na Paraíba, inclusive aquelas doadas aos povos indígenas⁵¹.

Deve-se fazer, ainda, menção à obra de Celso Mariz, também membro do IHGP. *Apanhados Históricos da Parahyba*, publicada em 1922, seguia a cartilha da defesa da história local, exaltando as glórias passadas da Capitania da Paraíba, mas sem perder de vista a vinculação com a história pátria. Mariz enfatizava a valentia dos indígenas aliados dos portugueses, em detrimento do modo ganancioso de ser de um dos principais participantes da conquista, o português Frutuoso Barbosa, que “só via na Paraíba o pau-brasil e no pau-brasil

⁴⁸ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998, p. 31.

⁴⁹ JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Paraíba: Typographia do "Jornal do Commercio" de Rodrigues, 1892. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893.

⁵⁰ TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982. 2v.

⁵¹ Na Paraíba, atualmente, existem trinta e duas aldeias constituindo três terras indígenas, todas da etnia Potiguara, localizadas no litoral norte do Estado, nos municípios da Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Informação disponível através do Instituto Sócio Ambiental. <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: julho/2019.

da Paraíba a elemento pingue para a multiplicação da sua riqueza particular⁵²”. Conforme Mariz, a colonização da Paraíba só foi possível graças à combinação de três figuras: Martim Leitão, João Tavares e Duarte Gomes da Silveira. No tocante à questão indígena, Maximiano Lopes Machado, diferentemente de Mariz, destacava a forma respeitosa e cuidadosa dos franceses para com os índios. Os portugueses, ao contrário, com suas atitudes intempestivas e inapropriadas, despertavam o que havia de mais cruel e violento nos indígenas⁵³.

João F. de Almeida Prado publicou, em 1964, sob encomenda de Assis Chateaubriand, o seu *A Conquista da Paraíba (Séculos XVI a XVIII)*.⁵⁴ Prado possui também outros trabalhos sobre as Capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente. Essas publicações, iniciadas com *Primeiros povoadores do Brasil*, de 1935, faziam parte de uma série de estudos históricos que visava narrar os “pródromos da sociedade brasileira” em um curso ministrado pelo autor, na então Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo, atual USP, com a denominação de “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”⁵⁵.

Horácio de Almeida, em sua obra *História da Paraíba*, publicada pela primeira vez em 1966, realizou uma importante análise da Paraíba colonial, corrigindo os equívocos de Maximiano Machado e acrescentando importantes informações oriundas do *Sumário das Armadas* e outras obras coetâneas. Horácio de Almeida fez ainda uma crítica relevante direcionada a seus antecessores (Maximiano Machado, Irineu Joffily e Irineu Pinto). Ao final de sua obra, acrescentou um dicionário de palavras de origem Tupi na toponímia paraibana. Sempre houve contradições a respeito do topônimo Paraíba. Horácio de Almeida, grande conhecedor da questão, sintetiza seu significado em “rio mau, rio imprestável, cheio de obstáculos, pouco piscoso⁵⁶”.

Em 1996, surge a obra de Margarida Santos Dias abordando a historiografia produzida na Paraíba acerca da Paraíba, relacionando-a com o grupo fundador do IHGP, notadamente com temáticas relacionadas à Paraíba colonial. Dias analisou os números iniciais da Revista do IHGB publicados entre 1909 e 1928. Com esse estudo, a autora

⁵² MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980, p. 20.

⁵³ MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Reprodução da edição de 1912. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, p. 44.

⁵⁴ PRADO, João F. de Almeida. *A Conquista da Paraíba (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

⁵⁵ PRADO, João F. de Almeida. *Primeiros Povoadores do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 3.

⁵⁶ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 312.

verificou que o discurso construído pelo IHGP visava demonstrar que a história paraibana se diferenciava da história brasileira,

“... porque nasceu da paz. Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço [...]; mais que um momento de paz, destoante do que acontecia em toda a sociedade brasileira que se formava, esse momento só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragybe. A diplomacia de um e a inclinação à paz do outro possibilitou o acordo que em 5 de agosto de 1585 fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa⁵⁷.”

Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins também realizou um trabalho importante para a historiografia paraibana publicando inúmeras obras referentes ao período colonial. *Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e Resistência”*, publicado em 2006, é um ensaio de crítica histórica direcionado a outra obra publicada na Paraíba, de autoria do historiador José Octávio de Arruda Mello. Embora o objetivo inicial tenha sido muito restrito, a obra extrapolou as limitações da finalidade prevista e retrata, de forma rigorosa e erudita, o período da conquista e início da colonização da Paraíba⁵⁸.

Havia, em todos os trabalhos que foram produzidos na safra inicial originária do IHGP, a necessidade de apartar a história e a historiografia da Paraíba daquela de Pernambuco ou, pelo menos, colocar a região em pé de igualdade com a do estado vizinho. A conquista da Paraíba deveria, assim, demonstrar alguma singularidade que a diferenciasse das outras conquistas que se deram na América portuguesa. Havia, portanto, a pretensão de construir uma história especificamente paraibana e desvinculada da de Pernambuco, uma vez que se entendia, até o início do século XX, que a Paraíba não tinha uma história propriamente

⁵⁷ DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996, p. 51-52.

⁵⁸ LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e Resistências”*. João Pessoa: Felipéia, 2006. São também do mesmo autor, dentre outras, as seguintes obras: *As fortificações antigas da Paraíba (Século XVI)*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2005; *Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808). Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007; *Reflexões Críticas sobre a existência de ordens régias para desmembrar a Capitania de Itamaracá e para criar a Capitania da Paraíba. Verdade ou apenas infundada tradição histórica*. João Pessoa, 2020 (no prelo); *Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba*. João Pessoa: MVC Editora, 2019.

sua. Quando muito, a Paraíba era recordada, mas sempre ao lado de Pernambuco, sendo negligenciados ou reduzidos os seus momentos de protagonismo.

Nos últimos anos, ocorreu uma renovação nos estudos do período colonial na Paraíba coincidindo com a consolidação dos programas de Pós-Graduação na região. O trabalho desenvolvido pela historiadora Elza Régis de Oliveira foi um marco dessa renovação, pois preencheu lacunas existentes na produção historiográfica da Paraíba a respeito do século XVII e XVIII. Oliveira realizou um relevante estudo sobre a fase em que a Paraíba ficou subordinada à Capitania de Pernambuco, atrelando essa situação a um contexto amplo, europeu, ultrapassando os limites das fronteiras geográficas⁵⁹.

A renovação continua com o trabalho de Regina Célia Gonçalves, que se revestiu de caráter pioneiro porque, dentre outras coisas, desmistificou a chamada “paraibanidade”⁶⁰, conceito identitário largamente utilizado e modelado pelo IHGP, já anteriormente estudado por Margarida Dias. No entanto, onde o trabalho de Regina Célia mais se destacou foi na sua abordagem da participação e resistência dos indígenas Potiguara⁶¹ aos ibéricos nas lutas de conquista do território da Paraíba. A autora discorre sobre o protagonismo dos Potiguara na constituição de uma sólida aliança com os franceses que traficavam madeira na região, o que impediu que, por um longo período de mais de duas décadas, os portugueses dominassem completamente a área. Regina Gonçalves abordou, também, a formação dos grupos familiares locais, originários das elites da Capitania de Pernambuco, e suas posteriores ramificações. A historiadora apresentou, ainda, uma análise inovadora ao demonstrar que as elites da Paraíba,

“longe de estarem separadas e autônomas em relação às elites pernambucanas, estavam orgânica e duplamente vinculadas a elas, tanto por sua origem, quanto pela natureza dos negócios desenvolvidos por ambas: o cativeiro de índios e a agromanufatura açucareira”⁶².

⁵⁹ OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

⁶⁰ O termo - “paraibanidade” - ao que parece, foi utilizado pela primeira vez por Claudio Santa Cruz em seu discurso de posse como membro do IHGP em 1964 e publicado na Revista do IHGP neste mesmo ano (RIHGP, 1964, v 15).

⁶¹ Utilizaremos a grafia dos nomes e topônimos indígenas de acordo com o recomendado pela “Convenção para a grafia dos nomes tribais”, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, com o intuito de uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. *Revista de Antropologia*. Vol. 2, nº. 2, dez. 1954, p. 150-152. Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/41616540?seq=1#page_scan_tab_contents.

⁶² GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007, p. 29.

Mozart Vergetti Menezes também deu sua contribuição aos estudos do período colonial na Paraíba. Seu trabalho trata da Provedoria da Fazenda Real da Capitania da Paraíba no contexto da crise fiscal e na subordinação em relação à Capitania de Pernambuco⁶³.

Deve ser mencionada ainda a tese de doutorado de Maria Berthilde Moura. Um trabalho, vinculado ao programa de História da Arte da Universidade do Porto, que aborda desde os primórdios da cidade de Filipéia até o século XVIII. Moura realiza uma investigação elaborada de modo a entender os procedimentos urbanísticos que perpassaram o período colonial na Paraíba. O mote principal de sua investigação foi compreender a formação do espaço arquitetônico local até o século XVIII. Moura realizou a compilação de uma farta documentação, que estava dispersa em bibliotecas e arquivos portugueses, com a intenção de percorrer o processo de construção da cidade. O seu trabalho apontou que havia uma intencionalidade por trás das estratégias definidas para o povoamento da região da Paraíba⁶⁴.

Saindo da limitação local e observando-se em uma escala mais ampla, constata-se que o período da União das Coroas foi um momento crucial para a história do recente Brasil. Do ponto de vista geopolítico, a região saiu de uma posição relativamente localista, para inserir-se nas tratativas que se davam no cenário mundial. A presença e a atuação da Monarquia Hispânica no Brasil refletiram-se na ampliação das fronteiras, a exemplo das conquistas da Paraíba e do Maranhão, que foram importantes para o alargamento da ocupação territorial. Este também foi um período vantajoso com relação ao intercâmbio de mercadorias, de recursos humanos, de ideias e de experiências, como veremos mais à frente. Os ibéricos, nas empreitadas do complexo oceânico, desenvolveram, no decorrer das empresas, muito mais a colaboração entre eles do que exercitaram suas rivalidades, apesar de algumas ocorrências registradas durante as campanhas de conquista da Paraíba, em que se configurou uma patente oposição entre os portugueses e castelhanos envolvidos na construção da ordem colonial⁶⁵.

⁶³ MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em Ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)*. 2005. 300p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo – USP.

⁶⁴ MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros. *De Filipéia à Paraíba: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII*. Tese de doutorado (História da Arte) apresentada à Universidade do Porto, 2004.

⁶⁵ GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

3. Escolhas narrativas e referencial teórico

Para entender o período em que o Brasil fez parte da Monarquia Hispânica, faz-se necessário analisar alguns conceitos e noções que foram aventados a partir de profícuos debates sobre alguns aspectos do tempo dos Filipes para a América portuguesa. Temáticas como a economia do dom e das mercês (1), a questão centro-periferia (2), as comunicações entre as autoridades régias e as autoridades locais nos dois lados do Atlântico (3) e o complexo sistema das redes políticas ibéricas (4) (mas, também, sociais, econômicas e militares), são importantes para vislumbrar, de forma mais vívida, o período em que a América portuguesa esteve sob a estratégia colonial castelhana.

Os estudos clássicos acerca das interpretações do Brasil vieram à tona, sobretudo, nos anos 30 do século passado e tiveram o chamado “iberismo” como marca. O termo iberismo remete a uma herança patrimonialista e também territorialista que teria (e tem) dominado por um longo tempo a cultura política brasileira⁶⁶. Ao longo do século XX, o iberismo e o patrimonialismo foram temáticas muito presentes nos estudos sobre a formação do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro⁶⁷ foram grandes críticos da chamada “herança ibérica”. Ambos fizeram leituras que aproximavam a questão do patrimonialismo do Brasil à tradição ibérica e sua conformação política. Por outro lado, havia os que reconheciam esse legado, mas, de um ponto de vista positivo. Dentre estes, podemos destacar Eduardo Prado, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Por não atentar para aspectos importantes no relacionamento daquelas sociedades que estavam sendo formadas na América com as monarquias ibéricas, é que se verificou a limitação desses modelos explicativos para analisar o cenário atlântico entre os séculos XVI e XVIII.

Essa característica patrimonialista foi uma interpretação adotada por um longo tempo, mas que, pouco a pouco, se mostrou cada vez mais inadequada. O patrimonialismo na conformação das redes e das relações de cunho clientelístico foi muito discutido na análise dos espaços políticos da América portuguesa. O sentido e a natureza da tradição ibérica no Brasil foram objeto de estudo por Rubem Barboza Filho. Barboza expôs como, no seu

⁶⁶ VIANNA, Luís Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo, 2001.

entendimento, os modelos mentais e políticos do iberismo teriam sido transplantados para a América portuguesa e fizeram parte do ideário da época⁶⁸.

A União Ibérica trouxe consigo uma rede ampla de estruturas burocráticas que visavam controlar, organizar e explorar o império ultramarino. Pena, tinta e papel eram os instrumentos que a Monarquia Hispânica dispunha⁶⁹, embora existisse uma pluralidade de organismos intermediários ou como explicou Gil Pujol, uma “red humana de relaciones, mediaciones y clientelas”⁷⁰. Essa imensa potestade que era a Coroa dos Habsburgo, com suas incontáveis correspondências, ordens e instruções passadas pela Corte⁷¹, governada por um “rey papelero”⁷², cuidava de reger uma máquina complexa que se movia, concomitantemente, em várias direções⁷³.

As enormes distâncias que separavam o Reino dos centros de difusão faziam com que a emissão de informações e as ordens régias ocorressem em um ritmo vagaroso, embora em conformidade com a relatividade do tempo transoceânico da Monarquia Hispânica. Segundo Bartolomé Yun Casalilla, isso resultava em um sistema de informação assimétrico e que dava aos “mediadores” um enorme poder no processamento e na transmissão dessas notícias para Madri ou Lisboa⁷⁴. Muitas vezes não era apenas um atraso no repasse da informação (como, por exemplo, no caso da conquista da Paraíba, quando determinado forte foi erigido em uma margem oposta ao que constava na ordem régia de Filipe II); temas mais sérios como uma resposta militar frente a alguma invasão ou a necessidade de tomar decisões sobre questões administrativas de determinada localidade, eram situações vulneráveis a esses lapsos temporais descontínuos. A compreensão do sentido da distância na época moderna não era a mesma que temos hoje. O primeiro motivo está na própria percepção dessa relação entre tempo e espaço. António Manuel Hespanha em *Às Vésperas do Leviathan* afirma que:

⁶⁸ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 273.

⁶⁹ ELLIOTT, John. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”, In: BETHEL, Leslie (org.), *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol.I. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 287.

⁷⁰ GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006, p. 289.

⁷¹ Pedro Cardim indica que devemos acrescentar ao significado do termo “corte” o de sistema complexo de relações, que englobaria um grupo vasto de dignatários. CARDIM, Pedro. “A Casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, jul. 2002, p. 15.

⁷² BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “La majestad de Felipe II: construcción del mito Real”. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (Dir.). *La Corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 50.

⁷³ BRAUDEL. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Vol. I. New York: Harper and Row, 1972, p. 372.

⁷⁴ YUN CASALILLA, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415-1668*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019, p. 329.

“...foi a plena implantação da forma escrita que permitiu a manutenção de espaços políticos especialmente tão dispersos como os da coroa de Portugal ou, ainda mais, o da monarquia católica, em que ela se integrou, de 1580 a 1640. Lisboa era, então, um *relais* de uma imensa rede de comunicação política, que se estendia do Índico ao Brasil, e que, para além disso, se unia ao centro dos centros em Madrid, logo este império não era, muitas vezes, mais do que um império “de papel”, em que a correspondência do rei, dos vice-reis, dos governadores, dos capitães, substituíam laços políticos mais efectivos⁷⁵”.

A novidade que veio com o século XVII, como afirma Ana Paula Megiani, foi que as notícias e os sucessos eram redigidos a partir de códigos próprios, desvinculados, portanto, da estética tratadística⁷⁶. O próprio dinamismo da correspondência e da circulação de manuscritos constituía, portanto, uma forma de representação de uma distância espacial, mas também cronológica, que exigia formas distintas de articulação. Esse cruzamento do escrito, do oral e do visual correspondia à simbiose ideal do que era a comunicação e a circulação das notícias, saberes e artefatos durante a modernidade⁷⁷. Compreender a dinâmica da comunicação escrita na Idade Moderna é uma forma de abordar as redes políticas estabelecidas entre grandes distâncias e perceber como funcionava o domínio da Monarquia Hispânica para com seus agentes e instituições administrativas situados tão distantes da Corte. Era preciso manter as partes minimamente atreladas ao centro.

Há alguns anos, vem ganhando corpo uma revisão dos modelos teóricos que explicavam o funcionamento da Monarquia Hispânica e a sua relação com os seus territórios atlânticos. Esses estudos trouxeram diferentes matizes que foram enfocados em conceitos como “Império transoceânico”, “monarquia compósita”, “economia do dom”, “redes de poder”, dentre outros. O equilíbrio sistêmico estava na articulação das diferentes partes em

⁷⁵ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político – Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 291.

⁷⁶ MEGIANI, Ana Paula. “Escrever, ler e fazer circular notícias nas partes da Monarquia Hispânica: Reflexões acerca das transformações na paisagem da informação durante a primeira modernidade”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020, p. 513-514).

⁷⁷ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y El impreso*. Cuadernos de Historia Moderna Anejos. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid. 2005, p. 11.

busca de uma unidade. Esses temas permitiram superar as consagradas e estáticas oposições permitidas entre Reino e suas possessões, trazendo à tona uma realidade multiforme.

As redes políticas, militares, comerciais e administrativas, favoreciam movimentações no sistema macro, mas também no micropolítico, dando forma a uma realidade nova, que, analisada a partir deste ângulo, levanta questões importantes para a compreensão do funcionamento da Monarquia Hispânica. As redes e as conexões imperiais começaram a ser compreendidas de uma forma diversa da abordagem clássica, privilegiando, diferentemente, o entendimento do processo histórico. A partir daí, alguns estudos sobre as conexões imperiais começaram a ser desenvolvidos permitindo uma inovação com relação à apreciação historiográfica do período. Uma nova historiografia passou a abordar a constituição das monarquias e dos Impérios⁷⁸ coloniais modernos a partir de outra perspectiva. Autores como Luís Filipe Thomaz, Bartolomé Yun Casalilla e Xavier Gil Pujol são alguns estudiosos que podemos destacar nessa linha.

Apesar de não ser uma temática de investigação comum à nossa, o conceito de circulação que utiliza Luís Filipe Thomaz nos parece aplicável à nossa investigação. O historiador português, em seu estudo relacionado às conquistas dos portugueses, definiu o conceito de rede como sendo um sistema de comunicação entre vários espaços⁷⁹. O Estado da Índia, seu objeto de análise, seria entendido como uma rede descontinuada de forma espacial com instituições heterogêneas. Essa observação analítica mostrava-se diversa das noções mais recorrentes de Império, que tendia a ser apresentado de acordo com o ordenamento político dos espaços geográficos.

De acordo com Bartolomé Yun Casalilla, a circularidade de agentes políticos durante a União Ibérica promovia o reconhecimento régio e possibilitava o acesso às benesses pelos serviços militares prestados no mundo ultramarino. Isso era feito devido ao alto grau de

⁷⁸ O historiador Russel-Wood defendia a idéia de que o termo "império" surgiu apenas no século XVIII para designar espaços e redes vinculados a conceitos como colônias e metrópole. Os europeus não seriam imperialistas, mas sim "emporialistas", dominando uma série de teias. RUSSEL-WOOD. "Os portugueses fora do império". In Bethencourt e K. Chauduri. *Histórias da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores e Letras, 1998b, vol. I, p. 256. Apesar dessa ressalva, utilizamos em nosso trabalho o conceito de império no sentido empregado por Sanjay Subrahmanyam e Luís Filipe Thomaz, que ressaltam essa noção para além das jurisdições e limites formais. THOMAZ, Luís Filipe. "L'Idée Impériale Manuéline", In: *Actes du Colloque "La Découverte, Le Portugal et L'Europe"* (Paris, 1988), Paris: FCG-CCP, 1990, 35-104. THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R. "Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean During the Sixteenth Century". In: TRACY, James D. (Ed.). *The political economy of merchant empires. State power and world trade 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

⁷⁹ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

negociação que havia entre o centro e suas periferias⁸⁰. Para se fazer a história dos territórios atlânticos faz-se necessário levar em consideração os vínculos remotos que conectavam essas diferentes regiões dos continentes – as chamadas periferias “*were integral parts of this organic whole and functioned as parts of it*”⁸¹. Com a união das duas coroas ibéricas houve uma ampliação sistemática da escala nas conexões e circulações suscitadas no período – que podiam ser agentes políticos, tropas militares, religiosos, mas, também, livros, experiências.

A circulação e os intercâmbios ocorriam, ao mesmo tempo, no “centro” e em todas as fronteiras da Monarquia. Segundo Gruzinski, com a mundialização ibérica surgiram as primeiras elites mundializadas, “*a sus anchas en cada continente, dispuestas a afrontar las situaciones más imprevistas, acumulan hojas de servicio en todo el mundo y reaccionan a desafíos que se ejercen en la escala planetaria*”⁸². O desafio para quem se propõe a estudar o impacto da União Dinástica sobre o mundo atlântico é pensar as múltiplas interações entre as suas partes. Como afirma José Manuel Santos, uma perspectiva historiográfica possível acerca desse período seria a construção de uma visão sobre a América portuguesa que, ao mesmo tempo em que se olhe para o Ocidente, também se perceba o Oriente, já que era dessa forma que, ao tempo, as redes comerciais atuavam, “a um lado e outro do Cabo de Boa Esperança”⁸³.

Xavier Gil Pujol, por sua vez, aborda as relações políticas travadas entre a monarquia e os demais territórios que dela faziam parte. Pujol realiza uma importante reflexão sobre o tema, analisando-o à luz de diversas interpretações teóricas. O autor atualiza a questão do poder no Antigo Regime, discutindo os efeitos produzidos pelo fortalecimento dos órgãos principais da monarquia. O estudo da relação entre o poder régio e as autoridades locais

⁸⁰ YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In CASALILLA, B. (Dir.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons. 2009, p. 12

⁸¹ TEPASKE, John Jay. “Integral to empire: the vital peripheries of colonial Spanish America”. In: DANIELS, Christine. KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas. 1500–1820*. New York: Routledge, 2002, p. 36.

⁸² GRUZINSKI, Serge. *Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 309.

⁸³ SANTOS PÉREZ, José Manuel. “A estratégia dos Habsburgo para a América portuguesa. Novas propostas para um velho assunto”. In: ALMEIDA, Suely Cordeiro, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei & SOUZA, George Felix Cabral de (Org.). *Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 253.

ressalta a importância de se entender as diversas faces do poder monárquico e de suas ramificações⁸⁴.

Uma importante contribuição foi o conceito de “monarquia compósita”, formulado por John Elliott⁸⁵. Para o historiador inglês, as monarquias compósitas estavam formadas por Reinos e domínios com diferentes formas de governo e tradições, todas submetidas a um monarca comum e único. Para o caso da Monarquia Hispânica, com territórios espalhados por vários continentes, essa situação se constituiria em um grande desafio. De acordo com Bartolomé Yun Casalilla, o conceito de monarquia compósita, que se aplicaria de forma genérica aos sistemas de governo europeus da modernidade, tem um sentido preferencial para a Monarquia Hispânica “*hasta el punto de que se puede considerar a ésta como punto de arranque, no único pero sí esencial, del concepto*”⁸⁶.

As vinculações transatlânticas que se constituíram naquele contexto têm sido objeto de novos questionamentos acerca da compreensão, há muito sedimentada nos estudos históricos, acerca dos movimentos periféricos e suas relações com a centralidade do Império Habsburgo. Este é o desafio para quem se propõe a estudar o impacto da união dinástica sobre o mundo atlântico: pensar as múltiplas interações entre as partes continentais que compunham aquele conglomerado territorial, contínuo e descontínuo, que constituía a monarquia compósita.

Conforme Rafael Valladares, a história desse período é uma história do Atlântico e não pode dispensar um sistema esquemático comparativo⁸⁷. A expansão do território ocorria em uma escala atlântica (não apenas da costa para o interior). Bahia, Pernambuco, Paraíba, faziam parte de uma rede de conexões que incluía, simultaneamente, Lisboa, Madri, Luanda, Cartagena. A América portuguesa não era apenas uma ramificação das redes da Europa, mas se construiu também a partir de um estreito vínculo com a África, como alertou Luiz Felipe Alencastro em *O Trato dos Viventes*⁸⁸.

⁸⁴ GIL PUJOL, Xavier. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII”. *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n. 6. Lisboa, 1991, p. 121.

⁸⁵ ELLIOTT, John. “A Europe of Composite Monarchies”. *Past & Present*, nº 137, p. 52-62, Nov., 1992.

⁸⁶ YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In CASALILLA, B. (Dir.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 13.

⁸⁷ VALLADARES, Rafael. “Historia Atlántica y ruptura ibérica, 1620-1680. Un ensayo bibliográfico”. In: PARKER, Geoffrey (coord.) *La crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006, p. 327-350.

⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Esses estudos trouxeram maior abrangência ao tema permitindo o entendimento das formas de relação que podiam existir - e existiam - entre o poder local e o poder régio, fora da concepção clássica que buscava um modelo geral explicativo que servisse para o império. A alteração na forma de entendimento das próprias relações travadas entre o governo “central” e suas ramificações locais nos permite enfocar as experiências pessoais e institucionais vivenciadas nos territórios além do Atlântico.

Era possível atuar no espaço da monarquia com movimentos que ultrapassavam as fronteiras jurisdicionais. Essa mobilidade de articulação transcendia as fronteiras formais. O sistema mostrava-se engenhoso. Os súditos e o poder local eram partícipes desse dinamismo político, podendo, de certa forma, intervir no curso dos acontecimentos. Essas relações com o “centro” tornavam-se possíveis porque eram construídas a partir de combinações e acordos entre as várias partes que compunham o que seria a monarquia compósita. Para o caso do século XVI, a hierarquia de valores era condicionada pelo que Marcel Mauss, em obra clássica, chamava de “economia moral do dom”⁸⁹. É importante atentar para as estratégias de ações desses protagonistas envolvidos em uma relação de hierarquia entre diferentes. Assim explica Maurice Godelier sobre a importância do dom:

“... aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir 'restituir' o que lhe foi dado⁹⁰.”

Raphael de Bluteau, em sua obra iniciada de 1711, já elucubrava uma divisão sobre o modo que as classes representativas de poder, as nobrezas, deveriam ser denominadas. Segundo ele, estas se classificariam da seguinte forma:

“... a nobreza hereditária he huma antiga successão de sangue de huma família, que teve pessoas illustres, & famosas em armas, ou letras ou outro

⁸⁹ Mauss em seus estudos sobre a economia moral do dom abordou as relações de reciprocidade: “dar”, “receber”, “retribuir”. MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1988.

⁹⁰ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 23.

exercício honesto, dos antepassados se derivou a gloria aos descendentes. A nobreza política, ou civil, he aquella que alguém logra, não pela successão do sangue, mas por respeito do posto, ou cargo nobre que exercida⁹¹.”

As redes de poder foram criadas e movimentadas a partir da economia do dom, que estava no epicentro da estrutura monárquica. Para o caso do Brasil, a Coroa concedia cargos administrativos e militares que, além do soldo pelo serviço, envolvia uma série de privilégios como isenção de impostos e outros benefícios que favoreciam o enriquecimento dos recebedores. Conforme Fernanda Olival, o mundo ibérico se constituiu:

“...em torno de realidades afins como a ideologia do serviço/recompensa, os laços múltiplos de interdependência e valias (muitas vezes ditos ‘clientelares’), bem como o poder da Monarquia sobre amplos recursos⁹²”.

A monarquia no Antigo Regime se relacionava através de um enlace de compromissos entre o beneficiado e o beneficiador. A liberalidade⁹³ era uma das mais importantes ações políticas do Antigo Regime e torna-se um conceito fundamental para a compreensão das redes de poder. Importa dizer, ainda, que conceitos como absolutismo e centralidade, compreendidos a partir do viés monárquico, devem ser relativizados. Mais importante seria compreender a complexidade e interatividade que estavam no cerne da dinâmica política da época. Os poderes central e local seriam complementares. A estratégia global adotada pela Monarquia Hispânica era a conservação e expansão do conjunto de seus

⁹¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. Vol 2, p. 732. Grifo nosso.

⁹² OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal, 1641-1789*. Lisboa: ESTAR Ed., 2001, p. 3-15.

⁹³ Liberalidade, de acordo com o pensamento de João Botero, significava “libertar os necessitados da miséria” e “promover a virtude”. João Botero, teórico italiano, aparentemente não pretendeu criar nenhuma doutrina, mas logo nas primeiras páginas de seu livro, define o que, para ele, seria razão de Estado, “o conhecimento de meios adequados a fundar, conservar e ampliar um domínio”. Explica Luís Reis Torgal, em estudo introdutório atrelado à obra, que o livro de Botero foi um verdadeiro best-seller em fins dos Quinhentos e no século XVII, “o que leva a ser entendido hoje como muito importante na estruturação do Estado Moderno, que teve a Contra Reforma como ponto de referência, pelo menos, em grande parte dos países católicos da Europa e nas suas ‘conquistas’ noutros continentes”. BOTERO, João. *Da razão de Estado*. (1589). Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução de Luís Reis Torgal. 1 ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. IX; p. 32.

territórios. E essa ação se dava por meio de iniciativas pontuais, relacionadas às circunstâncias que os momentos exigiam. Sobressaíam-se as ações diligentes, a capacidade própria dos agentes de se articularem, mas também de improvisarem, sobre isso comenta Guida Marques:

“No que toca especificamente à história do Brasil, podemos dizer que esse foi momento em que o Brasil se integrou plenamente no sistema imperial, suscitando um interesse crescente por parte da metrópole⁹⁴”.

Foi durante a dinastia filipina que teve início uma significativa expansão espacial. Essa ampliação esboçou a configuração atual do território brasileiro. Segundo Aroldo de Azevedo, raras foram as cidades criadas no quinhentismo. Conhecem-se apenas três exemplos que, anteriormente, não foram vilas nem povoados: Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada em 1549, São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565 e a cidade de Filipeia, em 1585⁹⁵. O termo “povoação” aparecia algumas vezes na documentação da época, como na primeira carta de sesmária destinada a João Afonso, “nesta Povoação de N. Senhora das Neves, Capitania da Paraíba⁹⁶”, mas o fato é que “cidade” era a designação oficial e a que mais se repetia. Sérgio Buarque de Holanda foi dos primeiros autores a perceber a importância das vilas e das cidades nos projetos de conquista dos ibéricos. Em especial, no caso espanhol, as cidades constituíam-se em pontos centrais de poder e de avanço na interiorização territorial das novas terras⁹⁷.

“A mesma dinâmica que mundializa o horizonte geográfico europeu revolucionou o ordenamento interno dos espaços do continente. O

⁹⁴ MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº. 27 (2002), p. 8.

⁹⁵ AZEVEDO, Aroldo de. As vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre-AGB*, São Paulo, n. 10, Janeiro-Julho, 1992, p. 29.

⁹⁶ TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910, p. 29.

⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Sobre tudo o capítulo IV, “O semeador e o ladrilhador”.

expansionismo é - e de forma conjugada - interno e externo à Europa⁹⁸.”

Como aponta Richard Konezke, “*la preponderancia del Estado en la colonización española fue un factor esencial en la creación de la sociedad colonial*”⁹⁹. As primeiras décadas da união das duas coroas ibéricas se constituíram, realmente, em “anos cruciais” para o Estado do Brasil, para usar uma expressão de Diego Rivero. Fazia parte do plano da Monarquia Hispânica assegurar suas possessões, estabelecer o controle de suas fronteiras e realizar uma reforma administrativa que fizesse com o que o Estado do Brasil canalizasse os recursos que necessitava¹⁰⁰. Além da modernização paulatina do sistema de governança, houve também importantes mudanças na legislação que era aplicável à colônia. Desde 1603, as Ordenações Filipinas orientaram e regularam a burocracia colonial, organizando a construção de engenhos, a distribuição de sesmarias, a fiscalização do comércio, a organização dos ordenados e ofícios, além dos cuidados com a defesa da região, com a devida contabilização das despesas com as fortificações que existiam e estabelecendo o regramento da atuação dessas instalações militares. Durante o período da União Ibérica, foi registrada, também, uma intensa intervenção por parte da Monarquia, promovendo a promulgação de novas leis que tratavam da política indigenista, ao mesmo tempo em que havia uma nítida intenção de diminuir o poder da Companhia de Jesus na América portuguesa. Ressaltamos, ainda, que foi durante o período da união das duas coroas, que se deu a criação de instituições como o Conselho da Índia e o Tribunal da Relação, que centralizou todo o aparato jurídico colonial na Bahia. Posteriormente, já no Reinado de Filipe IV, a Monarquia se viu diante do desafio de conservar a estrutura de governo que fora instituída para o território e a própria manutenção das terras frente à ameaça estrangeira.

⁹⁸ Conforme Moraes, respectivamente, a particularidade europeia no longo século XVI está justamente em vivenciar um múltiplo e integrado processo de expansão, que associaria formações territoriais díspares. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p. 50.

⁹⁹ KONETZKE, Richard. “Estado y Sociedad en las Indias”. *Estudios Americanos*. Sevilla, 8, 1951, p. 36-37.

¹⁰⁰ GONZALO RIVERO, Diego. *Brazil: The Crucial Years (1570-1612)*. Athens: University of Georgia, 1981, p. 256.

4. Objetivos e fontes

O objetivo mais geral desta tese será compreender a política colonial espanhola para a região da Paraíba, ou seja, demonstrar de forma investigativa o percurso que conduz à compreensão da inserção desse território no horizonte da Monarquia Hispânica. A zona costeira da Paraíba, por se encontrar na posição mais oriental das Américas, representava um vetor militar importante do planejamento defensivo espanhol para o Atlântico. Um dos argumentos centrais desta tese é ressaltar que a conquista e posterior ocupação da região foram fomentadas pela política dos Habsburgo em uma tentativa de articular e aprimorar as defesas do seu império no Atlântico. Os debates, na esfera da administração régia, sobre as fortificações na região da Paraíba demonstram uma clara preocupação com a defesa da área, em uma época atormentada pela ameaça constante de invasões “estrangeiras”.

Nos documentos contemporâneos da conquista da Paraíba, o espaço a ser conquistado aparecia muitas vezes na documentação como “capitania da Paraíba”, “capitania do rio Paraíba”, “povoação do Paraíba” ou mesmo simplesmente, “rio Paraíba”. Isso reforça que todo o esforço posto na conquista do território tinha como finalidade máxima ocupar e guarnecer a região do entorno e foz do referido rio Paraíba que era, então, dominada pelos índios Potiguara e pelos entrelopos franceses que traficavam na área. A criação da Capitania da Paraíba respondia a duas demandas principais: a necessidade de proteger a região contra os ataques dos franceses e, ao mesmo tempo, ser um anteparo da última fronteira em direção ao Peru. Foi a partir desse contexto que as tropas luso-castelhanas comandadas pelo general Diego Flores de Valdés conquistaram, em 1584, a região da Paraíba, com a edificação de um forte denominado *San Phelipe y Sanctiago*, localizado na embocadura do rio. Esta foi a primeira ação efetiva para ocupação do território. Cerca de um ano depois, já não mais existindo esta primeira fortificação, uma nova expedição de conquista foi viabilizada, após um pacto firmado pelos ibéricos com a nação Tabajara, que chegara à região. Isso possibilitou a construção de um novo forte e nas cercanias desta fortificação, se instalou a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (a atual cidade de João Pessoa), topônimo que homenageava o monarca Habsburgo.

Objetivo:

Temos, como objetivo principal, demonstrar que a conquista Paraíba foi motivada por uma iniciativa dos Habsburgo em uma tentativa aprimorar as suas defesas no Atlântico. Dentre as principais iniciativas engendradas pelos Habsburgos, a partir de sua política militar, estava reforçar a estratégia de defesa para maior segurança da circulação de mercadorias no Atlântico e, também, legitimar o governo de Filipe II na América portuguesa. Como visto na documentação consultada, seja ela portuguesa ou espanhola, a preocupação com a defesa da Paraíba estava na ordem do dia nos debates na Corte, de acordo com os relatos das autoridades formais. Além da posição geográfica favorável, a Paraíba possuía dois bons ancoradouros (a Baía da Traição e a região próxima ao Forte de Cabedelo). Filipe II ainda não havia assumido formalmente o trono português, no ano de 1580, e o assunto da defesa da região da Paraíba já aparecia nas suas deliberações, em razão das informações que lhe chegavam acerca da presença constante de franceses na costa da Paraíba¹⁰¹.

Hipóteses:

- A conquista da Paraíba sempre foi vista como uma empresa que envolveu recursos de particulares, oriundos principalmente da Capitania de Pernambuco e do Governo-geral do Brasil. Com esta tese, demonstramos que, além disso, houve a contribuição advinda de investimentos aportados pelo capital estrangeiro europeu ligado às mais importantes redes de negócio da época.
- O fortalecimento do sistema defensivo da Capitania da Paraíba deu-se através do estabelecimento de políticas específicas e investimentos da própria Fazenda Real, diferentemente do que acontecia em outras regiões da América portuguesa, onde a maior parte da inversão régia dizia respeito, naquela época, à defesa naval.
- No tocante à Capitania da Paraíba, o pretense exclusivismo português nas nomeações dos cargos (como acordado em Tomar, em 1581) não vigorou de forma plena.

¹⁰¹ Biblioteca da Ajuda, Códice 49-X-2, f. 237. “Lembrança para el Rey nosso senhor sobre a redução das capitanias da costa do Brasil”. 25 de setembro de 1580.

Durante o período da união das coroas ibéricas, quatro espanhóis ocuparam cargos de governança na Capitania.

- O estudo da trajetória de personagens que estavam vinculados à organização da estrutura política e administrativa da Capitania da Paraíba e, os debates travados na esfera da administração régia, ajudam a compreender o nexu articulado das elites coloniais para obtenção de mercês para si e para o fortalecimento da carreira de seu entorno familiar.

Não se pode compreender a conquista da região da Capitania da Paraíba de forma alheia aos planos da Monarquia Hispânica para a América portuguesa. A estratégia mais urgente naquele momento era a defesa do território constantemente ameaçado pelo curso francês. No entanto, a expansão territorial, além dos objetivos econômicos, também foi motivada por interesses particulares, já que atrelado às vitórias viriam as recompensas, sob a forma de ofícios, cargos e remunerações. Não existia uma contraposição entre os projetos imperiais, concebidos por uma parte da burocracia luso-espanhola, e os interesses particulares de homens que buscavam riquezas, novas oportunidades, cargos e mercês¹⁰². Por outro lado, a localização do Brasil atuava de certa forma como um escudo que poderia ajudar na defesa dos territórios mais valiosos, até então, para a Monarquia Hispânica. Era nítida a preocupação da Coroa com a conservação daquela região.

Antes de passar à apresentação dos capítulos faz-se necessário um breve comentário sobre a documentação utilizada no trabalho. Foi necessário inventariar os manuscritos disponíveis, fontes que estavam dispersas por inúmeros arquivos – mormente, os arquivos institucionais portugueses e espanhóis – e organizá-las de forma adequada, respeitando a lógica da sua produção. Juntamente a essa documentação oficial fomos articulando um arsenal importante, mais diversificado e fragmentado, de outras fontes localizadas em arquivos nos Estados Unidos e na França. Essas fontes oficiais nos ajudaram a compreender o perfil político de alguns “homens de governança” e também de que modo certas temáticas “locais” eram discutidas na corte.

¹⁰² CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. [online]. 2011, vol.31, n.61, p. 333.

A existência de um projeto para a integração da região pode ser deduzida a partir da análise da documentação oficial disponível nos arquivos pesquisados. Por outro lado, também foi levado em consideração o material produzido por atores protagonistas e secundários dos fatos e episódios transcorridos no período, tais como mercadores, oficiais, militares e religiosos (cartas, relatórios, crônicas) enviados a Lisboa ou Madri. A partir da compreensão do cenário, da construção dos personagens, é que se vai revelando o entendimento do universo que nos dispomos a trabalhar. Quanto à transcrição paleográfica da documentação, respeitamos a grafia original e o uso de maiúsculas e minúsculas. Quando necessário, optamos por utilizar espaçamentos, pela manutenção dos sinais de pontuação originais e a complementação das abreviaturas utilizadas no decorrer dos textos. Optamos por realizar a separação das sílabas que, no original, aparecem unidas e utilizamos a colocação de [...] para excertos que estivessem ilegíveis. Nossa intervenção, com algum acréscimo, ocorreu apenas quando se fez estritamente necessário para a compreensão do documento. Nas citações de documentos impressos, foram mantidas a grafia e a pontuação originais.

Inevitavelmente, como em quase todos os estudos referentes ao período colonial, foram aqui utilizados documentos produzidos, nomeadamente pela administração colonial, que seriam documentação régia, das ordens religiosas, do clero secular. Também utilizamos crônicas e outras relações contemporâneas ao período que constituem importantes testemunhos para o estudo da Paraíba colonial. Importa mencionar que mesmo nos raríssimos casos de relatos de origem indígena, como é o caso dos escritos de Pedro Poti, o protagonismo europeu acaba sendo evidenciado. Tal documentação, se cotejada com fontes de outra natureza como, por exemplo, etnográfica, produzidas pelos povos originários da região, poderia elucidar alguns aspectos ainda nebulosos do período, mas isso não foi possível devido à ausência desse tipo de suporte metodológico.

Escolhemos como marco temporal para este trabalho o período que vai de 1570 - década importante já que em 1574 ocorre a primeira expedição (não planejada) de conquista na região da Paraíba - ao ano de 1630. Devemos pontuar que não faz parte do nosso objetivo especular de forma especial o período de dominação holandesa na Paraíba. No geral, a maior parte dos trabalhos vinculados a essa quadra temporal dizem respeito ou foram inteiramente dedicados à questão das invasões holandesas. A experiência colonialista e administrativa de um governo holandês para a Paraíba, por si só, seria motivo para outras teses.

Nossa escolha cronológica deveu-se, sobretudo, ao corpus documental utilizado: para o período de 1570-1630 há um conjunto importante de informações advindas de provisões

reais e de burocratas da Corte, cartas régias, pareceres e requerimentos. A região da Paraíba aparece diversas vezes na documentação burocrática em debates e ações propostos no Conselho real. Tal fato, notadamente, está atrelado ao movimento de integração do Brasil ao sistema imperial durante a União Ibérica, suscitando um maior interesse por parte do Reino¹⁰³. Especificamente, sobre a Câmara da cidade de Filipeia, as atas não mais existem e delas não há cópias nem no Arquivo Público do Estado da Paraíba, nem no Instituto Histórico Geográfico da Paraíba. Encontramos alguns fragmentos no *Livro do Tombo do Mosteyro de Sam Bento* que foram confrontadas com outras fontes documentais. Os assuntos giram em torno de doações de terras, demarcações, pregões e escrituras de vendas de sesmarias, o que nos permite apenas pincelar algumas indicações de garimpeiro.

Nenhum roteiro documental e bibliográfico pode ter a pretensão de esgotar uma temática sobre a qual se dispõe a investigar. Passaremos a dissertar brevemente acerca das fontes históricas contemporâneas mais importantes relacionadas diretamente à Paraíba. O documento mais caro para os anos que imediatamente antecederam à conquista da Paraíba até 1587 é uma crônica anônima denominada pelo longo título de: *Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba; escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil*. O *Sumário das Armadas*, em sua forma abreviada, foi um dos primeiros escritos cronísticos¹⁰⁴ sobre a Paraíba. A obra surgiu a partir de dois apógrafos, um localizado em Lisboa e outro em Évora, ambos do século XVII¹⁰⁵.

O autor do *Sumário das Armadas* faz uma descrição histórica e geográfica da Paraíba, enumerando as vantagens e benefícios em povoar aquela terra, mas foge do usual estilo

¹⁰³ MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”. *Penélope*. Fazer e Desfazer a História, n°. 27 (2002), p. 7-35.

¹⁰⁴ No decorrer deste trabalho, utilizamos com certa liberdade tanto história, quanto crônica, devido à inexistência de uma fronteira nítida, ao menos no século XVI, entre essas duas terminologias. A distinção metodológica surgirá, como se sabe, com o estabelecimento da formalização da ciência histórica, o que ocorreu ainda durante o século XIX. De todo modo, pensamos ser importante delimitar alguns aspectos referentes às narrativas quinhentistas e seiscentistas, tendo por norte a discussão que faz a historiadora Maria Lêda Oliveira, em seu estudo sobre Frei Vicente do Salvador, sobre a historiografia no chamado período barroco: “O presente, como fonte ‘inspiradora’ para a construção da escrita da História, conflui necessariamente para a utilidade do discurso, o qual, para ser ‘corretamente útil’, deveria ser demonstrado através da experiência”. OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, p. 74.

¹⁰⁵ Há precisamente três estudos acadêmicos sobre o *Sumário das Armadas*: BATISTA, Adriel Fontenele. *O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012; COLAS, Christian. *Le Sumario das Armadas, chronique oubliée d'une conquête dans le Brésil du XVIème*. Tese. Université Paris III Sorbonne Nouvelle, Paris; MACHADO, Mariana de Oliveira. *O "Sumário das Armadas" (c. 1589): estudo e fixação do texto*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2018.

laudatório da época, menciona, por exemplo, que “todo o sertão do Brasil é muito estéril e de pouco mato, e terra desventurada¹⁰⁶”. O *Sumário*, como outras crônicas, foi utilizado para referenciar a história da Paraíba distinguindo-a de certa maneira de outras historiografias locais. O historiador Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, ex-presidente do IHGP, em estudo sobre a historiografia paraibana, compara em importância o *Sumário das Armadas* à carta de Caminha¹⁰⁷, ao modo da historiografia clássica, buscando resgatar em um passado dourado essa herança identitária da “paraibanidade”. O fato é que o autor jesuíta anônimo¹⁰⁸ deixa evidente que utilizou outras fontes escritas de modo a redigir a sua história, assim explicando:

“Mas tornando já ao ponto, donde me diverti, por dar uma breve relação das coisas que, nos livros que falam do Brasil, não achei escritas.¹⁰⁹”

Lins aponta no mesmo estudo dois textos anteriores ao *Sumário* que, provavelmente, foram aproveitados pelo autor anônimo. São dois textos distintos escritos, em 1584, pelo religioso José de Anchieta que mencionam episódios referentes à Paraíba. O primeiro fala da vinda de três religiosos da Ordem do Carmo para a Paraíba, mas como a ocupação da terra não vingou, eles migraram para Pernambuco (*Informação do Brazil e de suas capitâneas*¹¹⁰). O segundo menciona as guerras pela conquista da Paraíba, contextualizado o fato a partir da chegada de Flores de Valdes. Quando relata o ataque dos Potiguara ao Forte de *San Phelipe y Sanctiago*, diz Anchieta: “que quase mortos de fome se viram obrigados a alimentar da carne

¹⁰⁶ SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 23.

¹⁰⁷ “Esta crônica tem sido ultimamente cognominada de a “Certidão de Batismo da Paraíba” à semelhança do que ocorrera antes com a famosa Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, D. Manuel, O Venturoso, a seu turno, denominada de a “Certidão de Nascimento do Brasil”. Mesmo sabendo que o *Sumário das Armadas*, a rigor, não é cronologicamente a relação mais antiga sobre a Paraíba, aquela analogia entre esta crônica anônima e a Carta de Pero Vaz de Caminha é razoavelmente aceitável, todavia, somente até certo ponto, uma vez que esta Carta... descreve certos episódios históricos *in statu nascendi*, em que as fontes do relato foram exclusivamente os fatos observados pelo missivista, à medida que iam acontecendo.” LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila. *Historiografia e Historiadores Paraibanos*. João Pessoa: Empório dos Livros, 1999, p. 11.

¹⁰⁸ Sabe-se que o autor do *Sumário das Armadas* era um religioso jesuíta, pois a obra foi encomendada pelo padre visitador da Companhia de Jesus no Brasil, Cristóvão de Gouveia.

¹⁰⁹ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 26.

¹¹⁰ ANCHIETA, José de. *Informação do Brazil e de suas capitâneas* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964.

de cavalo” (*Breve narração das coisas relativas...*¹¹¹). Esse mesmo acontecimento é narrado, assim, no *Sumário das Armadas*:

“No agosto logo seguinte, que do forte cresciam os requerimentos, apertados da guerra e fome, que até os cavalos tinham comido¹¹².”

A mais antiga obra especificamente referente à Paraíba é a “*Relación cierta y verdadera que trata de la victoria y toma de la Parayva, que el ilustre señor Diego Flores de Valdés, tomó con la Armada de su Majestad Real [...]*”, obra pouco conhecida que publicamos nos anexos, de forma integral, a partir do manuscrito original. A crônica, um opúsculo em versos sobre a conquista da Paraíba, foi publicada em Sevilha, em 1584, por Juan Peraza¹¹³, soldado da frota de Flores de Valdés. A segunda impressão veio apenas em 1881, em Madri, pelas mãos de Cesáreo Duro em sua famosa obra *Arca de Noé*. No Brasil, essa crônica foi publicada apenas de forma parcial nas notas informativas escritas por Capistrano de Abreu que constam nas secções vinculadas aos capítulos da *História Geral do Brasil*¹¹⁴, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Uma fonte castelhana da maior importância para nossa pesquisa é o manuscrito inédito intitulado *Relación de Pedro de Rada*. O documento é o mais importante relato sobre a expedição do espanhol Diego Flores de Valdés denominada “Armada do Estreito”, em 1581. Pedro de Rada, *escribano mayor* da armada, e que durante toda a jornada navegou a bordo na nau *capitana San Cristobál*, escreveu o mais completo relato sobre os acontecimentos da expedição. O manuscrito consta de quase 200 fólios que incluem, além do relatório detalhado de toda a empresa, cópias de vários documentos oficiais referentes aos sucessos da expedição, em especial aqueles acontecidos na costa do Brasil. Desconhecem-se

¹¹¹ “Breve narração das coisas relativas aos collegios e residencias da Companhia nesta Provincia Brasília, no Ano de 1584”, In: ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

¹¹² SUMÁRIO das Amadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 44.

¹¹³ Assim explica Pedro Calmon, nos moldes da tradição clássica do IHGB, considerando sobre a *Relación* de Juan Peraza: “prefácio da história paraibana, ou, mais propriamente, a sua maviosa certidão de nascimento”. CALMON, Pedro. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Tomo III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013, p. 197.

¹¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal*; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 391.

os motivos pelos quais o códice redigido pelo *escribano mayor* da esquadra nunca ter sido localizado nos dois principais arquivos estatais espanhóis que acolhem documentação dessa espécie – o *Archivo General de Simancas* e o *Archivo General de Indias*, em Sevilha. Em vez disso, o manuscrito e seus apensos ficaram “esquecidos” em arquivos privados durante mais de quatro séculos, transitando em mãos de particulares, até serem adquiridos, em 1999, pela Huntington Library, biblioteca localizada na Califórnia, nos Estados Unidos. A *Relación de Pedro de Rada*¹¹⁵ será utilizada nessa pesquisa como fonte presencial e preferencial sobre os feitos e fatos da esquadra sob o comando do general Diego Flores de Valdés.

Outra importante fonte que merece ser destacada aqui é o *Livro do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba*, obra idealizada sob os auspícios do frei João de Santa Clara entre os anos de 1714 e 1718. O livro, publicado pela primeira vez entre os anos de 1948 e 1949 no Recife, representa um trabalho robusto e importante de catalogação e transcrição de uma rica documentação do período colonial da Paraíba, desde o ano de 1587. Através dessa compilação é possível conhecer a dinâmica da cidade de Filipeia nos seus primórdios: os assuntos mais importantes tratados na Câmara da cidade, as sesmarias que foram cedidas e posteriormente repassadas, os “officiaes” ou vereadores que compunham o quadro político da cidade, dentre outras valiosas informações.

Temos ainda uma fonte especialmente importante para nossa temática de investigação, a obra *Diálogo das Grandezas do Brasil* que foi, para José Honório Rodrigues, “a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida e da sociedade” do Seiscentos na América portuguesa¹¹⁶. Esta foi uma das mais importantes obras de informação sobre o Brasil no século XVII e acabou fazendo parte do panteão dos chamados “textos fundadores” da historiografia brasileira, para utilizar uma acepção clássica, formado pelos primeiros cronistas que escreveram sobre os primórdios da colonização. Pelo menos foi assim que estudiosos, como o já mencionado José Honório Rodrigues, mas também Jaime Cortesão, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo

¹¹⁵ O título original da *Relación* é “*Relacion del subçeso que esta Real Armada de Su Mag. que mandó entrar em el Rio de Sevilla y puerto de Sanlucar de barrameda por el estrecho de Magallanes de general capitán Diego Florez, cavallero de la orden de Santiago el año pasado de 1581. Escrito por mi pedro de Rada, escribano mayor*”. *Relación de Pedro de Rada*. MS HM 59416. Agradecemos a Henry E. Huntington Library (HL) de San Marino, na Califórnia, instituição que abriga atualmente o manuscrito, pela possibilidade de utilizá-lo neste trabalho.

¹¹⁶ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. 1ª parte Historiografia Colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p. 371.

Garcia e José Antonio Gonsalves de Mello, trataram a obra. Aliás, foi Gonsalves de Mello¹¹⁷ quem, através de uma argumentação clara, resolveu quase que definitivamente a questão da autoria do *Diálogo*. A seu ver, estavam certos tanto Capistrano de Abreu, quanto Rodolfo Garcia, que viam em Ambrósio Fernandes Brandão o verdadeiro autor do livro.

A partir do corpus documental que utilizamos podemos perscrutar algumas evidências. A incorporação lusitana à Monarquia Hispânica não trouxe benefícios apenas para as classes vinculadas à Corte ou para os participantes dos Conselhos de Estado. Além dos vários projetos políticos e administrativos para a integração daquele território pela Monarquia Hispânica, havia ainda os projetos individuais e coletivos para a obtenção de mercês, cargos, reconhecimento político e ascensão social. Esses diversos projetos, muitas vezes engendrados através das redes familiares, coexistiam dentro da fórmula política da dinastia dos Habsburgo e podiam também representar inúmeros conflitos entre interesses locais e interesses imperiais, isso sem contar os interesses dos “brasilienses¹¹⁸” que se utilizavam das rivalidades europeias em favor de suas próprias pretensões.

Uma análise mais apurada faz surgir dados relevantes acerca da dinâmica da vida daquela sociedade: a preocupação com a defesa do território, a luta constante contra os grupos indígenas, os conflitos entre as autoridades régias – apenas para abordar os temas mais presentes na documentação utilizada nesta pesquisa. Acreditamos ser este o principal caminho trilhado para concretização desta investigação: adquirir novos elementos sobre o período da chamada União Ibérica com foco na América portuguesa e, portanto, contribuir com a produção do conhecimento historiográfico sobre essa temática, além de, notadamente, ajudar a ampliar a discussão sobre o período filipino no Brasil.

Dividimos este trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo, procuramos tratar dos anos que antecederam a conquista das terras da Capitania da Paraíba, que era conhecida, pelos cronistas da época, como “porto dos franceses” ou “costa dos Potiguara”. Foi nosso intuito desmistificar algumas constatações que eram inamovíveis na historiografia com respeito às incursões dos franceses que vinham, constantemente, traficar na costa da Paraíba, ao que se sabe com mais insistência na segunda metade do século XVI. Tratamos, também, sobre a temática do pau-brasil e do posterior decréscimo de importância do item, a partir da

¹¹⁷ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandezas do Brasil*. 2ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Melo. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

¹¹⁸ O termo “brasiliense” é utilizado tanto pela cronística portuguesa, quanto holandesa, “*brasiliens*”. Ver: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 173. RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 98.

década de 1570, do ponto de vista arrecadatório. Por essa época, as receitas advindas da madeira tintureira passam para um segundo plano em relação às rendas proporcionadas pelo comércio do açúcar. No entanto, de forma até contraditória, em valores absolutos, aumentaram as quantidades de madeira que eram retiradas. Para este capítulo, nos baseamos, sobretudo, nos relatos dos cronistas coetâneos.

No segundo capítulo, tratamos em detalhes da preparação da Armada do Estreito, como ficou conhecida a expedição, e da sua atuação na conquista da Paraíba. Foi nossa intenção compreender a construção de certa memória negativa que foi formada sobre a participação do general asturiano Diego Flores de Valdés no comando da Armada do Estreito (e, também, os escritos que foram produzidos contemporaneamente sobre a expedição) e a sua vinda à Paraíba. Constatamos que a empresa de conquista do território da região que, atualmente, constitui o Estado da Paraíba foi uma iniciativa em que a Monarquia Hispânica se envolveu diretamente. Também pretendemos fazer um balanço historiográfico acerca do entendimento sobre a compreensão, até então sedimentada, de que a jornada do general asturiano à Paraíba teria sido um evento casual, não previsto, o que foi absorvido tanto pela historiografia clássica, quanto por autores atuais. Utilizamos como fontes para este capítulo, as crônicas contemporâneas aos acontecimentos, a documentação oficial régia e o esclarecedor manuscrito, desconhecido até há poucos anos, sobre a jornada, a *Relación* redigida por importante componente da expedição, o escrivão da Armada, Pedro de Rada.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar a conjuntura geopolítica em que a região da Paraíba estava inserida, destacando o papel desempenhado pelos europeus e os povos indígenas durante a consolidação da colonização do território. Procuramos, também, analisar como os indígenas, em particular os Potiguara, foram vistos na tradição historiográfica. Foi ainda nossa intenção, analisar de que forma foi tratada pela cronística a suposta desarmonia que existia entre castelhanos e portugueses e a influência que era, então, exercida pela Companhia de Jesus no Brasil. Na América espanhola, as ordens religiosas jamais conseguiram possuir a força que os jesuítas obtiveram nos domínios portugueses. Os conflitos entre autoridades portuguesas e castelhanas, também, eram frequentes na Paraíba. Para além da tensão crescente com os indígenas, os “homens de governança” deveriam ainda resolver essas contendas internas entre os ibéricos involucrados em suas praças de guerra. Neste capítulo, também tratamos acerca desse quadro conflituoso que envolveu a colonização da Paraíba nos seus primeiros anos e as estratégias de enriquecimento pessoal e ascensão social promovidos a partir da distribuição de cargos no mundo ultramarino.

No quarto capítulo, tratamos de demonstrar que a Capitania da Paraíba, apesar de sua vizinhança com as Capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, apresentava uma configuração política diferente da desses outros territórios. A Paraíba surge como Capitania régia, ou seja, desde os seus primórdios pertenceu à Coroa. Essa era uma diferenciação fática e, também, de direito no que diz respeito às formas de condução e gestão da conquista da terra. Entre os últimos anos do século XVI e princípios do século XVII, houve a adoção de uma atividade metódica no sentido de zelar pela defesa da costa brasileira, com a construção de fortalezas e o envio de frotas de socorro para a região. No capítulo, também tratamos de compreender a lógica do cuidado com a conservação do território que era, naqueles tempos, uma preocupação constante da Monarquia, como demonstra a sequência de fortificações costeiras que surgiram no Brasil. Abordamos, ainda, no mesmo capítulo, de forma ampla, as questões fazendárias ocorridas na Paraíba nas primeiras décadas do século XVII.

Finalmente, no último capítulo, buscamos estudar algumas trajetórias de personagens que construíram relações entre a América portuguesa e a Monarquia Hispânica. O capítulo, que é uma espécie de fusão dos anteriores, foi dividido em três tópicos: *Trajetórias econômicas*, *Trajetórias políticas* e *Trajetórias arbitristas*. No primeiro ponto, tratamos de alguns aspectos acerca do investimento feito para a conquista da região – uma iniciativa pioneira na América portuguesa. Em 1584, quando da expedição de Valdés destinada à Paraíba, a Fazenda Real para subsidiá-la utilizou recursos de terceiros, ao contrair um empréstimo com o milanês Giovanni Batista Rovellasca, na época um dos principais mercadores estabelecidos na Corte. A participação de grandes comerciantes no financiamento da empresa colonial da conquista da Paraíba é um fato inédito na historiografia, nunca antes mencionado nos estudos sobre o período colonial. Além de Rovellasca, outra trajetória analisada foi a de Pedro Cadena, um burocrata que começou sua trajetória na Capitania da Paraíba como militar e que, posteriormente, obteve um dos cargos mais ambicionados do período colonial. No segundo tópico, foi estudada a singularidade da Capitania da Paraíba no que diz respeito à nomeação de alguns espanhóis para cargos de governança. Pelo menos naquele território, o suposto exclusivismo português nas nomeações dos cargos (como acordado em Tomar, em 1581) não vigorou de forma plena. Durante o período da Monarquia Hispânica, quatro espanhóis ocuparam cargos de governança na Capitania. Por fim, no último tópico, discutimos alguns preceitos arbitristas, analisamos algumas obras que pretendiam divulgar as potencialidades do Brasil, mas também o tom anti-castelhanista presente em algumas crônicas contemporâneas.

CAPÍTULO 1

LA TERRE DU BRÉSIL: CONTRABANDO E GUERRAS DE CONQUISTA

1. Os franceses e o pau-brasil

Em 1493, Colombo retornava de sua primeira viagem à América. Portugal havia reclamado à Castela que aquelas terras lhe pertenciam, com base no Tratado de Alacáçovas (1479). Essa foi uma questão levada ao papa Alexandre VI que, conforme o historiador A. H. de Oliveira Marques “fez gizar apressadamente uma bula, dividindo o mundo desconhecido” em duas partes, a ocidental para Castela e a oriental para Portugal, “segundo um meridiano passando a 100 léguas (320 milhas) a oeste dos Açores ou das ilhas do Cabo Verde¹¹⁹”. Um tratado firmado, em 1494, entre os dois países ibéricos, na cidade castelhana de Tordesilhas, alterou a linha divisória determinada pela bula papal, movendo-a cerca de 1.600 quilômetros para oeste¹²⁰, o que assegurou aos lusitanos à posse de um extenso território litorâneo na América do Sul.

Os franceses não reconheciam essa exclusividade de Portugal às terras brasileiras, não respeitavam qualquer pretensão lusa que não fosse fundada numa ocupação efetiva do solo e, conforme Harold Johnson, “consideravam seus navios e comerciantes livres para comerciar com qualquer região do Brasil não-ocupada efetivamente pelos portugueses – o que significava, de fato, praticamente toda a costa¹²¹”. As incursões de contrabandistas e entrelopos franceses às costas brasileiras iniciaram quase ao mesmo tempo da chegada dos

¹¹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009, p. 201-205.

¹²⁰ CROWLEY, Roger. *Conquistadores, como Portugal forjou o primeiro império global*. São Paulo: Editora Planeta, 2016, p. 52.

¹²¹ JOHNSON, Harold. “A colonização portuguesa no Brasil”. In: BETHEL, Leslie (org.), *História da América Latina: A América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 252.

primeiros portugueses ao Brasil. Os traficantes franceses, originários da Bretanha e Normandia, harmonizados com os indígenas Potiguara, tinham como atividade principal o resgate do pau-brasil. Para Capistrano de Abreu “durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos *Peró* (portugueses) ou aos *Mair* (franceses¹²²)”.

Madeira de grande valor comercial, a *Caesalpinia echinata*, dela se extraía, na época, o material aplicado em tinturaria utilizado na indústria têxtil. Até então, a matéria corante dos tecidos era obtida de madeira similar trazida do Oriente. A *Caesalpinia echinata*, nome científico do pau-brasil, era uma espécie vegetal de característica “mais litorânea que sertaneja, e a prova é que foi encontrada quase que imediatamente pelos descobridores, pois sua exploração começou muito cedo, já em 1503¹²³”, ficando sua extração limitada a uma área restrita, do litoral, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, que ficou conhecida como a “costa do pau-brasil”. Foram esses, certamente, os locais mais frequentados pelas naus dos contratantes em busca de pau-brasil. Para o historiador Paul Gaffarel, na sua *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, o resgate do pau-brasil era a principal motivação da traficância dos franceses nas costas brasileiras, ficando o algodão, demais produtos e animais coletados na terra como mera curiosidade, “*le coton et les épices ne figuraient encore qu'à titre de curiosité, mais il n'en était pas de même pour les bois précieux, et spécialement pour les bois de teinture, qui formaient le chargement essentiel de nos navires*¹²⁴”.

A importância do pau-brasil era, à época, de tal ordem que o nome do Brasil já era bem conhecido e figurava em portulanos anteriores às descobertas dos portugueses. A abundância da madeira tintureira no local e o “comércio sobre ela fundado desde o começo¹²⁵” se encarregaram de vincular a denominação à América Portuguesa, em detrimento de outras designações que lhe foram dadas, como a de Terra de Santa Cruz, contra a manifesta irresignação do cronista Pero de Magalhães Gândavo, que reprovava a mudança do nome “por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos; ao qual chamaram brasil por ser vermelho e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil”, creditando a alteração ao “Demonio que tanto

¹²² ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 74.

¹²³ SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-Brasil na História Nacional*. Edição fac-similar da edição de 1939. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1999, p. 3.

¹²⁴ GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonnedve, Libraires-Éditeurs, 1878, p. 79.

¹²⁵ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 69.

trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz¹²⁶. O Brasil surgia como um paraíso terrestre motivado por sua natureza, mas também encarnaria o inferno¹²⁷, segundo alguns cronistas.



MAPA 1
Atlas Miller, *Terra Brasilis* (1519)
Bibliothèque Nationale de France

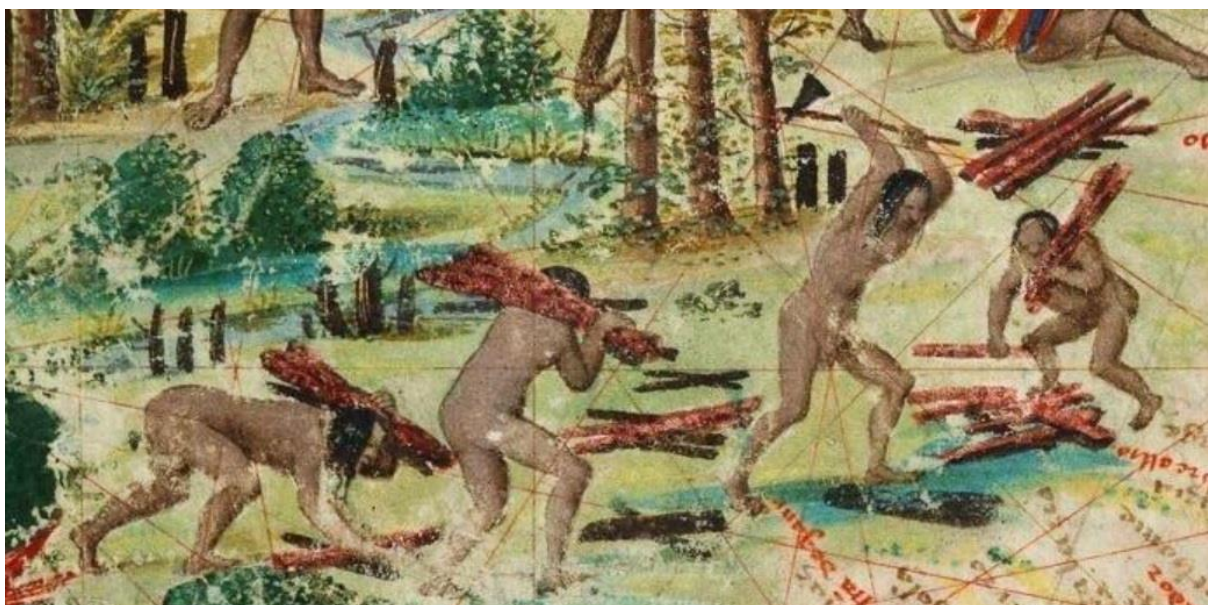
O mapa “Terra Brasilis”, retirado do Atlas Miller, traz uma representação de parte da América do Sul com o litoral brasileiro demarcado ao longo da Mata Atlântica. Nessa

¹²⁶ GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. História da Província Santa Cruz. São Paulo: Editora Obelisco, 1964, p. 26.

¹²⁷ Sobre essa questão, explica Laura de Mello e Souza: “A infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador, passando paulatinamente a integrar, também o universo dos colonos e dando ainda espaço para que, entre eles, se imiscuísse o Purgatório. Durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e do Purgatório”. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 372.

ilustração é possível ver, com riqueza de detalhes, como era feita a extração do pau-brasil com a força de trabalho dos indígenas. Aliás, uma das primeiras representações gráficas dos indígenas no Brasil pode ser vista no mapa “Terra Brasilis”, de 1519, cuja autoria é atribuída a Lopo de Homem com Pedro e Jorge Reinel. O mapa, detalhado e colorido, faz parte do chamado Atlas Miller, e mostra a costa do Brasil e parte do Atlântico central. Como explica Jaime Cortesão:

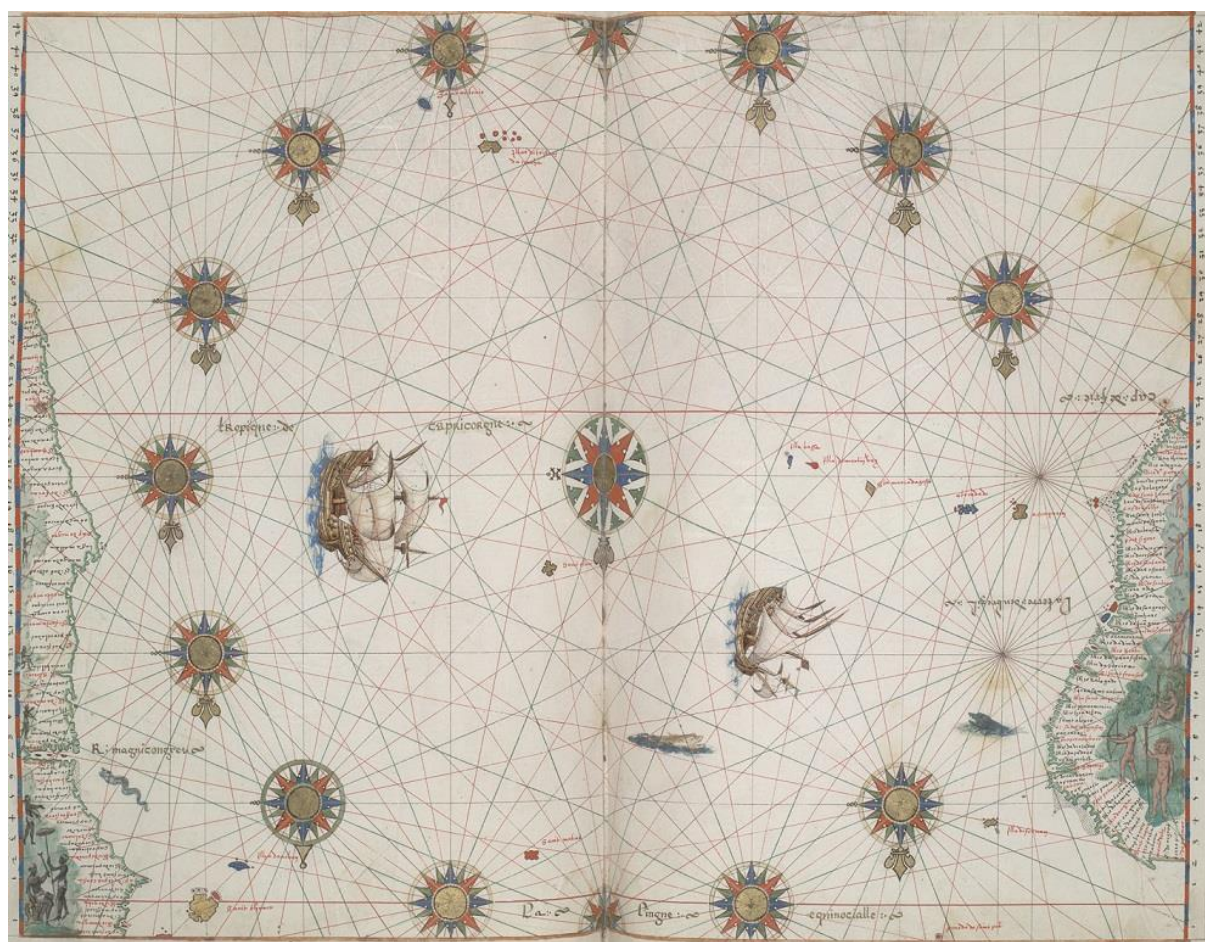
“(no mapa) figura o indígena do Brasil, perfeitamente caracterizado, quer revestido de cinto, da capa e do diadema de penas rutilantes, e empunhando com gesto decidido o arco e as flechas, quer inteiramente nu, ou cortando o pau-brasil, carregando os respectivos molhos, já despidos os toros de casca e alburno e reduzidos ao âmago vermelho. A acha de ferro, índice diferenciador das duas civilizações que se defrontam, figura na mão dum dos indígenas, vivamente empunhada e desferida contra o toro do pau de tinta¹²⁸.”



Detalhe do MAPA 1, “Terra Brasilis”, 1519
Atlas Miller
Bibliothèque Nationale de France

¹²⁸ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009, p. 324.

A chamada “*école de cartographie de Dieppe*” produziu um dos mais bonitos e inovadores atlas da história da cartografia que, naquela época, mais que uma arte técnica que auxiliava as navegações, era uma estratégia política¹²⁹. O “Atlas Vallard” é uma coleção de quinze mapas, localizado atualmente na Huntington Library, nos Estados Unidos. O “Atlas Vallard” apresenta ilustrações detalhadas com miniaturas semelhantes àsquelas encontradas no “Atlas Miller”. São apresentados excertos “fotográficos”, provas testemunhais da vida que acontecia no curso da colonização, bem como o cotidiano dos povos nativos do Brasil, nos territórios recém-descobertos, até o mundo conhecido de 1545.



MAPA 2
The Atlantic Ocean with the coasts of Africa and Brazil
Atlas Vallard, 1547.
Huntington Library, HM 29, f. 6.

¹²⁹ DOMÍNGUEZ-OSSA, Camilo. “El arte de navegar en las rutas de América, siglos XV a XIX”. *Boletín Cultural y Bibliográfico*. Vol. L, Núm. 90, 2016, p. 5-26.

Nos primeiros decênios do século XVI, no Brasil, os portugueses carregavam suas embarcações com o pau de tinta em precários pontos de resgate no litoral, localizados em enseadas, baías ou barras de rios, de modo a facilitar a aproximação das naus para o transporte dos toros da madeira. Esses postos de coleta, chamados de feitorias, para Rodolfo Garcia,

“... não passavam de uma caçara ou cerca para defesa contra os aborígenes hostis, alguns tejupares ou ranchos para abrigo da gente nelas ocupada [...] nas feitorias viviam de dez a vinte portugueses, talvez mais, sob a chefia de um mandante ou feitor, no meio de uma população indígena, mais ou menos amiga a poder de trocas, fornecedora que era dos gêneros exportáveis¹³⁰”.

O sistema adotado pelos portugueses para resgate da madeira e outros produtos da terra era o de fazer o carregamento o mais rápido possível, de modo a evitar o contato da tripulação com a gente da terra. Ao aportarem nas costas brasileiras, os marinheiros lusitanos já encontravam os toros da madeira de tinturaria amontoados em toscas feitorias, prontos para o embarque, o que dificultava uma relação mais aproximada dos tripulantes com os indígenas¹³¹. Os franceses, diferentemente dos portugueses, não adotaram o sistema das feitorias para resgate da madeira para tinturaria, animais e produtos diversos, que eram, também, a exemplo do que faziam os lusitanos, obtidos com o concurso dos indígenas. Segundo o historiador Harold Johnson os franceses “não fizeram qualquer tentativa de estabelecer feitorias no padrão português, mas comerciaram diretamente a partir de seus navios, enviando agentes para viver entre os índios, com os quais desenvolveram boas relações¹³²”. Essa figura intermediária entre gauleses e nativos, o intérprete¹³³, substituiria o papel das feitorias. Para Gomes de Carvalho, esse mediano atuava da seguinte forma:

¹³⁰ GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil, 1500-1810*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC, 2ª edição, 1975, p. 9.

¹³¹ METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2005, p. 59. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Sociedade, Instituições e Cultura”. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. Vol. VI/ Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 334.

¹³² JOHNSON, Harold. “A colonização portuguesa no Brasil”. In: BETHEL, Leslie (org.), *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 251.

¹³³ Esse intermediário não seria apenas um “Língua”, como era chamado na época, ou seja, simplesmente um intérprete, conhecedor dos dialetos indígenas. O intermediário tinha funções mais amplas, como destacou Harold Johnson. JOHNSON, Idem, p. 251.

“... partidas as naus começava a apparellhar as mercadorias para a viagem seguinte. Transportavam para os portos os toros de brasil, colhiam pimenta, de que ás vezes faziam roça, e algodão, preparavam pelles, pennas e todos os productos de escambo e ensinavam os papagaios a falar francez, para se fazer com presteza o carregamento da proxima embarcação, a qual annunciava a sua presença com tiros de peça¹³⁴.”

Os interlocutores usados pelos franceses, originários geralmente da Normandia, os *truchements*, haviam se fixado em crescente número junto de alguns grupos indígenas Tupi¹³⁵. Os franceses depois que ancoravam, geralmente adentravam a mata para, com a ajuda dos nativos, participarem da derrubada das árvores e o subsequente corte em toros para o transporte nos ombros dos índios, pela inexistência de animais de carga ou tração. Essas atividades ficaram registradas em tabuletas coetâneas, em baixo relevo, atualmente pertencentes ao acervo do museu de Rouen, na França. A forma de atuação dos franceses na extração do pau-brasil é descrita em uma carta encaminhada ao rei de Portugal pelo capitão-mor Francisco Carrero relatando a situação em Pernambuco onde “os propios framceses vão colher ho brazyll ao mais quinze e vinte leguoas pola tera demtro ficando a nao somente com seis ou sete pessoas e otras naos”¹³⁶. O demorado carregamento das embarcações, que durava meses, facilitava a interação dos gauleses com os nativos, solidificando alianças que seriam utilizadas pelos franceses nos confrontos com os portugueses.

Apesar dos protestos lusitanos com relação à transgressão ao seu monopólio na extração do pau-brasil e da possível aplicação de excomunhão pelo papa àqueles que violassem as concessões ibéricas, os gauleses continuaram, indiferentemente, a frequentar o litoral do Brasil, incentivados pelos seus monarcas que furtivamente estimulavam os armadores franceses a se instalarem no Brasil, de modo a organizar um comércio intensivo com a metrópole¹³⁷. Conforme Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, o intercâmbio comercial dos franceses no litoral brasileiro, nas três primeiras décadas do século XVI, era muito mais intenso do que o dos próprios portugueses, possuidores dos contratos de pau-

¹³⁴ CARVALHO, Manoel Emílio Gomes de. *D. João III e os Francezes*. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1909, pg. 195.

¹³⁵ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 216.

¹³⁶ Apud: DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 377.

¹³⁷ MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: Relações Históricas no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p. 12.

brasil concedidos pelo monarca. No ano de 1526, por exemplo, “homens de negócios da Normandia armaram nada menos do que 10 navios destinados ao comércio com os ‘brasis’¹³⁸”.

Por volta de 1529, a manufatura têxtil produzida na cidade francesa de Rouen utilizava a madeira de tinturaria vinda do Brasil, trazida pelos mercadores de Dieppe. O armador e corsário bretão Jean Ango¹³⁹, detentor de uma das maiores fortunas da França no século XVI, enriqueceu prodigiosamente no comércio com o Brasil e foi o principal financiador dessas viagens “contrabandistas”¹⁴⁰. Segundo Varnhagen, os armadores franceses tornaram-se tão poderosos:

“que nem mesmo o governo francês podia sujeitá-los, e que Portugal, depois de haver exaurido na França, perante os tribunais, os parlamentos e a própria coroa, se viu obrigado a transigir e a negociar com os mais notáveis corsários, que eram João Afonso e o célebre João Ango, depois visconde de Dieppe”¹⁴¹.

Vestígios da presença do Brasil quinhentista podem ser encontrados no *Musée des Antiquités*, em Rouen, em dois baixos-relevos em madeira do segundo quartel do século XVI, um representando a atividade de extração do pau-brasil e o outro o embarque da madeira nas naus. Na igreja gótica de Saint Jacques, em Dieppe, encontra-se um afresco do Quinhentos, a “frisa dos selvagens”. Gravado em pedra, demonstra a representação típica dos indígenas brasileiros – elementos como arcos e flechas e plumas decorando suas cabeças¹⁴².

¹³⁸ MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. 4ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 67.

¹³⁹ A atuação de Jean Ango lhe valeu a nobilitação sob o prestigioso título de visconde de Dieppe. A sua trajetória de ascensão, com inúmeros cargos na administração real diferia da de outros armadores e comerciantes normandos. TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *O Novo Mundo na França: discursos e poderes*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 51-53.

¹⁴⁰ MARIZ, Idem, p. 12.

¹⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 107.

¹⁴² PRIORE, Mary. “Selvagens na igreja a frisa de Saint-Jacques de Dieppe: um caso de bricolagem cultural”. *Revista de História* (São Paulo), 1995, n.132, p. 43-58.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Rouen

Abate, corte e transporte de toros de pau-brasil.
Tabuleta demolida em 1837 conservada no Musée des Antiquités, de Rouen. Disponível no portal Gallica:
<https://gallica.bnf.fr>

Foram frustradas todas as negociações diplomáticas e até mesmo os subornos pagos pelos lusitanos a Philippe de Chabot, almirante da França, para tentar afastar os traficantes e corsários franceses do litoral brasileiro. Foi nesta altura que D. João III mandou Cristóvam Jacques ao Brasil, “substituindo à voz dilatória dos embaixadores a voz peremptória dos canhões”, no tom clássico de Carlos Malheiro Dias¹⁴³. Os portugueses resolveram, diante dessa situação, enviar armadas de guarda-costas para capturar e afundar as embarcações estrangeiras encontradas traficando na área. Ficaram documentadas notícias dessas expedições de patrulhamento, como a capitaneada por Cristóvão Jacques, “a primeira Armada que foy em seu tempo ao Brasil¹⁴⁴”, conforme o relato de Frei Luís de Sousa, armada que, em 1527, afundou navios franceses no litoral da Bahia, matando e aprisionando navegantes¹⁴⁵. Por conta dessa nova situação, merece reparo, ao menos no recorte temporal, a assertiva peremptória de Harold Johnson de que os franceses “não fizeram qualquer tentativa

¹⁴³ DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 25.

¹⁴⁴ GARCIA, Rodolfo. Nota citada em VARNHAGEN, Idem, 1981, p. 118.

¹⁴⁵ JOHNSON, Harold. “A colonização portuguesa no Brasil”. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 251-253.

de estabelecer feitorias no padrão português”. Embora Capistrano de Abreu tenha considerado que os franceses “até então contentavam-se com o simples resgate, quando muito alguma feitoria¹⁴⁶”, acreditamos que, a partir desse novo posicionamento de Portugal para defesa das costas brasileiras, foram suscitadas iniciativas dos gauleses para o estabelecimento na terra que transcenderam o próprio caráter feitorial, como a tomada de uma feitoria portuguesa em Pernambuco para a construção de uma fortaleza francesa no local.

Os pontos de resgate do pau-brasil, distribuídos de forma rarefeita no alongado litoral do Brasil, tornavam a empresa portuguesa de armadas guarda-costas de execução praticamente inviável e com elevados custos. A ineficácia do patrulhamento marítimo das naus francesas que demandavam as costas brasileiras e a perspectiva de perder o mercado da madeira tintureira que era levado pelos bretões para os pontos de consumo em condições vantajosas, sem a incidência de quintos reais e a obrigatória passagem pelo porto de Lisboa, convenceram a Coroa lusitana de que somente a colonização permanente do Brasil poderia reparar a situação. Além do mais, a ocupação efetiva da faixa costeira se contrapunha ao principal fundamento jurídico dos franceses para continuar sua mercancia na América Portuguesa, o de que as terras estavam desabitadas. Uma expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, que partiu de Lisboa e chegou a Pernambuco ao final de janeiro de 1531¹⁴⁷, misto de armada guarda-costas e frota de colonização, estabeleceu um novo marco na relação dos portugueses com suas possessões americanas. Nem bem Martim Afonso dava início aos primeiros assentamentos, na metrópole se começava a agitar outro plano de colonização, que foi posto em prática em 1534 e 1535, com a divisão do Brasil em doze capitanias, e fazendo-se a doação das terras a proprietários particulares.

Os povos indígenas¹⁴⁸, desde a chegada dos europeus ao Brasil, sempre tiveram importante participação na extração e transporte do pau-brasil e demais produtos do lugar,

¹⁴⁶ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 76.

¹⁴⁷ VARNHAGEN, Idem, 1981, p. 115.

¹⁴⁸ Nesta tese optamos por utilizar o termo “povos” e não “tribos” indígenas já que o uso dessa palavra reforça a percepção de que os indígenas seriam um subgrupo facilmente categorizado, ainda que o juízo de valor seja, muitas vezes, quase imperceptível. Todas essas terminologias, a começar pela nomenclatura “índio”, utilizada erroneamente pelos espanhóis para designar os povos nativos do continente americano, são utilizadas desde um ponto de vista ocidental, de uma visão particular do “outro”, que, muitas vezes, se contrapõe ao protagonismo daqueles povos. BOCCARA, Guillaume. *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)*. Quito: Ed. Abya-Yala, 2002, p. 50. De acordo com a Convenção n° 169, sobre povos indígenas e tribais, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em debate acerca da distinção dos termos “populações” e “povos”, afirma-se que o primeiro termo “[...] denota transitoriedade e contingencialidade” e o segundo seria caracterizado como “[...] segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam” (OIT, 2011, p. 9).

para os navios ancorados no litoral. Portugueses e franceses divergiam na forma de fazer o resgate das mercancias. Os navegantes lusos tinham de certo modo contato superficial com os nativos, enquanto os tripulantes gauleses, ao contrário, “tratavam diretamente com as tribos indígenas, procurando familiarizar-se com seus hábitos¹⁴⁹”. Durante o período das feitorias as relações entre portugueses e indígenas haviam sido geralmente amistosas, no entanto, no processo de colonização a situação tornou-se diferente. Com os primeiros assentamentos portugueses com ânimo permanente foi constatado que o tipo do solo das terras contíguas às áreas litorâneas e o clima da região seriam adequados para a cultura da cana para produção do açúcar, mercadoria, então, de grande valor comercial nos mercados da Europa. A indústria do açúcar requeria, nas fases de cultivo da plantação e no fabrico nos engenhos, o envolvimento de um grande contingente de pessoas, muito além daquele reduzido número de colonos existente nos povoamentos iniciais. A utilização da força de trabalho dos nativos impôs-se aos povoadores lusitanos, naquelas circunstâncias, como o único caminho para viabilizar a empresa. Diferentemente do corte e transporte de madeira e outras utilidades para os navios, a sedentária e regular tarefa de lavrar a terra contrariava a própria forma de viver dos indígenas.

Avessos à participação espontânea nas plantações de cana, a troca de prendas ofertadas pelos colonos, restou o recurso à força para obter a colaboração dos indígenas nas fases da produção do açúcar. O confronto entre os povoadores e os naturais da terra já era inevitável. O crescimento do plantio na atividade da cana-de-açúcar e a escravização levaram a um estado de conflito contínuo com a população nativa da região costeira. Para Stuart Schwartz, a participação forçada de braços indígenas para trabalhar nos espaços portugueses do litoral correspondeu ao longo período de transição do trabalho escravo nativo para a escravidão africana¹⁵⁰. Nas áreas onde a colonização não se desenvolveu muito fortemente “a resistência nativa, como a onda que varreu a costa na metade da década de 1540, revelou-se avassaladora”, conforme a ótica de Harold Johnson¹⁵¹.

Ao tempo em que a esquadra de Martim Afonso navegava pelas costas brasileiras, franceses do galeão marseilhês *La Pelèrine* tomaram uma feitoria portuguesa em Pernambuco, edificando no local um fortim, que seria a primeira tentativa gaulesa de estabelecimento em

¹⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A Época Colonial. 13 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pg. 104.

¹⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 52-53.

¹⁵¹ JOHNSON, Harold. “A colonização portuguesa no Brasil”. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 251-260.

terras brasileiras. Conforme Pereira da Costa, a nau francesa, aportou em Itamaracá no ano de 1532 e na feitoria que ali existia abasteceu-se de pau-brasil¹⁵². Nessa região ficava o chamado Porto de Pernambuco “primitivamente a entrada do canal de Itamaracá, desde os primeiros tempos foi o porto de chegada e de partida da navegação entre a Europa e o Brasil. Era o porto marítimo, o porto do Brasil por excellencia¹⁵³”. A intenção dos franceses de permanecerem no lugar de forma definitiva é indicada pelo porte do forte construído que foi assim descrito por Frei Vicente do Salvador:

“Em esta ilha de Tamaracá tinham os franceses feita uma fortaleza com um presídio de mais de cem soldados, com muitas munições e artilharia, onde se recolhia a gente de seus navios quando vinham a carregar de pau-brasil, que os gentios lhe cortavam e acarretavam aos ombros a troca de ferramenta e outros resgates de pouca valia que lhe davam [...]”¹⁵⁴,

O fortim edificado pelos franceses na ilha de Itamaracá teve vida breve. Pero Lopes de Sousa, que participava da expedição colonizadora do seu irmão Martim Afonso, tomou, em 1532, a fortaleza dos franceses e aprisionou alguns navios dos corsários que se encontravam no local¹⁵⁵. Apesar da tentativa frustrada de conservarem instalações de caráter permanente no Brasil, com a destruição da fortificação que haviam construído em Pernambuco, os entrelopos da França continuaram a traficância da madeira tintureira, durante as décadas de 30 e 40 do século XVI, até com maior intensidade do que anteriormente, com a contribuição, cada vez mais colaborativa, dos indígenas, seus aliados.

Com o início do povoamento em alguns poucos pontos do litoral, os franceses direcionaram suas naus para aquelas regiões mais desabitadas e abundantes em madeira de tinta, as zonas costeiras das capitanias que ainda não haviam medrado. Na França, o interesse pelo Brasil continuava crescente. Foi realizada, em Rouen, uma festa com a presença do casal

¹⁵² COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Vol. 1. Recife: FUNDARPE, 1985, p. 604.

¹⁵³ DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 150.

¹⁵⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 122.

¹⁵⁵ CASTRO, Eugenio de. *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa* (de 1530 a 1532). Vol. II. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927, p. 13-14.

real que apresentou cinco dezenas de índios brasileiros dançando e representando suas lutas e festividades. Essa comemoração foi objeto do livro *Une fête brésilienne célébrée a Rouen en 1550*, escrito por Ferdinand Denis, com base em fragmento de um documento coetâneo anônimo. Para Denis, os indígenas que se apresentaram para o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis “*appartenoient aux tribus fixées temporairement entre Pernambuco et San Salvador, ils étoient peut-être même du district de Tamaraca, ou les Normands avoient une factorerie pour l' extraction du bois du Brésil*”¹⁵⁶. A origem paraibana dos índios levados para a festa com motivos brasileiros em Rouen foi aventada pelo escritor Assis Chateaubriand, baseando-se no relato de Ferdinand Denis, como veremos mais adiante:

“Ango prodigava à Côte a singularidade tropical, que era um privilégio de normandos e bretões, oferecendo-lhes festins de índios, com tabas, símios, feras, nativos das selvas, ‘*au costume étranger*’. Êstes espetáculos dinásticos redundavam numa capitalização da nossa Capitania. Os bugres do que depois se chamariam Mamanguape, Camaratuba e Cabedello, passeavam nas ruas de Rouen, Honfleur e Dieppe como se estivessem nas areias das praias de Bahia da Traição.”¹⁵⁷

Por essa época, Nicolas Durand de Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta, vice-almirante da Bretanha, que havia feito uma expedição exploratória ao litoral da Guanabara, convenceu o monarca francês acerca da viabilidade da instalação de uma colônia permanente na região, na época ainda não povoada pelos portugueses. Com o velado assentimento de Henrique II para o empreendimento, a composição da expedição foi ordenada com cautela e vigilância tendo sido divulgadas informações distorcidas de que a frota se destinaria à Guiné de forma a induzir a erro os espiões de D. João III e Carlos V. A campanha tinha como destino a baía da Guanabara que era um ancoradouro de grande valor estratégico no trecho da costa compreendido entre Itamaracá e a Cananeia, onde, nessa data, não existia presença lusitana¹⁵⁸. A expedição francesa comandada por Villegagnon, que contou com o apoio dos comerciantes e armadores normandos, aportou na Guanabara em novembro de 1555. A frota

¹⁵⁶ DENIS, Ferdinand. *Une fête brésilienne célébrée a Rouen en 1550*. Paris: J. Techener Libraire, 1850, p. 60.

¹⁵⁷ Mamanguape, Camaratuba e Cabedelo fazem parte do território correspondente à Paraíba. CHATEAUBRIAND, Assis. Os curumins louros da Bahia da Traição. Artigo publicado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.08.1962. Acervo da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁸ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 269-270.

era composta de 600 homens, dentre eles o cosmógrafo e frade franciscano André Thévet, que propagou a França Antártica como o nome da colônia¹⁵⁹. Em uma ilha localizada próxima ao continente, os franceses edificaram um forte que ficou como baluarte do povoamento que deveria congraçar huguenotes e católicos franceses numa época que grassavam na França as lutas de religião. Contudo, para Roger Bastide:

“logo recomeçaram as disputas religiosas e, enquanto os franceses discutiam sôbre dogmas e lutavam para saber se era permitido misturar um pouco de água ao vinho da Eucaristia, os portugueses de São Paulo, instigados pelos jesuítas, venciam os indígenas aliados dos franceses e, em seguida, expulsavam a êstes últimos da colônia¹⁶⁰”.

¹⁵⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antartica a que outros chamam de America* (1558). Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

¹⁶⁰ BASTIDE, Roger. *Brasil Terra de Contrastes*. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 27.



Les singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique.

A exploração do pau-brasil.

André F. Thevet, 1558, f. 117.

John Carter Brown Library at Brown University.

Durou cerca de cinco anos a França Antártica, até que a ilha onde se instalara a colônia gaulesa foi tomada pelos portugueses, mas ficando o lugar conhecido pelo nome de “ilha de Villegagnon”. Rechaçados da Guanabara e, anos depois, da contígua Cabo Frio, para onde haviam se transferido, os franceses teriam, segundo a maioria dos historiadores luso-brasileiros, direcionado suas traficâncias para o norte do Brasil. O despovoado e desguarnecido litoral da Paraíba foi um dos locais escolhidos para a extração e resgate do pau-brasil. Esse percurso dos gauleses, que estavam no território correspondente ao atual sudeste brasileiro, na direção do litoral setentrional da América Portuguesa, que vem sendo aceito pela historiografia vigente como uma verdade quase inquestionável, tem uma das suas origens em uma afirmação de Capistrano de Abreu. Em tese intitulada *O Descobrimento do*

Brasil e seu desenvolvimento no século XVI, apresentada em 1883 assim escreveu o historiador cearense sobre os franceses que habitavam a Guanabara na década de 1560: “Expulsos do Rio de Janeiro, abrigaram-se em Sergipe, expulsos de Sergipe, abrigaram-se na Paraíba, expulsos da Paraíba, abrigaram-se no Rio Grande do Norte [...]”¹⁶¹. Essa assertiva foi reproduzida em obras recentes como a dos historiadores Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez¹⁶². O mesmo entendimento sobre essa movimentação territorial dos gauleses tem o português Jorge Couto:

“[...] os franceses abandonaram definitivamente o sudeste do Brasil e deslocaram-se para regiões onde havia pau-brasil, mas não existiam povoações portuguesas nas proximidades, privilegiando, até finais de Quinhentos, as costas da Paraíba e do Rio Grande - do Norte -, donde foram sucessivamente expulsos”¹⁶³.

O historiador paraibano Horácio de Almeida, em sua obra *História da Paraíba*, também afirmou, peremptoriamente: “Quando os franceses foram lançados do Rio de Janeiro por Mem de Sá, em 1565, passaram-se para Cabo Frio, e, a seguir, estabeleceram-se na Paraíba, onde fizeram aliança com os potiguaras”¹⁶⁴. A trajetória dos franceses derrotados, pelos portugueses e povos indígenas a eles aliados, na Guanabara e Cabo Frio, em direção às terras da Paraíba, é merecedora de algumas considerações que se contrapõem às assertivas dos historiadores anteriormente referidos, como vamos expor em seguida.

¹⁶¹ ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 54.

¹⁶² MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. 4ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 73.

¹⁶³ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 287.

¹⁶⁴ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 41.



*Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle Maragnan*¹⁶⁵, Paris, 1614, f. 347 v.
Claude d'Abbeville.

¹⁶⁵ François Carypyra foi um indígena Tabajara levado por missionários franceses. As tatuagens em sua pele indicam que matou vinte e quatro inimigos. Sobre ele, explica Abbeville: "[...] en toutes les batailles contre les ennemis de sa nation il auoit acquis des nouveaux nome, & renoms: si que plus glorieux que Scipion l'Africain, ny que César Germanicus, il pouvoit faire gloire de vingt-quatre noms comme d'autant de tiltres d'honneur & marques de vingt-quatre recontres où il s'estoit trouvé & avoit bien faict". ABBEVILLE, Claude d'. *Histoire de la Mission des Peres Capucins en L'isle de Maragnan et terres circonuoisines...* Paris: de l'Imprimerie de François Huby, rue St. Jacques à la Bible d'Or, et en sa boutique au palais en la gallerie des Prisonniers, 1614, f. 348.

2. Paraíba, “porto dos franceses”¹⁶⁶,”

São poucos os registros documentais sobre a atividade do tráfico francês na faixa costeira do Brasil durante o século XVI. Poucos nomes de corsários permaneceram na história daqueles tempos, mas, “*combien d'autres pirates sillonnèrent alors l'Atlantique, dont les exploits sont restés inconnus*”, como escreveu Paul Gaffarel¹⁶⁷. A própria atividade do contrabando que era uma constante na época, eivada de transgressão, contribuiu para o encobrimento da traficância¹⁶⁸. Também colaborou para mascarar a ação da ilegal mercancia o posicionamento dos reis católicos franceses de não infringirem, ao menos de manifesta forma, a bula papal que destinava a Portugal aquelas terras, não podendo o soberano francês, na análise clássica de Caio Prado Junior, “arrogar-se um direito que ninguém lhe reconhecia; e as atividades de seus súditos no Brasil representavam iniciativa puramente individual que o Rei, aliás, nunca endossou oficialmente¹⁶⁹”. As incursões francesas nas costas do Brasil durante o século XVI aconteceram, de forma crescente, até cerca de 1550, ano em que, como já mencionamos, cinco dezenas de nativos brasileiros foram levados à Rouen para se apresentarem em uma festividade com a presença real, conforme relatam Charles e Paul Bréard, na obra *Marine Normande et a ses armement aux XVI^e et XVII^e siècles pour le Canada, les Antilles, le Brésil et les Indes*, de 1889:

“Il est de plus incontestable que ces voyages au Brésil, dont on ne connaît pas l'origine, se multiplièrent de 1516 à 1550, époque où une troupe de Brésiliens séjournait à Rouen. Nous montrerons que [...] par la suite les marchands du port de Honfleur, qui, dès 1525 avaient ‘composé entre eux une alliance’ pour le trafic avec cette region, y continuèrent leur navigation tous les ans [...]”¹⁷⁰,

¹⁶⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 62.

¹⁶⁷ GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonnédve, Libraires-Éditeurs, 1878, p. 356.

¹⁶⁸ BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 33.

¹⁶⁹ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 27.

¹⁷⁰ BRÉARD, Charles et Paul. *Marine Normande et a ses armements aux XVI^e et XVII^e siècles pour le Canada, l'Afrique, les Antilles, le Brésil et les Indes*. Rouen: A. Lestringant, 1889, p. 202.

As áreas atrativas ao tráfico do pau de tinturaria, a madeira chamada ibirapitanga pelos nativos, ficavam, nas três primeiras décadas do Quinhentos, na chamada costa do pau-brasil que era a macrorregião entre o rio Paraíba e o São Francisco, mas se expandido até Cabo Frio. Para muitos cronistas, o melhor pau-brasil localizava-se na Paraíba¹⁷¹, e sua qualidade piorava “à medida que se avançava para o sul”, conforme Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁷². Os portugueses tentaram, sucessivamente, através da diplomacia, de subornos, utilizando armadas guarda-costas, e, por fim, com a colonização e o estabelecimento do povoamento em pontos esparsos do litoral, afastar os franceses da costa do pau-brasil. No entanto, os gauleses continuaram, apesar de vários reveses, persistentes no resgate da madeira na faixa costeira, principalmente, na região do entorno do rio Paraíba, onde se encontrava o pau de tinta, de melhor qualidade, em abundância.

Várias são as notícias que ficaram que comprovam que os corsários bretões e normandos nunca deixaram de contrabandear na referida região durante todo o século XVI. Assim merece reparo a afirmação de alguns historiadores de que os franceses, após o fracasso da experiência de colonização na baía da Guanabara e a expulsão do Cabo Frio, teriam se deslocado para o norte, na direção da Paraíba. Entendemos que eram bem divergentes e diferenciados os propósitos e as constituições desses dois grupos de franceses que singraram o Atlântico com destino à América Portuguesa e que, num determinado recorte temporal, salvo exceções, operaram em espaços territoriais distintos, um inserido no plano colonizador da França Antártica e o outro, atuando nas terras ao norte, na mercancia da madeira tintureira. Os traficantes e entrelopos franceses que corriam a chamada costa do pau-brasil eram contratados por mercadores originários dos portos de Dieppe e Honfleur, em empreendimentos caracterizadamente privados, e tinham como tarefa principal no Brasil o resgate da chamada ibirapitanga pelos nativos, para posterior utilização como material corante pela indústria têxtil de Rouen. Esses homens não buscavam, em regra, permanecer na terra com o intuito de conquistá-la, mas, ao que se depreende das primeiras tentativas frustradas que por eles foram feitas de fundarem estabelecimentos no litoral brasileiro, almejavam apenas a obtenção de meros postos de apoio para a consecução dos seus resgates da madeira de tinta.

¹⁷¹ “(...) tem muitas excelentes madeiras, capazes pera grandes fábricas”. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 59.

¹⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Sociedade, Instituições e Cultura". In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. Vol. VI/ Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 208.

Ao contrário das incursões de traficância gaulesas no nordeste do Brasil, a expedição que foi organizada por Nicolas de Villegagnon teve inquestionável participação, no seu planejamento, formação e parcial financiamento, da monarquia francesa, embora de forma dissimulada para não contrariar frontalmente D. João III, rei de Portugal. A expedição de Villegagnon tinha o específico fito de fundar uma colônia na baía da Guanabara, local previamente eleito por ser despovoado e sem qualquer defesa, considerando-se que, na época, os portugueses só tinham incipientes pontos de povoamento em Pernambuco, Salvador e São Vicente. Em tempo de lutas religiosas na França a expedição colonizadora congregava, na sua heterogênea composição, católicos e huguenotes, além de voluntários recrutados nas prisões de Paris e Rouen, sob a promessa da alforria¹⁷³. Uma segunda leva de colonos, que incluía mulheres, que teve o apoio de João Calvino, condiscípulo de Villegagnon na Universidade de Paris, privilegiou os huguenotes, incluindo vários pastores, dentre os quais se encontrava o jovem Jean de Léry, que depois escreveria sua valiosa narrativa sobre a colônia francesa¹⁷⁴. Fica patente, pela composição dos participantes da França Antártica, a sua diferenciação com a tripulação das naus de resgate do pau-brasil.

A França Antártica durou de 1555, ano em que Villegagnon aportou na Guanabara, até 1560, quando os portugueses invadiram a ilha onde estava instalada a colônia e destruíram o forte que havia sido edificado pelos franceses. Esse grupo restante passou para o continente de onde continuou a movimentar a resistência aos lusitanos na região, sendo vencidos em 1567¹⁷⁵. Em anos imediatamente anteriores e naqueles em que os franceses estiveram instalados na Guanabara e Cabo Frio, embarcações da Bretanha e Normandia continuaram a frequentar as costas do nordeste brasileiro, conforme se extrai dos poucos registros existentes. Hans Staden relatou a presença de franceses, em meados de 1548, a quarenta milhas ao norte de Igarassu, fazendo carregamento de pau-brasil para uma embarcação¹⁷⁶. Em abril de 1555, portanto, quatro meses antes de Villegagnon iniciar sua expedição para o Brasil, o capitão-mor Francisco Portocarrero informava, em carta ao monarca português, a situação em que se encontrava Pernambuco, na qual “té então não sayra nunca fora desta cidade avendo muitos fransseses pola costa e roubando barquos e

¹⁷³ MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Os franceses na Guanabara. Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

¹⁷⁴ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil* (1563). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

¹⁷⁵ BICALHO, Maria Fernanda B. “A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana””. *História*. 2008, vol.27, n.1, p. 32.

¹⁷⁶ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930, p. 36.

navios¹⁷⁷”. A missiva de Portocarrero demonstrava a forte presença dos piratas gauleses, naquela época, atuando na região, presença que não foi interrompida na década seguinte, como se constata de notícias de incursões, em 1564, no litoral nordestino, dos corsários Guillaume Feré e Geoffrey Dupré¹⁷⁸.

Um fato também a comprovar o estreito relacionamento entre os contrabandistas da Normandia e os nativos que viviam na área em meados do século XVI era a origem do grupo de indígenas que foi levado para a *fête brésilienne* realizada, em 1550, em Rouen. Os índios das etnias *tabagerres* e *toupinabaulx* que participaram da festa realizada na França, conforme Ferdinand Denis, podiam até mesmo ser de Itamaracá onde os normandos tinham uma feitoria para a extração do pau-brasil¹⁷⁹. Infelizmente não há mais informações sobre essa questão. O fato é que os relatos indicam que não havia vinculação direta entre o grupo colonizador francês que se fixou na Guanabara e imediações e os contrabandistas normandos que transacionavam com os indígenas, fazia décadas, na extração do pau de tinta no litoral do nordeste brasileiro. Nas palavras de Frei Vicente do Salvador, os franceses que foram expulsos da Guanabara e Cabo Frio “reparadas suas naus e carregadas de pau-brasil se tornaram nelas à sua pátria¹⁸⁰”. Outros gauleses, pela narrativa de Frei Jaboatão, referendada por Rocha Pitta¹⁸¹, Robert Southey¹⁸², Oliveira Lima¹⁸³ e Mello Moraes¹⁸⁴, rumaram para Pernambuco:

“[...] lançados (os franceses) do Rio de Janeiro pelo Governador da Bahia Men de Sá no principio do anno de 1567, vieraõ com quatro Náos sobre Pernambuco, e se apoderaraõ do Reciffe, povoação pequena, habitada de alguns pescadores, e poucos homens de negocio, com o intento de se conservarem nella, dando logo principio á sua fortificação. Mas acudindo de Olinda Duarte Coelho de Albuquerque, foraõ combatidos, e obrigados, e apezar da resistencia, a largar o posto e embarcarem-se. Deixando como

¹⁷⁷ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 95, Doc. 46.

¹⁷⁸ MARIZ, Vasco. *Brasil-França: Relações Históricas no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p. 87.

¹⁷⁹ DENIS, Ferdinand. *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*. Paris: J. Techener Libraire, 1850, p. 60.

¹⁸⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 170.

¹⁸¹ PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952, p. 82.

¹⁸² SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da USP, 1981, p. 219.

¹⁸³ LIMA, Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Recife: Secretária de Educação e Cultura, 1975, p. 295.

¹⁸⁴ MORAES, Alexandre José de Mello. *Chronica Geral do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1886, p. 70.

padraço da sua pouca permanência, e formada queixa contra ella, esta commúa sentença em seu idioma: *Le munde va de pis am pi*: O mundo vai de mal a peor¹⁸⁵.”

Os gauleses incursionavam no litoral de Pernambuco desde quando aportaram no Brasil em busca do pau de tinta. Conheciam também a costa do Rio Grande (do Norte), onde foram encontrados “Petiguares unidos a muitos Franceses¹⁸⁶”, em 1536, pela expedição de Ayres da Cunha. Seria, então, plausível que, expulsos de Pernambuco, tivessem se dirigido para as enseadas da zona costeira da Paraíba onde, provavelmente, já vinham, fazia alguns anos, traficando a madeira tintureira, conforme se pode conjecturar a partir da narrativa cronística. No início de 1548, ancorava em Pernambuco certo navio português que vinha buscar produtos da terra e possuía ordens para atacar, caso encontrasse, “navios francezes em trafico com os selvagens do Brasil”. Trazia como artilheiro na embarcação o já citado Hans Staden, um jovem aventureiro alemão que, anos depois, narraria em livro os acontecimentos da jornada. Na ocasião, a vila de Igarassu estava sitiada por indígenas rebelados contra os portugueses. À instância do “governador”, segundo Staden, os portugueses foram auxiliar no combate ao cerco dos índios. Foi obtida a pacificação com os revoltosos, assim relata Hans Staden:

“Viajámos quarenta milhas para diante, até um porto chamado de Buttugaris [Potiguares, conforme a anotação do historiador Theodoro Sampaio], onde pretendíamos carregar o navio com páu-brasil e receber provisões em permuta com os selvagens. Ao chegarmos, ahí, encontrámos um navio de França, que carregava páu-brasil¹⁸⁷.”

¹⁸⁵ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 145-146.

¹⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 193.

¹⁸⁷ Grifo nosso. STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 27-36. No original: “WJr fuhzen viertzig meilen von dannen zû eynem hauingen / Buttugaris genant/ da meyneten wir das schiff mit Prafilien holtz zuladen/ auch den Wilden mehr vi- ctalien ab zubeuten.” Warhaftige Historia und Beschreibung einer Landtschaft der wilden nacketen grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America gelegen. Caput V. Marburg, 1557. John Carter Brown Library.



Relato de Hans Staden sobre “Buttugaris”
 Warhaftige Historia und Beschreibung einer Landschaft der wilden nacketen grimmigen Menschenfresser Leuthen in der
 Newenwelt America gelegen.
 Marburg, 1557. - John Carter Brown Library.

Para o historiador e cartógrafo Theodoro Sampaio, “o local chamado pelo narrador - porto dos Buttugaris, - quarenta milhas germânicas para o norte de Igarapé, deve ser o da Parahyba.” Seria então esta narrativa de Hans Staden, a primeira menção conhecida da presença dos franceses no território da Paraíba. Como são desconhecidas ações repressivas dos portugueses contra o tráfico francês na região, até o início da década de 1570, pode-se presumir que, desde a época que Staden esteve na Paraíba, os gauleses continuaram a contrabandear pau-brasil naquela enseada. Incurções francesas anteriores na referida região podem também ser inferidas pelo fato de que, no início do Seiscentos, existia um rio tributário do Paraíba, com a denominação já sedimentada de “rio do Francez”, como se

observa a partir da concessão de uma sesmária na ribeira do Gargaú. No petítório, transcrito por Irineu Joffily, cujo consentimento foi requerido em 1613, consta:

“Diz Ambrosio Fernandes Brandão, capitão de infantaria, morador nesta capitania e dos primeiros conquistadores, indo por muitas vezes por capitão de infantaria nas guerras aos gentios Petigoar e Francezes, que sendo possuidor de dois engenhos de fazer assucar moentes e correntes, agora queria fazer outro novo engenho na ribeira de Gargaú: e porque lhe e a necessário mais terras do que as que tinha, assim para lanhas como para logradouro dos ditos engenhos, requeria a concessão de duas ilhotas, que estão entre o rio que chamam do Francez e o rio de Gargaú, que são as primeiras que vão... para o rio da Parahyba depois da ponta da terra firme, que está entre os ditos rios, onde era costume estar uma rede de posear¹⁸⁸.”

As evidências e indícios apresentados levam à demonstração de que não há sustentação factível na argumentação, que vem sendo utilizada por vários historiadores, durante mais de um século, de que os franceses expulsos da Guanabara e Cabo Frio tomaram o destino da Paraíba, dando a entender que, somente a partir desse acontecimento, teria se iniciado o consórcio dos normandos com os Potiguara para a extração do pau-brasil na região. O próprio Capistrano de Abreu, um dos propagadores da ideia de que os franceses expulsos da Guanabara vieram para a Paraíba, chegou a admitir a presença dos gauleses no território dos Potiguara, antes do suposto deslocamento do Rio de Janeiro para a Paraíba, que teria ocorrido a partir de 1573: “sucedia isto no governo de Luis de Brito e Almeida, quando os franceses desenganados do Rio de Janeiro, começaram a afluir para os Pitiguares, seus velhos amigos¹⁸⁹”.

Os franceses buscaram a região da Paraíba por duas motivações principais: a inexistência de povoamento português na faixa costeira ao norte da ilha de Itamaracá e a qualidade do pau de tinta existente na região que para o jesuíta autor do *Sumário das Armadas* “é o mais e o melhor que se sabe” e que nas outras capitanias “o pau não dá mais que duas tintas” e o da Paraíba “um só pau dá cinco”, além do que em Pernambuco “o carroto

¹⁸⁸ JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893, p. 3.

¹⁸⁹ Grifo nosso. ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. 2ª série. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira/MEC, 1976, p. 154.

dele fica muito longe e dificultoso¹⁹⁰”. Em outra passagem, Ambrósio Fernandes Brandão também consignou a qualidade da madeira encontrada na região, a atrair a cobiça de mercadores portugueses e contrabandistas franceses: “o pau do brasil [...] o mais perfeito e de maior valia é o que se tira das capitanias de Pernambuco, Tamaracá e Paraíba, porque sobrepuja, com muito excesso de bondade, aos mais paus desta qualidade, que se dão pelas mais partes¹⁹¹”. Gabriel Soares de Sousa descreve os dois principais pontos de resgate de pau-brasil que eram utilizados pelas embarcações que ancoravam na costa entre a Baía da Traição e o rio da Paraíba, então chamado rio de São Domingos:

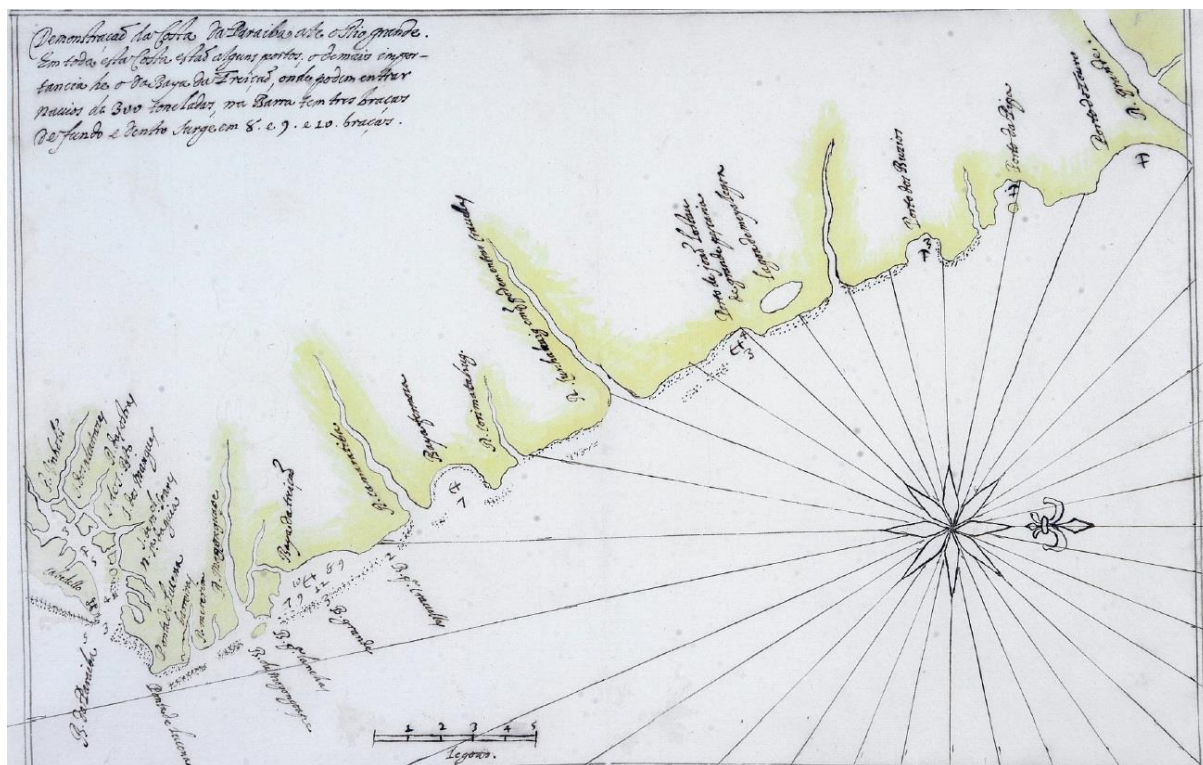
“Baía da Traição [...] onde ancoram naus francesas e entram dos recifes para dentro [...] Nesta baía fazem cada ano os franceses muito pau-de-tinta e carregam dele muitas naus [...]”

“rio da Paraíba [...] a este rio chamam na carta de marear de São Domingos, onde entram naus de duzentos tonéis [...] o rio de São Domingos se navega muito pela terra dentro donde ele vem de bem longe. Tem este rio um ilhéu da boca para dentro que lhe faz duas barras e pela que está da banda do norte entram caravelões que navegam por entre a terra e os recifes até Tamaracá e pela outra banda entram as naus grandes e porque entram cada ano neste rio naus francesas a carregar o pau-de-tinta [...]”¹⁹²,

¹⁹⁰ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 27; 29.

¹⁹¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 175.

¹⁹² SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 14.



MAPA 4

“Demonstração da Costa da Paraíba ate Rio Grande. Em toda esta Costa estão alguns portos, o de mais importancia he o da Baya da Traição, onde podem entrar navios de 300 toneladas, na Barra tem tres braças de fundo e dentro surge em 8.e.9.e 10.braças.”

Atlas da Costa do Brasil (post. 1646).¹⁹³

¹⁹³ Atlas da Costa do Brasil (post. 1646). BNP, Cota C.A. 115 V, f. 22.

O rio Paraíba ramificava-se em vários pequenos afluentes o que favorecia a entrada no território. Assim deixou registrado André Thevet sobre o rio Paraíba, conhecido pelos europeus do século XVI, como rio São Domingos:

“[...] la riviere de St. Dominique, l'entrée de laquelle n'est past large, mas ayant penetré en quart de lieuë au dedans s'eslargit et est navigable. Il y a au mitan d'icelle unes Isle, qui a sa longueur de l'Est à l'Oest, et sa largeur du Nord au Sud, toute peuplée de Toupinambaux¹⁹⁵”

Por volta do início da década de 1570, inicia-se o movimento de decréscimo do pau-brasil como principal mercadoria originária do Brasil. A relativa importância do chamado pau de tinta passou para o segundo plano em relação ao comércio do açúcar. Contudo, de forma até contraditória, em valores absolutos, as quantidades de madeira cortadas aumentaram¹⁹⁶. Apesar dessa nova situação e da edificação, em 1584, de um forte espanhol na foz do rio Paraíba, o tráfico francês na região perdurou até a última década do mil e quinhentos. Para Fortunato de Almeida, nos fins do século XVI o pau-brasil era explorado principalmente na costa da Paraíba e “rendia para a Coroa cerca de duzentos mil cruzados”¹⁹⁷. O expressivo número de navios franceses que ancoraram, na época, na costa da Paraíba se enquadra na grande movimentação de naus de mercadores gauleses para o Brasil, como mostra um levantamento, apresentado por Vasco Mariz, demonstrando que, ao longo do século XVI, “foram pelo menos 197 as embarcações diversas que aqui aportaram e regressaram com produtos brasileiros¹⁹⁸”. De acordo com Capistrano de Abreu “os franceses souberam portar-se para com os naturais de modo a captar-lhes a amizade e a firmar uma aliança que atravessou mais de um século, sem intermitência¹⁹⁹”. Esse estreito relacionamento com os nativos foi um dos motivos que permitiram aos franceses uma longa permanência nas costas brasileiras, apesar da tentativa frustrada de estabelecimento em Pernambuco, na baía da

¹⁹⁵ THEVET, André. *Les Français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI siècle: Le Brésil et les Brésiliens* (1575). Volume 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1953, p. 246.

¹⁹⁶ MAURO, Frédéric. *História do Brasil*. São Paulo: Difel, 1974, p. 15-16.

¹⁹⁷ ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Tomo III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, p. 555.

¹⁹⁸ MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: Relações Históricas no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p. 40.

¹⁹⁹ ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 51.

Guanabara, e de revezes vários. A persistência gaulesa em não se afastar do Brasil “por respeito deste pau, trataram e procuraram tanto os franceses permanecer na terra²⁰⁰”, como escreveu o narrador do *Sumário das Armadas*, é justificada pelo historiador francês Paul Gaffarel na sua *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, demonstrando que, mais de sessenta anos após a chegada dos franceses ao Brasil, a “*bois de teinture*” ainda era o principal interesse dos normandos na América Portuguesa.

“L'audace de nos pirates, la connivence intéressée de quelques grands seigneurs, et aussi la faiblesse du Portugal, telles sont les causes qui sans doute expliquent la continuité de nos relations avec le Brésil, malgré tant d'échecs et de désastres. Dans le tarif de la carue de Rouen, c'est-à-dire du chargement et du déchargement des marchandises, figurent, à la date du 30 juillet 1567, des objets d'importation brésilienne, et spécialement des bois de teinture²⁰¹.”

3. Terra dos Potiguara

“... Porque este foi o estilo do Brasil [pela guerra], ir assim ganhando a terra aos inimigos²⁰²”

Quando do início da traficância de pau-brasil no atual litoral paraibano, por navegantes e mercadores oriundos da França, a região era ocupada pelos povos indígenas Potiguara, “senhores da Parahiba, 30 léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos Francezes, e com elles contratarão até agora, casando com elles

²⁰⁰ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 29.

²⁰¹ GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonnédve, Libraires-Éditeurs, 1878, p. 357.

²⁰² SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 113.

suas filhas²⁰³”, conforme o contemporâneo relato do padre jesuíta Fernão Cardim. Embora a área dos Potiguara findasse ao sul no “rio da Paraíba onde se acaba o limite por onde reside o gentio pitaguar²⁰⁴”, na narrativa de Gabriel Soares de Sousa, as terras dos indígenas se estendiam para o norte onde era “o gentio Potiguar, senhor de mais de 400 léguas, por costa, deste rio de Paraíba, até o do Maranhão” segundo o relato do jesuíta autor do *Sumário das Armadas*²⁰⁵. De acordo com John Hemming o povo Potiguara era “*the most powerful and populous of all the Tupi tribes [...] They were not as fragmented as other Indians nations, and could not be provoked into internecine wars*²⁰⁶”. Gabriel Soares de Sousa, contemporâneo da presença dos Potiguara no litoral da Paraíba, acrescentava que “esse gentio é muito belicoso, guerreiro e atrevido²⁰⁷”. Ambrósio Fernandes Brandão, mais do que testemunha ocular, participou em alguns embates com esse gentio “belicosíssimo e inclinado a guerras²⁰⁸”, assim detalha:

“e a mim me lembra no ano de 1591, vindo de seguir uns inimigos potiguares em cujo alcance fui com a gente armada, por haverem dado um assalto na mata do Brasil, onde mataram alguns homens brancos [...]”²⁰⁹.”

²⁰³ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3 edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978, p. 121.

²⁰⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 16.

²⁰⁵ SUMÁRIO das Armadas (1589), Idem, p. 16.

²⁰⁶ HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Great Britain: Macmillan London Limited, 1978, p. 72.

²⁰⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil* (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 16.

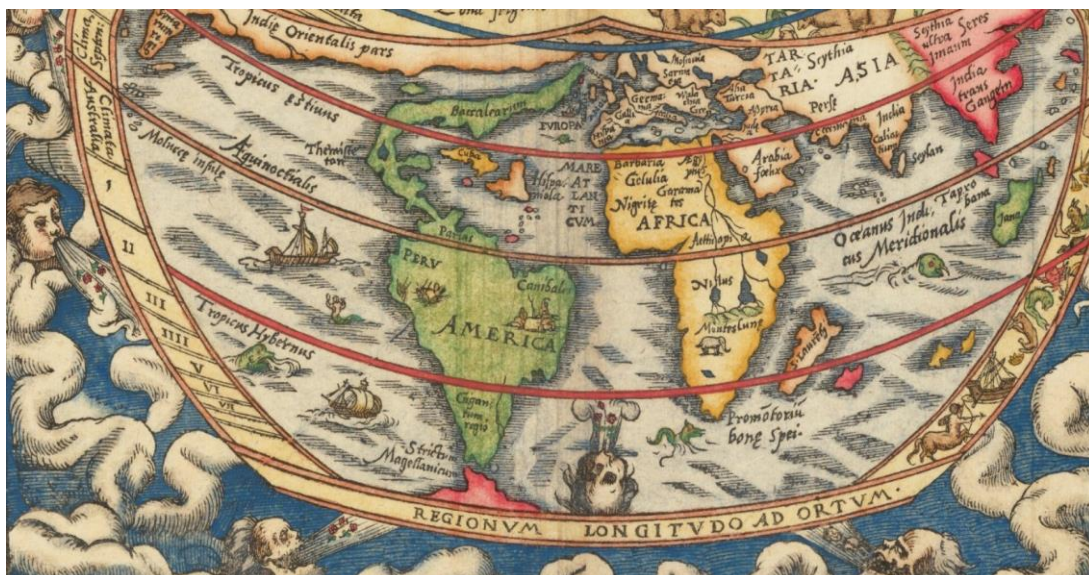
²⁰⁸ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 69.

²⁰⁹ BRANDÃO, Idem, p. 75.



MAPA 6

Charta Cosmographica, cum venturum proprianatura et operatione, 1545.
Huntington Library, MS Note: 151574.



Detalhe da *Charta Cosmographica, cum venturum proprianatura et operatione* (1545), o Nordeste brasileiro representado como "Canibales", uma referência aos indígenas.
Huntington Library, MS Note: 151574.

Naquela “costa dos potigóares”, como a chamou o donatário de Pernambuco Duarte Coelho em carta, de 14 de abril de 1549²¹⁰, ao rei de Portugal, desde os primeiros tempos após a chegada dos europeus ao Brasil, os indígenas que ali habitavam tinham, no mais das vezes, atitude cooperativa, com relação a portugueses e traficantes franceses, na extração do pau de tinturaria e no transporte da madeira até o local do embarque para os navios, percurso em que a madeira era levada pelo esforço dos índios. Esse ambiente de convivência relativamente “pacífica” entre índios e portugueses e que continuou no prelúdio da colonização foi relatado na crônica de Frei Vicente do Salvador. O franciscano, que chegou a missionar os indígenas na Capitania da Paraíba nos primeiros anos da década de 1600, registrou que aos lusitanos “em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da vila, com seus resgates ou sem eles, cada vez que queriam²¹¹”. O relatório *Sumário das Armadas* também descreve o colaborativo comportamento dos Potiguaras com os portugueses chegados pelo porto de Pernambuco, naqueles anos iniciais do contato entre eles “porque no tempo das pazes eram estes potigóares o melhor gentio desta costa²¹²”. Essa situação foi sendo gradativamente alterada com o avanço do povoamento das terras pelos portugueses. Como analisou Alexander Marchant em seu livro *Do Escambo à Escravidão*:

“Os portugueses formaram lavouras e construíram engenhos com o braço indígena obtido por meio de escambo. A princípio os índios trabalharam os campos também, nos mesmos termos. Mas depois acumularam tais estoques de artigos portugueses que perderam todo incentivo para continuar aquele trabalho. Em face da mina causada pela falta de braços nessas lavouras, das quais dependiam para toda riqueza futura, os portugueses começaram a escravizar os índios para obter esse trabalho²¹³.”

Marchant apostou em uma lógica muito simplória: uma perda de interesse dos indígenas, acarretaria, em seguida, em um declínio da produção. A integração do indígena ao

²¹⁰ Apud DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 316.

²¹¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 115.

²¹² SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 16.

²¹³ MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão - As relações econômicas de Portugueses e Índios na colonização do Brasil, 1500 -1580*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 105.

processo colonial foi feita basicamente por uma relação de trabalho que havia sido feita para a extração do pau-brasil. A prática do “escambo” funcionou muito bem, sobretudo, nas primeiras décadas do século XVI porque os povos nativos viam vantagens naquelas ferramentas e armamentos que eram oferecidos pelos europeus. A colonização e a ocupação do território na América derivavam de um desdobramento do capitalismo mercantil europeu²¹⁴. A escravização dos indígenas veio à tona à medida que o sistema original de relações de trabalho colapsou diante da intensificação no labor da cultura canavieira²¹⁵. O fato é que o avanço no processo de colonização trouxe consigo modificações profundas no relacionamento entre europeus e povos nativos. Como explica Jorge Couto:

“[...] A paulatina fixação dos europeus, com caráter permanente, em diversos pontos da costa brasílica pôs em causa o equilíbrio existente, provocando dois tipos de reações distintas por parte das comunidades aborígenes: aceitação pacífica ou resistência armada. Entre aqueles que, numa primeira fase, permitiram o estabelecimento de núcleos lusos no seu território contam-se [...] os potiguaras de Itamaracá [...]”²¹⁶

As vinculações dos Potiguara, da nação Tupinambá, aos franceses e dos Tupiniquins aos portugueses, foi inquestionavelmente importante para o roteiro político da época. Jorge Couto intuía que a forma como esses grupos indígenas reagiram diante do chamado “processo colonizador” modelou as alianças que se vieram a estabelecer entre europeus e nativos²¹⁷. Nos seus primeiros tempos na costa brasileira, lusitanos e gauleses, embora com abordagens diferentes na forma do resgate, limitavam-se a conseguir a madeira tintureira e produtos, para eles, então exóticos, sem necessariamente intenção de fixação na terra.

Os nativos ao perceberem que, além das diferenças físicas entre franceses e portugueses, existiam concorrências políticas, procuraram utilizá-las em seu próprio benefício, estabelecendo redes de alianças que lhes permitissem vencer os indígenas que lhes

²¹⁴ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 67.

²¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 117.

²¹⁶ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 287.

²¹⁷ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 287.

eram oponentes²¹⁸. Já havia uma intensa rivalidade entre os povos nativos quando os europeus chegaram ao território. Segundo a crônica de Gabriel Soares de Sousa, se tem conhecimento de que a área litorânea que era ocupada pelos Potiguara confinava com a de “outro gentio que chamam os caetés que são seus contrários e se faziam crudelíssima guerra uns aos outros²¹⁹” – portanto, guerra e embates entre as duas nações que levariam os Caeté para as terras do interior. Nos primeiros tempos da colonização de Pernambuco e Itamaracá, os Tabajara, outro grupo Tupi opositor dos Potiguara, teriam, a princípio, se situado entre “os potiguara, ao Norte, e os caeté, ao Sul”²²⁰. Posteriormente, os Tabajara migraram para terras às margens do rio São Francisco onde, após certo tempo, alcançando as nascentes do rio Paraíba, retornaram, seguindo o curso das águas, para o litoral. Os enfrentamentos e lutas entre os diversos grupos, acarretando mobilidade territorial dos indígenas, foram utilizados por portugueses e franceses para construção das suas alianças com determinadas nações indígenas visando aos seus objetivos na conquista e ocupação da terra, o que fez com que lusos e gauleses estivessem efetivamente inseridos nas lutas entre os grupos Tupi.

A florescente capitania de Pernambuco e a sua vizinha Itamaracá, que até a última década do século XVI ainda tinha um precário desenvolvimento, se inserem nesse quadro de nascente processo de colonização em um cenário de pelejas e movimentações entre os povos indígenas na região, com participação de portugueses e franceses na construção de alianças com os nativos, em que a atuação dos Potiguara desponta como fator determinante para a definição do avanço do povoamento e conquista das terras ao norte de Itamaracá, área em que se inclui toda a faixa costeira da Paraíba. De um comportamento coadjuvante com os portugueses nas primeiras décadas de contato, os nativos passaram, gradativamente, a se tornar, inicialmente refratários, e depois, oponentes aos lusitanos. Das narrativas dos cronistas da época pode se deduzir que a beligerância, entre os índios que habitavam as áreas que compreendiam as capitanias de Pernambuco e Itamaracá e os portugueses, principiou com o alargamento da ocupação das terras, inicialmente para instalação de roças e plantações de subsistência, e, logo depois, para o cultivo da cana para a produção do açúcar nos primeiros rudimentares engenhos, o que exigia extensos plantios e requeria muitos braços para a obtenção do produto final.

²¹⁸ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 288.

²¹⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 16.

²²⁰ LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e Resistências”*. João Pessoa: Felipeia Editora, 2006, p. 126.

Essa utilização pelos portugueses das terras férteis onde os nativos preferencialmente viviam e a arregimentação forçada dos indígenas, feita pelos lusitanos, para os trabalhos agrícolas, ocasionaram, durante os anos 1540, primeiros tempos da colonização, diversos ataques dos índios aos incipientes povoados de Olinda e Igarassu, este último sitiado, segundo o relato inverossímil de Frei Vicente do Salvador, de forma inverossímil, “em dois anos que durou o cerco²²¹”, não tendo os moradores sucumbido por falta de comida “se da ilha de Tamaracá não os socorreram pelo rio em um barco”. Os assaltos dos indígenas a Olinda, na narrativa do frade franciscano, foram feitos pelos “gentios e franceses” o que reforça que os gauleses já tinham constituído, na região, estreitas alianças com os nativos para combater os portugueses, no sentido de lhes proporcionar melhores condições para a traficância do pau-brasil²²². A ocupação territorial pelos portugueses na Capitania de Itamaracá, até meados da segunda metade do século XVI, praticamente não havia se expandido, na faixa costeira, no sentido do limite norte da capitania, que era a Baía da Traição, na Paraíba. A área ocupada ficara restrita à própria ilha de Itamaracá e a algumas terras “em ribeiras do redor desta ilha”, já que o marco divisório ao sul era muito próximo à ilha. Conforme a narrativa de Gabriel Soares de Sousa “de Tamaracá ao rio de Igarau são duas léguas, aonde se estrema esta capitania da de Pernambuco”²²³.

A crônica quinhentista de Hans Staden, publicada nove anos após a passagem do narrador pela Paraíba, atesta a presença, nos anos finais da década de 1540, de contrabandistas franceses, certamente na foz do rio Paraíba, de acordo com o relato do alemão. Frei Vicente do Salvador escreveu que houve um tempo de convivência relativamente pacífica entre os portugueses e os Potiguara que viviam na Paraíba, uns na “beira-mar” e outros no “sertão²²⁴”, para usarmos as próprias palavras do franciscano para identificar os que ficavam na faixa litorânea e os que viviam nas terras da serra da Copaoba. Os que habitavam a zona costeira se aproximaram dos franceses pela própria convivência

²²¹ O alongado tempo, de dois anos, do cerco à vila de Igarassu, apresentado por Frei Vicente do Salvador, é inverossímil e foi reproduzido por muitos estudiosos do tema, como John Hemming (HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Great Britain: Macmillan London Limited, 1978, p. 73). O relato de Hans Staden, testemunha presencial do episódio, o estipula em “quase um mês”. Ver: STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 36.

²²² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 116-117.

²²³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 17.

²²⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 126.

firmada na labuta da extração e transporte do pau-brasil para as embarcações gaulesas. Tempos depois, a paz entre os Potiguara e os colonos lusitanos teria sido rompida. Horácio de Almeida, de forma equivocada, se reportando ao cerco de Igarassu, em 1548, escreveu:

“Levantado o cêrco com a retirada dos sitiantes para a Paraíba, a paz voltou a reinar entre portugueses e potiguaras. Pelo menos até 1573 os potiguaras da Paraíba viviam em boas relações com seus vizinhos de Itamaracá e Pernambuco, tanto que alguns colonos pernambucanos passaram a frequentar a marinha paraibana.”²²⁵

Ocorre que o cerco à vila de Igarassu não foi perpetrado pelos Potiguara que viviam na Paraíba, mas pelos “selvagens do logar”²²⁶, conforme o testemunho terminante de Hans Staden, participante direto na refrega. Os indígenas do “logar”, à época em que Igarassu ficou, por cerca de um mês, sitiada, eram os Caeté, que sempre foram irreconciliáveis adversários dos Potiguara²²⁷. Outra assertiva de Horácio de Almeida passível de questionamentos, pois fundada na falsa premissa de que o sítio a Igarassu teria sido feito pelos Potiguara, é o do que, a partir do fim das hostilidades, o que se deu em 1548, teria sucedido um alongado tempo de paz, que perdurou por 25 anos, findando, segundo o historiador, em 1573.

As guerras indígenas ajudaram a compor o perfil do “selvagem”²²⁸, instituído por alguns cronistas. Segundo José de Anchieta, os embates não visavam à aniquilação do inimigo, mas, sim, outro atributo, como explica o religioso em 1584:

“Naturalmente são inclinados a matar, mas não são cruéis; porque

²²⁵ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 40.

²²⁶ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 36.

²²⁷ HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Great Britain: Macmillan London Limited, 1978, p. 73.

²²⁸ O termo “selvagem” foi utilizado primeiramente pelos franceses Thévet e Léry. Posteriormente, Montaigne (1580) comenta de forma mais detalhada: “ils sont sauvages, de mesme que nous appellons sauvages les fruits que nature, de soy et de son progres ordinaire, a produits: là, où à la vérité, ce sont ceux que nous avons alterez par nostre artifice et detournez de l'ordre commun, que nous devrions appeller plutost sauvages”. Cf: CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI”. *Estudos Avançados*, 4(10), 1990, p. 94.

ordinariamente nenhum tormento são aos inimigos, porque se os não matam no conflito da guerra, depois tratam-os muito bem, e contentam-se com lhes quebrar a cabeça com um pau, que é morte muito mais fácil, porque às vezes os matam de uma pancada ou ao menos com ela perdem logo o sentido. Se de alguma crueldade usam, ainda que raramente, é com o exemplo dos Portugueses e Franceses²²⁹.”

O que se tem como certo, pelo que se extrai das notícias que ficaram daquele período, é que, a partir de certo momento que não se pode precisar, ocorreu uma mudança na atitude dos Potiguara perante os lusitanos de Pernambuco e Itamaracá, passando da colaboração a uma estado de manifesta confrontação. Essa mudança comportamental dos indígenas, para Frei Vicente do Salvador, originava-se em “fazerem-se (os portugueses) tantas vexações e agravos aos pobres gentios em suas próprias terras e aldeias que se começaram a inquietar e rebelar²³⁰”. Esse arrazoadado de Frei Vicente decorria do processo de colonização então iniciante, a requerer a mão-de-obra nativa para a sua expansão. Assim também entendeu John Hemming:

“The Portuguese had a captaincy on the island of Itmaracá that started on good terms with the Potiguar. But relations soon deteriorated [...] This change was the fault of the colonists, who antagonised the Potiguar with slave raids along their coast in 1540s²³¹”.

Da mesma forma que o motivo que teria provocado o cerco dos Caeté a Igarassu, segundo Hans Staden “os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses, o que dantes nunca fizeram; mas agora o faziam por se sentirem escravizados²³²” tudo leva a crer que também teria sido a irresignação com o cativeiro umas das motivações para os Potiguara terem se voltado contra os portugueses. Hemming considerou os anos 1540 como o

²²⁹ ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 329.

²³⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 126.

²³¹ HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Great Britain: Macmillan London Limited, 1978, p. 72.

²³² STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 33.

início das escaramuças na região entre os Potiguara e os portugueses. Na década seguinte, os Potiguara acumpliciados com os franceses, investiram contra instalações lusitanas em Pernambuco, como pode se constatar em documento, encaminhado em 1555, ao rei de Portugal²³³. Carla Rahn Phillips afirmou, sem apresentar maiores informações sobre sustentação documental, que os portugueses

“[...] even arranged a truce with their longterm enemies the Potiguara from 1560 to 1574, though warfare resumed thereafter as the French supplied weapons to the Potiguara and taught them how to build Europeanstyle defensive works²³⁴.”

O que é concorde em todas as narrativas coetâneas é que, por volta dos primeiros anos da década de 1570, o conúbio entre os franceses que contrabandeavam no litoral da Paraíba e os Potiguara que viviam na zona costeira era muito forte. Ocorriam surtidas frequentes “contra os moradores das capitanias de Tamaracá e Pernambuco”, com “grandes danos queimando engenhos e outras muitas fazendas em que mataram muitos homens brancos e escravos” que “assentou Sua Majestade de o mandar povoar e fortificar”, como se lê em relato de Gabriel Soares de Sousa²³⁵.

A historiografia clássica tem considerado um fato exposto em uma das narrativas contidas na *História do Brasil*²³⁶ de Frei Vicente do Salvador, como tendo sido aquele que causou a centelha provocadora da revolta Potiguara na Paraíba. Frei Vicente considerou o acontecimento uma das “tantas vexações e perrarias” que fizeram os portugueses aos Potiguara e “que foi como disposição última e ocasião propínqua desta rebelião²³⁷”. Capistrano de Abreu, admirador exaltado do cronista, aceitou, referendou e repassou, sem maiores questionamentos, o episódio descrito por Frei Vicente, escrevendo que os Potiguara,

²³³ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 95, Doc. 46.

²³⁴ PHILLIPS, Carla Rahn. *The struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait, 1581-1584*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, for the Hakluyt Society, 2016, p. 7.

²³⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos. (1587)*. Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 14.

²³⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 39.

²³⁷ SALVADOR, Idem, p. 185.

“em 74, por causa de uma cunhã do sertão, desaveio-se com a da Goiana, e começaram as hostilidades [...] A guerra levianamente provocada havia de durar vinte e cinco anos²³⁸.”

Uma índia havia sido raptada por Diogo Dias, um proprietário de sesmária na região. Os Potiguara decidiram incendiar e destruir o engenho Tracunhaém, matando todos os moradores que viviam no local. A partir daí, foram agregados ao episódio, por alguns historiadores, toques romanescos, em que a cunhã Potiguara, filha de Iniguassu, se transfigurou, como no caso de Horácio de Almeida, em uma “Helena das selvas”, cujo rapto pelos portugueses teria sido “o gérmen da discórdia, inoculado pelos franceses²³⁹”. Em represália ao rapto da índia os Potiguara, sob instigação dos normandos, assaltaram violentamente um engenho que estava em construção, nas margens do rio Tracunhaém, ficando o acontecido arraigado na historiografia brasileira, até os dias correntes, como sendo o motivo deflagrador da beligerância dos Potiguara naqueles tempos. O enredo envolvendo a “moça de quinze anos” Potiguara, de Frei Vicente, que “passou de mão em mão e parece nunca foi restituída”, segundo Capistrano de Abreu²⁴⁰, ficou restrito, nas crônicas coevas, unicamente ao escrito do franciscano. O episódio da cunhã Potiguara não é encontrado na narrativa contemporânea do *Sumário das Armadas*, escrito de que se valeu Frei Vicente do Salvador para escrever sobre o período, embora o ataque ao engenho na ribeira do hoje rio Goiana, que ficou conhecido como o *massacre de Tracunhaém*, tenha sido mencionado de forma muito concisa na crônica jesuítica. Frei Vicente do Salvador talvez pretendesse delimitar o episódio como um marco finalizador das guerras na região, sendo o mote utilizado como justificativa para uma intervenção direta da Coroa portuguesa que já não mais tolerava a atuação dos indígenas na região.

Entendemos carecer de rigor analítico a resignada admissibilidade de que um episódio isolado como aquele narrado por Frei Vicente do Salvador, que não seria de todo inimaginável naqueles tempos, fizesse irromper a insurreição dos índios que viviam na Paraíba. E é na crônica do anônimo jesuíta que encontramos os indícios das verdadeiras

²³⁸ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 101.

²³⁹ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1968, p. 41-45. PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, p. 122-123.

²⁴⁰ ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2ª série. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira/MEC, 1976, p. 154.

razões que contribuíram para o levante acintoso dos Potiguara na região. A primeira motivação para a sublevação dos indígenas estava relacionada com as guerras de submissão que os moradores de Pernambuco e Itamaracá lhes faziam:

“que estas e as outras nunca serviram de mais que fazê-los destros, ensinando-os a pelejar; porque em quase todos os recontros e saltos que neste tempo conosco tiveram e nos deram, levaram sempre o melhor; e a fama de tantas vitórias do gentio deve-se à carniça com que se dobravam as opressões destas duas capitanias que, parece pela malícia dos moradores delas, incorreram o juízo de Deus, provocando aos índios o rompimento, com o mau tratamento e respostas que a seus serviços davam, sendo eles nisso mui certos e proveitosos, e com os cativeiros, que (quebrando-lhes a fé, contra todo o direito natural e das gentes) lhes davam²⁴¹.”

Para Regina Célia Gonçalves, o que motivou Portugal a tomar as rédeas da situação foi “a destruição do Engenho Tracunhaém, e diante do fato consumado de que nem os donatários nem os moradores de Itamaracá ou de Pernambuco teriam condições de completar [...] a ocupação²⁴²”. O fato é que não se podia avançar com a colonização rumo ao norte se não fosse superada a conquista da Paraíba. Por essa época, como já demonstramos, estavam os franceses, provavelmente, contrabandeando, há anos, nos pontos de resgate de pau-brasil existentes na Paraíba, com estreita aliança no labor da extração e carregamento da madeira dos “negros pitiguaras” que viviam na zona costeira, como eram descritos na redação do *Sumário das Armadas*. A traficância dos bretões prejudicava os negócios dos colonos portugueses com a madeira e já estava sendo objeto de rigorosa repressão da parte dos lusitanos, como se vê da descrição de Frei Vicente do Salvador de acontecimento ocorrido antes do assalto dos Potiguara ao engenho em Tracunhaém:

“E, como nesta conjunção estavam três naus francesas à carga na Baía da

²⁴¹ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 28.

²⁴² GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. São Paulo: Edusc, 2007, p. 71.

Traição e o capitão-mor da ilha de Itamaracá havia dado um assalto, em que matou alguns franceses e lhes queimou muito pau que tinham feito²⁴³.”

A repressão dos portugueses levou os poucos franceses que movimentavam o tráfico no litoral da Paraíba a unirem-se aos muitos índios Potiguara, que estavam descontentes com as ações para escravizá-los executadas pelos moradores das duas capitanias, para investir contra instalações lusas, como escreveu o redator do *Sumário das Armadas*: “por tudo estes petiguares irem assolando, porque mais facilmente pudessem acarretar o pau aos franceses²⁴⁴”. Esta situação foi informada à Coroa portuguesa que, receosa de estabelecerem-se os franceses no litoral paraibano, encetou providências para a ocupação da terra.

4. As lutas contra os Potiguara e os franceses

No dia 11 de junho de 1557, morria, em Lisboa, D. João III. Cinco dias depois, o luto na Corte foi temporariamente levantado para aclamação do novo monarca português. A população lisboeta afluiu para a área às margens do Tejo, atualmente a Praça do Comércio, onde ficava o Paço da Ribeira, o conjunto de prédios da administração do império lusitano, a Casa da Índia, o Desembargo do Paço, o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, dentre outros, além da residência real, todos arrasados pelo terremoto de 1755. O novo rei de Portugal foi levado ao salão principal no colo de um cortesão. O soberano Avis que sucedia a D. João III era uma criança de pouco mais de três anos e recebeu das mãos do seu tio-avô, o cardeal-infante D. Henrique, o cetro real, que foi adaptado ao seu pequeno tamanho²⁴⁵. Esse menino-rei chamado Sebastião que “quási começou a ser Rey primeiro que entendesse que cousa era ser homem²⁴⁶”, quando pode, efetivamente, assumir a Coroa lusa, teve os sucessos do seu reinado vinculados também ao povoamento das terras da Paraíba. À época, desde há muito tempo, a região habitada pela nação Potiguara que, consorciada com traficantes

²⁴³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 186.

²⁴⁴ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 27.

²⁴⁵ DOMINGUES, Mário. *D. Sebastião o homem e a sua época*. Lisboa: Romano Torres, 1963, p. 32-33.

²⁴⁶ LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Publicações Alfa, 1889, p. 93.

franceses da madeira de tinturaria, vinha assolando as instalações portuguesas, inviabilizando qualquer avanço da ocupação pelos lusitanos das áreas ao norte da ilha de Itamaracá.

O rei D. Sebastião era filho de D. João Manuel, príncipe herdeiro de Portugal. D. João Manuel casara muito jovem com D. Joana, infanta espanhola, e falecera aos dezesseis anos, dias antes do nascimento do seu único filho, D. Sebastião. Abandonado pela mãe, a princesa castelhana que voltara para a Espanha, D. Sebastião foi criado pela avó e pelo tio-avô cardeal e foi educado sob a rígida égide religiosa incutida pelos jesuítas. Quando da morte do seu avô, o rei D. João III, D. Sebastião tinha apenas três anos de idade. A sua pouca idade para tomar as rédeas do Reino de Portugal exigiu a adoção de dois períodos regenciais, o primeiro o da sua avó Habsburgo, a rainha D. Catarina de Áustria, de 1557 a 1562, seguindo-se o do cardeal D. Henrique, de 1562 a 1568. Após essa dupla regência, Sebastião, chamado de rei Desejado, assumiu o trono com 14 anos. Nas palavras de Oliveira Marques, o adolescente monarca seria: “Enfermo no corpo e no espírito, importava-se menos com o ofício da governação e mais com os sonhos de conquista e de expansão da Fé²⁴⁷”. D. Sebastião foi visto muitas vezes pela historiografia como um monarca descuidado e excessivamente religioso. A educação do Rei havia sido coordenada pelos jesuítas, o que certamente lhe dava respaldo para acreditar que a finalidade máxima de sua existência seria a propagação da fé católica. O monarca se moldou muito bem a este ideário do chamado sobrenatural e perdeu a vida em uma batalha sem organização e com falta de estratégia²⁴⁸.

Foi, muito provavelmente, por recomendação de conselheiros reais, que o jovem e inexperiente Rei de dezoito anos, decidiu, ao final de 1572, modificar a forma da organização administrativa de Portugal no Brasil, que, há mais de duas décadas, funcionava nos moldes de uma governança una, que cobria toda a área da dita América Portuguesa. A mudança instituiu Luis de Brito de Almeida, como governador responsável pela parte norte e Antonio de Salema, responsável pela parte sul. Joaquim Veríssimo Serrão credita “ao surto das capitânias do Sul” a decisão de “criar duas capitais - as cidades do Salvador e do Rio de Janeiro -, cada uma com a sua zona geográfica, política e administrativa própria”. Mas, mesmo nos atos régios da lavra de D. Sebastião de cunho eminentemente administrativos, constata-se, explicitamente agregado a eles, um caráter religioso com o objetivo de defesa da fé cristã. É o que se observa no ato de nomeação de Luis de Brito de Almeida, componente do Conselho

²⁴⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009, p. 284.

²⁴⁸ MATTOSO, José. *História de Portugal. No alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 457.

Régio e “militar experimentado”, conforme o descreveu Serrão, para exercer o cargo de “capitão da dita capitania da Bahia de Todos os Santos e do governador geral dela e das capitanias e terras que ha da banda do norte y asi da parte do Sull até a capitania dos Ilheos e lemite della²⁴⁹”.

“[...] consyderando eu como por as terras da costa do Brasil serem tão grandes e tão distantes humas das outras [...] asentei asy para o que convem á conversão do gentio daquellas partes, e se dilatar nelas nosa santa fe, como para mais brevemente se administrar a justiça e elas poderem melhor defender [...]”²⁵⁰,

O Governador “da banda do norte” do Brasil, Luis de Brito de Almeida, aportou, em maio de 1573, na cidade de Salvador. Para Frei Vicente do Salvador o governador “depois de chegar e prover nas coisas de paz [...] começou a entender nas de guerra. E a primeira a que acudiu foi a lançar os gentios inimigos do rio Real e povoá-lo [...]”²⁵¹. No período de governo de Luis de Brito, que para Pedro Calmon “destacou-se como animador de descobrimentos e expedições punitivas²⁵²”, se deram as primeiras ações da administração portuguesa no sentido da ocupação das terras da Paraíba. Toda a historiografia acerca das primeiras tentativas dos portugueses de colonização da Paraíba, afastando os Potiguara e franceses da região, tem sido fundada, predominantemente, no relatório sobre os acontecimentos, que foi feito por um anônimo autor jesuíta por ordem do seu superior da Ordem, intitulado *Sumário das Armadas*²⁵³. Este relatório jesuítico foi, manifestamente, utilizado por Frei Vicente do Salvador na sua *História do Brasil*, no tocante às lutas de conquista da Paraíba.

²⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal [1495-1580]. 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980, p. 136.

²⁵⁰ Apud VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 358-359.

²⁵¹ SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 187.

²⁵² CALMON, Pedro. História do Brasil. Vol. I. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 309.

²⁵³ O título completo: SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.

A literal aceitação ou reprodução desses referidos textos, sobre os quais foi construída, de forma preponderante, a historiografia sobre a Paraíba na segunda metade do Quinhentos, sem o devido cotejamento com outras fontes disponíveis, pode levar a declarações passíveis de questionamentos. Esse foi o caso das assertivas emitidas por dois historiadores sobre a primeira das expedições à Paraíba para combate aos Potiguara e seus aliados franceses, sob o comando do ouvidor-geral Fernão da Silva. Maximiano Lopes Machado na sua *História da Província da Paraíba* escreveu que o rei D. Sebastião informado da “carneficina da varzea do Capibaribe [...] ordenou terminantemente ao capitão general Luiz de Brito e Almeida que os (potyguares e franceses) fosse expellir dali (rio Parahyba²⁵⁴).” Horácio de Almeida relatou, de forma quase idêntica, que D. Sebastião “ao tomar conhecimento do morticínio de Tracunhaém determinou ao governador Luis de Brito que se pusesse à frente de uma expedição e fosse ocupar a Paraíba²⁵⁵”. Conforme, ainda, os dois historiadores anteriormente citados, repercutindo o que está escrito no *Sumário das Armadas*, o governador Luis de Brito, por não poder ir ele mesmo, enviou para Paraíba o ouvidor-geral em cumprimento da missão real.

É admissível e compreensível que quando, em dezembro de 1572, Luis de Brito de Almeida foi nomeado governador da parte setentrional do Brasil, tenha recebido, de conselheiros reais ou até mesmo do próprio Rei principiante, recomendações sobre a sua conduta na colônia portuguesa, com respeito à ocupação das terras e o combate aos contrabandistas franceses na área que estaria sob a sua responsabilidade. Recomendações que o governador tratou de cumprir logo ao chegar a Salvador, iniciando pela tarefa de ocupação das terras do rio Real que foi, para o Visconde de Porto Seguro, “a mais importante, e também por ordem cronológica a primeira²⁵⁶” das empreitadas do seu período de governo. Pode-se inferir com toda certeza que, à semelhança da região do rio Real, a situação da Paraíba, assolada pelo conluio dos Potiguara com os franceses, fosse, de há muito tempo, do conhecimento da administração portuguesa. Mas não existem notícias de registros documentais que comprovem que o inditoso rei D. Sebastião, ao tomar conhecimento do morticínio na ribeira do rio Tracunhaém, tivesse “ordenado terminantemente” ao governador Luis de Brito, nas palavras de Maximiano Machado, ou “determinou ao governador”, como

²⁵⁴ MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol. I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, p. 45.

²⁵⁵ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 55.

²⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 360.

escreveu Horácio de Almeida, que se fizesse uma expedição para reprimir a ação dos Potiguara e ocupar a região do rio da Paraíba. Como o governador Luis de Brito de Almeida se encontrava no Brasil desde maio de 1573 e o chamado massacre de Tracunháem só se deu um ano depois, essa hipotética e terminante determinação régia não poderia ter sido verbal, mas dada somente através de ato escrito, do qual nunca se ouviu falar, já que, conforme anotou Capistrano de Abreu, de Luis de Brito não restaram correspondências²⁵⁷.

Com relação a essa expedição do ouvidor-geral Fernão da Silva, em 1574, à Paraíba, existe uma fonte primária, que é também uma relação inaciana como o *Sumário das Armadas*, que é o mais antigo documento que trata do ataque ao engenho às margens do Tracunhaém, escrito dois anos após o ocorrido e quase duas décadas antes do *Sumário*. Trata-se da *Historia de la Fvndacion dell collegio de la capitania de Pernanbuco*²⁵⁸, manuscrito que faz parte do *Archivum Societatis Iesu Romanum*, Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma, e que passou ao conhecimento geral a partir de publicações no Porto, em 1923, e, em 1936, no Brasil. No texto do códice referente ao Colégio Jesuíta de Pernambuco se constata que o ouvidor-geral Fernão da Silva estava em visita àquela capitania, por ordem do governador Luis de Brito, e, ao tomar conhecimento de que os índios da Paraíba (os Potiguara) haviam feito grande ataque a um engenho com muitas mortes, o ouvidor arregimentou gente a pé e a cavalo e foi dar combate aos indígenas, como se pode observar no relatório jesuíta:

“De las Cosas de edificación que sucedieron en esta casa en El año De 74. [...] El oydor generaal Hernando de silba Vino este ano Por horden del Gobernador luis de brito a Visitar esta capitania y por auer hecho los yndios de la parayba grandestrageo en un ingenio matando casi toda la gente del fueron con mucha gente de pie y decaballo a darles guerra [...]”²⁵⁹,

Não se extrai do escrito referente ao Colégio Jesuíta a certeza de que o ouvidor-geral teria ido a Pernambuco para combater os Potiguara e seus aliados franceses. Da narrativa do *Sumário das Armadas* também pode-se depreender que Fernão da Silva estava naquela

²⁵⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 140.

²⁵⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália, 1938, p. XXI.

²⁵⁹ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. XLIX (referente a 1927). *Historia de la Fvndacion dell collegio de la capitania de Pernanbuco*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações: 1936, Capítulo Quinto, p. 29.

Frei Vicente do Salvador acrescentou ao episódio, na sua imaginosa forma de escrever, que Fernão da Silva ao chegar à boca do rio “tomou dele posse em nome de el-rei com muita solenidade de atos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou mui satisfeito a Pernambuco”. No entanto, ainda segundo o franciscano, como “os Petiguares, que nenhuma coisa entendem de atos e termos judiciais, nem se lhes dá deles [...] se tornaram a senhorear da terra como de antes e com mais ânimo e coragem²⁶⁴.” Findou assim, sem qualquer serventia, a jornada de Fernão da Silva à Paraíba, denominada por Capistrano de Abreu de “expedição elétrica”. O ouvidor-geral, nas palavras de Pedro Calmon, “voltou, sem ter desembainhado a espada, para a Bahia²⁶⁵”. A extemporânea e inócua jornada não conquistou nem a reverência dos moradores da capitania de Pernambuco, que dela teriam feito chacota quando da sua marcha de regresso para Olinda, como se vê no relato do antigo escrito jesuíta:

“Ala buelta le hizo Una persona poderosa y principal desta una grande inJuria Assi para el como para las personas que a Vian ydo en su compañía que fue poner en el camino Una rrueca con un huso para dar a entender que eran para poco [...]”²⁶⁶.

Fernão da Silva, ao retornar para Bahia, deu ciência do ocorrido ao governador Luis de Brito que, segundo o *Sumário das Armadas*,

“se resolveu e determinou de ir, em pessoa, conquistar e povoar a Paraíba [...] mandou aperceber uma armada de doze velas, com toda a gente que pôde ajuntar, levando toda a nobreza da cidade, oficiais da justiça e da fazenda, com todos os petrechos e mantimentos necessários, enfim com o

²⁶⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 188.

²⁶⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. I e II. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 309.

²⁶⁶ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. XLIX (referente a 1927). *Historia de la Fvndacion dell collegio de la capitania de Pernanbuco*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações: 1936, p. 29.

maior aparato de capitães e soldados, e recado das mais cousas que lhe a ele foi possível ajuntar.²⁶⁷”

A armada, que ia sob o comando de Luis de Brito e tinha como capitão-mor do mar o seu sobrinho Bernardo Pimentel de Almeida, deixou, em setembro de 1575, o porto de Salvador velejando para Pernambuco. Entendemos ter sido a organização dessa expedição, efetivamente, a primeira ação preconcebida da administração portuguesa destinada à ocupação das terras da Paraíba. Embora o início da viagem tenha se dado ainda em estação favorável à navegação entre Salvador e o Recife, sucedeu que, conforme escreveu Francisco Adolfo de Varnhagen, “os ventos ponteiros e o mares de levadio conspiraram-se contra os seus desígnios. A frota dispersou-se²⁶⁸”, o que fez com que parte da esquadra não conseguisse alcançar o seu destino, forçando as demais embarcações a retornarem para Salvador, ficando a jornada, nas palavras do relato jesuíta, “desfeita em ar, sem mais lembrança do Paraíba²⁶⁹”. Nos dois anos restantes do seu governo Luis de Brito, segundo Varnhagen, “tantos gastos havia feito com a malograda expedição à Paraíba, que não ousou acometer de novo a empresa de sua conquista²⁷⁰”.

Acabou, com o governo de Luis de Brito de Almeida, pela percepção da sua imprestabilidade, a experiência da administração dual do Brasil, reunificando-se, novamente, a governação real da colônia, com sede na Bahia. O novo Governador-geral Lourenço da Veiga, chegando ao Brasil em princípios de 1578, intentou prosseguir a empreitada de conquista da Paraíba, “mandando ao ouvidor-geral Cosmo Rangel de Macedo, e Cristovão de Barros, provedor-mor, lha encomendou”, como consta no *Sumário das Armadas*. Mas, nessa época, os Potiguara da Paraíba não deviam estar dentre as principais preocupações da Coroa portuguesa, envolvida com a empresa de combate aos mouros no norte da África, que resultou em um trágico final para os portugueses e para o seu rei. Embora, para Frei Vicente do Salvador, “tinha o governador Lourenço da Veiga uma coisa e era que, por mais negócios que tivesse, não deixava de ouvir a missa²⁷¹”, ele, quanto à Paraíba, continuou, como expresso na narrativa do jesuíta anônimo do *Sumário das Armadas* “procurando fazer

²⁶⁷ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 31-32.

²⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 362.

²⁶⁹ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 32.

²⁷⁰ VARNHAGEN, Idem, p. 362.

²⁷¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 192.

jornada; mas não houve efeito, e parece que nosso senhor a tinha guardado para o tempo, em o qual havia de haver quem a procurasse de toda força e coração²⁷²”. A condução, em determinado momento, dos negócios da colônia pelos prepostos designados pela Coroa, estava submissa, demasiadamente, às circunstâncias por que passava, naquela ocasião, a metrópole. A situação de Portugal, em agosto de 1578, após o aniquilamento das forças lusas em Alcácer Quibir e o passamento do seu jovem rei, unigênito e celibatário, sem descendência dinástica direta, levou a Coroa portuguesa a um drama político de tal gravidade que, inevitavelmente, teria repercussão na administração do Brasil, com consequências na postergação de novas empreitadas do governo-geral para a conquista das terras da Paraíba aos coligados Potiguara e franceses. Cronistas contemporâneos descreveram as surtidas, ocorridas nesse período, dos indígenas às instalações portuguesas, como foi o caso de Gabriel Soares de Sousa, escrevendo que

“o gentio pitiguara andava mui levantado contra os moradores da capitania de Tamaracá e Pernambuco com o favor dos franceses, com os quais fizeram nestas capitanias grandes danos queimando engenhos e outras muitas fazendas em que mataram muitos homens brancos e escravos²⁷³”.

Diante da inação da administração portuguesa com relação à situação por que passavam as Capitanias de Itamaracá e Pernambuco, a disposição para reparar os agravos causados pelos Potiguara teria que ser suscitada pelos próprios colonos. E foi o que de fato ocorreu. Frutuoso Barbosa, vianês, como tantos outros que vieram para Pernambuco desde o tempo da primeira donataria de Duarte Coelho, resolveu tomar para si a iniciativa. Barbosa, talvez motivado pelos prejuízos que estaria tendo como arrendatário do comércio de pau-brasil, em não poder continuar a ir às ribeiras do rio Paraíba carregar a madeira tintureira, o que fizera algumas vezes nos tempos que não havia animosidade da parte dos índios, viajou para Lisboa para solicitar ao novo rei, o cardeal D. Henrique, recursos e condições para que ele empreendesse a conquista do território da Paraíba²⁷⁴. As ponderações e proposições apresentadas por Frutuoso Barbosa devem ter sido aceitas na corte. É o que se pode deduzir

²⁷² SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 32.

²⁷³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 14.

²⁷⁴ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 33.

pelo alvará régio que, em 25 de novembro de 1579, lhe foi concedido pelo cardeal-rei. Este documento é a primeira manifestação formal conhecida da administração monárquica de Portugal tratando do povoamento das terras da Paraíba:

“Eu el-rey faço saber aos que este alvará virem que eu mando ora a Frutuoso Barbosa a povoar as terras do Paraíba nas partes do Brasil e lançar do rio dellas os corsairos que ahi estão e as tem occupado o qual leva com signo allgus moradores destes reynos para vivirem nellas pello que ey por bem que o dito Frutuosso Barbossa seja capitão de toda a dita gente e da gente da navegação dos navios que com elle vão assy na viagem do mar como despois que chegar as ditas terás e estar nellas todo o tempo que nellas poder estar, e assy ey por bem que elle seja capitão da fortaleza e povoações que nas ditas terras fizer. Isto por tempo de dez annos não moadando primeiro eu o contrario e mando a todas as ditas pessoas que ajão ao dito Frutuosso Barbosa por seu capitão e acudão a seus chamados e cumprão seus mandados inteiramente como a seu capitão so as penas é que por minhas leys e ordenações incorem os que desobedecem a seus capitães. Notifico o assy a todas as pessoas pêra que em tudo cumprão guardem [...].²⁷⁵”

A data da chegada ao Brasil da frota que Frutuoso Barbosa organizou para “povoar as terras do Paraíba”, que é de fundamental importância para o estabelecimento da cronologia das empresas de conquista da terra, tem sido objeto de afirmativas questionáveis feitas por alguns historiadores, a exemplo de Mello Moraes e do paraibano Horácio de Almeida, que se limitaram à mera repetição do que foi reportado sobre essa expedição no *Sumário das Armadas* e reproduzido por Frei Vicente do Salvador, sem a devida confrontação com outras fontes disponíveis. O redator do relatório jesuítico escreveu que “chegou Frutuoso Barbosa a Pernambuco, creio, no ano de 79”. Observa-se que a anteposição do verbo à datação da chegada da frota, não faz a assertiva peremptória ou definidora, tornando-se a declaração como se fosse uma duvidosa opinião pessoal do redator do *Sumário*, compreensível porque o relatório foi escrito quinze anos após o evento a que se referia. Mesmo que a frota de Frutuoso Barbosa já estivesse aprestada e ele partisse para o Brasil no mesmo dia em que

²⁷⁵ AHU, ACL, CU, Códice 112, f. 80-81v.

recebeu o alvará régio, o que seria improvável, mesmo assim, considerando o tempo de deslocamento necessário entre os dois continentes nas embarcações da época, a esquadra de Barbosa não chegaria a Pernambuco no ano de 1579. Alguns documentos coetâneos esclarecem o assunto. Em 28 de fevereiro de 1580, cerca de dois meses depois que Frutuoso Barbosa recebeu o alvará que o mandava povoar a Paraíba, um novo alvará do Rei D. Henrique tratava da viagem de Frutuoso Barbosa que “ir ora por meu mandado as partes do Brasil pouvar novamente a Parayba e para isso tem necessidade de dinheiro e que as dívidas que nas ditas partes forem devidas se lhe paguem com brevidade”, seguindo-se de sanções que seriam aplicáveis aos devedores de Barbosa, em caso da inadimplência²⁷⁶. Este documento demonstra que, muito provavelmente, Frutuoso Barbosa ainda se encontrava em Portugal quando da sua emissão. Considerando-se que, até a data do alvará, ao que se sabe, Barbosa ainda não tinha intentado qualquer iniciativa para povoamento da Paraíba, o trecho “povoar novamente a Parayba”, contido no termo, possivelmente se referia às frustradas tentativas anteriores, a do Governador-geral Luis de Brito de Almeida, a improvisada jornada do ouvidor geral Fernão da Silva, ou mesmo, à somente conjecturada expedição do governador Lourenço da Veiga.

De todo modo, as possíveis dúvidas sobre a data em que Frutuoso Barbosa partiu de Portugal para povoar a Paraíba foram dissipadas de acordo com o relato coevo do cosmógrafo e navegador castelhano Pedro Sarmiento de Gamboa. A obra de Sarmiento de Gamboa, publicada sob o título *Viage al Estrecho de Magallanes em los años de 1579-1580 y noticia de la expedicion que despues hizo para poblarle*, descreveu sua jornada partindo do Peru para combater o corsário inglês Francis Drake e, depois, relatou a travessia que ele fez do Estreito de Magalhães, a primeira que ocorreu no sentido oeste-leste. Sarmiento, após explorar os canais do Estreito, navegou rumo à Espanha para apresentar ao rei Filipe II a sua proposta de edificação de dois fortes na entrada do Estreito, que teriam a finalidade de obstacular a passagem de corsários das costas do Atlântico para o Pacífico²⁷⁷. Na viagem para a Espanha, Pedro Sarmiento de Gamboa aportou na ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, ponto de parada das naus que singravam o Atlântico. Durante a sua permanência no porto de Santiago, Sarmiento de Gamboa colheu vários depoimentos de tripulantes de naus que ali ancoravam. Um destes relatos se reportava às terras da Paraíba, e elucida esse ponto

²⁷⁶ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, L. 12, f. 93 v.

²⁷⁷ AGI, Real Cédula, Indiferente, 582, L. 1, f. 31v-32v.

controverso e contraditório da historiografia luso-brasileira acerca da expedição do vianês Frutuoso Barbosa. Sarmiento escreveu:

“Demas desto otros Ingleses poblaron en una Bahía al Norte de Pernambuco, ques la primera del Brasil, y estuvieron poblados em la Bahía que llaman Grande, y los Naturales la llaman Paraíba, y no los han podido echar de allí; y por esto proveyeron en Portugal una Armada de quatro Naos, dos Galeones grandes, y dos Carabelas con mucha gente casada y soltera para poblar en la Paraíba, que está en cinco grados y medio al Sur, y echar del todo de allí los Ingleses. Esta Armada de Portugal ántes de llegar á las Islas de Cabo-verde se derrotaron con temporal, y el Galeon mayor llegó á este Puerto de Santiago com quatrocientos hombres, y se fué al Brasil él: y outro llegó tras él trece dias ántes que nosotros llegássemos aquí. Y de las Carabelas la una vino á la Isla de Mayo, y allí el Frances arriba dicho la echó á fondo y ahorcó al Piloto y Maestre [...] llegamos y surgimos en el Puerto de Sanctiago de Cabo-verde lúnes en la noche segundo dia de Pasqua de Espíritu Sancto veinte y tres de Mayo de 1580.²⁷⁸”

As narrativas de Pedro Sarmiento de Gamboa permitem o estabelecimento das seguintes premissas. A armada mencionada por Sarmiento tem as características daquela com que Frutuoso Barbosa chegou em Pernambuco, segundo o *Sumário das Armadas*. Não há qualquer registro de outra frota similar, naquele período, tendo como destino conquistar a Paraíba. Os dois alvarás relativos à viagem, concedidos pelo cardeal-rei D. Henrique a Frutuoso Barbosa, são datados de 25 de novembro de 1579 e de 28 de janeiro de 1580. A frota referida por Sarmiento deu de encontro com um temporal e uma das naus foi atacada pelos franceses, o que pode ter ocasionado certo atraso no percurso de Lisboa para o Cabo Verde. A data com que um dos galeões da armada com destino ao Brasil chegou à Ilha de Santiago antecedeu de treze dias a chegada de Sarmiento à ilha, ou seja, aos dez dias de maio, tendo na ocasião o galeão maior da armada já partido de Santiago para o Brasil. A sequência das datas dos alvarás e das anotações dos eventos feitos por Sarmiento de Gamboa são

²⁷⁸ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Viage al Estrecho de Magallanes por el Capitán Pedro Sarmiento de Gamboa en los años de 1579 y 1580 y noticia de la expedición que después hizo para poblarle*. Madrid, En la Imprenta Real de la Gazeta, 1768, p. 349-350.

perfeitamente compatíveis com a viagem de Frutuoso Barbosa para o Brasil. Outro registro documental a ser acrescentado às evidências de que Frutuoso Barbosa partiu de Portugal em 1580, na sua primeira tentativa de estabelecer um núcleo de colonização na Paraíba, é apresentado na obra setecentista de Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo*. Nela, o frade beneditino se referindo a obra de Frei Manoel de Sá sobre os carmelitas, descreveu que

“em catalogo dos conventos, que começa na pag. 58, n.º 52, diz que o Cardeal Rei D. Henrique mandou povoar na Parahyba do Norte uma cidade por Fructuoso Barboza, e ordenára a este Governador que em sua companhia levasse Religiosos do Carmo; e a pag. 33, n.º 49, produz o mesmo autor uma patente datada em Lisboa aos 6 de janeiro de 1580, por onde consta que o Padre Mestre Fr. João Cayado, Vigario Provincial, com effeito nomeára aos padres Fr. Domingos Freire, Fr. Alberto, Fr. Bernardo Pimentel, e Fr. Antonio Pinheiro para virem na companhia do dito Fructuoso Barboza fundar os conventos na nova cidade da Parahyba em Pernambuco.²⁷⁹”

Além do mais, desde 1571, estava em vigência um *Regimento sobre Navegação* adotado pelo governo português que, segundo Max Justo Guedes, estabelecia, dentre as suas disposições para as viagens da metrópole para o Brasil, o seguinte: para deixar os portos lusitanos as frotas deviam ter “número de quatro navios, e daí pra cima”, o que foi o caso da esquadra de Frutuoso Barbosa; os navios “poderão partir do primeiro dia do mês de agosto de cada ano até por todo o mês de março do ano seguinte, que são oito meses, e, dentro neles, poderão partir em qualquer mês que quiserem²⁸⁰”. A frota que Frutuoso Barbosa constituiu para a conquista do território da Paraíba aos Potiguara, pelo número de embarcações e pelo

²⁷⁹ MADRE DE DEUS, Gaspar da. *Memórias para a Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo*. 3ª edição. São Paulo: Weiszlog Irmãos, 1920, p. 373.

²⁸⁰ GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Segundo Volume. Tomo 2. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979, p. 60.

provável período em que navegou de Lisboa rumo ao Brasil, se enquadra nos parâmetros estabelecidos e exigidos, à época, pelo *Regimento sobre Navegação* luso.

Com essas informações, conclui-se que, considerando o tempo aproximado de deslocamento marítimo, na época, em condições adversas e tendo sofrido ataque corsário, entre Portugal e o Cabo Verde, a frota de Frutuoso Barbosa com destino à Paraíba, aquela que foi a primeira das duas esquadras formadas por Barbosa para povoamento do território, deve ter partido de Lisboa ao final de março de 1580. Essa datação, no ano de 1580, para a chegada da primeira expedição de Frutuoso Barbosa para povoar as terras do rio Paraíba já havia sido indicada por Irineu Ferreira Pinto²⁸¹ e por Capistrano de Abreu em nota à *História do Brasil* de Varnhagen²⁸², baseado no relato de Sarmiento de Gamboa, estimativa do ano que foi, também, confirmada por Pedro Calmon²⁸³. Joaquim Veríssimo Serrão, talvez em decorrência de superficial análise interpretativa, estipulou, equivocadamente, na primavera de 1581, a data da primeira, das duas, expedições feitas por Frutuoso Barbosa para colonizar a Paraíba, o que veio a repercutir na opinião de outros estudiosos do período.

Ao chegar ao Brasil, Frutuoso Barbosa, segundo a narrativa do *Sumário das Armadas*, “em sete ou oito dias que esteve surto sobre Pernambuco, sem querer desembarcar nem querer tratar o negócio, lhe deu um tempo, com que arribou às Índias²⁸⁴”. Mais uma vez, os ventos conspiravam a favor de continuarem os Potiguara senhores das terras da Paraíba. Essa tormenta que levou a nau de Frutuoso Barbosa do porto de Pernambuco para o que se chamava, à época, Índias de Castela, o mar das Antilhas, não era fenômeno incomum naquela zona litorânea. A junção da força de ventos e mares levava as embarcações movidas a vela que navegavam na área à situação descrita pelo jesuíta redator do *Sumário*, no seu comentário de que “se tinha até este tempo por impossível os navios que de cá do sul fosse à Paraíba tornarem a Pernambuco, sem arribarem às Índias²⁸⁵.” John Russell-Wood indicou a origem da influência do regime dos ventos na região: “ventos e correntes atlânticas também impunham restrições aos portos brasileiros. O giro oceânico do Atlântico Norte desloca-se em sentido

²⁸¹ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977, p. 16.

²⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 368.

²⁸³ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. I. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 368.

²⁸⁴ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 34.

²⁸⁵ SUMÁRIO, Idem, p. 48.

horário, enquanto o do Atlântico Sul é anti-horário²⁸⁶”. Essa imposição natural criava dificuldades na comunicação costeira entre as regiões do Brasil, o que levaria, anos depois, a que os portugueses criassem uma administração independente para o Ceará, Maranhão e Pará, subordinada diretamente à Coroa, pela facilidade da navegação para a península ibérica.

Persistente no seu propósito de se apossar da Paraíba, após a sua tentativa frustrada, Frutuoso Barbosa tornou a Portugal que, por esse tempo, vivia uma crise de sucessão dinástica, iniciada com o desaparecimento do rei D. Sebastião, em agosto de 1578, agravada com a morte do cardeal D. Henrique, que o sucedeu, ocorrida no último dia de janeiro daquele ano de 1580. Dentre os pretendentes à Coroa lusa se encontrava o monarca espanhol Filipe II, que era, para o historiador A. H. de Oliveira Marques, o candidato mais viável, porque,

“se lhe faltavam argumentos legais, possuía, no entanto, força e determinação bastantes para os suprir. Os seus embaixadores, enviados e espias, juntamente com subornos e ameaças militares, fizeram um excelente trabalho em convencer, ameaçar e comprar os elementos dirigentes da sociedade portuguesa²⁸⁷.”

Ao tempo em que Filipe II se encontrava em território de Castela, a espera de adentrar nos seus novos domínios portugueses, conseguidos pela força e o aliciamento, o governo castelhano já se preocupava em levar ao conhecimento do Brasil a nova situação decorrente da união dos dois reinos ibéricos, sob o comando do monarca espanhol. Filipe II ainda se encontrava em Badajoz, prestes a atravessar a fronteira portuguesa para assumir o trono luso, vago desde a morte do cardeal D. Henrique, e já adotava providências para enviar mensageiro às capitanias do Brasil que “desse notícia”, através de “navios de mercadores”, da sua vitória em Portugal:

²⁸⁶ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 128.

²⁸⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009, p. 286.

“quem for de levar instrução assinada por sua magestade que corra todas estas capitancias em ainda hua dellas de as cartas de sua magestade aos capitains e offiçiaes da camara, e faça com elles o officio que requiere a callidade da materia com todo o bom tento e modestia e algumas palavras da parte de sua magestade que os obriguem pretendendo bom effeito do negoço a que vai²⁸⁸”.

Em fevereiro de 1581, Filipe já se encontrava em Portugal, na cidade de Elvas, mas não havia ainda sido formalizada pelas Cortes portuguesas a união das duas Coroas, e as principais ocorrências no Brasil, que dependiam de imediatas providências governamentais, já eram, então, submetidas à decisão do monarca castelhano. Dentre essas, estava a determinação do socorro à Paraíba, alvo de constantes incursões francesas nas áreas férteis em pau-brasil²⁸⁹. Assim explica Joaquim Veríssimo Serrão:

“sugeri-se, depois, o envio às partes do Brasil do capitão Frutuoso Barbosa, e foi o próprio monarca, em carta de 20 de fevereiro de 1581, a D. Duarte de Castelbranco, quem ordenou a imediata partida dêste mensageiro. Deveria Barbosa socorrer a região da Paraíba [...] e seguir para o Salvador, ao encontro de Lourenço da Veiga, para o Governador mandar proceder à aclamação nas várias capitancias²⁹⁰.”

No mês seguinte, cartas régias autorizavam o fornecimento de mantimentos, suprimentos e ferramentas para que Frutuoso Barbosa intentasse sua segunda expedição de conquista das terras da Paraíba com a expulsão dos franceses do lugar e pacificação dos nativos.

²⁸⁸ Biblioteca da Ajuda, Códice 49-X-2, f. 238-238v.

²⁸⁹ Biblioteca da Ajuda, Códice 49-X-2, f. 405.

²⁹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 11.

“[...] Frutuoso Barbosa capitão da gente da povoação da Parahiba nas partes do Brasil me enviou dizer que o Senhor Rey Dom Henrique me tío que Deos tem lhe mandara dar pêra dadivas do gentio daquellas partes as ferramentas e resgates conteudas em hum rol que presentou das quais cousas se lhe deixarão de dar muytas per as não aver e que por serem muito necesarias para convocarim o gentio á nossa graça e deixarem os franceses e com as ditas dadivas assentar com elles paz para que cumpra a meu serviço [...]”²⁹¹.

Ao final de outubro de 1581, Frutuoso Barbosa ainda se encontrava na corte, o que se pode depreender de alvará régio que lhe concedia que,

“ora ir por meu mandado acentar a pouvação da Parayba nas partes do Brasil, ey por bem e me praz de lhe fazer mercê de duas mil lanças de pao do brasil para que o possa trazer ou mandar trazer das ditas partes sem embargo de quaesquer provisões [...] a dita viagem e povoaçam da Parayba por que não indo esta mercê não avéra effeito e este alvará”²⁹².

Segundo a crônica jesuítica *Sumário das Armadas* Frutuoso Barbosa partiu do reino com destino a Pernambuco, no ano de 1582. Barbosa, nessa sua segunda tentativa de conquista da Paraíba, consorciou-se com gente das capitanias de Pernambuco e Itamaracá para a preparação de uma expedição de terra e mar, cuja jornada é assim descrita no escrito inaciano,

“chegando à boca da barra do Paraíba [...] entraram pelo rio acima, por terem aviso que sete ou oito naus francesas, que lá estavam surtas, estavam bem descuidadas [...] queimaram cinco [...] e as outras fugiram com quase toda a gente [...] descuidados os nossos com esta vitória [...] saindo alguns deles em terra com um filho de Frutuoso Barbosa [...]

²⁹¹ BA. Biblioteca da Ajuda. 49-X-1 - fl. 343-344.

²⁹² ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, L. 3, f. 34v-35.

arrebentou o gentio de uma cilada em que estava; e dando neles os iam matando até a praia [...] foi cousa lastimosa ver matar mais de 40 homens portugueses.²⁹³,”

Ainda de acordo com o *Sumário das Armadas*, os homens da expedição ainda ficaram na barra do rio por cerca de oito dias, mas, assolados pelo espectro dos Potiguara, “fugiram à maior pressa, que o medo a cada um insinuou, por ver, da banda do além, junto muito gentio petiguar²⁹⁴”. Findava, assim, com várias baixas portuguesas, dentre elas o filho do capitão-mor, mas, sem qualquer proveito, a jornada para conquistar as terras da Paraíba, que continuavam sob o domínio dos indígenas Potiguara. E, conforme a narrativa contemporânea de Gabriel Soares de Sousa, “com o qual sucesso se descontentaram muito os moradores de Pernambuco e se desavieram com Frutuoso Barbosa de feição que tornaram para suas casas e ele ficou impossibilitado para poder pôr em efeito o que lhe era encomendado²⁹⁵.” E assim ficaram, na escrita do *Sumário das Armadas*, “estas capitanias pior que nunca, e a de Tamaracá de todo desesperada”. Restou aos moradores enviar, “no outubro de 83” procurador à Bahia “a pedir socorro ao governador Manuel Teles Barreto, com grandes requerimentos e encampações²⁹⁶”. Encontrava-se na Bahia o general Diego Flores de Valdés, aguardando notícias sobre o desfecho dos combates que se davam nos Açores, entre os franceses que defendiam o Prior do Crato e as forças coligadas de portugueses e castelhanos, para direcionar suas ações na costa do nordeste brasileiro. Iniciava-se um novo capítulo na conquista da região da Paraíba.

²⁹³ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 34.

²⁹⁴ SUMÁRIO, Idem, p. 34.

²⁹⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 14.

²⁹⁶ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 34.

CAPÍTULO 5

FRONTEIRAS ATLÂNTICAS: BRASIL, PRAÇA DO MUNDO

“Como a honra seja a principal parte para bem servir hum vaçallo a seu Rey¹”.

“e que El Rey estava em Madrid, e Deos em o Ceo²”

Durante o século XVII houve uma ampliação do espaço atlântico, sobretudo, quando a Monarquia Hispânica incorporou as possessões portuguesas localizadas na América, Ásia e África. Essa mudança de escala ajudou a promover conexões transatlânticas que mudaram o rumo e, de certa forma, a velocidade da história. Esse Império ibérico de dimensões planetárias facilitou a circulação de tropas militares, agentes políticos, religiosos, burocratas régios, mas, também, livros, ideias, experiências. Neste capítulo, pretendemos abordar algumas trajetórias de personagens que construíram relações entre o Brasil e a Monarquia Hispânica.

Apesar do eficiente *corpus* documental régio composto de instruções, ordens, alvarás e correspondência, como explicou Fernando Bouza Álvarez, “continuou a ser indispensável a presença, na corte, das partes interessadas³”. No tópico *Trajetórias econômicas*, vamos abordar alguns casos de personagens que cruzaram o Atlântico em direção à Corte em Madri sem utilizar, como intermediário, o suporte político e institucional português. Esse foi o caso,

¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 115, n. 41.

² Fala do governador da Capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, transcrita em: RELATORIO I. Do que passaraõ os Religiosos Menores na Paraíba sobre as doutrinas dos Indios. 1598. In: JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 66.

³ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 213.

por exemplo, de Pedro Cadena, Procurador-mor, vinculado à organização da economia e da defesa da Paraíba na primeira metade do século XVII.

Interessante mencionar também a trajetória do milanês Giovanni Rovellasca com vinculações comerciais que uniam não apenas o espaço americano ao mundo ibérico, mas também a Europa ocidental com o continente asiático. Rovellasca, através de seu agente, Pedro de Arche, havia emprestado dinheiro para a compra de mantimentos e apetrechos de guerra para a armada de Diego Flores de Valdés conquistar a região da Paraíba. O ponto mais débil da Monarquia Hispânica quase sempre foi a questão econômica. Simultaneamente ao avanço da ocupação do território da Capitania da Paraíba, estava o investimento na produção açucareira. Nesse tópico analisaremos, a partir de fontes ibéricas e neerlandesas, como se deu o desenvolvimento da rede açucareira nas várzeas férteis da bacia do rio Paraíba.

No tópico *Trajetórias políticas*, vamos tratar brevemente sobre a relação que havia entre o pensamento político da época e a teoria da boa razão de Estado. Também foi nosso interesse compreender como se deu a recepção do pacto acordado nas Cortes de Tomar em Portugal e de que modo isso se confluía no Brasil. Foi abordada, ainda, a inserção de alguns componentes da chamada elite que ocupava ofícios na Capitania da Paraíba em negócios em outras “partes do Brasil”. Ainda sobre essa temática, foi visto que, pelo menos na Capitania da Paraíba, o suposto exclusivismo português nas nomeações dos cargos não vigorou de forma plena. Durante o período da Monarquia Hispânica, quatro espanhóis ocuparam cargos de governantes na Capitania. Francisco de Castrejón, Francisco de Morales e Pedro da la Cueva, como alcaides de fortificações, mais enquadrados com a visão militarista da fase inicial, muito centrada na proteção e na defesa do território; e Juan Rabelo de Lima que, apesar de castelhano, era um “Cavaleiro fidalgo da casa Real”, vassalo fiel da corte portuguesa.

Por fim, em *Trajetórias arbitristas*, discutimos alguns preceitos arbitristas e analisamos uma das mais importantes obras do período colonial brasileiro, *Diálogo das Grandezas do Brasil*, que pretendia divulgar as grandezas e as potencialidades do Brasil. Ambrósio Fernandes Brandão, o autor, havia participado das campanhas militares pela conquista da Paraíba, possuindo na região três engenhos. O português viveu cerca de dez anos em Lisboa, atuando como Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes. Durante essa fase no Reino, como ele mesmo explica em seu livro, pode estabelecer vínculos políticos importantes, inclusive com governadores. Provavelmente, durante essa época, Brandão deve ter ido à corte - nessa altura em Valladolid - para tratar de temas relacionados

com seus engenhos na Paraíba e para apresentar a estrutura de sua obra, moldada a partir de uma perspectiva arbtrista, para convencer a Coroa sobre os “benefícios que lhes faz e promete neste Estado”⁴.

1. Trajetórias econômicas

1.1. Um império em movimento: itinerários particulares, vínculos globais

Um emaranhado de novas relações e conexões que emergiu com os descobrimentos e a expansão europeia possibilitou a constituição do que seria um “sistema-mundo moderno”. Para Wallerstein, teria sido a articulação de um centro com periferias (América) e semiperiferias (Espanha) em escala mundial que explicaria a existência de um sistema mundial capitalista na transição do século XV para o XVI. A incorporação dos territórios americanos a esse espaço europeu da economia-mundo teria sido a gênese do chamado por ele de “sistema-mundo moderno”⁵. Embora Bartolomé Yun Casalilla denegue esse “estereótipo” de que Castela fosse uma semiperiferia incapaz de responder às demandas econômicas de um mundo globalizado⁶. Essa expansão estimulada pelos descobrimentos não foi, portanto, apenas geográfica, mas também econômica. Para o historiador Felipe Fernández-Armesto, a expansão marítima encetada por portugueses e castelhanos teve repercussão muito mais abrangente “entrelaçou o mundo de tal modo que quase todos os habitantes da terra passaram a formar uma rede única de contato, comunicação, contágio e intercâmbio cultural”⁷. E foi nesse ambiente que se sucederam as ações e os acontecimentos encetados durante o período em que as duas Coroas ibéricas estiveram unidas.

⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 215.

⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno. Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 106.

⁶ YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre mina y mercado. ¿Fue América una oportunidad perdida para la economía española?”. In GARCÍA HERNÁN, David (ed.). *La historia sin complejos. La nueva visión del Imperio español*. Madrid: Editorial Actas, 2010, p.209.

⁷ FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. *1492, o Ano em que o Mundo começou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 9.

Durante o desenrolar da União Ibérica, constata-se um incremento das redes políticas, comerciais e sociais, que se referenciavam entre si, promovendo a circulação de pessoas e informações, entre os dois lados do Atlântico. Uma nova configuração política de dimensões globais começou a tomar uma forma mais clara. Esses deslocamentos não eram apenas de comerciantes, militares, traficantes, ordens religiosas, cristãos-novos, mas também de burocracias, experiências, idiomas, conhecimento, instituições, como o Santo Ofício, que foram trasladados para o mundo ultramarino. Como explicou Gruzinski, essa mundialização dos ibéricos ganhou contornos superlativos, houve uma “*planetarización de los horizontes*”⁸. As conexões sociais gestadas nessa época, em espaços intercontinentais, trouxeram à tona uma nova conformação política e diferentes personagens. Bartolomé Yun Casalilla utiliza o conceito de transnacionalização para demonstrar, por exemplo, o processo que motivava a circulação das elites e a consequente fecundação de redes justapostas por essas mesmas elites. Esse processo, conforme Yun Casalilla, favorecia a internacionalização do próprio império hispânico⁹. As redes que se entrecruzavam, mesmo localmente, foram estimuladas muitas vezes através de conexões transatlânticas.

Têm-se demonstrado que além de fortunas, esses indivíduos, famílias e mesmo grupos de comerciantes, pretendiam amealhar também capital imaterial. Para os ibéricos do século XVII, não era apenas riqueza que assegurava um papel hierarquizado e dominante naquela sociedade, mas também a distinção social, o que não significava a ausência de tensões. Para Roger Chartier, a grande diferença entre o homem do medievo e o homem da modernidade seria o que ele chamou de economia emocional. Os gestos e as condutas estavam incrustados no ordenamento político, se tratava de “*obligar al otro a deducir el poder a partir del aparecer, el rango a partir de la forma*”¹⁰. A política de privilégios foi parte importante da história de Portugal e da Espanha e, o Brasil colonial, herdaria este ambiente.

Em congruência com o objetivo de melhorar seu status social, homens e mulheres, tenham sido eles pertencentes à fidalguia portuguesa ou recém-integrados à América lusa, trabalhavam e desenvolviam táticas e estratégias para melhor se incorporar àquele novo mundo de possibilidades. Os vínculos originais podiam ser familiares, mas também sociais,

⁸ GRUZINSKI, Serge. *Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 82.

⁹ YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In: YUN CASALILLA (dr.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid, Marcial Pons. 2009, p. 11-35.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *Entre Poder y Placer: cultura escrita y literatura en la Edad Moderna*. Tradução de Maribel García Sánchez, Alejandro Pescador, Horácio Pons, María Condor. Madrid: Cátedra, 2000, p. 165.

comerciais (como foi o caso do investimento na conquista da Paraíba e, posteriormente, o avanço da agromanufatura açucareira) e políticos (para o caso da ampliação e criação de diferentes cargos para a administração da colônia).

Os moradores da Capitania de Pernambuco e da Capitania de Itamaracá assumiram, juntamente com a Monarquia, a ideia da conquista do rio Paraíba, tomando para si o processo de ocupação do território. Os senhores de terra atuaram ativamente no processo de conquista das Capitanias do entorno a partir de Pernambuco. Era preciso ocupar a região com o intuito de aproveitar economicamente aquelas terras. Havia ainda a necessidade de proteger os moradores dos Potiguara que faziam “cruelíssima guerra¹¹”, expulsando, também, os estrangeiros, sobretudo os franceses, que vagavam pela costa. O ônus dessa empreitada foi dividido entre particulares e funcionários a serviço da Coroa.

Os chamados homens de governança, instalados em Pernambuco, tiveram capital participação na organização e no financiamento de todas as expedições que se deram no processo de conquista do rio Paraíba, delas participando em postos de comando nas forças que foram constituídas para combater o consórcio dos Potiguara e franceses. As fontes documentais disponíveis indicam a participação ativa de mercadores e importantes senhores de engenho instalados em Pernambuco no processo de conquista das terras paraibanas, a exemplo do florentino Felipe Cavalcanti e dos cristãos-novos Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares, que formaram, em pelo menos uma das expedições, nos postos de capitães de mercadores¹². Além dos objetivos econômicos, com o alargamento das áreas de cultivo da cana, exigência do florescente mercado de exportação do açúcar, a conquista da Paraíba era de imperiosa necessidade para a proteção das regiões vizinhas porque servia como primeiro anteparo de defesa contra os ataques que vinham sendo feitos pelos Potiguara, sob o estímulo dos franceses que, havia anos, traficavam o pau-brasil naquela zona costeira. Daí decorreu o interesse e o envolvimento de proprietários de engenhos de açúcar de Pernambuco nas expedições da conquista da Paraíba participando, de forma expressiva, do financiamento da empresa e, pessoalmente, dos combates dados aos Potiguara e contrabandistas gauleses.

Embora os custos da empreitada da conquista da Paraíba tenham tido a participação da Fazenda real, a escassez dos recursos da Coroa na colônia e a demora em obtê-los levava a

¹¹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil (1587)*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, acrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 23.

¹² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1627)*. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 227.

que as expedições fossem mais rapidamente viabilizadas através de financiamentos de particulares, sem os quais a empresa não teria obtido sucesso. O investimento feito para a conquista da região do rio Paraíba foi uma iniciativa pioneira na América portuguesa, no tocante ao envolvimento de recursos humanos e financeiros que foram disponibilizados, se cotejarmos a empresa da Paraíba com o que ocorreu nas demais capitanias. Enquanto a Capitania de Pernambuco estruturou-se, primordialmente, por meio da iniciativa privada, em torno do grupo vinculado ao donatário Duarte Coelho e a Capitania da Bahia foi instaurada por iniciativa régia¹³, para o caso da Capitania da Paraíba houve a junção das duas diligências: a participação e intervenção da Coroa, e o incentivo econômico e adiantamento de recursos por parte da iniciativa privada “local” e europeia. Notadamente, pode-se inferir, mesmo pelos escassos registros documentais da época, que as fontes originárias dos mercadores de Olinda suplantaram aquelas supridas pela Fazenda real.

O interesse mercantil parecia estar por trás de tudo: no pagamento dos custos das guerras locais, na construção de fortificações e modelando a ação da governança da terra. Esse amplo negócio tinha a coordenação de um grupo vinculado a interesses comuns, sujeitos ligados através de intrincadas tratativas comerciais¹⁴. Ao que parecia o comércio era o móvel da existência daquele mundo e isso se refletia na própria conduta institucional na região. Era o Rei quem tinha o direito de cobrar e gerir os dízimos, a principal receita auferida pela Coroa, que era um imposto de natureza religiosa. Originalmente, o dízimo era o imposto de um décimo de toda produção e que deveria ser pago à Igreja, embora no Brasil fosse arrecadado pelo Rei, por conta de sua condição de grão-mestre da Ordem de Cristo¹⁵. O padroado seria a expressão prática do colonialismo no Brasil¹⁶. Além dos dízimos eclesiásticos, cabia à Fazenda régia a arrecadação do dízimo dos produtos importados e exportados; o quinto dos metais e pedras preciosas; o tributo decorrente do monopólio sobre a extração do pau-brasil e o dízimo dos pescados. No entanto, a principal receita, nessa época, era originária do dízimo de 10% com relação à produção do açúcar que era produzido na região, sendo seguida pela arrecadação do quinto¹⁷.

¹³ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 304.

¹⁴ SOUZA, George Felix Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 24.

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenheiros e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 154.

¹⁶ HOORNAERT, Eduardo. “A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial”. In: HOORNAERT, E. (Et alii). *História da Igreja no Brasil – Tomo II/1*. Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1983, p. 39.

¹⁷ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial - 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 112-113.

A eventual incapacidade da arrecadação para fazer face às despesas correntes era suprida pela Provedoria da Fazenda¹⁸. Mesmo as capitanias que, circunstancialmente, fossem deficitárias, teriam seus gastos cobertos através de uma política financeira relativamente eficiente¹⁹. Essa estruturação fiscal foi engendrada, organizada e posta em prática desde os primeiros anos da união dinástica. Mesmo quando a empresa açucareira ainda não havia atingido sua etapa de maior rentabilidade já se cogitava em regulamentação dos impostos, de modo a obter o lucro necessário para a posterior racionalização dos recursos. Um dos traços dessa renovação administrativa foi a implementação de modelos organizativos mais localistas.

Um dos exemplos era a relação de conexão e dependência direta entre a Capitania da Paraíba e a Capitania de Pernambuco, que começou nos anos setenta do século XVI, avançou até o período da invasão holandesa e perdurou até metade do Setecentos. A Capitania da Paraíba, sob diversos aspectos (políticos, econômicos e militares) dependia do provimento de Pernambuco. Deste modo, não há como fazer a distinção de uma elite pernambucana destacada dos homens principais da Paraíba²⁰. A simbiose entre as duas capitanias era de tal ordem que os condutores dos seus negócios se interconectavam, quando não se dava apenas a mera transferência de atuação de um locus para o outro. Os interesses da Coroa e os interesses da elite colonial instalada na região, de certo modo, eram os mesmos e contribuíram para o vigor político e administrativo que Pernambuco adquiriu face as outras chamadas Capitanias do Norte.

Compreender o percurso e as negociações dos funcionários régios e das chamadas elites locais nos auxilia a pensar o exercício da governação como uma via de mão dupla. A engrenagem política subliminar àquela empresa evidenciava as disputas pelo poder local. Os embates internos ocorreram de forma vetorial, simultaneamente ao processo de ocupação da terra. Desde as primeiras jornadas pela conquista da região, os funcionários reais, os cargos administrativos e as patentes, já viviam imersos em um conflito de poderes advindos do período imediatamente anterior à criação da nova Capitania. Os homens que tinham participado da conquista, por exemplo, não se viam como meros moradores, sujeitos passivos diante das regras então estabelecidas. Eles reconheciam-se como vassalos de primeira

¹⁸ CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Fazenda Real do Brasil, século XVII*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 94.

¹⁹ PUNTONI, Idem, p. 127-128.

²⁰ GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. São Paulo: Edusc, 2007.

categoria, conquistadores destes territórios, portanto, merecedores de privilégios perante a Corte²¹. Naquela quadra, tornava-se possível, portanto, a aplicação de uma combinação de possibilidades em face de uma política de distribuição de cargos²², de concessão de terras, e, notadamente, de mercês. O estímulo real a esses investimentos e à participação dos particulares nas empresas eram, àquela altura, indispensáveis, pois serviam de suporte para o próprio avanço do povoamento e da colonização nas novas terras a serem conquistadas.

A União Ibérica trazia na sua constituição uma amálgama de oportunidades. Conforme Guida Marques, especialmente, as novas capitanias reais constituíam-se em lugares “*d’opportunités et d’ascension sociale, et révèlent alors l’importance de l’administration royale dans la formation des élites locales*”²³. Nesse emaranhado de situações coexistiam e entrelaçavam-se a estratégia da Coroa e os interesses das elites. Era nesse panorama que medravam as redes comerciais locais (estas, por sua vez, conectadas a redes externas mais complexas). É interessante mencionar, dentro da diversidade desse cenário, os vínculos que existiam entre a elite e os mercadores locais e suas conexões transatlânticas com a Corte, que se estendiam para outras ligações muitas vezes periféricas, mas que complementavam a rede de financiamentos e de comércio. O caso da conquista da região da Paraíba pode ser considerado para exemplificar essa rede de conexões comerciais e de financiamentos que envolviam a colônia e a praça de Lisboa com os liames a ela aderentes. Em 1584, quando da expedição destinada à Paraíba, comandada pelo general Diego Flores de Valdés, a Fazenda Real utilizou recursos de terceiros ao contrair um empréstimo com o milanês Giovanni Batista Rovellasca, na época um dos principais mercadores estabelecidos na Corte²⁴.

A participação de grandes comerciantes no financiamento da empresa colonial da conquista da Paraíba é um fato inédito na historiografia, nunca antes mencionado nos estudos sobre a expansão atlântica. Encontramos um manuscrito referente a um empréstimo de 1:804\$151 que foi tomado por Valdés a Rovellasca, em fevereiro de 1584, quando o general

²¹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, v. 14, n. 27, 2009, p. 50.

²² Encontramos vários despachos ordinários e cartas, na segunda metade do século XVII, com pedidos de solicitação de cargos e sesmarias ainda relacionados à atuação nas guerras pela conquista da Paraíba. As resoluções contestadas eram quase sempre favoráveis, a exemplo: “avendo respeito aos serviços que tem feito naquellas partes, em satisfação delles, com a dita consulta hei por bem de lhe fazer mercê de dito officio de meirinho da correição a Diogo Roiz”. BA. Biblioteca da Ajuda. 51-VII-15, f. 160-168.

²³ MARQUES, Guida. *L’invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’union ibérique (1580-1640)*. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009, p. 271.

²⁴ Encontra-se na documentação, o mesmo nome escrito de formas distintas, com variantes como: “João”, “Juan”, “Giovanni”; “Batista”, “Battista”, “Baptista”, “Bautista”; “Rovelasca”, “Rovelasco”, “Rovellasca”.

asturiano se encontrava na Bahia, com a finalidade de suprir a armada que navegaria para Paraiba, empréstimo que foi contraído através de Pedro de Arche²⁵ que seria agente de Rovellasca na colônia. O documento trata de uma consulta feita ao *Consejo de Indias*, datada de 16 de outubro de 1586, em que se instava à Coroa para que fosse regularizado o pagamento do empréstimo que havia sido fornecido, havia dois anos, por Rovellasca²⁶. No memorial da solicitação é explicitado que Rovellasca, utilizando-se do seu procurador no Brasil, havia comprado, na ocasião, mantimentos e abastecido a armada de Valdés.

Giovanni Battista Rovellasca ou Juan Bautista Rovelasca, como aparece grafado em grande parte dos documentos existentes nos arquivos estatais espanhóis²⁷, foi um mercador italiano de origem milanesa que, em 1577, se instalou em Lisboa²⁸. Rovellasca obteve grande destaque como contratador da Carreira da Índia, vinculando-se ao negócio da pimenta, tendo, na década seguinte, iniciado no comércio de escravos, no qual celebrou um expressivo “*asiento con Felipe II, mediante el cual podía llevar desde 1584 a 1590, 1800 esclavos a cualquier punto de Indias, a razón de 300 por año, pagando a la Corona 1/3 liquido do lo obtenido en la venta*”²⁹. Além disso, Rovellasca exerceu atividades, em Lisboa, como contratador das alfândegas³⁰. O milanês fazia parte da nova elite mercantil que emergiu em Portugal, em finais do século XVI, assumindo o predomínio do comércio local³¹. Para Benedetta Crivelli, Rovellasca tornou-se interlocutor privilegiado dos grupos mercantis estrangeiros, “mantendo, simultaneamente, uma ligação muito forte com a comunidade de origem, que garantia o fornecimento dos recursos financeiros necessários para as suas

²⁵ Encontramos Pedro de Arche mencionado em um documento de 19 de dezembro de 1630 atestando que o mesmo havia atuado na “Junta de Armadas”, no mesmo ano. AGS, Guerra Antigua. Legajo 3154, Doc. 45.

²⁶ Archivo General de Indias, AGI. Consulta del Consejo de Indias. Indiferente, 740, n. 283. Sobre el memorial de Juan Bautista Rovelasca, que solicita el pago de lo que se le debe de la flota de Diego Flores de Valdés. “Hauiendose de tomar quantas a Diego Flores y a los officiales de la armada del dinero que han recibido y gastado bien se podra entretener esto hasta que se vea las que dan y como quedan”. f. 1-4.

²⁷ Nomeadamente, Archivo General de Indias e Archivo de Simancas.

²⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004, p. 264.

²⁹ LORENZO SANZ, Eufemio. *Comercio de España con América en la época de Felipe II. Los Mercaderes y el Tráfico Indiano*. Tomo I. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1979, p. 69.

³⁰ ALMEIDA, A. A. Marques de (Dir.). *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009, p. 711.

³¹ FRADE, Florbela Veiga. *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632*. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006, p. 274-275. Sobre este tema, consultar também: RIBEIRO, Ana Sofia. “Trans-national cooperation: an asset in the Portuguese overseas trade. Foreigners operating in the Portuguese overseas trade, 1580-1590”. *Storia Economica*, Anno XVIII (2015), n°2, ISSN 18245064, p. 415-444.

atividades comerciais³². Rovellasca tinha como parceiros comerciais figuras renomadas como: André Ximenes³³, José Rodrigo Solis³⁴ e Heitor Mendes de Brito³⁵.

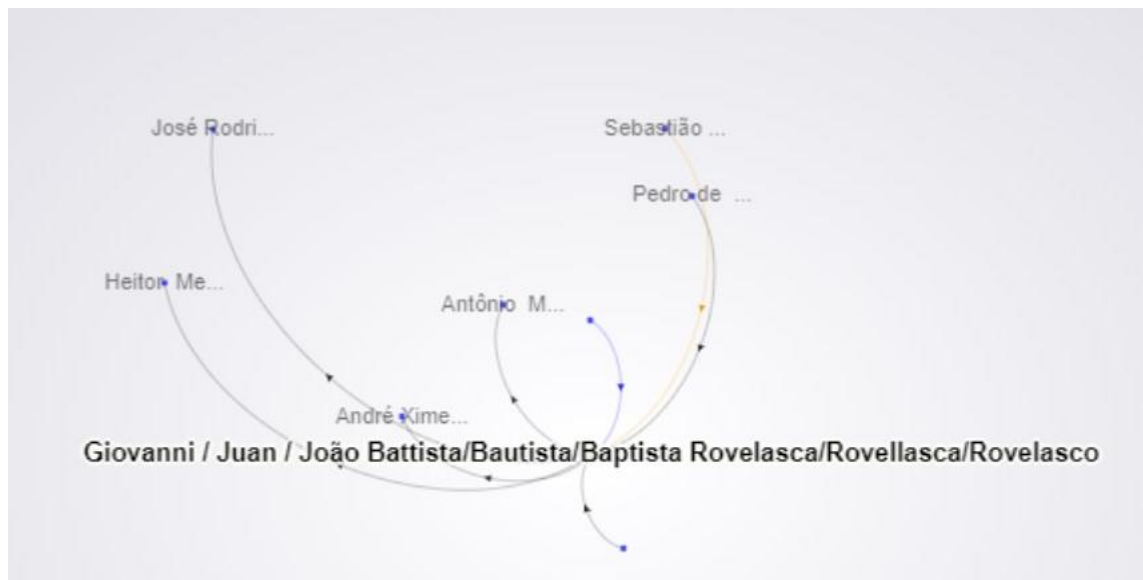


Gráfico de Relações Comerciais de Giovani Batista Rovellasca

Fonte: <http://brasilhis.usal.es/>

A monarquia organizou toda uma rede de feitorias, instituindo um sistema fiscal de tributação, vendendo concessões e promovendo a arrematação fiscal. Essa venda do monopólio régio aos mercadores e arrematantes privados “não se apresenta como um ato unilateral do poder monárquico, mas como uma contrapartida dos direitos consagrados da monarquia³⁶”. Ao assumir a Coroa portuguesa, em 1580, Filipe II manteve, em regra, os contratos que haviam sido firmados anteriormente à sua assunção ao trono. No entanto, em

³² CRIVELLI, Benedetta. “Confiança e reputação: sucesso e declínio de um mercador italiano no comércio ultramarino da segunda metade do século XVI”. Comunicação no XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 16/17 de novembro de 2012.

³³ André Ximenes esteve à frente dos negócios de sua família na Antuérpia na década de 1570. Por volta de 1590, participou do contrato da pimenta. Ximenes aparece frequentemente na documentação como contratador do contrato do pau-brasil entre os anos de 1607 e 1612. AGS, Secretarías provinciales, Libro 1500, f. 44v. SAA, Stadsarchief Amsterdam, NA 374/145- 147v.

³⁴ José Rodrigo Solis aparece como contratista da pimenta na década de 1590. FRADE, Florbela Veiga. *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632*. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006, p. 249.

³⁵ A família Mendes de Brito fazia parte dos negócios ligados à Rota do Cabo, mas cada vez mais se ligavam à Rota das Índias de Castela, diversificando os seus negócios. No início do século XVII, passaram a ser asientistas. Entre os seus membros mais importantes estava Heitor Mendes de Brito, conhecido como: Heitor Mendes de Brito, o Rico. FRADE, Idem, p. 163-164.

³⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 197.

1584, algumas falhas na execução de alguns desses termos, dentre eles o de comercialização da pimenta, que tinha como uma das partes contratantes Giovanni Battista Rovellasca, fizeram com que o monarca determinasse a suspensão da contratação com o mercador milanês. No entanto, dois anos depois, a Monarquia dos Habsburgo decidiu-se pela renovação do termo contratual com Rovellasca³⁷. É interessante se observar que o empréstimo feito por Rovellasca à Fazenda Real, para suprir as necessidades da armada que ia combater os franceses que estavam instalados na região do rio Paraíba, ocorreu justamente no período que antecedeu a retomada dos negócios de Rovellasca com a Coroa. A primeira consulta sobre a cobrança de *“1.804.151 reales portugueses por parte de Juan Bautista Rovellasca que se le adeudaban del préstamo que un factor suyo hizo en Brasil”* ocorreu em 16 de outubro de 1586, sendo seguida por outra de 11 de janeiro de 1587³⁸. A solicitação rogava que fosse agilizado o pagamento do empréstimo feito por Giovanni Battista Rovellasca à frota de Diego Flores Valdés com o objetivo de conquistar a Paraíba. Não há informação acerca do recebimento dessa quantia, mas muito provavelmente o empréstimo foi liquidado, já que Rovellasca continuou em alta conta no Reino, mantendo seus contratos e sua atuação até, pelo menos, 1598, conforme se extrai da documentação oficial³⁹. Na época, havia uma estreita ligação entre a finança pública e os capitais privados, não sendo incomuns operações de crédito como a que envolveu Rovellasca e a esquadra de Valdés, apesar de não termos encontrado nenhum outro crédito do mercador milanês a empreendimentos de ordem inteiramente militar, como foi o caso da expedição à Paraíba.

Em um documento de 1590 encontramos mais transações envolvendo o nome de Rovellasca com a Bahia. Uma procuração passada por João Álvares a Pedro da Costa e Francisco da Costa, irmãos, moradores em Lisboa, os quais iam para o Brasil, e a Francisco de Araújo, morador em “Salvador da Baía”, determinava que se deveria cobrar de Sebastião de Faria, senhor de engenho na Bahia, “tudo o que lhe deve de umas letras que passou no ano de 1583 sobre João Baptista Revelasco, no total de 152000 reais⁴⁰”. Sebastião de Faria foi um senhor de engenho na Bahia que, segundo Frei Vicente do Salvador, fez mais do que muita gente, o qual “lhe largou as suas casas com todo o serviço, e o banqueteou, e aos seus

³⁷ ALESSANDRINI, Nunziatella. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 2016, 28-29, p. 133.

³⁸ Archivo General de Indias, AGI. Consulta del Consejo de Indias. Reales Decretos. Indiferente General, 614.

³⁹ Em 1598, encontra-se “Juan Bautista Rovellasca o Ruy Velasco”, solicitando um novo registro de “110 esclavos negros sin pagar derechos, respecto a que los satisfizo, quando sacó el primero, que se perdió, quando robaron el navío, en que iban, los corsarios ingleses.” Archivo General de Indias, AGI. Casa de la Contratación, 746, N. 10.

⁴⁰ Arquivo Distrital do Porto (ADP), Notas para escrituras diversas, Cartório Notarial da Vila do Conde, I/36/4 - 4.1015, f. 18v-20v.

familiares e apaniguados oito meses, que aqui estiveram, só por servir a el-rei, sem por isso receber mercê alguma, porque serviços do Brasil raramente se pagam⁴¹”. Já que os serviços no Brasil poderiam não se pagar, os do Reino pareciam ser mais eficientes. Esse fato mais uma vez reforça que havia um importante fluxo de viagens: homens de negócio, mercadores, cristãos novos, familiares, procuradores. A intensidade dessas relações de contato e contratos, entre os que ficavam na colônia e os que viviam no reino, foi uma constante. Assim, um mercador inserto na rede transcontinental de negócios e comércio, de grande reputação, como era o caso de Giovanni Battista Rovellasca, mantinha seus interesses também direcionados para Brasil, mesmo os tratos não sendo, aparentemente, tão rentáveis como seriam empréstimos de pouca monta concedidos à Coroa. A Monarquia Hispânica constituía-se, portanto, em um espaço atrativo de oportunidades e para se fazer negócios.

A dinastia filipina proporcionou um novo fôlego aos grupos mercantis europeus, como a rede de Rovellasca em relação ao alargamento dos seus negócios estendendo-os para outras paragens da Monarquia Hispânica, às quais, anteriormente, não tinham acesso. A nova situação agora permitia uma ampliação dos mercados de compra e venda de mercadorias. No caso do Brasil, essas redes de negócios transcontinentais comandadas, sobretudo, pelas famílias de origem cristã-nova, foram determinantes para pôr em execução e sedimentar a empresa açucareira na região, sendo peça essencial, também, para a própria expansão das fronteiras coloniais. Com a abertura de novas praças comerciais, novas redes foram instituídas⁴². Na colônia, a presença de capital europeu desde o início foi destacada, sobretudo, em investimentos na produção açucareira. No século XVI, boa parte dos fundos advinha de investidores estrangeiros, tais como flamengos e italianos⁴³.

A atuação da elite colonial na conquista da Paraíba e de outros territórios da costa norte, em seguimento ao curso da empresa colonial, se deu não apenas pelo financiamento das expedições, mas, também, de forma direta, pela participação de membros principais das famílias locais ligadas ao negócio do açúcar em posições de destaque nas tropas nas campanhas que se fizeram – como foram os casos de Felipe Cavalcanti, de Ambrósio Fernandes Brandão e de Diogo Nunes Correia que, juntamente com seu irmão João Nunes

⁴¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 424.

⁴² Ver: CAÑON GARCIA, Pablo. "Redes y circulación de los hombres de negocios en la conexión de los territorios de la Monarquía Hispánica durante la Unión de Coronas (1580-1640)". *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Nº.26, p173-197, Jan./Jul., 2019, p. 173-197.

⁴³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 179.

Correia, foram personagens ativas na conquista da Paraíba, pelo financiamento, fixação na terra e nos combates aos Potiguara e franceses.

Os negócios da família de cristãos-novos Nunes Correia⁴⁴ tinham grande abrangência: a contratação de pau-brasil, a produção e a mercancia do açúcar, o comércio da pimenta e o cativeiro de índios. As transações de mercadorias conectavam-se numa rede comercial transcontinental ligando o mercado colonial a Portugal e a praças da Europa, sob o comando de Henrique, o mais velho dos irmãos Nunes Correia, que morava em Lisboa⁴⁵, coadjuvado pelo cunhado Luís Mendes, que residia no Porto. João Nunes investia em várias frentes⁴⁶ e mantinha contatos com o reino, de onde seu irmão controlava os negócios familiares⁴⁷. Os Nunes Correia faziam parte de um grupo de mercadores que fazia mover a economia europeia com suas conexões intercontinentais. Com a exploração de novas rotas atlânticas, a Coroa soube utilizar “a capacidade geradora de riqueza que essa ampliação comercial trazia⁴⁸”.

João Nunes Correia, vivendo em Olinda, foi um personagem destacado naquela sociedade, gerenciando localmente os negócios da família e, também, atuando na agiotagem, concedendo empréstimos até para pessoas principais de Pernambuco, a exemplo de Felipe Cavalcanti. João Nunes Correia, sozinho, foi dono de uma “fortuna incalculável” para a época, cerca de 200.000 cruzados⁴⁹. João Nunes, a rogo do ouvidor-geral Martim Leitão, na falta de fundos na Fazenda Real, forneceu o financiamento necessário para o aprovisionamento de expedições a Paraíba, conforme o relato de Frei Vicente do Salvador:

⁴⁴ São variados os trabalhos sobre a família Nunes Correia. Podemos mencionar: SIQUEIRA, Sônia. “O comerciante João Nunes”. In: *Anais do Simpósio Nacional dos Professores de História*, 1971, São Paulo. CARRASCO VÁZQUEZ, Jesús. “Comercio y finanzas de una familia sefardita portuguesa: Los Núñez Correa”. In: CONTRETAS JAIME; GARCÍA GARCÍA, B.; PULIDO, Ignacio (Eds.). *Familia, religión y negocio: El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes y Ministerio de Asuntos Exteriores, 2002. Assis, Angelo Adriano Faria de. “Os Infortúnios e heresias do cristão-novo Diogo Nunes, senhor de engenho da Paraíba quinhentista nas malhas da Inquisição”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, vol. 9, nº 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, 2007. ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia. Sociedade colonial e inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011. RICARDO, Silvia Carvalho. “As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia”. São Paulo: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação na História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006.

⁴⁵ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1490, f. 171.

⁴⁶ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1516, f. 92.

⁴⁷ SAA, Stadsarchief Amsterdam, NA 98/28- 28v. Contract (Power of Attorney, Commercial Credit) of Manuel Rodrigo Vega, Maerten Bitter, Cornelis Snellinck, Hans Ballnoen, Dominicus van Uffelen, Joan Nunes Correia.

⁴⁸ HUTZ, Ana. “Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

⁴⁹ RICARDO, Silvia Carvalho. “As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia”. São Paulo: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação na História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006, p. 55.

“E se concluía pior se o ouvidor-geral não tratara este negócio por via de empréstimo, com que logo mandou ao capitão Pero Lopes fizesse rol do que havia mister para provimento de cem homens em seis meses e, feito e somado em três mil cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as coisas necessárias, aos quais se satisfazia com créditos de João Nunes mercador⁵⁰.”

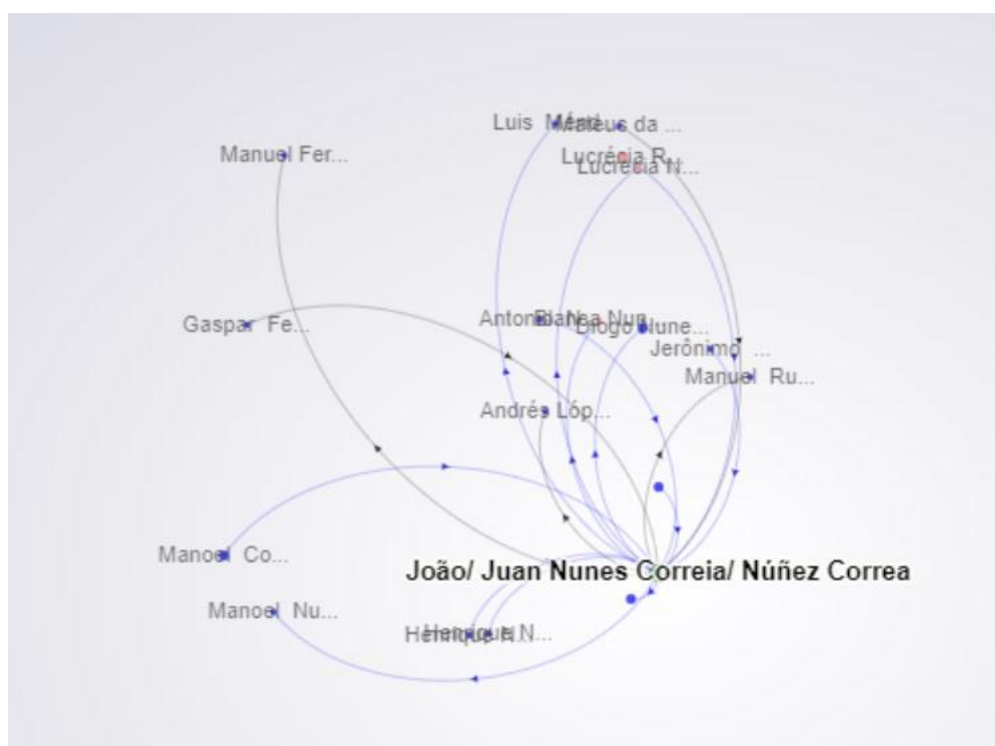


Gráfico de Relações João Nunes Correia

Fonte: <http://brasilhis.usal.es/>

Diogo Nunes Correia atuou como capitão em uma das jornadas de conquista da Paraíba, comandando uma coluna em que estavam os portugueses e a gente Tabajara, sob o comando de dois dos seus principais, Braço de Peixe e Assento de Pássaro, conforme descrito na narrativa de Frei Vicente do Salvador:

“E tanto foi na Paraíba que se ordenaram mais duas Companhias, uma do

⁵⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 234.

capitão D. Pedro de Cueva, com seus soldados espanhóis e outra de portugueses, que ia por capitão Diogo Nunes Correia, com os quais, e com a gente do Braço de Peixe, e do Assento de Pássaro.⁵¹”

Mas, mais do que envolvido militarmente com as guerras da Paraíba, Diogo Nunes Correia aportava seus recursos na recente povoação. Em uma provisão de 10 de novembro de 1593 é demonstrado que Diogo Nunes Correia pagou para o “sustento dos índios da Paraíba” o montante de “sento e corenta mil reis [...] pela cota de Duarte Reimão almoxarife de pernaobuco⁵²”. Ainda em 1586, após a momentânea vitória sobre os franceses e os Potiguara, estando a Paraíba sob o governo de João Tavares, Diogo Nunes deu início à construção, no lado direito do rio Paraíba, do primeiro dos dois engenhos que viria a ter na Paraíba, que, por ser o mais afastado da nascente povoação e no limite do território até então conquistado, o forte que o protegia ficou conhecido como “Forte da Fronteira”, comandado, por volta de 1588, pelo capitão castelhano D. Pedro de la Cueva⁵³. Esse engenho de Diogo Nunes Correia foi de fundamental importância para a povoação da terra e instalação do fabrico do açúcar na Paraíba, conforme se infere do relato de Frei Vicente do Salvador:

“Ficando a Capitania da Paraíba [...] entregue ao capitão João Tavares, começou logo a fazer um engenho não longe de el-Rei, com que corria um Diogo Nunes Correia e pelo conseguinte os moradores mui contentes começaram logo a plantar as canas que nele se haviam de moer e a fazer suas roças⁵⁴.”

Através da inserção desses clãs mercantis podemos compreender a complexidade de uma rede de negócios abrangente, com tentáculos na Europa, Índia, África e Brasil, constituída no processo de gestação do capitalismo a partir do sistema econômico mercantilista, como exposto por Luiz Alberto Moniz Bandeira:

⁵¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 258.

⁵² AHU_ACL_CU_14 CX. 1. D. 1

⁵³ LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila. *As fortificações antigas da Paraíba (Século XVI)*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2005.

⁵⁴ SALVADOR, Idem, p. 258.

“O capitalismo, ao longo da história, foi a única formação econômica com capacidade de expansão mundial. Sua evolução, desde o mercantilismo, constituiu um *processus* de contínua globalização da economia, que começou com as viagens de circum-navegação, no final do século XV e começo do século XVI. Banqueiros florentinos entre os quais [...] Giovanni Battista Rovelasca [...] financiaram os navegantes, que se lançaram ao mar, a serviço de Portugal e da Espanha⁵⁵.”

Essa canalização de capitais nutria a economia interna. O alargamento das terras que foram conquistadas influenciou, posteriormente, na consolidação daquela elite local, que era composta por senhores de engenho, mercadores e lavradores de cana de açúcar. Foram esses homens que comandaram as expedições de conquista do litoral norte-oriental da América portuguesa. Uma importante parcela desse grupo soube aproveitar a sua atuação nas jornadas da conquista dos territórios para requerimentos de mercês e sesmarias. A Monarquia Hispânica permitiu estabelecer vinculações e enfocar interdependências entre as mais distintas localidades do império. As redes que se entrecruzavam eram frequentemente abastecidas através das conexões transatlânticas e locais, que se davam de forma contínua e dinâmica.

A conquista do território da Paraíba foi, como demonstrado, um processo difícil, dispendioso e demorado. Por outro lado, o subsequente processo de colonização nas várzeas do rio Paraíba se deu de maneira relativamente rápida. As expectativas no futuro promissor daquela região acabaram levando inúmeros moradores provenientes das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, que se envolveram diretamente, na jornada de ocupação territorial, a se transferirem para as novas terras conquistadas. Com a vitória na guerra contra a ameaça francesa e a vitória momentânea contra os Potiguara, em pouco tempo, a Paraíba se tornou uma das principais áreas utilizadas na colônia para o fabrico do açúcar, em razão da adequação das suas terras para o cultivo da cana, conforme atestava Brandônio em um dos diálogos em seu *Diálogo das Grandezas do Brasil*: “a Paraíba, por ser fertilíssima e lavar muitos açucares nos engenhos em que se fazem [...]”⁵⁶.

⁵⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 51.

⁵⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 20.

Embora a Capitania da Paraíba tenha sido efetivamente instituída como Capitania régia, a sua povoação desenvolveu-se sob o amparo e sustentação dos reinóis, os ricos moradores de Pernambuco, que arcaram com parte dos custos da conquista e, posteriormente, da sua conservação. Pode-se exemplificar essa ação determinante para a consolidação do domínio sobre as terras do novo território conquistado citando-se o caso do já mencionado mercador Duarte Gomes da Silveira, “*hombre que há gastado mucha hazienda y tiene experiência delas cosas del Brasil*”⁵⁷, um dos moradores mais atuantes, após as lutas da conquista, em prol do desenvolvimento da região. Silveira construiu engenhos e tornou-se a maior e mais empreendedora fortuna existente na Capitania daqueles tempos. O mercador chegou a instituir às suas custas prêmios em favor dos colonos que viessem a construir casas na incipiente povoação de Filipeia, a fim de incrementar o arruamento na urbe nascente.

Foi também de Duarte Gomes da Silveira a ideia de fundar a Santa Casa de Misericórdia⁵⁸, sob suas expensas. As Santas Casas de Misericórdias congregavam os indivíduos mais ricos e prestigiados de cada comunidade e aquele foi considerado mesmo um investimento de “grandíssimo custo pela grandeza e nobreza do edifício do templo”⁵⁹. Os cargos administrativos das Misericórdias também eram ocupados pelos homens mais importantes da terra. Os recursos para sua manutenção eram inteiramente privados e “se originavam geralmente de subsídios de sócios ricos e legados testamentários”⁶⁰. Não podemos constatar ao certo o ano do início da edificação da igreja da Misericórdia na Paraíba, mas, em 1595, já havia menções sobre ela nas *Denúncias* de Pernambuco⁶¹. Assim detalha José de Anchieta, em 1584, sobre o funcionamento das Santas Casas de Misericórdias:

“Em todas as Capitanias ha Casas de Misericordia, que servem de hospitais, edificadas e sustentadas pelos moradores da terra com muita

⁵⁷ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1583, f. 382.

⁵⁸ Entre as agremiações religiosas que atuaram no Brasil durante o período colonial, a irmandade das Santas Casas de Misericórdias foi certamente a mais destacada. Conforme Virginia Pernambucano de Mello, as Santas Casas de Misericórdia tinham como finalidade “a prática das obras de misericórdia, tais como o enterro dos mortos, a assistência médico-hospitalar dos enfermos, a melhoria da sorte dos presos, contando isso com imensa popularidade.” MELLO, Virgínia Pernambucano de. *Real Hospital Português de beneficência em Pernambuco*. Recife: Hospital Português, 2005, p. 27.

⁵⁹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 109-110.

⁶⁰ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 273.

⁶¹ PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capellão fidalgo dei Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio. *Denúncias de Pernambuco, 1593-1595*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929. p 411

devoção, em que se dão muitas esmolas, assim em vida como em morte, e se casam muitas órfãs, curam os enfermos de toda a sorte e fazem outras obras pias, conforme a seu instituto e a possibilidade de cada uma e anda o regimento delas nos principais da terra⁶²”.

Diogo de Campos Moreno, em seu *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*, de 1612, afirmava que a Paraíba, devido ao número de engenhos que estavam em operação, contaria com cerca de 700 moradores brancos “que com seus escravos e famílias fazem grande número”. Filipeia, a sede da Capitania, teria 80 vizinhos brancos e há menções ao grande número de nativos que lá viviam nas aldeias no entorno da povoação “copiosas de gente, administradas pela doutrina dos padres franciscos e bentos⁶³.” Em outro documento mais específico há menção de que na Capitania da Paraíba residiriam “100 vizinhos portugueses”, e “em seu distrito... mais de 800 portugueses”, distribuídos por 14 ou 15 engenhos de açúcar⁶⁴. De acordo com esses números, houve, às vésperas da invasão holandesa, um acentuado crescimento populacional na Paraíba.

A participação daqueles que financiavam as campanhas, como já vimos, a chamada elite colonial, os moradores da terra que detinham recursos econômicos para manter as tropas, foi peça essencial no assentamento do processo de colonização do território paraibano. Tanto nas jornadas de conquista, quanto na posterior povoação do território, os recursos da Coroa uniram-se aos provenientes dos homens da terra que, além de assegurar a defesa, cuidariam da edificação da cidade Filipeia. Concomitantemente, lado a lado com os interesses da Coroa, estava o empenho individual, em benefício próprio, dos moradores mais abastados da região. O objetivo desse grupo era angariar, ainda mais, vantagens, ao mesmo tempo em que visava proteger as benesses já obtidas junto à Monarquia Hispânica.

João Afonso Pamplona, personagem que havia atuado em duas das jornadas de conquista do território da Paraíba, “com muito risco da vida e despesa da sua fazenda”,

⁶² ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 321.

⁶³ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 105.

⁶⁴ Apud. CARRARA, Angelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica”. *Revista Tempo*. Niterói, vol. 20, 2014. p. 8-9. Angelo Carrara propõe a data da referência para este documento entre 1614-1616, baseando-se nas informações disponibilizadas acerca pesca das baleias e o monopólio régio na Bahia.

solicitou ao Reino, em 1595, fundado na sua colaboração nas lutas contra Potiguara e franceses, uma sesmaria na região da Paraíba. A resposta não tardou em chegar. Na carta de doação vinha esmiuçada a necessidade de moradores com cabedal para povoar a região. Pamplona correspondia a esse requisito e se dispunha a prestar serviços, povoando e cultivando a terra, fazendo nela fazenda⁶⁵.

Como afirmou Brandônio em diálogo travado com Alviano: “a gente do Brasil é mais afidalgada do que imaginais⁶⁶”. Muitos homens, como João Afonso Pamplona, souberam usufruir de suas experiências na guerra durante a conquista da região da Paraíba de forma a alcançar honras que os alçassem a um patamar especial. Pretendiam esses homens tornar seus feitos conhecidos para serem recompensados como vassalos fiéis. Muitos colonos utilizaram seus esforços militares para solicitar à Coroa foros de fidalguia e postos diversos. Assim explica Bluteau sobre o termo “fidalgo”:

“Filho & de Algo, palavra castelhana, que em Portuguez significa alguma cousa. Ao homem cavalheiro deuse este nome, para se dar a entender, que seus pays tem herdado Algo, ou alguma cousa, de que se póde prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda considerável, porque Algo também significa cousa de valor [...].⁶⁷”

Pedro Cadena de Villasanti parecia seguir à risca a recomendação de Baltasar Gracián: “*valer y saberlo mostrar es valer dos veces: lo que no se ve es como si no fuese*⁶⁸” – se tinha algo que ele pretendia verdadeiramente ser era um honroso fidalgo e fez de tudo para comprovar isso, sobretudo ao demonstrar sua atuação na “*dicha plaza (de Paraíba) por ser de las mas importantes del Brasil*⁶⁹”. Cadena, que tinha pretensões materiais e cortesãs, foi uma figura importante da época e acumulou uma rica folha de serviços prestados à Monarquia nas partes do Brasil, como diz o texto de sua Provisão para o cargo de Provedor-mor da Fazenda de Sua Majestade, “pela experiência que tem das matérias da Fazenda Real

⁶⁵ IHGP. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos. A3, G4, P1.

⁶⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 186.

⁶⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*, Vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p. 107.

⁶⁸ GRACIÁN, Baltasar. *Oráculo manual y arte de prudencia* (1647). Madrid: Edición de Emilio Blanco, 1995, p. 173.

⁶⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. “Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba”.

deste Estado, pelos cargos, que dela ha servido, e confiança que Sua Majestade ha feito de sua pessoa, assim nas ditas matérias como em outras de seu Real serviço”. Na Paraíba, Cadena foi um dos mais importantes sesmeiros da região. Entre as Capitanias de Pernambuco e Paraíba exerceu vários cargos, inicialmente como soldado, depois como capitão, escrivão, provedor da Fazenda e contador⁷⁰.

Em um memorial elaborado em dezembro de 1629, uma coleção de 108 papéis com documentos comprobatórios dos serviços que havia prestado à Monarquia, muitos deles em tom encomiástico, Pedro Cadena especifica em mais detalhes os ofícios que acumulou em sua trajetória militar-burocrática, iniciada em 1610, na Paraíba e em Pernambuco. Na Capitania da Paraíba, assumiu cumulativamente os cargos de “*Secretario de Hazienda Real*” e “*capitán de caballos*”, nas guerras de conquista da Paraíba, durante “*ocho o nueve años*”. Na Capitania de Pernambuco, Cadena atuou como “*Vedor General y contador de la Real Hazienda*”, “*Administrador del palo Brasil*”, “*Juez de la Aduana*” e “*executor de una junta en que se trataba la cobrança de la hazienda de real*”⁷¹, na década de 1610. Dentre os oficiais fazendários do Estado do Brasil do século XVII, destaca-se, de forma proeminente, o nome de Pedro Cadena. Em 1610, Cadena tomou posse como Provedor da Fazenda na Capitania da Paraíba⁷², depois exerceu vários outros cargos e, em 1622, quando da visita à Paraíba do Provedor-Mor, Antonio Barreiros, achava-se como escrivão do almoxarifado e da alfândega⁷³. Pedro Cadena, anos depois, ocupou na Bahia, de 1635 a 1639, o cargo de Provedor-Mor do Estado do Brasil⁷⁴.

Pedro Cadena realizou um importante relato sobre o cerco da Bahia, em 1638, e também uma descrição sobre as Capitanias do Brasil⁷⁵. O manuscrito original dessa descrição, datado de 30 de setembro de 1629 e dedicado a Don Carlos de Aragón y Borja,

⁷⁰ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 21, f. 95 v.

⁷¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. “Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba”.

⁷² BARREIROS, Antonio. Relação das visitas que o provedor-mor da Fazenda de Sua Majestade do Estado do Brasil fez por serviço do dito senhor nas Fortalezas da Capitania de Pernambuco e nas mais do norte e das devassas que nelas tirou do procedimento dos oficiais da fazenda, alfândega e almoxarifado delas e outras diligências no aumento da Fazenda Real do dito senhor. 1623. In: GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979, p. 257.

⁷³ BARREIROS, Antonio. Relação das visitas... 1623, p. 249.

⁷⁴ EDELWEISS, Frederico. *Ensaíos Biográficos*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, 1976, p. 33.

⁷⁵ VILLASANTI, Pedro Cadena. Descripción del Brasil en una estension de mil treinta y ocho millas descubierta por Marañon y gran Para por su brújula exacta, así como del rio de las Amazonas que está situado bajo la línea equinoccial y a setenta millas de longitud en su embocadura, y del rio de la plata, cuya embocadura que tiene cuarenta y seis, está á treinta y seis grados al Sud del equador, cosas que el lector verá, así como otras muchas. Año 1629. In: MAURO, Frédéric. *Le Bresil Au XVII Siecle. Documents Inédits Relatifs á L'Atlantique Portugais*. Coimbra, 1963, p. 167-191. VILLASANTI, Pedro Cadena. *Relação diária do cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Ática, 1941.

consta de uma “*Relacion breve de grandes sítios, y pequeña muestra de maravillosas obras de naturaleza [...] de lo q he visto y experimentado en la costa del Brazil*”⁷⁶. Conforme Stuart Schwartz, em 1634, esse mesmo informe foi apresentado novamente por Cadena dessa vez ao conde-duque de Olivares⁷⁷. Cadena, como consta no documento, seria seguramente Pedro Cadena de Villasanti, como demonstrou Frederico Edelweiss em seu ensaio biográfico denominado “Pedro Cadena”⁷⁸. Como se percebe, Pedro Cadena tinha relações muito mais próximas com a Corte em Madri, do que em Portugal. Cadena, nascido em Lisboa, parece ter levado a sério o fenômeno da “*castellanización*” já que utilizava o castelhano como seu idioma de trabalho, em relatórios, folhas de serviços e outros documentos administrativos⁷⁹.

Após a jornada de sucesso na Bahia, Cadena foi nomeado, em 31 de janeiro de 1632, governante da Capitania da Paraíba⁸⁰. Diferentemente do que afirmou Evaldo Cabral de Mello⁸¹, Pedro Cadena não chegou a assumir o cargo⁸², porque o ato foi suspenso em virtude de decisão régia que mandava que o cargo deveria continuar sob o comando de Antônio de Albuquerque, como consta numa carta do rei de 20 de março de 1632:

“Tenho resoluto que Antonio de Albuquerque, capitao da Parayba me sirva naquella praça em quanto eu nao mandar outra cousa & assy ordenareis que se suspenda a yda de Pedro Cadena que esta nomeado por Capitao daquella capitania”⁸³.

Pedro Cadena ocupou vários cargos culminando com a obtenção de um dos cargos mais importantes e ambicionados do período, o de Provedor-geral do Estado do Brasil, em

⁷⁶ Descripción de la Provincia del Brasil a Don Carlos de Aragon y Borja Duque de Villahermosa conde de Ficalho del consejo de estado de Su Magestad su gentil hombre de camara Veedor de hacienda y presidente del consejo supremo de Portugal. BNE, Manuscrito 3015, f. 1-7.

⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *Historia de América Latina. 3. América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 198.

⁷⁸ EDELWEISS, Frederico. *Ensaio Biográfico*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, 1976, p. 33.

⁷⁹ Subrahmanyam, falando dos territórios asiáticos, afirmou que após a união das Coroas ocorreu um processo de crescente hispanização da própria concepção portuguesa de “Império”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, p. 152.

⁸⁰ Biblioteca da Ajuda. 51-X-2, f. 166v-167.

⁸¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 16.

⁸² ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, Doações, L. 17, f. 142.

⁸³ Biblioteca da Ajuda. 51-X-2, f. 74.

1635⁸⁴. Cabia ao Provedor administrar as rendas produzidas nos territórios ultramarinos pertencentes à Monarquia. Esse foi um cargo que esteve presente desde a implantação do Governo Geral, em 1548. A receita anual arrecadada deveria ser suficiente para poder pagar os gastos das capitanias, daí a importância de organizar a cobrança de impostos, de modo a conservar recursos para investimentos próprios de cada capitania, como a construção e reparação de fortificações.

Pedro Cadena, que foi também soldado, escrivão, Provedor da Fazenda em Pernambuco e administrador do pau-brasil⁸⁵, exemplificava em documento como se desenvolvia esse mecanismo de troca de cargos e mercês por algum serviço. Cadena argumentava que lançava mão de suas próprias economias para arcar com as contas da Coroa:

“Que reconossiendo lo mucho que ynporta fortificarse aquella plaça por sigurança del estado del Bracil y de las demas conquistas, y el daño que podria causarles y a las Yndias de Castilla si el enemigo ocupasse esta plaça, ofresse de nuevo por servir a Su Magestad que hara esta fortaleza toda por su cuenta y hassienda, desde el simiento hasta acabarla en toda su perfeccion en lo que toca a la fabrica della y materiales, por manera que no aya nessecidad mas que mandarla guarnesser de gente, hartilleria, monisiones, y la acabara en su perfeccion en tienpo de dies años, que enpesaran de el dia que el tomaie entriege del govieno de la dicha capitania, en los quales no se ha de proveer capitan mayor y governador en el dicho govieno de la Paraiba [...]. Y para que Su Magestad vea el grande servicio que le hasse en tomar esta fortaleza a su cuenta y hassarla en dies años, la gran cantidad de dinero que ha de gastar en ella, para le hassar las mercedes que le suplica⁸⁶.”

⁸⁴ DOCUMENTOS Históricos, 1631-1637: Patentes, Provisões e Alvarás, Vol. 16, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 282.

⁸⁵ BA, Códice 52-VIII-38, f. 59; ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 21, f. 95v; ANTT, Chancelaria de Filipe III, L. 16, f. 281.

⁸⁶ *LIVRO Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 501-503.

Nesse mesmo documento, Pedro Cadena, então Provedor-mor, solicitava o arrendamento pela imposição dos vinhos⁸⁷. O contrato dos vinhos, que viria a tornar-se um dos mais importantes contratos no século XVIII⁸⁸, era muito solicitado e era frequentemente utilizado para despesas militares, como a manutenção das guarnições⁸⁹. Em 1637, o Conselho da Fazenda relatava o apreço que tinha por Pedro Cadena mencionando que este tratava mais do “acrescentamento da Fazenda Real do que do seu”⁹⁰. Mas Pedro Cadena obviamente estava interessado também em suas próprias rendas. Da mesma forma que havia solicitado a imposição dos vinhos na Paraíba, uma das mais importantes formas de arrecadação da época, em 1638, o mesmo aconteceu na Bahia. Cadena argumentou que seria para evitar “a má administração dos oficiais”, “para que não haja descaminhos” e para evitar o dano que esse tipo de “aproveitamento” poderia causar⁹¹.

Todas as questões relacionadas ao reforço das praças militares (solicitação de recursos, envio de gente de guerra, munições) passavam, portanto, por Pedro Cadena, que foi dos personagens mais envolvidos com a defesa da Capitania da Paraíba nos primeiros anos do século XVII. Varnhagen, sem especificar a fonte, menciona que Pedro Cadena se casou na Paraíba, onde constituiu família⁹². Desde o início de sua gestão, ele informava à Monarquia sobre a importância em cuidar da defesa do território, em especial, do Forte de Cabedelo: “ynporta fortificarse aquella plaça por sigurança del estado del Bracil y de las demas conquistas, y el dano que podria causarles y a las Yndias de Castilla si el enemigo ocupasse esta plaça”⁹³. Pedro Cadena demonstrava preocupação com a defesa da Capitania da Paraíba porque este foi o mote inicial de sua estratégia para obtenção de mercês para si e para seu entorno familiar. Mas o fato é que ele trabalhou ativamente pela defesa da região. Em 1632, foi Cadena quem coordenou o envio de auxílio à Paraíba diante da ameaça holandesa⁹⁴.

⁸⁷ Nos primeiros anos, após a constituição da Capitania da Paraíba, a imposição do vinho podia ser destinada a outras matérias, como por exemplo, “para as sobras da igreja” como consta em um documento de 1610. O mesmo documento afirma que “se nao leve (a imposição) para a de Pernambuco como se pretende”. AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1498, f. 86.

⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1975.

⁸⁹ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1473, f. 38.

⁹⁰ AHU, Bahia Avulsos, LF, Cx. 9, D. 894.

⁹¹ AHU, Bahia Avulsos, Cx. 7, D. 805.

⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil - Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo Primeiro*. Rio de Janeiro: Em Casa de E. & H. Laemmert, 1877, p. 344.

⁹³ LIVRO Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633). Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 502.

⁹⁴ Biblioteca da Ajuda. 51-X-2, f. 34v; 57v-58.

Pedro Cadena atuou cuidadosamente acumulando documentos e ofícios para respaldar a logística de sua própria nobilitação e de seus familiares, a exemplo dos seus irmãos, Constantino Cadena e Geronimo Cadena, e do seu filho, Gregorio Cadena. Cadena foi um notório caso de funcionário régio que passou a proprietário de terras na região, as duas situações quase ao mesmo tempo e, em seguida, obteve ofícios ainda mais ambiciosos. Cadena, que possuía o engenho São João Batista, na margem direita do rio Paraíba, estava diretamente interessado nos problemas acerca da defesa da região, a longo e curto prazos. O engenho São João Batista, posteriormente, foi repassado ao seu irmão, Geronimo Cadena, que provavelmente atuava como seu administrador particular. A ideia de Pedro Cadena era deixar Geronimo, seu irmão, como governador da Paraíba para o caso de que “*Cadena (Pedro) se aya de venir a Espana, porque lo podra hasser todas las vesses que quissiere sin ser nessenario mas lissença de Su Magestad*”. Segundo ele, “*seria de mas utilidad para la fabrica estar el en España*”⁹⁵, onde ele poderia ajudar e conseguir mais recursos para o Brasil.

Foi com essas pretensões cortesãs que Pedro Cadena foi, no mínimo, duas vezes a Corte em Madri, onde tinha boas relações. Exemplo disso foi um parecer preparado em abril de 1638 por Tomás de Ibio Calderón. Calderón acumulou diversas funções ao longo de sua trajetória, dentre os principais cargos estavam conselheiro da Fazenda Real, e “*Veedor general de la Armada del Mar Océano*”⁹⁶. No documento, Calderón afirma ter sido criada uma “*Junta de consejeros de estado y guerra*”, especificamente para discutir a fortificação da Paraíba, na qual o próprio Calderón assistia como “*Secretario de la Guerra*”. Na ocasião, foram ressaltadas as qualidades de Pedro Cadena de Villasanti, descrevendo seu empenho na luta contra os holandeses e como, por conta disso, havia sido nomeado Provedor-mor da Fazenda Real. O documento recupera partes do arbítrio em forma de memorial feito por Pedro Cadena que “*propuso en essa corte a V. Mag. lo mucho que conuenia hacerse un fuerte en la entrada de la paraiba que ympidiesse ladelas naos deel rebelde Olandes*”⁹⁷. Calderón resalta ainda a atuação de Cadena descobrindo roubos e contrabandos na região:

⁹⁵ LIVRO Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633). Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 503.

⁹⁶ Archivo Histórico Nacional, AHN, Consejos, Libro 726, f. 34r-35r

⁹⁷ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 26, f. 1

“los robos que alli havia contra los derechos reales dandoles particulares creçimientos, beneficiando las haçiendas de binos açites y ropas, que de esta çiudad se han ynviado, con particular ynteligencia y acreçentamiento, de que a resultado poderse sustentar aquella gente de guerra⁹⁸.”

No mesmo documento, consta uma carta de Gonçalo Pinto de Freitas, escrivão da Alfândega e Fazenda⁹⁹, repetindo os mesmos elogios: “*Pedro Cadena ten feito milagre en seu ofiço*”¹⁰⁰. Em uma de suas idas para a corte, em setembro de 1626, Cadena foi com toda sua família levar os papéis pertencentes do Memorial, solicitando cargos, mercês e “*habito de Christo, con la tença o pension*”. Cadena não entendia como uma “*plaza de las más importantes de Brasil*” se pagava tão pouco. Chega a citar nominalmente os seus antecessores do posto de *capitán* da Paraíba que “*han salido de allí muy pobres por lo que poco que da [...] como fueron Francisco de Sousa Pereira, Andres de Albuquerque, Juan Rabelo de Lima, Francisco Nunez Marino de Sá, Juan de Brito Correa, Alfonso de Franca*”¹⁰¹. Pedro Cadena utilizou sua trajetória, recheada de esforços militares, para solicitar à Coroa foros de fidalgo e outras mercês. Não queria terminar “pobre” como os outros governadores da Paraíba.

Um dos governantes da Capitania da Paraíba mencionados por Pedro Cadena foi Juan Rabelo de Lima, cargo que lhe foi concedido em janeiro de 1616¹⁰². Como já demonstrado, não apenas pessoas nascidas em Portugal ocuparam cargos régios no Brasil. Os castelhanos: Francisco de Castrejón, Francisco de Morales, Pedro da la Cueva e Juan Rabelo de Lima são exceções à regra na Capitania da Paraíba. Apesar de castelhano, Juan Rabelo de Lima era um vassalo fiel da corte portuguesa. “Cavaleiro fidalgo da casa Real”, Rabelo havia servido como capitão de uma das companhias de gente e de ordenança em Cascais durante a invasão espanhola e casou-se com D. Luisa de Figueiroa, filha de Lourenço Homem Pinto, estribeiro de D. Henrique. Lourenço Homem Pinto havia falecido “ficando sua mulher e filhos na pobreza”¹⁰³. Além de Luisa, outro descendente de Lourenço Homem Pinto passou a ter relações diretas com a Paraíba. Jorge Homem Pinto, seu filho, havia sido alferes do Forte de Cabedelo, e posteriormente recebeu como mercê a “capitania da fortaleza do Rio Grande”, além de uma das comendas da Ordem de Cristo, por seus serviços “em Cascaes, Parahiba e

⁹⁸ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 26, f. 1v.

⁹⁹ BNB. Alvarás, Códice I, 19, 8, 1, p. 138.

¹⁰⁰ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 26, f. 1

¹⁰¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. “Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba”.

¹⁰² ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Livro 31, f. 223.

¹⁰³ ANTT, Chancelaria de Filipe II, Livro 25, f. 159.

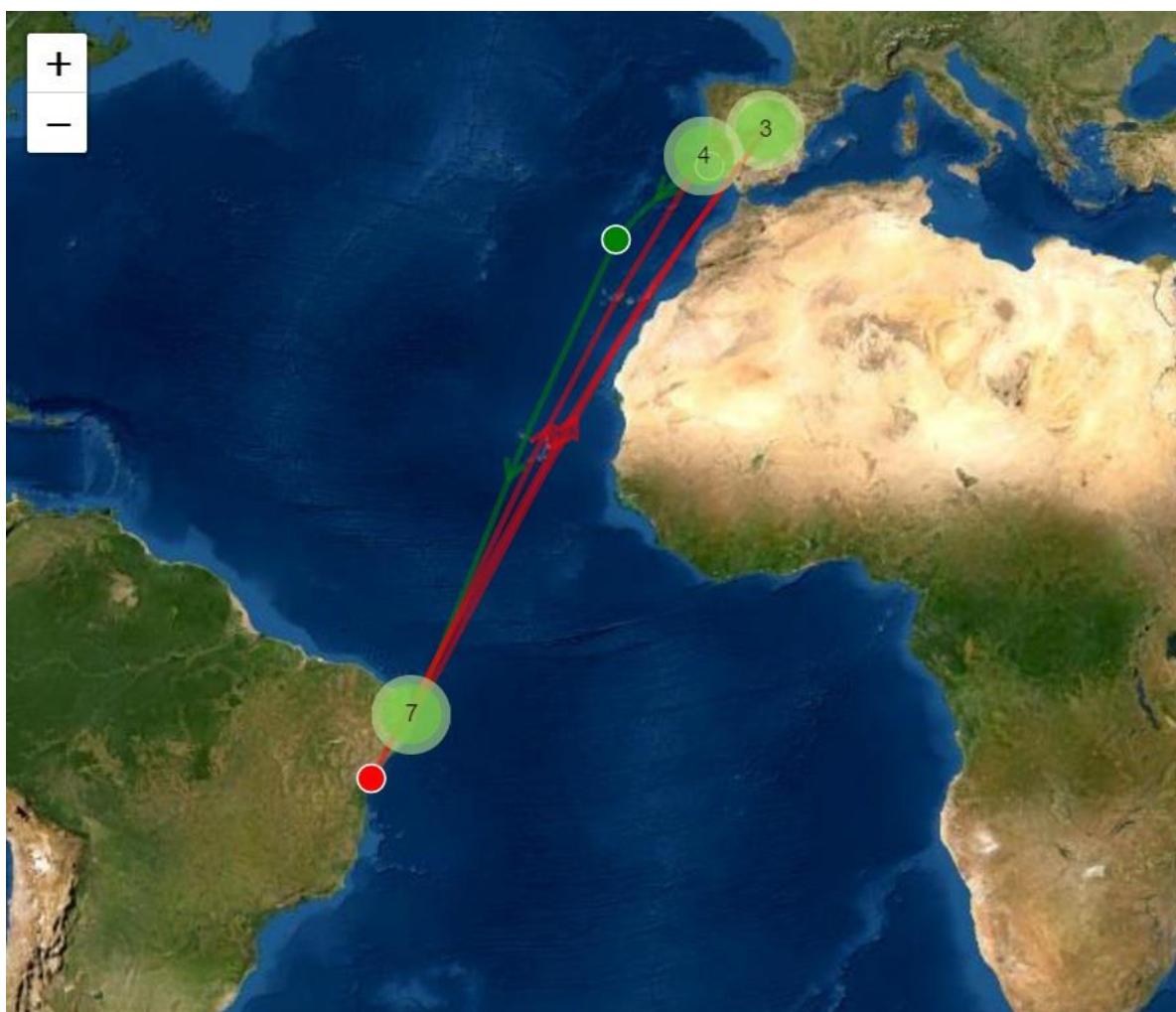
forte do Cabedello¹⁰⁴”. Em 1624, ocupou o cargo de “Provedor e contador da Fazenda na cidade de Phelippea¹⁰⁵”. Na década de 1640, Jorge Homem Pinto já era um dos proprietários de engenho mais ricos da Paraíba. Segundo Charles Boxer, Jorge Homem Pinto, senhor de nove engenhos na Paraíba, foi o maior devedor da WIC, cujo montante da dívida ultrapassava um milhão de florins¹⁰⁶. Pelo menos um desses nove engenhos, o Engenho Santo André, o principal da região, pertencia a seu cunhado, Juan Rabelo de Lima. Evaldo Cabral de Mello explica que com a invasão holandesa e a ausência de Juan Rabelo de Lima, o engenho fora confiscado e vendido a Jorgem Homem Pinto¹⁰⁷. Mas provavelmente, Jorge Homem Pinto já atuava como feitor do engenho do seu cunhado, Juan Rabelo de Lima.

¹⁰⁴ ANTT, Livro das Portarias do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, p. 113.

¹⁰⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 16, f. 9.

¹⁰⁶ BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 391-392.

¹⁰⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 85.



MAPA 17
Viagens de Pedro Cadena entre 1620-1635
Fonte: <http://brasilhis.usal.es/>

Retornando à família Cadena, Geronimo Cadena, irmão de Pedro Cadena, tomou posse, em maio de 1629, como “escrivão da fazenda, alfândega e almoxarife” da Capitania da Paraíba¹⁰⁸. Durante a ocupação holandesa, o Engenho São João Batista foi inicialmente confiscado, depois tornou às mãos de Geronimo Cadena¹⁰⁹. No parecer redigido pelo *Secretario de la Guerra*, Tomás de Ibio Calderón, em 1638, Geronimo Cadena é mencionado da seguinte forma: “*que Pedro Cadena tiene un hermano entre los Olandeses [pero]*

¹⁰⁸ ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 17, f. 333.

¹⁰⁹ DUSSEN, Adriaen Van der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia açucareira*. Recife: CEPE, 2004, p. 171.

*calificamos su fidelidad, al serviço de V. Mag*¹¹⁰.” Em 1645, Geronimo constava como um dos maiores devedores da WIC – devia 215.692 florins¹¹¹.

Outro irmão de Pedro Cadena, Constantino Cadena¹¹², foi escrivão da Fazenda, alfândega e almoxarifado da Capitania da Paraíba em 1607¹¹³. Posteriormente, recebeu o alvará de provedor da Fazenda Real em Pernambuco, em 1614¹¹⁴. No entanto, em 1616, Constantino Cadena ainda figurava como escrivão da Fazenda, alfândega e almoxarifado na Paraíba, pois é ele que assina várias das folhas do processo movido por Juan Rabelo de Lima contra Duarte Gomes da Silveira¹¹⁵. Constantino Cadena era um cavaleiro “fidalgo da casa del Rey” e atuou como “capitam dos gentios nesta capitania da paraiba”, como foi mencionado em um requerimento de Francisco Gomes de Muniz¹¹⁶. Ele ocupou o cargo de capitão da Capitania de Cambambe, em Angola, por três anos, de 1625 a 1628¹¹⁷. Em uma carta redigida em Angola, destinada a Fernão de Sousa, de 16 de setembro de 1626, Constantino Cadena demonstrava ser profundo conhecedor das qualidades da região. Essa experiência anterior sugere que Constantino pode ter vivido ou ocupado outros cargos no território, em um período anterior a 1625¹¹⁸. Beatrix Heintze afirma que em março de 1628, Constantino Cadena teria regressado a Portugal via Pernambuco¹¹⁹. Em 1634, Constantino Cadena ocupava o posto de capitão na Bahia e foi em missão ao Reino de Valença para “adquirir munições para armada do Brasil¹²⁰”. Em 1638, Constantino Cadena aparece mencionado como morador da Bahia, citado em um documento sobre Pedro Cadena: “*Otro*

¹¹⁰ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 26, f. 2.

¹¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 86.

¹¹² Constantino Cadena é mencionado por Guida Marques na nota de rodapé número 234 da página 384 de sua tese. Conforme Marques, Constantino Cadena era o irmão mais velho de Pedro Cadena e começou fazendo carreira no Império português, servindo nas Índias. MARQUES, Guida. *L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009.

¹¹³ AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, Doc. 7, f. 30v. Constantino Cadena foi o escrivão do documento do governador da Capitania da Paraíba, Juan Rabelo de Lima, contra Duarte Gomes da Silveira, dono do engenho por invocação do Salvador, acusando-o por ter mudado o nome do mesmo para Nossa Senhora da Ajuda, para se beneficiar de mais dez anos de privilégio, fraudando a Fazenda Real.

¹¹⁴ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L.29, f. 284v.

¹¹⁵ AHU_ACL_CU_14 CX. 1. D. 7

¹¹⁶ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 13.

¹¹⁷ AHU_CU_ANGOLA, Cx. 2, D. 217. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 2, D. 160.

¹¹⁸ AHU_CU_ANGOLA, Cx. 2, D. 161.

¹¹⁹ HEINTZE, Beatrix (Coord.). *Fontes para a história de Angola do século XVII: Cartas e Documentos oficiais da coletânea de Fernão de Sousa (1622-1635)*. Stuttgart: Frans Steiner Wiesbaden GMBH, 1985, p. 78.

¹²⁰ AHU_CU_BAHIA-LF, Cx. 4, D. 497.

hermano tiene [Pedro Cadena] en esta ciudad que a servido muchos años a V. Mag. con grande satisfacción persona de muchas partes y buen talento¹²¹”.



MAPA 18

Viagens de Constantino Cadena entre 1625-1638

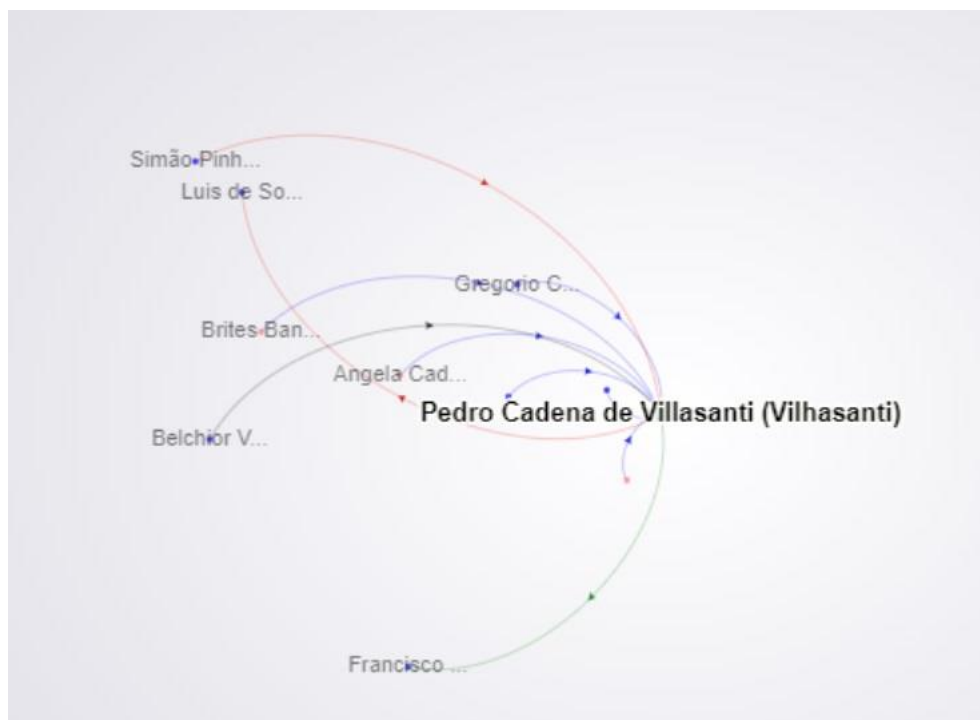
Fonte: <http://brasilhis.usal.es/>

A família Cadena ocupou postos estratégicos durante todo o período filipino (no caso de Constantino, não apenas na América, mas também na África) – principalmente, ofícios que cuidavam da cobrança de impostos e do controle das contas oficiais da Fazenda. Curiosamente, há uma consulta do Conselho Ultramarino, em 1643, em que encontramos Pedro Cadena novamente “solicitando o cargo de capitão-mor da Paraíba, em lugar da

¹²¹ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 26, f. 2.

capitania de Cambembe, em Angola, que renuncia¹²²”. Esse parece ser um caso de acumulação, manipulação e, posterior venda de cargos burocráticos para benefícios escusos. Na primeira metade do século XVII, o cenário era de descontrole com relação ao crescimento e a rotatividade dos ofícios administrativos no Estado do Brasil¹²³.

Certamente, a fase mais importante da carreira de Pedro Cadena foi a sua gestão na Provedoria-mor do Brasil entre 1635 e 1639¹²⁴. Guida Marques reconstruiu a carreira política de Pedro Cadena demonstrando de que modo esta evoluiu no decorrer do período filipino. Marques explica que, ainda que singular, a jornada de Pedro Cadena serve para demonstrar a engrenagem da Monarquia Hispânica para com seu governo na América portuguesa, reforçando a importância das relações de poder e da adequada comunicação política entre os dois lados do Atlântico¹²⁵.



Relações familiares e políticas de Pedro Cadena

Fonte: <http://brasilhis.usal.es/>

¹²² AHU_CU_014, Cx. 1, D. 29.

¹²³ SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In: *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. p. 155-177, Jan-Jun, 2019.

¹²⁴ EDELWEISS, Frederico. *Ensaio Biográfico*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, 1976, p. 38.

¹²⁵ MARQUES, Guida. *L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009, p. 391-409.

1.2. As faces da elite colonial: oportunidades e negócios

Conforme Eduardo d'Oliveira França, na América portuguesa, “sem passado medieval, sem serviços aos reis de outros tempos, e sem titulatura nobiliárquica” o que seria premiado era o sucesso econômico. Os ricos eram os novos senhores¹²⁶. No Brasil, como já visto, essa nobreza incipiente que começava a se formar embasava-se, também, no controle dos postos da administração local e das patentes militares. A concessão de hábitos militares por serviços militares prestados se tornou um “fenômeno constante” durante a dinastia filipina¹²⁷. Durante e após as guerras de conquista, as fronteiras se amainavam. Um senhor de engenho podia, em curto prazo, tornar-se um “fidalgo” e ser detentor de uma importante patente. André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil*, obra escrita no século seguinte, nos ajuda a compreender o que significava a imagem de um senhor de engenho àquela época e do microcosmo que este abarcava:

“O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino¹²⁸.”

Apesar de sua escassa população, a ocupação da terra se estendia com o auxílio da administração régia e o apoio dos proprietários de terras na região, os senhores de engenho¹²⁹. As expedições de conquista de territórios, como o da Paraíba, foram organizadas pelos

¹²⁶ FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 172.

¹²⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. “De senhores de engenho a cortesãos: conexões entre a América açucareira portuguesa e a Monarquia Católica no século XVII”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M.; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 101.

¹²⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil (1710)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967, p. 139.

¹²⁹ “Os primeiros engenhos brasileiros foram pequenos. A maioria era do tipo trapiche, movido por cavalos ou bois. Alguns usavam força hidráulica, em geral os construídos pelos próprios donatários; os custos envolvidos na feitura da grande roda d'água e do sistema de calhas (levada) para conduzir a água até o local apropriado eram elevados demais para a maioria dos colonos, apesar da economia de escala que esse tipo de engenho, mais rápido e eficiente, podia proporcionar”. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 36.

homens da terra e reinóis, mas a expansão da colonização do Brasil estava à mercê dos interesses dos Habsburgo. O longo processo de conquista foi permeado por uma série de dinâmicas que envolviam o poder local, os segmentos intermédios e a Monarquia. Assim comenta Ambrósio Fernandes Brandão sobre o processo de ocupação daquela região:

“Sim, custou com muitos capitães e armadas, que para o efeito de sua conquista mandou ao Reino; com presídio de castelhanos, que assistiram na guarda de suas fortalezas; o que nunca vimos nas demais conquistas que se fizeram por todo este Estado¹³⁰.”

Os gastos iniciais não pararam com a conquista, na verdade, aumentaram, como já demonstrado. A Monarquia estimulava a criação de núcleos de povoamento, mas cabia, sobretudo, aos homens da terra garantir a ocupação da região aportando investimentos e arcando com os custos da defesa. A institucionalização do Estado do Brasil enfocava, sobretudo, o fortalecimento dos representantes do rei na América portuguesa, quais sejam: os governadores gerais, o provedor-mor, o ouvidor-geral - tal fato implicava em algumas limitações e restrições ao poder concedido aos capitães donatários¹³¹.

Contudo, essa gestão do cotidiano com todos os problemas relacionados a uma Monarquia, cujo ponto mais débil sempre foi a questão econômica, não era uma tarefa fácil. Conforme João Fragoso cabia às instituições locais (“concelhos camarários, as ordenanças, as irmandades”) cuidar e fazer funcionar esse aparato administrativo¹³². O poder régio deveria ter uma relação próxima com o poder local, em especial, com as câmaras coloniais. Os recursos da Fazenda Real eram escassos. Concessões destinadas às ordens religiosas, à Santa Casa de Misericórdia e aos senhores de engenho, por exemplo, favoreciam a isenção de impostos e de dízimos o que, em termos práticos, significava uma carga fiscal altíssima. Em paralelo a isso, a montagem da estrutura burocrática colonial teve como princípio norteador a “constante ampliação dos poderes concedidos aos funcionários mais diretamente ligados à

¹³⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 68.

¹³¹ MARQUES, Guida. “De um governo ultramarino: a institucionalização da América portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: CHAM-UNL/UAç/Cidehus-UE/GHES-UTL, 2013, p. 237.

¹³² FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, v. 14, n. 27, 2009, p. 59.

Coroa¹³³”. Cabia, portanto, ao Provedor-geral, a ingerência dos assuntos financeiros na América portuguesa.

A participação nas guerras de conquista no Estado do Brasil estava diretamente ligada à remuneração régia. Dentre os homens que participaram nas campanhas militares contra os indígenas e os franceses na Paraíba, muitos ganharam compensações, sesmarias e cargos. O ocorrido com Pedro Cadena que, de soldado, tornou-se Provedor-mor do Brasil, é um claro exemplo disso. Cadena sempre manteve correspondência com as autoridades em Lisboa sobre temas relacionados às questões militares e financeiras, muitas delas, a respeito da Capitania da Paraíba, chegando a ir para Madri por duas vezes¹³⁴.

O fato é que, diante de tantos problemas econômicos, a Monarquia necessitava financiadores para bancar os custos dessa empreitada colonial possibilitando uma acumulação local de capital articulada com a metrópole, e com o mercado europeu. Concomitantemente ao desenvolvimento desses núcleos costeiros, como era o caso da Paraíba, estava o investimento nos engenhos (de onde saíam, efetivamente, os lucros da terra), daí o interesse da Coroa em seu controle e fiscalização. Apesar dos conflitos e tensões com os indígenas na tentativa de demarcar seu território, a frente colonial avançava e, esses primeiros anos foram dedicados à instalação da povoação de Filipeia, com todos os atributos necessários: a construção de fortificações, a fundação de uma câmara municipal, casa da alfândega, almoxarife, a instalação das ordens religiosas e a organização da empresa açucareira.

Durante mais de um século e meio, a agromanufatura açucareira representou a base da economia, da qual o Brasil ia se tornar o principal fornecedor do mundo¹³⁵, embora afirme Pierre Chaunu que a economia açucareira tenha desacelerado a partir de 1610, tendo seguido uma fase de estabilização econômica que durou até cerca de 1630¹³⁶. De acordo com Stuart Schwartz, o ritmo de crescimento no Brasil era consideravelmente alto nos últimos anos do século XVI, sofrendo uma desaceleração entre os anos de 1580 e 1612. Para o caso da Paraíba, utilizando-se do Relatório redigido por Pedro Cadena, em 1629, Schwartz destaca

¹³³ SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Arquivo Nacional, 1985, p. 73.

¹³⁴ *LIVRO Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 237; 301-304; 501-507. BA, Códice 51-X-2, f. 34v, 166v-167. AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1522, f. 144. AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. "Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba".

¹³⁵ SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005, p. 116.

¹³⁶ CHAUNU, Pierre. "Brésil et Atlantique au XVIIème siècle". *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*. VI, 1951, p. 1194.

que os números foram “*sorprendentes [...], donde el número de ingenios pasó de 12 a 24 (4,3 por 100 anual)*”¹³⁷. Os proprietários de engenhos, por volta da segunda década do século XVII, mostraram mais dificuldade para sanar as suas dívidas, mas, ainda assim, o quadro geral da produção açucareira se manteve positivo¹³⁸. Regina Célia Gonçalves, em análise sobre a questão econômica na Capitania da Paraíba, demonstra que houve um forte crescimento no número de engenhos construídos na Paraíba no início do século XVII. Esse número seria incrementado até 1618. A partir de então, haveria uma estabilização. Esses engenhos, em sua maioria, envolviam unidades movidas à água, mais caras, mas, mais produtivas e velozes, o que facilitou o desenvolvimento da produção açucareira¹³⁹.

A consolidação do processo de povoamento se daria a partir da criação de novas capitanias régias. O fracasso anterior na defesa daquele território motivou uma intervenção político-militar mais contundente na região. A constituição de uma capitania pertencente à Monarquia serviria de base de segurança, inclusive, econômica, para dar continuidade a um processo crescente que acabava de iniciar. A partir da “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil”, de Diogo de Campos Moreno, encontramos fartas informações sobre a situação das Capitanias do Sul e do Norte do Estado do Brasil. Essa é a mais antiga relação dos engenhos pertencentes a Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Além de especificar quantitativamente os engenhos da região da Capitania da Paraíba, a *Relação das praças fortes* traz um adicional importante, a menção expressa sobre quem eram os proprietários dos dez engenhos na Paraíba àquela época¹⁴⁰.

¹³⁷ SCHWARTZ, Stuart. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *Historia de América Latina. 3. América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 194-195; 197.

¹³⁸ STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014, p. 29.

¹³⁹ GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. São Paulo: Edusc, 2007, p. 194; 198.

¹⁴⁰ MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos”. (1609). In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. LVII (1984), p. 192-193.

RELAÇÃO DE DIOGO DE CAMPOS MORENO (1609)¹⁴¹		
ENGENHOS DA PARAÍBA		
PROPRIETÁRIO	ENGENHO	ANO
Francisco Tomás	Engenho em Gramame	1609
Gaspar Carneiro	Engenho Tibiri / Barreiras	1609
João da Paz	Engenho Tibiri de Cima	1609
Lopo do Barco	Engenho Santo André	1609
Jorge Camelo	Engenho Três Reis	1609
Afonso Neto	Engenho Espírito Santo	1609
Antonio de Valadares	Engenho Santo Antonio / Tapuá	1609
Duartes Gomes da Silveira	Engenho Nossa Senhora da Ajuda	1609
Ambrósio Fernandes Brandão	Engenho Inobi Engenho do Meio	1609

TABELA 10

Francisco Tomás foi o primeiro proprietário a ser destacado por Moreno, dono de um engenho em Gramame (Gramame). Tomás era mercador¹⁴² e parecia não ter vínculos diretos com o grupo dos reinóis oriundos da Capitania de Pernambuco. Francisco Tomás havia deixado sua família, mulher e três filhas, em Portugal. No Arquivo Distrital do Porto há um documento, de 1611, que menciona o falecimento da esposa de Francisco enquanto este estava residindo na Capitania da Paraíba. As filhas, moradoras do Porto, encomendaram uma procuração que garantiria o direito delas receberem como herança os lucros advindos do engenho do pai e de partidos de cana “nas ditas partes do brazil¹⁴³”.

Gaspar Carneiro, segundo proprietário mencionado, possuía um engenho nas fronteiras do Tiberi (Tibiri). Gaspar Carneiro, diferentemente de Francisco Tomás que não encontramos rastros com a administração colonial, possuía relações diretas com a Monarquia. Seu irmão, Francisco Carneiro, havia sido “contador dos contos de sua Magestade”, um dos

¹⁴¹ MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos”. (1609). In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. LVII (1984), p. 177–246.

¹⁴² SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. “Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630”. Recife: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 235.

¹⁴³ Arquivo Distrital do Porto (ADP), Notas para escrituras diversas, Segundo Cartório, L. 33, f. 70-72.

cargos mais importantes da época, informação que consta no processo que foi movido contra João Nunes pela Inquisição, o qual Carneiro participa de forma indireta tendo sido citado em um depoimento por Antonio Batalha¹⁴⁴. Carneiro, em 1584, tomou posse do cargo de Escrivão dos defuntos e ausentes de Pernambuco¹⁴⁵. Menos de um mês depois, recebeu o alvará de Provedor da Capitania de Pernambuco¹⁴⁶. Posteriormente, em abril do mesmo ano, assumiu o mesmo cargo na Capitania de Itamaracá¹⁴⁷. Em 1594, Carneiro já havia cruzado o Atlântico e se encontrava morando em Lisboa, “na rua das Parreiras”, onde havia chegado um ano antes. Posteriormente, assumiu em Lisboa o cargo de Tesoureiro geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes da Guiné e Brasil¹⁴⁸. Em 1606, encontramos um Gaspar Carneiro atuando na “Cidade de São Paulo de Loanda do Reino de Angola¹⁴⁹”. Já em 1615, em um registro de procuração expedido em agosto de Filipa Gomes, residente em Lisboa, encontramos uma solicitação da requerente para que fossem cobrados todos os bens que ficaram no Brasil por falecimento de um filho seu, e “em particular para cobrarem de Pedro Carvalho, morador no Brasil, feitor de Gaspar Carneiro¹⁵⁰”. É possível deduzir que, embora Carneiro não estivesse no Brasil, continuava gerindo os seus negócios na região da Paraíba.

Outro proprietário de engenho citado por Diogo de Campos Moreno, na mesma região do Tibiri, na Paraíba, foi João da Paz. Paz era cristão-novo e chegou ainda jovem no Brasil, representando na América portuguesa uma das famílias que se dedicavam ao comércio e, também, à exportação da cultura do açúcar para a Europa¹⁵¹. João da Paz era sobrinho de Miguel Dias Santiago que cuidava, desde Lisboa, da comercialização do açúcar que lhe era enviado do Brasil. O cristão-novo cultivou concomitantemente as duas atividades: era senhor de um engenho d’água¹⁵² na Paraíba e também atuava como mercador, inicialmente em

¹⁴⁴ PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco, 1593-1595. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Coleção pernambucana, 2a. fase. v. 14. Recife: Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, p. 204

¹⁴⁵ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, L. 10, f. 129v.

¹⁴⁶ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, L. 9, f. 311.

¹⁴⁷ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, L. 8, f. 44.

¹⁴⁸ PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco, Idem, p. 204.

¹⁴⁹ BRÁSIO, António. *Monumenta Missionario Africana. África Ocidental (1600-1610)*. Vol. V. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 179.

¹⁵⁰ ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde, Livro 28, f. 91v-92v.

¹⁵¹ RICARDO, Sílvia Carvalho. *Expoentes mercantis e dinâmica de negócios: a família Dias de Milão (1580-1624)*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2014, p. 57.

¹⁵² Ambrósio Fernandes Brandão em sua crônica explica que as diferenças que existiam entre os dois tipos de engenho, os de água e os de trapiche: “porque os de água se alevantam ao longo de rios caudalosos, e ainda fazem grandes tanques para represa dela, para assim poderem moer com mais força d’água. [...] E outros engenhos se fazem sem água, e estes são os trapiches, que disse, os quais moem a cana por uma invenção de

Olinda. Em 1613, a nau Nossa Senhora da Boa Viagem saiu da Paraíba levando açúcar e outras mercadorias, quando foi interceptada por traficantes ingleses e holandeses. Há uma petição solicitando o recebimento da mercadoria apreendida pelos corsários, dentre os signatários, consta o nome de João da Paz, já residente em Lisboa¹⁵³. Florbela Veiga Frade, estudando sobre as autorizações régias de saída de sefarditas de Portugal, entre os anos de 1611 e 1629, encontra menções a João da Paz. Em 1618, João da Paz saiu para a Corte em Madri e, em 1623, lhe foi concedida autorização de saída para Antuérpia por quatro anos¹⁵⁴. Alguns anos depois, Paz passou a investir no comércio asiático, especialmente de diamantes e outras pedras preciosas¹⁵⁵. João da Paz soube posicionar-se dentro da economia mundial a partir de uma rede de negócios que começou a ser constituída ainda em finais do século XVI, e soube tirar proveito do espaço transatlântico para construir e ampliar sua riqueza.

Outro senhor de engenho destacado na “Relação” em 1609 foi Lopo do Barco. Lopo vivia, em 1583, como mercador em Olinda e, em 1600, lhe foi concedido o cargo de feitor e procurador dos contratadores das rendas das alfândegas do Reino¹⁵⁶. Diogo de Campos Moreno, redator da “Relação” e sargento-mor do Estado do Brasil, e os oficiais da Câmara de Filipeia, dentre eles, Lopo do Barco, realizaram uma visita, em 1603, à fortificação de Cabedelo¹⁵⁷. Em 1612, encontramos Lopo do Barco proprietário de “outras cazas” próximas da chamada rua Nova em Filipeia¹⁵⁸. O caso de Lopo do Barco demonstra que, além de passar de mercador a proprietário de terras na nova Capitania, também havia acumulado o cargo de oficial da Câmara de Filipeia.

Jorge Camelo foi outro dos mercadores mencionados na “Relação” de engenhos de Diogo de Campos Moreno. Camelo, estante em Olinda, atuou na expedição de conquista da

rodas que alevantam para o efeito tirada de bois [...]”. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 167.

¹⁵³ XAVIER, Lucia Furquim Werneck Xavier. *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2018, p. 147.

¹⁵⁴ FRADE, Florbela Veiga. *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632*. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006, p. 144.

¹⁵⁵ BOYAJIAN, James C. “New Christians and Jews in the sugar trade, 1550-1750: two centuries of development of the atlantic economy”. In: BERNARDINI, P., FIERING, N. (Eds.). *The jews and the expansion of Europe to the West, 1450-1800*. New York: Berghahn Books, 2001, p. 478.

¹⁵⁶ CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho, Governador do Estado do Brasil (1602-1608). Cópia paleographica extrahida da Torre do Tombo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1910, vol. 73, p. 49.

¹⁵⁷ BA. 51-V-48, fl. 78-79.

¹⁵⁸ LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948, p. 13.

Paraíba, em 1585, como capitão da ordenança da terra¹⁵⁹. Camelo, que tinha título de fidalgo da Casa Real, foi ouvidor da Capitania de Pernambuco em 1590. O comerciante era proprietário, em 1609, de um engenho situado à margem direita do rio Paraíba, mas já aparecia como possuidor de uma sesmaria na região conhecida como Meriry, em 1599¹⁶⁰. As suas terras passaram, posteriormente, a seu filho Francisco Camelo de Valcárcer que aumentou a extensão do poder da família, que perdurou até o domínio holandês, com Francisco Camelo ocupando o cargo de ouvidor da Paraíba, que possuía desde 1605. Posteriormente, Camelo de Valcárcer se tornou um dos maiores devedores da Companhia das Índias Ocidentais (160.205 florins¹⁶¹). Em 1673, lhe foi concedido o cargo de Sargento-mor da infantaria de Itamaracá¹⁶².

Outro engenho arrolado foi o de Afonso Neto, também na várzea do Paraíba. Em documento de janeiro de 1595, Afonso Neto aparece citado nas Denúncias como proprietário de uma sesmaria na região¹⁶³. O engenho deve ser o mesmo citado na Relação de 1609. Afonso Neto alegava ter sido um dos primeiros moradores da povoação e que mais investimentos teria feito no combate aos franceses¹⁶⁴. Afonso Neto foi um dos pioneiros em beneficiar-se recebendo sesmarias como recompensa por haver participado da conquista da região que viria a ser a Capitania da Paraíba.

Outro proprietário de terras mencionado na Relação de 1609 foi Antônio de Valadares, que participou da conquista da Paraíba. Valadares lutou como capitão de uma tropa “de pé” composta de 30 arcabuzeiros e 350 índios flecheiros, em 1598, nas guerras de conquista do Rio Grande¹⁶⁵. Valadares possuía um engenho na margem direita do Paraíba denominado Tapuá, por conta de uma aldeia indígena que havia “a dez léguas ao poente” de Filipeia¹⁶⁶. Valadares acumulou os cargos de oficial da Câmara de Filipeia e Juiz Ordinário, em 1603. Em documento de 1618, Valadares ainda aparece como oficial da Câmara de

¹⁵⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 110.

¹⁶⁰ LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba, Idem, p. 95.

¹⁶¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandeses*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 31.

¹⁶² ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, L. 46, fl. 96

¹⁶³ PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco, 1593-1595. Idem, p. 394.

¹⁶⁴ TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 37.

¹⁶⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 364.

¹⁶⁶ PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630)*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, p. 223; 238.

Filipeia¹⁶⁷ e em 1621, surge como proprietário de outra sesmaria em uma ribeira chamada Una¹⁶⁸. Em 1622, o Provedor-mor Antonio Barreiros, em visita a Paraíba, viu que a cidade de Filipeia ainda não possuía uma alfândega própria. Os negócios da própria capitania e da Fazenda real eram feitos em casas alugadas. Barreiros ordenou em pregão “os direitos da dita alfândega e os fez rematar a Antonio de Valadares” por cinquenta mil réis cada ano¹⁶⁹.

Dando continuidade ao arrolamento feito por Diogo de Campos Moreno, encontra-se o engenho de Duarte Gomes da Silveira, também na várzea do Paraíba. Duarte Gomes, natural de Olinda, filho de reinóis¹⁷⁰, foi um dos principais moradores de Filipeia e um dos mais importantes nomes da conquista, participando na expedição capitaneada pelo Ouvidor geral Martim Leitão. Foi o fundador da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e se tornou o mais rico senhor de terras da região no final do século XVI e início do XVII¹⁷¹. Pelo menos, até 1632, encontramos Duarte Gomes da Silveira, já com “setenta & tantos annos: ainda servindo na Paraíba. Frei Antonio do Rosário, testemunha presencial da invasão holandesa na Paraíba, afirma que Duarte Gomes “antes he tão velho nos serviços como he velho nos annos, nos quais na fazenda, nem pessoa poupou nunca pelo servir¹⁷²”. Sobre ele, comenta Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618:

“Sabeis em quanto é rica que com só uma cousa vos representarei sua riqueza, a qual é que há um homem nobre particular neste Brasil, morador na capitania da Paraíba, o qual, com não possuir mais de um só engenho de fazer açúcar, ousou prometer a todas as pessoas que fizessem casa na cidade, que então de novo se fabricava, sendo de pedra e cal de sobrado a vinte mil réis por cada morada de casas, e a dez mil réis, se fossem térreas;

¹⁶⁷ MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 303.

¹⁶⁸ JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893, p. 11.

¹⁶⁹ “Relação das visitas que o provedor-mor da Fazenda de Sua Majestade do Estado do Brasil fez por serviço do dito senhor nas Fortalezas da Capitania de Pernambuco e nas mais do norte e das devassas que nelas tirou do procedimento dos oficiais da fazenda, alfândega e almoxarifado delas e outras diligências no aumento da Fazenda Real do dito senhor”. In: GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979 p. 255.

¹⁷⁰ Silveira era uma das exceções, pois os proprietários já nascidos no Brasil “não chegavam a representar um décimo dos senhores de engenho”. MELLO, Evaldo Cabral de. “Os alecrins no canavial: a açucarocracia pernambucana ante-bellum (1530-1630)”. In: *RIAHP*, vol. LVII, Recife, 1984, p. 146.

¹⁷¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 304. SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 74.

¹⁷² ROSARIO, Frei Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria, que ouve o Capitão mór da Capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1632, f. 5.

e assim o cumpriu por muito tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disso se lhe conseguir algum proveito mais do desejo que tinha de ver aumentar a cidade¹⁷³.”

O capitão-mor da Paraíba, Juan Rabelo de Lima, falava em carta dirigida a Gaspar de Sousa, Governador do Estado do Brasil, nesses modos sobre Duarte Gomes da Silveira, em agosto de 1613:

“[...] que se a povoação da dita serra da Capaoba se pode encarregar a algúa pessoa em particular he a hu Duarte Gomes da Silveira que aly he morador porque gastara nisso sua fazenda com muy largo animo e a fara em muy breve tempo, o qual Duarte Gomes diz se tem avido com particular animo e zello em meu serviço e acrescentamento daquella cidade dando a todas as pessoas que nella fabricam com casas terreas dez mil reis e vinte aos que as fazem de sobrado, e alem disso faz a sua custa a casa da Misericordia a qual custara acabada vinte mil cruzados e tem ja gastado quinze, e he dos primeiros conquistadores, riquo, honrrado e sem raça de christão novo, e sera nelle bem empregada qualquer merce que lhe fizer no agradecimento de seu bom procedimento com que se animara muito a mayores serviços e sera exemplo pera outros os fazerem¹⁷⁴.”

O governador Juan Rabelo de Lima era castelhano, “amiguo do rei” e aconselhava o monarca a tratar muito bem os proprietários de engenho da Paraíba, animando-os com “promessas de novas honras e mercês”, posto que com o auxílio destes a Fazenda Real cresceria muito – e, de fato, a Coroa em diversas ocasiões recorreu a empréstimos dos senhores de engenho. Foi essa a estratégia a ser seguida com Duarte Gomes da Silveira. Segundo Rabelo, havia na Capitania da Paraíba cerca de “220 homens que seguem a lavoura da cana e os engenhos” e poderiam ajudar no crescimento do erário régio¹⁷⁵. Contudo, Duarte Gomes da Silveira, três anos depois de ser mencionado em carta de forma tão honrosa por

¹⁷³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 175.

¹⁷⁴ “Cartas de Sua Magestade sobre muitos particulares e os mais da Paraíba”. 1613. MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Cartas para Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 212.

¹⁷⁵ “Cartas de Sua Magestade sobre muitos particulares e os mais da Paraíba”. Idem, p. 210.

Juan Rabelo de Lima, foi denunciado pelo mesmo capitão-mor por ter fraudado a Fazenda real mudando o nome do seu engenho que havia sido construído em 1585, mencionado na Relação de Diogo de Campos Moreno, para “poder nos primeiros des anos carregar os asucares dos ditos seus engenhos sem delles pagar direitos”¹⁷⁶. Juan Rabelo de Lima fazia menção ao alvará régio instituído pela Coroa portuguesa em 20 de julho de 1551. O referido alvará correspondia a uma desobrigação fiscal que concedia aos engenhos recentemente construídos uma isenção dos impostos, pelo período de dez anos¹⁷⁷. Manuel Fernandes do Amaral, que havia sido, na Capitania da Paraíba, Feitor e Almoxarife desde 1604¹⁷⁸ e por pelo menos 21 anos¹⁷⁹, foi denunciado como cúmplice de Duarte Gomes da Silveira por fraude à Fazenda Real, em 1618.

Nada aconteceu com Manuel Fernandes do Amaral que continuou exercendo seu ofício até pelo menos 1624 quando solicitou a renúncia do cargo de Almoxarife em favor do seu genro, Simão Farinha¹⁸⁰. A administração do Brasil conheceu formas singulares de combinar interesses sociais e poderes administrativos. A patrimonialização dos ofícios é um exemplo dessa estratégia, utilizada de forma velada pelo Império português, já que a venda dos cargos era expressamente proibida. Para António Manuel Hespanha, a maior parte das renúncias, certamente, estava a encobrir vendas dos referidos ofícios¹⁸¹. Conforme José Manuel Santos, a partir de 1636, a Monarquia instituiu que o pedido de renúncia deveria ser aceito apenas quando fosse a favor de um filho. Mesmo em casos de hereditariedade, o solicitante ao cargo deveria passar por um exame prévio de idoneidade¹⁸². O processo de Manuel Fernandes do Amaral corria desde 1620. Em 1624, foi solicitado ao Provedor-mor da Fazenda Real, Pedro Gouveia de Melo, que agisse da melhor forma para solucionar essa situação. O Provedor, finalmente, autorizou que “se passasse a provisão para o genro do dito Manoel Fernandes do Amaral pelo tempo de dous annos¹⁸³”.

¹⁷⁶ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 7, f. 22v.

¹⁷⁷ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial - 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 129.

¹⁷⁸ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, L. 17, f. 32v.

¹⁷⁹ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 17.

¹⁸⁰ ANTT, Chancelaria de Filipe III, Livro 17, f. 32v.

¹⁸¹ HESPANHA, António Manuel. “A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Eds). *O Antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 183.

¹⁸² SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. p. 155-177, Jan-Jun, 2019, p. 162.

¹⁸³ AHU_CU_Consultas de Partes, Códice 36, f. 31.

No processo movido contra Duarte Gomes da Silveira, aparecem como testemunhas de acusação alguns personagens importantes da cidade de Filipeia. Lopo do Barco, Sebastião Fernandes e Domingos Luis eram oficiais da Câmara de Filipeia (os dois primeiros ocuparam o cargo na primeira década de 1600 e Domingos Luis aparece na documentação como componente da Câmara em 1616¹⁸⁴). Francisco Gomes e Raphael Carvalho eram proprietários de terra¹⁸⁵ na Capitania da Paraíba e João de Matos Cardoso, que ocupava desde 1599 o posto de capitão do Forte de Cabedelo, também possuía sesmária na região¹⁸⁶. Duarte Gomes da Silveira argumentou em sua defesa que o engenho original, denominado Salvador, teve fim no ano de 1606 devido à construção de um engenho, situado em paralelo ao seu, cujo proprietário era Ambrósio Fernandes Brandão. Silveira entrou em litígio com Brandão, argumentando que o engenho deste havia impossibilitado a obtenção da água necessária para fazer moer o seu novo engenho, denominado Inobi¹⁸⁷. José Manuel Santos, em seu mais recente estudo sobre o “Diálogo das Grandezas do Brasil”, menciona uma carta do Rei Filipe III, de janeiro de 1604, destinada a Afonso de Castelobranco, vice-rei de Portugal, sobre um pleito de Brandão. O assunto, enviado ao Desembargo do Paço, dizia respeito a uma contenda sobre algumas “*haciendas cuya posesión se le había quitado*” de Brandão. Por conta disso, Filipe III enviou ao Brasil um oficial encarregado de solucionar a questão, prender “*los culpables*” e restituir, de forma imediata, a propriedade de Brandão¹⁸⁸. As datas dos dois pleitos são quase coincidentes, já que Duarte Gomes da Silveira indicou que o seu engenho antigo havia finalizado suas atividades no ano de 1606. No entanto, as fontes holandesas apontam alguns dados contraditórios acerca dos engenhos de Duarte Gomes da Silveira. Se na Relação de Diogo de Campos Moreno, de 1609, Silveira possuía apenas um engenho (Engenho Nossa Senhora da Ajuda), de acordo com a Relação de José Israel da Costa, de 1623, ele possuiria dois engenhos – possivelmente seu “engenho velho” e a nova

¹⁸⁴ LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948. AHU_ACL_CU_14 CX. 1. D. 7

¹⁸⁵ JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893, p. 4-5.

¹⁸⁶ AHU_ACL_CU_14 CX. 1. D. 7. ANTT, Chancelaria de D. Felipe II, Doações, L. 6, f. 59

¹⁸⁷ Sobre essa questão, consultar: GONÇALVES, Regina Célia. “O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII)”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, 2008. v. 1, p. 1-14. SEIXAS, Wilson. “Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. N. 20. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1974, p. 22-39.

¹⁸⁸ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1497, f. 71v, Apud: SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor.). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019, p. 36.

propriedade, denominada “Engenho Santo Antônio”, que estaria localizada na mesma margem esquerda do Rio Paraíba, como afirmado pelo próprio Silveira¹⁸⁹.

O Relatório de Servaes Carpentier, de 1635, por sua vez, afirmava que Duarte Gomes da Silveira possuía apenas o chamado “Engenho Velho” e um novo que ainda estaria em fase de construção¹⁹⁰. De acordo com a Relação de Diogo de Campos Moreno, de 1609, Ambrósio Fernandes Brandão possuía dois engenhos na Paraíba, o Engenho Inobi e o Engenho do Meio. Na Relação de José Israel da Costa, de 1623, que será analisada a seguir, a esses dois engenhos de Brandão na Paraíba, foi acrescentado o Engenho Gargaú. Por sua vez, no Relatório de Carpentier, já sem designação nominal a Ambrósio Fernandes Brandão, aparecem o Engenho do Meio “pertencente a um português”; o Engenho Gargaú como pertencente a Jorge Lopes Brandão e o Engenho Inobi como tendo Luis Brandão como proprietário¹⁹¹. Ambos, filhos de Ambrósio Fernandes Brandão, haviam abandonado a Paraíba.

Não há como afirmar, de forma terminante, que o pleito movido contra Duarte Gomes da Silveira estava relacionado com a reclamação apresentada na Corte, em 1604, por Ambrósio Fernandes Brandão. Mas esse poderia ter sido um caminho possível tendo em vista que, até a chegada dos holandeses à Paraíba, não houve nenhuma dúvida com relação à quantidade de engenhos que possuía a família Brandão na Capitania, diferentemente do que aconteceu com as propriedades de Duarte Gomes da Silveira. Em 1634, com a invasão holandesa à Capitania da Paraíba, Silveira inicialmente foi preso por ter participado do movimento de resistência, mas logo aderiu ao domínio holandês, certamente por ter avaliado os danos que resultariam o abandono de suas terras e propriedades¹⁹².

A atitude de Duarte Gomes da Silveira em relação à construção do suposto novo engenho não era nada incomum à época, como vemos a partir do relatório de Domingos de Abreu e Brito, escrito em 1590. Domingos de Abreu e Brito realizou um detalhado sumário acerca de questões fazendárias e sobre os direitos da Monarquia, denunciando as fraudes que encontrou nas capitanias do Estado do Brasil. Engano, conluio, crime, devassidão, dano,

¹⁸⁹ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 7.

¹⁹⁰ CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 2 - Administração da Conquista*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 49.

¹⁹¹ CARPENTIER, Idem.

¹⁹² MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Reprodução da edição de 1912. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, p. 166.

injustiça, usurpação, furto, sonegação, traição - são algumas das palavras utilizadas pelo funcionário régio para explicar o cotidiano que encontrou nas partes do Brasil. Tanto o açúcar, quanto o pau-brasil, eram alvos de contrabando, bem como tudo aquilo que se exportava. Explicava Domingos que esse era “costume dos donos de engenho de venderem os tais açúcares em segredo, fazendo concerto com os tais mercadores que lhe comprem os ditos açúcares e lhos dão foros de direitos¹⁹³”. O magistrado relatou ainda que os funcionários da justiça eram facilmente corrompidos pelos comerciantes e recomendava:

“[...] e assi devia V. M. de mandar devaçar dos feitos que os mercadores tirão entre si por cabeça pera taparem os olhos ao provedor-mor e pequeno, e ao ouvidor geral donde naçe a confusão que ha na fazenda e as sem justiça que as partes recebem. [...] e assi devia V. M. de mandar aos almoxarifes que forem e ao diante vierem que as paguas que fizere aos soldados assi na çidade da Paraiba como nas partes donde ouver presidio que sejam em dinheiro¹⁹⁴”.

Brandônio, em uma passagem da obra *Diálogo das Grandezas do Brasil*, redigia sua crítica aos maus costumes da época destacando que “todos os moradores deste Estado, nas Capitanias onde moram, são liados uns aos outros por parentesco ou amizade¹⁹⁵”. Como bem explicou Adriana Romeiro, a acepção do verbete “corrupção” enquanto processo de degradação política era apenas um dos tantos significados que a palavra abarcava durante a Idade Moderna. A autora em sua obra buscou discutir o sentido operacional e a aplicabilidade do termo para o mundo ibérico e para o caso do Brasil¹⁹⁶. Conceitos como “fraude” e “sonegação”, se coadunavam com o espírito moral de uma época em que ser “honrado” tinha uma valoração social distinta, visto que estava diretamente vinculado ao sucesso econômico.

Finalizando a Relação de Diogo de Campos Moreno, encontramos menção aos dois engenhos, já mencionados, de Ambrósio Fernandes Brandão. Em livro recentemente

¹⁹³ BRITO, Domingos de Abreu e. *Sumario e descripção do reino de Angola e do descobrimento da ilha de Loanda e da grandeza das capitãias do Estado do Brasil* (1592). Publicação revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 60-61.

¹⁹⁴ BRITO, Domingos de Abreu e. *Sumario e descripção do reino de Angola...* Idem, 1931, p. 77-78.

¹⁹⁵ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 78.

¹⁹⁶ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

publicado que participamos como colaboradora, o historiador espanhol José Manuel Santos parece ter definitivamente solucionado a autoria do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, que já havia sido aventada por nomes como Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e José Antonio Gonsalves de Mello¹⁹⁷. Brandão, português, cristão-novo, nascido provavelmente em 1555, viveu cerca de 25 anos no Brasil. Além de escritor, mercador e cobrador de dízimos, foi um dos comandantes da expedição de conquista da Paraíba, onde acabou por fixar residência. Utilizando-se da própria obra que fornece algumas informações biográficas, e com o acréscimo de fontes documentais, podemos chegar a algumas conclusões sobre sua identidade.

A mais antiga menção à Brandão advém de uma Carta de Mercê, de 1581, outorgada por D. Sebastião em que lhe concedia o cargo de escrivão da feitoria de Malaca e também o de “apuntador” das obras das fortificações do local¹⁹⁸. Entre os anos de 1583 e 1587, Ambrósio Fernandes Brandão residia em Olinda, sendo, inicialmente, feitor da cobrança do dízimo do açúcar, então arrendada ao negociante português Bento Dias de Santiago. Em 1591, Ambrósio Fernandes Brandão, e Nuno Alvares, também feitor de Santiago, foram denunciados, “acusados de frequentarem a esnoga de Camaragibe, blasfemos e hereges, que trabalhavam e faziam trabalhar aos domingos e dias santos”, pelo padre Francisco Pinto Doutel, vigário de São Lourenço, perante a mesa do Santo Ofício¹⁹⁹. Em 1595, Brandão aparece mencionado outra vez nas Denúncias, dessa vez de Pernambuco como testemunha de Bento Teixeira²⁰⁰. Entre os anos de 1592 e 1596, Brandão atuou como negociante com os donos de barcos em Pernambuco. Em 1597, exportava diretamente seu açúcar para Lisboa. Nesse mesmo ano, provavelmente viajou para o Reino para provar “diante dos senhores governadores” que as partes do Brasil eram mais ricas e davam mais rendimento para a Fazenda real do que “todas essas Índias Orientais²⁰¹”. Entre 1597 e 1607, já em Lisboa, ocupou o cargo de Tesoureiro-geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, situação que o colocou em contato com as mais altas autoridades da Monarquia²⁰². Entre 1607 e 1618,

¹⁹⁷ SANTOS PÉREZ, José Manuel. *Diálogo de las grandezas de Brasil*. Edición crítica, traducción y notas. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2018.

¹⁹⁸ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, L. 2, f. 73v. Documento citado por José Manuel Santos. SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor). *Diálogo de las grandezas de Brasil*. Edición crítica, traducción y notas. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019, p. 34.

¹⁹⁹ MENDONÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1593*. São Paulo: Editora Paulo Prado, 1925, p. 518-520.

²⁰⁰ ANTT, Cartório da Inquisição de Lisboa, Processo 5206, f. 57-58.

²⁰¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 156.

²⁰² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1988, p. 27.

período que coincide com a visita de Diogo de Campos Moreno, foi morador da Paraíba onde possuía dois engenhos. Vinte e dois anos antes, na mesma região da Paraíba, Brandão esteve envolvido em atividades militares, participando como capitão da brigada de mercadores da expedição comandada por Martim Leitão, para conquista da região da Paraíba, como se verá a seguir. Quando da invasão holandesa, Brandão já não era vivo. Os seus herdeiros emigraram e a Companhia das Índias Ocidentais confiscou os seus, posteriormente, três engenhos da Paraíba, mais outro de Pernambuco, vendendo-os, posteriormente, ao comerciante Isaac de Rasière²⁰³.

É interessante mencionar a forma com que Brandão, em sua crônica, retratava esse coletivo de homens que atuaram no Brasil dos primeiros tempos, sublinhando a importância da economia do dom e das mercês em relação aos serviços militares prestados à época. Replicando o personagem Alviano que dizia que aos primeiros povoadores do Brasil lhes faltava nobreza, explicava Brandão:

“Mas deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimo termo, com se ajuntarem a isto o haver vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele, e se liaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre²⁰⁴.”

²⁰³ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 78–79.

²⁰⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 172.

RELAÇÃO DE JOSÉ ISRAEL DA COSTA (1623) ²⁰⁵		
ENGENHOS DA PARAÍBA		
PROPRIETÁRIO	ENGENHO	ANO
Manuel Quaresma Carneiro	Engenho Tibiri de Baixo	1623
Domingos Fernandes	Engenho Tibiri de Cima	1623
Francisco Camelo de Valcácer	Engenho Três Reis	1623
Manuel Pires Correia	Engenho Espírito Santo	1623
Duarte Gomes da Silveira	Engenho Santo Antonio	1623
Francisco Álvares Romão	Engenho Santiago Maior	1623
Domingos Carneiro Sanches	Engenho Barreiras	1623
Pedro Cadena	Engenho São João Batista	1623
Francisco Álvares Silveira	Engenho Miriri	1623
Juan Rabelo de Lima	Engenho Santo André	1623
André da Rocha	Engenho Nossa Senhora de Guadalupe	1623
João do Souto	Engenho Santa Luzia	1623
Antonio Pinto de Mendonça	Engenho São Gonçalo	1623
“padre Faria”	Engenho São Francisco	1623
Ambrósio Fernandes Brandão	Engenho Gargaú Engenho do Meio Engenho Inobi	1623

TABELA 11

Outro documento importante para compreender o cenário da economia açucareira da região é a “Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba”²⁰⁶, redigida por José Israel da Costa, em 1636, no entanto, contendo informações relativas ao ano de 1623. O relatório de José Israel, dirigido aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, diferentemente do Relatório de Diogo de Campos Moreno, não especificava a localização e a denominação de cada engenho, preocupava-se mais com a produção de cada fábrica, complementando as informações com os nomes dos proprietários das instalações.

Como os engenhos não eram determinados no relatório e, alguns proprietários possuíam mais de uma fábrica em uma mesma região, o quadro apresentado pode suscitar equívocos. Dentre os proprietários que eram senhores de engenho da Paraíba que foram

²⁰⁵ COSTA, José Israel da. Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil holandês: a economia açucareira*. Vol 1. Recife: CEPE, 2004.

²⁰⁶ COSTA, José Israel da. Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil holandês: a economia açucareira*. Vol 1. Recife: CEPE, 2004.

mencionados por José Israel da Costa, encontramos o lusitano Manuel Quaresma Carneiro. Carneiro, que atuou como Capitão na Capitania da Paraíba, era proprietário do Engenho Tibiri de Baixo, desde pelo menos 1618. O português abandonou a região da Paraíba quando da invasão holandesa ao território. Em 7 de julho de 1640, encontra-se uma consulta do Conselho da Fazenda a Filipe III acerca de um requerimento de Manuel Quaresma Carneiro, então nomeado para Governador de São Tomé. Quaresma solicitava “ajuda de custo para sua embarcação como tem feito aos mais, q tem ido aquella ilha”, tal como havia sucedido com seus antecessores explicando que “havia servido V. M. vinte y quatro annos nas armadas de Portugal, em Flandes, e na India [...] e Brazil²⁰⁷”. Em novembro do mesmo ano, Manuel Quaresma Carneiro, que já se encontrava, solicitava munições e armamentos, diante da ameaça holandesa àquela praça²⁰⁸.

Domingos Fernandes é outro nome que aparece na relação de José Israel da Costa, como proprietário, em 1623, do Engenho Tibiri de Cima, situado à margem direita do rio Tibiri. Conforme a Relação de Diogo de Campos Moreno, o mesmo engenho pertenceu anteriormente, a João da Paz, cristão-novo ligado às redes europeias de comércio. Domingos Fernandes participou das primeiras campanhas pela conquista da Paraíba, sendo nomeado, em 12 de dezembro de 1580, “Feitor da armada e negoceo e povoação da conquista da Paraíba”²⁰⁹. Três anos depois, Domingos Fernandes foi nomeado Tesoureiro dos defuntos da Capitania do Espírito Santo²¹⁰.

Outro proprietário de engenho na Paraíba arrolado na Relação de José Israel da Costa foi Francisco Camelo de Valcácer. Valcácer era filho de Jorge Camelo, que aparece na Relação de Campos Moreno como proprietário do Engenho Três Reis, localizado na margem direita do rio Tibiri. Valcácer havia sido Ouvidor na Capitania da Paraíba, entre os anos de 1605 e 1607, e foi, segundo Evaldo Cabral de Mello, o quarto maior devedor, na região, da Companhia das Índias Ocidentais²¹¹. Valcácer parece ter sido mais um daqueles casos de colaboracionismo eventual com os holandeses. O proprietário encabeçava a lista de eleitores que estariam habilitados para selecionar escabinos na Capitania da Paraíba durante o período

²⁰⁷ AHU_CU_SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Cx. 2, D. 150.

²⁰⁸ AHU_CU_SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Cx. 2, D. 154.

²⁰⁹ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, L. 45, f. 217.

²¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I. Doações, L. 7, f. 31.

²¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 31.

holandês²¹², o que demonstra sua inserção da nova estrutura de poder local. Findado o período holandês, encontra-se um requerimento de Valcácer, de maio de 1666, solicitando o hábito de Cristo com tenças efetivas e o provimento em uma das capitanias do Estado do Brasil, como benesse devido aos serviços prestados na guerra contra os holandeses²¹³.

Manuel Pires Correia, como consta na Relação de José Israel da Costa, ou Manoel Perez Correa, como aparece em algumas crônicas²¹⁴, era proprietário do Engenho Espírito Santo. Em 1595, Manuel Pires recebeu o alvará de Provedor dos defuntos da Capitania de Paraíba²¹⁵. Em 1626, Pires Correia era Capitão do Forte do Varadouro²¹⁶. Com a conquista da Paraíba pelos holandeses, Manuel Pires retirou-se da Capitania. Em 1638, o ex-capitão recebeu a nomeação para a governação da Capitania da Paraíba, mas acabou não assumindo o cargo²¹⁷. Duarte Gomes da Silveira é o primeiro nome de proprietário que aparece em ambas as Relações. Na Relação de José Israel da Costa, Silveira aparece como proprietário de dois engenhos na Paraíba. Gomes da Silveira fez parte do coletivo de senhores de engenho que acabaram permanecendo na Capitania da Paraíba quando da invasão holandesa, talvez por conta dos tantos investimentos que havia feito na região, como já visto. Diferentemente do que aconteceu com Francisco Camelo de Valcácer, Duarte Gomes da Silveira não encontrou rapidamente espaço entre os eleitores na Câmara de escabinos, mas logo se fez notar frente aos mais poderosos holandeses. Silveira, então com 85 anos, assim foi mencionado por Barléu: “distinguia-se pela sua dignidade e riqueza²¹⁸”.

Francisco Álvares Romão aparece mencionado na Relação de José Israel da Costa como outro proprietário de engenho na Capitania da Paraíba. Além da informação de que Romão seria o proprietário do Engenho Santiago Maior, não foi possível encontrar, sobre ele, nenhuma outra menção. Outro senhor de engenho mencionado no documento foi Domingos Carneiro Sanches, proprietário do Engenho Barreiras (Tibiri). Domingos Carneiro possivelmente seria herdeiro de Gaspar Carneiro, que era proprietário do mesmo engenho no

²¹² NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese apresentada ao Programa de PPGH da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008, p. 223.

²¹³ AHU_CU_015, Cx. 8, D. 794.

²¹⁴ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 162.

²¹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I. Doações, L. 31, f. 46v

²¹⁶ ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 25, f. 389v

²¹⁷ ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 36, f. 49.

²¹⁸ Barléu, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 127.

ano de 1609²¹⁹. Às vésperas da invasão holandesa, Carneiro havia vendido um dos partidos de cana ao mosteiro de São Bento da Paraíba. Posteriormente, este proprietário abandonou o território indo residir em Portugal²²⁰.

Pedro Cadena aparece na Relação de José Israel da Costa como proprietário do Engenho São João Batista. Quando da redação do relatório, Cadena era o Escrivão da Alfândega e Almoxarifado da Capitania da Paraíba, já com diversos cargos acumulados entre as Capitanias de Pernambuco e da Paraíba. Em 1621, encontra-se Pedro Cadena solicitando quatro léguas de terras próximas ao rio Gurinhém, afluente da margem esquerda do rio Paraíba, “donde podesse tirar madeiras para caixarias e outras ordinárias, que se gastavam em dito engenho²²¹”. Durante o período holandês, o engenho passou a ser gerido pelo seu irmão, Geronimo Cadena, que, em 1629, também acabou herdando o cargo de Escrivão da Fazenda, Alfândega e Almoxarifado²²², pertencente ao seu irmão. É interessante mencionar que, por essa mesma época, Pedro Cadena redigiu sua *Discripcion de la Prouincia del Brasil* que apresentava dados detalhados sobre as Capitanias do Estado do Brasil. Sobre a Paraíba, mencionava ele que esta, em 1629, possuía 24 engenhos e quem em seu porto “cargan en el treynta navios cada año para Portugal”. Afirma, ainda, sobre a produção açucareira que “*puedenser fabricar cada año dos navios de 300 toneladas cada uno sin hacer daño a los Ingenios*²²³”.

Francisco Álvares da Silveira é outro nome que aparece, na Relação de 1623, como sendo proprietário do Engenho Miriri. O engenho de Silveira é mencionado, em 1637 e 1639, como “arruinado”, com seus “canaviais incultos”. Conforme Evaldo Cabral de Mello, Silveira era devedor de 555 florins à Companhia das Índias²²⁴.

O Santo André é um outro engenho mencionado na Relação de José Israel da Costa. O engenho pertenceu ao castelhano Juan Rabelo de Lima, que havia sido governante da Capitania da Paraíba entre os anos de 1612 e 1616. Em 1609, Lopo do Barco era o

²¹⁹ JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893, p. 7.

²²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandeses*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 84.

²²¹ JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893, p. 6.

²²² ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 17, f. 333.

²²³ *Discripcion de la Provincia del Brasil a Don Carlos de Aragon y Borja Duque de Villahermosa conde de Ficalho del consejo de estado de Su Magestad su gentil hombre de camara Veedor de hacienda y presidente del consejo supremo de Portugal*. BNE, Manuscrito 3015, f. 3.

²²⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandeses*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 90.

proprietário do Engenho Santo André. Com a invasão holandesa e a ausência de Rabelo de Lima, o engenho fora confiscado e vendido a Jorgem Homem Pinto, seu cunhado²²⁵. André da Rocha é outro nome destacado na Relação de 1623. Provavelmente seu engenho se chamava Nossa Senhora de Guadalupe, e era localizado na margem esquerda do rio Paraíba. Com a sua morte, o engenho passou a ser comandado pela viúva Brásia Rodrigues que permaneceu no território quando da ocupação holandesa²²⁶. João do Souto foi outro proprietário arrolado na Relação de 1623. Souto, proprietário do Engenho Santa Luzia, permaneceu na Capitania com a chegada dos holandeses. Contudo, em 1638, acabou sendo preso sob acusação de haver participado de uma conjuração contra os holandeses²²⁷.

Antônio Pinto de Mendonça que havia ocupado, em 1621, o cargo de Tabelião na Capitania da Paraíba, foi outro proprietário mencionado por José Israel da Costa. Mendonça era senhor do Engenho São Gonçalo, localizado à margem esquerda do rio Paraíba. Este proprietário permaneceu no território quando do domínio holandês²²⁸. Um certo “padre Faria” também consta na Relação de 1623 como sendo proprietário do Engenho São Francisco, localizado à margem esquerda do Paraíba²²⁹. Outro senhor de engenho mencionado no Relatório de José Israel da Costa foi Ambrósio Fernandes Brandão, possuindo três engenhos na Capitania da Paraíba. Possivelmente, por essa época, Brandão já estivesse morto, tendo os seus engenhos passados aos cuidados dos seus herdeiros. Segundo José Manuel Santos, essa é provavelmente “*la última de las evidencias documentales relacionadas con el autor más probable del Diálogo*”²³⁰.

Mesmo fora da cronologia aqui adotada, é interessante mencionar a trajetória de Jorge Homem Pinto. Nascido na Ilha da Madeira, filho de Lourenço Homem Pinto, estribeiro de D. Henrique, iniciou sua carreira na Capitania da Paraíba como Alferes do Forte de Cabedelo, em 1613²³¹. Possivelmente quando da elaboração da Relação de José Israel da Costa, Jorge

²²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 85.

²²⁶ MELLO, 2012, p. 87.

²²⁷ Barléu, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 127.

²²⁸ PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, p. 226.

²²⁹ MELLO, 2012, p. 88.

²³⁰ SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor.); BRITO, Sylvia B. R. de. (Colaboradora). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019, p. 41.

²³¹ MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Cartas para Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 198.

Homem Pinto já ocupava o cargo de Provedor e contador da Fazenda da Paraíba. Posteriormente, Pinto recebeu como mercê a “capitania da fortaleza do Rio Grande”, além de uma das comendas da Ordem de Cristo²³². Homem Pinto era cunhado do ex-governante da Paraíba, Juan Rabelo de Lima. Com a ocupação do território pelos holandeses, Juan Rabelo de Lima abandonou a região. O seu engenho, então, acabou sendo confiscado e vendido a Jorgem Homem Pinto. Mas certamente, Pinto já atuava como feitor do engenho de Juan Rabelo de Lima que já não mais morava na região da Paraíba. Originalmente, Pinto possuía apenas o Engenho Tibiri de Cima. Contudo, após a ocupação holandesa, ele acabou adquirindo, pelo menos, mais quatro engenhos apenas na Capitania da Paraíba, a saber: Engenho Tibiri de Baixo, Engenho Santo Antonio, Engenho Santo André e Engenho Nossa Senhora da Guadalupe. Jorge Homem Pinto foi considerado como detentor de uma das maiores dívidas para com a Companhia das Índias Ocidentais²³³. José Antônio Gonsalves organizou a lista dos mais devedores luso-brasileiros da Companhia das Índias Ocidentais, nesta ordem: em primeiro lugar, encontrava-se Jorge Homem Pinto com uma dívida de 1.245.160 florins, em segundo lugar, estava João Fernandes Vieira, com 321.756 florins de dívida e, em terceiro lugar, encontrava-se Geronimo Cadena, com 215.692 florins²³⁴.

O Relatório de Servaes Carpentier (1635) confirma o dado exposto na Memória de Adriaen Verdonck²³⁵ (1630) ao afirmar que a Capitania da Paraíba possuía de 18 a 19 engenhos, dos quais alguns “são movidos a água e outros a boi e todos estão situados no rio Paraíba, sendo que nove ao sul do rio²³⁶”. Antônio de Valadares foi o único proprietário de engenho na Paraíba, que aparecia na Relação de Diogo de Campos Moreno, de 1609, e também é mencionado no “Relatório de Carpentier”, de 1635, e no “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio

²³² ANTT, Livro das Portarias do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, p. 113.

²³³ Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 25. BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 392. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1996, p. 236. XAVIER, Lucia Furquim Werneck. *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2018, p. 139.

²³⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira. Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2000, p. 61-62.

²³⁵ VERDONCK, Adriaen. Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta Cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. 1630. In: GONSALVES DE MELLO, J. A. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia açucareira*. 2. ed. Recife: CEPE, 2004.

²³⁶ CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 2 - Administração da Conquista*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 48. Grifo nosso.

Grande...²³⁷”, de 1638. Valadares aparece como sendo proprietário do Engenho Santo Antônio. Estranhamente, Valadares não aparece mencionado no Relatório de José Israel da Costa, em 1623. Dentre os proprietários luso-brasileiros já aqui mencionados que possuíam engenhos na Capitania da Paraíba e permaneceram no território após a ocupação holandesa, são relacionados: Jorge Homem Pinto, Geronimo Cadena, Francisco Camelo de Valcácer e Duarte Gomes da Silveira.

A fertilidade das várzeas do rio Paraíba sempre foi destacada pelos cronistas contemporâneos. Os engenhos na Capitania da Paraíba foram todos construídos nas várzeas da bacia do rio Paraíba, na região próxima à costa, “por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos²³⁸”. Em seu relatório, destaca Barléu sobre as fábricas da Capitania: “vêm-se tais engenhos suceder-se nas margens setentrional e meridional do Paraíba²³⁹”. Loreto Couto, escrevendo em 1757, destacava que a Capitania da Paraíba “tem húa varzea de mais de quatorze legoas de comprido, e de largo quaze tres mil braças, toda retalhada de esteyros, e copiosos rios de agua doce, povoada de quintas, e engenhos reaes, para os quaes dão os mangues do salgado muita lenha para se cozer o assucar²⁴⁰”. Como a indústria açucareira era uma atividade cujo produto era destinado à exportação, era importante que as plantações e os engenhos estivessem localizados próximos aos locais de escoamento da produção. A rapidez para o embarque e o transporte marítimo do açúcar era crucial²⁴¹. Portanto, as várzeas do Rio Paraíba particularmente férteis e a boa ligação com o “braço de mar” ou o rio que se comunicava com o mar - como diziam os antigos - facilitavam o despacho da produção.

Através da rica iconografia holandesa produzida sobre o Brasil, no decorrer do século XVII, é possível perceber a evolução do preenchimento territorial da Capitania da Paraíba.

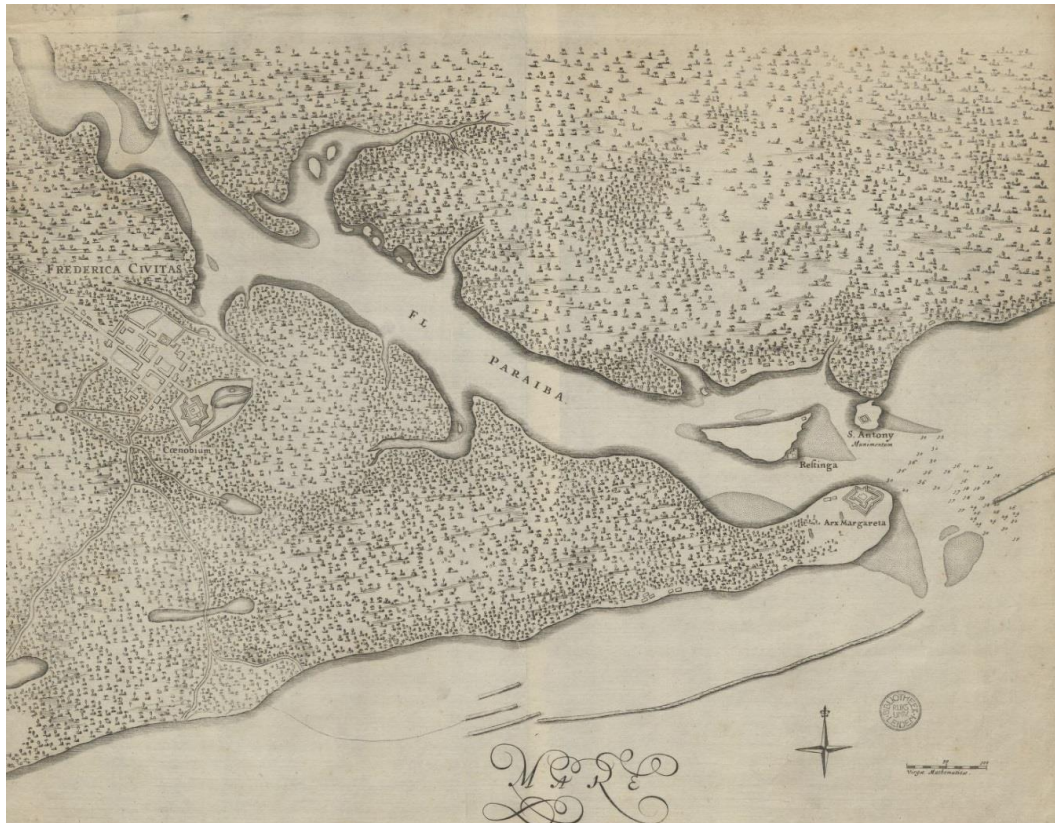
²³⁷ BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande situadas na parte septentrional do Brazil. (1638). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. N. 34. Recife: Typographia Universal, 1887, p. 139-196.

²³⁸ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 66.

²³⁹ Barléu, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 94.

²⁴⁰ COUTO, Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*. 1757. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 24.

²⁴¹ SCHWARTZ, Stuart. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *Historia de América Latina*. 3. *América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 193.



MAPA 19
 Estuário do Rio Paraíba²⁴²
 "Frederica Civitas". Joan Blaeu, 1647
 Universiteitsbibliotheek Leiden.

²⁴² UBL. "Frederica Civitas". Joan Blaeu, 1647. Casparis Barlaei Rerum Per Octennium In Brasilia Et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauriti Nassoviae, Comitis Nunc Vesaliae & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Auriaco Ductoris, Historia.



MAPA 20

Detalhe do Rio Paraíba e da Cidade de Frederica²⁴³ (Filipeia)
 “Afbeelding der stadt en fortessen van Parayba”. Visscher, 1634²⁴⁴.
 Universiteitsbibliotheek Leiden.

Sem adentrar nas questões da açucarcocracia que envolveram os senhores de engenho que se retiraram para a Bahia quando da invasão holandesa, e, posteriormente, regressaram à região para recuperar suas propriedades, podemos retroceder aos anos iniciais da ocupação. Percebe-se que existiam os moradores que tinham vindo de Portugal já com certo aporte financeiro para poder usufruir e investir no território, explorando as oportunidades que dele advinham, como foi o caso de João Nunes Correia que, inclusive, usou de seu prestígio econômico e influência para se livrar das denúncias que foram acumuladas contra ele. Havia, também, os colonos já nascidos na terra, que podiam ser comerciantes ou familiares de antigos moradores da região. No entanto, como afirma Nestor Goulart, ambos os grupos participaram, em maior ou menor grau, das atividades comerciais e foram, de alguma forma,

²⁴³ UBL. "Afbeelding der stadt en fortessen van Parayba". Visscher, 1688. A map of the mouth of the river Paraíba showing the forts of Saint Antoine and Santa Catharina and the Dutch encampments during their siege of Paraíba from 4 to 19 December 1634 resulting in the surrender of the town to the Dutch West India Company. Oriented with north to top.

²⁴⁴ O mapa faz referência à região da Paraíba no ano de 1634, no entanto, foi publicado no ano de 1688.

comerciantes²⁴⁵. O núcleo inicial dos moradores da Paraíba era de homens vindos das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá e a influência política desse grupo não demorou a aparecer, especialmente, quando da criação da Câmara de Filipeia, como veremos mais adiante.

Nesse mesmo lapso temporal, a região da Paraíba, bem como a da Bahia, de Itamaracá e, sobretudo, de Pernambuco²⁴⁶, recebeu inúmeros emigrantes vindos do noroeste de Portugal²⁴⁷. A escolha pelo Nordeste certamente se deveria ao fato daquela região ser, então, o centro da atividade econômica na colônia, o que também atraía uma boa parcela de comerciantes com raízes judaicas²⁴⁸. Um dos picos da emigração às partes do Brasil coincide com os primeiros anos da união dinástica²⁴⁹, o que nos leva a imaginar que isso pode estar relacionado com o posicionamento da dinastia filipina em face à ampliação do seu território, bem como a proteção da área litorânea, que era constantemente ameaçada por corsários. Os casos particulares desses personagens, citados anteriormente, demonstram o alargamento das redes de circulação em diferentes partes da Monarquia durante os anos da dinastia filipina.

2. Trajetórias políticas

2.1. Filipeia: homens de governança e arsenal de interesses

A concepção do Estado em sua interpretação moderna como parte de um corpo político é um triunfo do século XVI. No dicionário de Covarrubias, *Tesoro de la lengua castellana*, de 1611, podemos encontrar o verbete “Estado” como sendo a demonstração de uma sociedade ordenada que preza por limite: “*se toma por el gobierno de la persona Real, y*

²⁴⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 51.

²⁴⁶ Sobre o caso de Pernambuco no período filipino, ver: SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. *Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Recife: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

²⁴⁷ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Ritmos e destinos de emigração”. In Bethencourt e K. Chauduri. *Histórias da expansão portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores e Letras, 1998c, p. 118.

²⁴⁸ FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil. Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas, EDUSP, 2008, p. 99.

²⁴⁹ SERRÃO, Joel. “Conspecto histórico da emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. VIII, n. 32, 1970, p. 601.

*de su Reyno, para su conservacion, reputacion y aumento*²⁵⁰”. Podemos perceber uma alusão direta ao conceito de razão de Estado idealizado por João Botero que, de forma geral, alertava que a vontade política coletiva deveria se sobrepor sempre ao interesse particular. A virtude do governante retrataria a boa conduta deste para com os seus súditos, aliados e inimigos. A contenção moral e o exemplo seriam necessários para o agir político. Filipe II, em muitas de suas instruções, afirmava que se corrigiria a partir do exemplo: “*procurarlos castigar con Rigor para que con este exemplo se corrigiese el atrevimiento que otros podrian tener de hazer cosas semejantes*”²⁵¹. O exemplo, portanto, teria uma finalidade pedagógica.

A ideia de que a sociedade se alinhava como um organismo místico, em que cada membro tinha uma função hierarquizada, e estava sempre ligada à cabeça do Rei, incide numa reinterpretação da filosofia escolástica. O soberano, cabeça do corpo político, deveria governar pelo todo (clero, nobreza e povo) com o intuito de conservar o indispensável equilíbrio. A Monarquia Hispânica se utilizava de princípios teológicos para respaldar e legitimar suas ações. Todo poder emanaria de Deus, mas na adaptação feita pelos ibéricos, caberia ao povo, através do pacto de sujeição, realizar este trabalho. Todos os súditos seriam também responsáveis pelos rumos do Reino. A utilização da metáfora do corpo místico, tantas vezes repetida, foi inspirada em São Paulo, na primeira epístola aos Coríntios:

“Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo [...]. Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos. [...] Mas Deus dispôs os membros, colocando cada um deles no corpo, como lhe aprouve. Se todos, porém, fossem um só membro, onde estaria o corpo? O certo é que há muitos membros, mas um só corpo”²⁵².

O problema da sucessão dinástica não representou nenhuma arbitrariedade com relação aos estatutos jurídicos vigentes nem à teoria política da época. A União Ibérica, embora não tivesse tido a concordância de parte dos portugueses, representava a ideologia

²⁵⁰ DE COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian. *Tesoro de la lengua Castellana, o Española. Compuesto por el licenciado Don Sebastian de Cobarruias Orozco, capellan de su Magestad*. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey NS., 1611, p. 382.

²⁵¹ AGI, Patronato 33, N. 3, R. 5, f. 3.

²⁵² BÍBLIA, I Coríntios.

política de uma época e não constituía uma anomalia a teoria do corpo político do Rei²⁵³. Para o pensamento contra reformista que vigorava na Península Ibérica no século XVII, formulado, sobretudo, por João Botero e Francisco Suárez, o poder havia sido dado primeiramente ao povo por direito natural, quando ocorreria, posteriormente, a transferência em favor do Rei, de forma a conduzir o corpo orgânico para o bem comum. Porquanto, para que o bem comum fosse efetuado, seria necessária não apenas a virtude do Rei, mas também dos seus vassalos; “para a qual o rei deve trabalhar apontando o objetivo coletivo e evitando, assim, que os súditos sigam apenas os próprios interesses²⁵⁴”.

João Adolfo Hansen dialoga com a doutrina de Francisco Suárez, no que diz respeito à funcionalidade dos estamentos sociais. Segundo Suárez, haveria uma subordinação da comunidade para com o Rei, um pacto de sujeição ou contrato social, no qual os vassalos abdicariam do seu poder em favor da Coroa, “alienando-o na pessoa simbólica do rei e declarando-se súdita (“submetida”)”. O Rei, por ser iluminado pela graça divina, seria a cabeça do corpo místico, segundo as doutrinas neo-escolásticas. O corpo em união, com suas inúmeras partes e funções específicas, representava a ordenação divina atuando em proveito do bem comum. A desigualdade, portanto, seria necessária e natural, “que cada um deve necessariamente contentar-se com a sorte que lhe cabe na hierarquia²⁵⁵”.

Dentre as três principais estratégias referentes à administração dos Estados - fundação, aumento e conservação - João Botero considerava esta última a mais importante. Sendo assim, era extremamente necessária a união do corpo político personificada pela concórdia entre os membros²⁵⁶. A autoridade política teria sido instituída por direito humano, em um pacto de submissão dos vassalos para com o rei. Mas esse pacto de sujeição não eximia o rei de suas obrigações. Para Botero, a primeira maneira de fazer bem aos súditos seria conservar e assegurar a cada um o que é seu. A discórdia acarretaria quase sempre em injustiça. Logo, justiça seria “pôr ordem nas Cidades e manter em paz e tranquilidade a comunidade dos homens, que a Justiça nelas se implante e seja exercida²⁵⁷”.

²⁵³ CAMARGO, Maicon da Silva. “Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640)”. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 192-208, Dez. 2016. p. 197.

²⁵⁴ SANTANA, Débora Galvão de. A noção de bem comum e a legitimação do poder (Portugal – século XV). In: NOGUEIRA, Carlos (org.). *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 148.

²⁵⁵ HANSEN, João Adolfo. Padre Antônio Vieira. Sermões. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999, p. 29-30.

²⁵⁶ BOTERO, João. *Da razão de Estado*. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução de Luís Reis Torgal. 1 ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 12-14.

²⁵⁷ BOTERO, Idem, p. 19.

Para Pedro Cardim, João Botero trouxe a expressão “razão de Estado” para o centro do debate político, contribuindo “*en la compatibilización entre la ‘política católica’ y el ‘interés’*”²⁵⁸. Sobre essa questão, António Manuel Hespanha escreveu que o modelo castelhano havia trazido algumas novidades. O Reino seria representado enquanto corpo político “dotado de uma cabeça (capital) e de extensões territoriais”, o que asseguraria o controle de todo o corpo²⁵⁹. Essa se tornaria a prática de comunicação da Monarquia com suas periferias. Como escreveu Fernando Bouza, o grande debate do período filipino em Portugal foi a “correcta articulação entre o serviço ao Rei e o serviço ao Reino”²⁶⁰.

O novo estatuto político estabelecido nas Cortes de Tomar, em 1581, reconheceu Filipe II como “Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa señor de Guine da conquista navegação comercio de Etiopia, Arabia, Persia e da India”²⁶¹. Isso significaria a preservação das instituições próprias de cada região, de modo que Portugal “poderia continuar a ser um reino de per si, como então se dizia”²⁶². A diferença jurisdicional dos distintos territórios que reconheciam e compunham a Monarquia Universal seria, portanto, resguardada. O acordo condicionava o respeito à organização jurídico-administrativa também em relação à concessão de ofícios aos portugueses:

“El Rey Dom Phelippe nosso sñor, segundo de Castella e primeiro deste nome neste Reino de Portugal, ordenou nas cortes de Thomár em Abril de 1581 que estando S. Magestade ou seus sucessores fora do dito Reino de Portugal, em qualquer parte que fosse, trarião sempre consigo hua pessoa Ecleciastica, e hum Veedor da fazenda, e hum secretario, e hum chacerel mór, e dous desembargadores do Paço, dous Escriuães da fazenda, e dous da Camara. Os quaes todos serão Portugueses, e os despachos que se fizerem serão em lingoagem Portuguesa. E quando S. Magestade ou seus sucessores vierem a Portugal, virá com elles o mesmo concelho e

²⁵⁸ CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Universidade de Valladolid, 2014, p. 148.

²⁵⁹ HESPANHA, António Manuel. “O governo dos Áustria e a ‘modernização’ da constituição política portuguesa”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro, 1989, p. 53.

²⁶⁰ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 24.

²⁶¹ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1487, Doc. 1, f. 3.

²⁶² BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cartas para duas infantas meninas. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 19.

officiaes, e seruirão, alem dos outros dos mesmos officios, que hade aver no Reino para seu governo²⁶³”.

No entanto, a realidade, frequentemente, impunha diferentes resoluções. Esse regramento legal nem sempre foi cumprido, tanto em relação aos cargos serem ocupados apenas por portugueses, quanto à língua a ser utilizada nos despachos régios. Como já visto, na Paraíba durante o Reinado de Filipe II, em relação às questões militares, o Monarca optou por confiar alguns cargos e funções a comandantes espanhóis. A anexação lusitana “como reino herdado, em regime de agregação” conformou uma nova realidade política que seria a conversão de Portugal em um Reino de “monarca ausente²⁶⁴”. Contudo, o problema do “*rey ausente*” não foi uma particularidade da Monarquia dos Habsburgo. Manuel Rivero Rodríguez demonstra que esse foi um problema importante para as monarquias europeias do Antigo Regime, a articulação do Reino principal com cada um dos seus territórios sempre teria sido um desafio: “*es decir, la capacidad de ser soberano de muchos estados y mantener la distinción de ser soberano de cada estado en particular*”²⁶⁵.

A estratégia a ser seguida pelo novo Rei seria efetuar uma composição com a fidalguia portuguesa buscando o que Schaub denominou de “acréscimo de legitimidade²⁶⁶”. Transformar essa articulação política em um conjunto harmônico não foi tarefa fácil. O Contrato de Tomar havia institucionalizado “nichos” administrativos supostamente independentes. Durante todo o período em que vigorou a união dinástica a “referência explícita ou implícita ao pacto inaugural” foi um elemento fundamental para reforçar o compromisso assumido nas Cortes de Tomar, em 1581²⁶⁷.

Os Habsburgo promoveram uma estruturação administrativa com o intuito de adequar o seu quadro de oficiais régios e homens de governança à nova situação. Para o caso do

²⁶³ FALCÃO, Luis de Figueiredo. *Livro en que se contem toda a Fazenda e Real Patrimonio dos Reynos de Portugal, India, Ilhas adjacentes e outras particularidades* (1607). Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 3. Grifos nossos.

²⁶⁴ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 113-114.

²⁶⁵ RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel. “El virreinato en las monarquías hispánica y británica: cortes sin soberano en la Europa moderna”. In: RECIO MORALES, Óscar. *Redes de nación y espacios de poder: la comunidad irlandesa en España y la América española, 1600-1825*. Madrid: Albatros, 2012, p. 55.

²⁶⁶ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 22.

²⁶⁷ Idem.

Estado do Brasil, os capitães-mores e Governadores locais possuíam certa autonomia administrativa e judiciária, como veremos mais adiante. Em teoria, todos os cargos ultramarinos deveriam ser destinados a fidalgos. Mas, na prática, não era isso o que acontecia²⁶⁸. Para governações locais importantes, como era o caso de Pernambuco e do Rio de Janeiro, havia uma patente prevalência de fidalgos. O que não ocorria em outros casos, como o da Capitania da Paraíba. No recorte temporal que utilizamos para este estudo, constatamos que, dos que ocuparam cargos na governança nesta Capitania, oito eram fidalgos, em um total de catorze governantes do período. Foram estes: Frutuoso Barbosa, Feliciano Coelho de Carvalho, Francisco de Sousa Pereira, Francisco Coelho de Carvalho, Juan Rabelo de Lima, Francisco Nunes Marinho de Sá, Affonso da Franca e Antonio de Albuquerque.

Capitão-mor era a designação mais comum para os governantes da Paraíba colonial, embora em alguns documentos apareça o termo “Governador” ou mesmo ambos, como neste caso: “Feliciano Coelho de Carvalho, fidalgo da caza del Rey nosso senhor capitão e governador desta capitania da Paraiba por Sua Magestade²⁶⁹”. Conforme Mafalda Soares e Nuno Monteiro, em alguns casos, ao título de “capitão-mor” era acrescentado o de “governador”. Os autores sugerem que essa complementação foi uma iniciativa dos Habsburgo, talvez como parte desse esforço de instituir uma “racionalização política-administrativa” nos territórios sob seu domínio²⁷⁰.

²⁶⁸ CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 75.

²⁶⁹ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 2. Destaque nosso.

²⁷⁰ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. “Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno G. Monteiro; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da (orgs.). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 201.

GOVERNANTES DA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA	
Alcaides, Capitão-mor e Governadores (1584-1640)	
1 – Francisco de Castrejón: 1584	
2 – João Tavares: 1586-1586	
3 – Francisco de Morales: 1586-1586	
4 – João Tavares: 1586-1588	
5 – Pedro de la Cueva: 1588-1590	
6 – Frutuoso Barbosa: 1588-1591	
7 – André de Albuquerque: 1591-1592	
8 – Feliciano Coelho de Carvalho: 1592-1600	
9 – Francisco de Sousa Pereira: 1600 a 1604	
10 – André de Albuquerque: 1604-1608	
11 – Francisco Coelho de Carvalho: 1609-1612	
12 – Juan Rabelo de Lima: 1612-1616	
13 – Francisco Nunes Marinho Sá: 1617-1619	
14 – João de Brito Correa: 1619-1622	
15 – Affonso da Franca: 1622-1627	
16 – Antonio de Albuquerque: 1627-1634	
17 – Pedro Cadena de Villasanti: 1627 – não assumiu o cargo	
18 – Francisco de Souto Mayor: 1631 – não assumiu o cargo	
19 – Manuel Pires Correia: 1638 – não assumiu o cargo	
20 – Diogo Vieira Ferrete: 1640 – não assumiu o cargo	

TABELA 12

Para entender os primórdios da constituição da Capitania da Paraíba, é preciso compreender o que sucedeu durante a gestão dos seus primeiros governantes, entendendo o protagonismo de figuras como Frutuoso Barbosa, Feliciano Coelho de Carvalho e Francisco Coelho de Carvalho, todos eles enquadrados com a visão política dos Governadores gerais. A frase atribuída a Feliciano Coelho de Carvalho, “el Rey está em Madrid, e Deos em o Ceo²⁷¹”, exemplifica esse espírito. A maior parte dos chamados “homens de governança” que

²⁷¹ Fala do governador da Capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, transcrita em: RELATORIO I. Do que passaraõ os Religiosos Menores na Paraíba sobre as doutrinas dos Indios. 1598. In: JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 66.

foram escolhidos para a Capitania da Paraíba durante a Monarquia dos Habsburgo eram homens com experiência militar, alguns no Reino, outros na colônia.

Já foi detalhado no Capítulo 2 que Francisco de Castrejón havia sido designado alcaide do Forte de *San Phelipe y Sanctiago*, em 1584, com a autoridade que detinha Diego Flores de Valdés como comandante da expedição do Estreito, designado pelo Rei Filipe II. De acordo com o dicionário de Covarrubias, alcaide significaria “*fuera con gente de guarnicion, y con el gouierno del lugar vezino*”²⁷². Na Capitania da Paraíba, os cargos militares e da administração deveriam ser nomeados diretamente pela Monarquia. De acordo com o autor do *Sumário das Armadas*, Castrejón, capitão da infantaria, havia sido escolhido para o cargo por ser homem “de mais confiança que trazia” Diego Flores de Valdés²⁷³. Dificilmente, Valdés indicaria para a alcaidaria alguém que não fosse de sua confiança, mas certamente Castrejón não seria o “de mais confiança”. Vários foram os asturianos selecionados por Valdés para participar da expedição ao Estreito, a exemplo de Juan de Salas, Esteban de las Alas ou Alvaro del Busto, genro de Flores de Valdés. Estes, sim, poderiam ser designados como homens da mais alta confiança do comandante. Castrejón chegou ao Brasil como componente da frota de provisão comandada por Diego de Alcega e, somente ao partir da Bahia com os outros soldados, ficou sob as ordens de Flores de Valdés. O início da povoação desejada não foi constituído devido aos ataques incessantes dos povos nativos. Naquele momento, o território conquistado dizia respeito apenas ao Forte *San Phelipe y Sanctiago*, cenário de rivalidades e tensões. Muitos desses conflitos originaram-se da falta de definição dos limites das atribuições de cada cargo. Para o caso da região da Paraíba, claro está que o pretendido monopólio português para designação dos cargos, como acordado com o Pacto de Tomar, não havia funcionado em sua plenitude.

Após os problemas iniciais já retratados, também, no Capítulo 2, o português João Tavares veio a assumir o cargo de capitão-mor na Capitania da Paraíba. Tavares havia iniciado sua carreira na administração como Escrivão da Câmara e Juiz dos Órfãos na Capitania de Pernambuco²⁷⁴. Entre os anos de 1579 e 1585, João Tavares participou de várias expedições para conquistar o território da Paraíba. Quando a conquista foi efetivada, o

²⁷² DE COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian. *Tesoro de la lengua Castellana, o Española*. Compuesto por el licenciado Don Sebastian de Cobarruias Orozco, capellan de su Magestad. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey NS., 1611, p. 35.

²⁷³ SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 39.

²⁷⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 302.

Ouvidor-geral Martim Leitão o nomeou, de forma interina, para governar a Capitania até que o Rei procedesse a sua nomeação de forma efetiva²⁷⁵. No entanto, o cargo, pouco tempo depois, passou a ser ocupado por Francisco de Morales. Francisco de Morales foi um comandante espanhol que chegou à Paraíba em 1586. Morales portava uma carta régia de outubro de 1585 em que se constava a sua designação para a ocupação de cargo no forte que havia sido recém-construído na região. Morales deveria zelar por sua “defensão e conservação²⁷⁶”. Essa designação de um espanhol como comandante desse novo forte que fora edificado na Paraíba, da mesma forma que ocorrera com o comando da pioneira fortificação que, anteriormente, fora construída pelo general Diego Flores de Valdés na foz do rio Paraíba, demonstra a preocupação da Monarquia Hispânica com a defesa da região, mantendo-a sob seu controle direto, mesmo contrariando as cláusulas que foram estabelecidas no compromisso firmado por Filipe II em Tomar para ocupação exclusivamente por portugueses dos cargos que eram vinculados à administração lusitana. Morales, valendo-se das disposições contidas no Regimento real que trouxera, desconsiderou a decisão de Martim Leitão que havia dado o comando do forte para João Tavares. Ao chegar à Paraíba, o capitão espanhol Morales, conforme a escrita de Frei Vicente do Salvador, “deitou João Tavares fora do forte, e os portugueses”, tendo permanecido na chefia da fortificação até novembro de 1586, quando, temeroso dos Potiguara e dos franceses que haviam chegado na Baía da Traição, conforme a narrativa de Frei Vicente, “largou o forte, e se perdeu e estragou na vila de Olinda até ir para o reino”. Não foi possível reconstruir a trajetória posterior de Francisco de Morales. O comando do forte, possivelmente, passou novamente para João Tavares. Desconhece-se o documento com a designação de João Tavares, mas em 1588 ele já aparece como “capitão da Paraíba²⁷⁷”.

Sob a governança de João Tavares as várzeas do Paraíba já começavam a ser ocupadas e os primeiros engenhos sendo construídos e, na narrativa de Frei Vicente “os moradores mui contentes começaram a plantar as cannas, que nelle se haviam de moer, e a fazer suas roças²⁷⁸”. Ainda em meados de 1588, Frutuoso Barbosa conseguiu assumir o governo da Capitania. Isso se deu após a chegada do espanhol Pedro de la Cueva que havia ido à Corte, como procurador de Barbosa, reivindicar seus direitos ao governo da Capitania. A provisão régia trazida por Cueva determinava que, além da entrega do governo da povoação

²⁷⁵ ANTT, Corpo Chronologico, Parte 1, Maço 112, Doc. 57.

²⁷⁶ ANTT, Corpo Chronologico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3, f. 1v.

²⁷⁷ ANTT, Corpo Chronologico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3, f. 2v.

²⁷⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 343.

a Frutuoso Barbosa, Cueva deveria ficar como o capitão de infantaria de todos os espanhóis que estavam no território²⁷⁹.

Naqueles tempos, raros eram os casos de governantes que não utilizavam os seus cargos para fins de obtenção de lucros ou proveitos pessoais. Frutuoso Barbosa foi um exemplo dessa prática costumeira à época. Os objetivos militares de Barbosa tinham evidentes finalidades comerciais. O português Frutuoso Barbosa era estabelecido como comerciante em Olinda, envolvido com o comércio do pau-brasil. Barbosa fora prejudicado pelo impedimento de retirar a madeira nas terras do rio Paraíba, em virtude do consórcio que unia na região os traficantes franceses e os Potiguara. Por causa disso, desde a década de 1570, Barbosa estava envolvido com as campanhas para a conquista da Paraíba. De fato, pertence a Frutuoso Barbosa o primeiro alvará régio, concedido em 1579²⁸⁰, com a designação para o cargo de “capitão da gente da povoação da Paraíba”. Esse alvará estabelecia uma temporalidade de um período de dez anos para o exercício do cargo, condicionado ao sucesso na conquista do território. No entanto, o alvará devido ao insucesso de Barbosa nas suas tentativas da conquista da terra foi, por conta disso, questionado²⁸¹.

André de Albuquerque sucedeu Frutuoso Barbosa no governo da Capitania. Foi um governador vinculado, por laços familiares, à Capitania de Pernambuco. Albuquerque era cunhado de Duarte Albuquerque Coelho. De acordo com Frei Jaboatão, seu primeiro governo durou de 1591 a 1592²⁸². André de Albuquerque não foi mencionado no *Sumário*, mas Frei Vicente conta que o primeiro (curto) governo de Albuquerque deu-se em substituição a pouca prática de Frutuoso Barbosa, mas “estavam as cousas em tal estado” que o governante não pode remediá-las²⁸³. Em agosto de 1603, há uma carta régia que o designava como capitão-mor da Capitania da Paraíba, cargo que deve ter ocupado até 1608²⁸⁴. Albuquerque foi seguido por Feliciano Coelho de Carvalho, um dos homens fortes da Monarquia dos Habsburgo na Paraíba, “o capitão que em mais largo e arriscado tempo serviu a V. M. nesta

²⁷⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 51.

²⁸⁰ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Livro 12, f. 93v. AHU_CU_014, Códice 112, f. 80-81v.

²⁸¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 112, Doc. 16.

²⁸² JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 74.

²⁸³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 346.

²⁸⁴ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 7, f. 367v. Apud: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil - Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Em Casa de E. & H. Laemmert, 1877.

Capitania²⁸⁵”, conforme afirmava memorial da Câmara da cidade de Filipeia. Feliciano Coelho tinha foro de Fidalgo e, segundo Frei Vicente do Salvador, “se criou de moço em África, bom cavaleiro e de bom conselho²⁸⁶”. Excetuando-se os espanhóis Francisco de Castrejón e Francisco de Morales, em razão do comando que ocuparam nos fortes da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho foi o primeiro capitão-mor da Capitania da Paraíba a não ter ligações diretas com Pernambuco. Provavelmente, Carvalho veio diretamente do Reino, fazendo escala na Capitania de Pernambuco: “em o anno de 1591 de Maio chegou a Pernambuco Feliciano Coelho de Carvalho²⁸⁷”. Para o cronista Ambrósio Fernandes Brandão, Feliciano Coelho de Carvalho foi um dos principais nomes da conquista da Paraíba²⁸⁸.

O capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho possuía uma longa folha de serviços militares, com atuações na bacia amazônica e nas campanhas pela conquista do Rio Grande e do Maranhão. Feliciano Coelho pretendia ser o porta-voz institucional dos interesses da Monarquia na região. O militar português reconhecia a importância que se deveria dar aos indígenas para obter a pacificação e conservação da Capitania da Paraíba. Algo parecido com o modo espanhol de governar. O bom tratamento de “*los naturales de la tierra*” já era algo que estava sendo posto em prática, desde pelo menos 1550, nos territórios da América espanhola. Esse tema estava muito presente nas recomendações enviadas pelo Monarca castelhano para a América. Um exemplo desse estilo castelhano de governação encontra-se na *Instrucción* que tratava sobre o “*servicio de los indios*” enviada, em 1535, a Antonio de Mendonza, *virrey* da *Nueva España*. A *Instrucción* enfatizava a importância de se conservar a amizade com os gentios para que assim a paz perdurasse²⁸⁹. Algum reflexo dessa doutrinação jurídica trasladou-se para o Brasil, como resumidamente assentia, em 1605, o Governador-geral Diogo Botelho em uma carta para o Rei: “o que dizeis que devo mandar ordenar o governo desse gentio na forma que se usa nas Índias de Castela²⁹⁰”.

Ainda sobre Feliciano Coelho de Carvalho, os Governadores locais, sob sua ótica, deveriam ter certa independência administrativa. Feliciano entendia a necessidade de submeter-se às resoluções a serem discutidas na Bahia, mas achava que o poder de decisão, em certas ocasiões, deveria ser do Governador da Capitania. Feliciano Coelho pretendia

²⁸⁵ ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 115, n.º 108, f. 5.

²⁸⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 354.

²⁸⁷ SALVADOR, Idem, p. 354.

²⁸⁸ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 66.

²⁸⁹ AGI, Patronato, 180, R. 70.

²⁹⁰ BA, Códice 51-VII-6, f. 37v.

ampliar o seu domínio político, cuidando não apenas do espectro administrativo, mas também das questões da Justiça. Como já visto, Feliciano Coelho teve problemas tanto com os franciscanos como com os jesuítas na Paraíba – estes últimos tinham, para ele, a pior fama porque na Paraíba “comem tanto da Fazenda de V. M.²⁹¹.” Segundo Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Feliciano Coelho não se dava bem com os religiosos porque estes “lhe usurpavam a jurisdição do seu governo²⁹²”. Contudo, certamente Feliciano Coelho de Carvalho estava seguindo uma recomendação do próprio Rei no que respeita ao zelo com a Fazenda régia e com relação ao não reconhecimento do poder temporal e jurisdicional das ordens religiosas.

Mais um fidalgo foi ordenado capitão-mor da Paraíba: Francisco de Sousa Pereira. A carta de doação foi de março de 1600 e ele deve ter permanecido no cargo por 4 anos²⁹³. Como dito no Capítulo 4, Pereira foi acusado por Diogo Botelho de desobedecer ao Regimento real com relação ao modo de tratar os indígenas. Frei Vicente do Salvador comenta sobre sua participação nos embates sucedidos na Copaoba, mencionando que Pereira sempre havia sido “bom cavalleiro”. O franciscano menciona ainda a participação do capitão-mor na construção do Forte São Sebastião, localizado próximo ao rio Tibiri²⁹⁴. O Forte de São Sebastião foi uma iniciativa do Ouvidor Geral Martim Leitão, no início de 1587 e localizava-se “duas léguas acima da cidade” e tinha a finalidade de proteger a primeira fábrica de açúcar instalada naquelas várzeas, o “engenho de açúcar d’el-rei”, e a aldeia Tabajara de Assento-de-Pássaro²⁹⁵. Outro Fidalgo da Casa Real que foi designado como capitão-mor da Capitania da Paraíba foi Francisco Coelho de Carvalho, filho de Feliciano Coelho de Carvalho. Francisco Coelho governou a Paraíba de 1608 a 1612. Posteriormente, foi o primeiro Governador do Maranhão e do Grão-Pará, entre os anos de 1624 e 1636. O “magistrado²⁹⁶” Francisco Coelho de Carvalho serviu a Monarquia em inúmeras ocasiões, sendo recordada sua atuação contra os ingleses em Portugal e seu governo na Capitania da Paraíba²⁹⁷. O Regimento régio para a governação de Francisco Coelho de Carvalho na Paraíba, datado de 9 de maio de 1609, reforça e resume algumas das principais linhas de

²⁹¹ ANTT, Chancelaria de Filipe II, Doações, Livro 18, f. 335.

²⁹² JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 65.

²⁹³ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 2. f. 146.

²⁹⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 318; p. 324.

²⁹⁵ SUMÁRIO das Armadas (1589). Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 113.

²⁹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 166.

²⁹⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1661, f. 12v.

atuação da política filipina para a América portuguesa. O primeiro tópico, por exemplo, reforça o respeito ao tratamento e a conversão do gentio da terra:

“dareis todo o bom recebimento, favor e gasalhado possível, não consentindo que se lhe faça agravo, nem molestia alguma, procedendo de maneira com elles, que os ditos gentios intendam que tenho eu contentamento de seu bom tratamento, e de elles virem a conhecimento de nossa Santa Fé Catholica [...]”²⁹⁸

Outro tópico sublinhado pelo Rei no Regimento, tal qual ocorria em outros relatórios da época, era a necessidade premente de informações sobre o Brasil: “sabereis quantos moradores ha na dita Capitania, e se tem todos terras para cultivar, que lhe fossem dadas de sesmarias, e se as tem aproveitadas, e os engenhos que são feitos [...]”²⁹⁹. Também deveria ser comunicado expressamente ao Rei os açúcares que na Paraíba eram embarcados e, se eram de senhores de engenho ou de mercadores, “de que redunda [o] augmento da dita Capitania”³⁰⁰. Outra temática abordada estava relacionada a um tema vivenciado durante o governo de Feliciano Coelho, pai de Francisco Coelho, qual seja, a relação do poder local com os religiosos. No Regimento de 1609, o Rei reforçava o respeito às ordens religiosas (“para que se lhe não façam agravos, nem sem razões”) e à jurisdição eclesiástica desde que essa “não entremettam nem tomem a minha”. O que existisse de contenda ou discórdia deveria seguir à risca o recomendado nas Ordenações e ser encaminhada para a Relação da Bahia.

De certa forma, o Regimento enviado a Francisco Coelho, em 1609, limitava o poder político do governo local. As eleições da Câmara de Filipeia deveriam ser respeitadas e, em temas tributários, os governadores não deveriam se intrometer (“aos Ministros de minha Fazenda deixareis livremente usar de seus cargos”), apenas em casos de corrupção ou descaminho. Todas as provisões, autos, mandados e despachos deveriam ser encaminhados

²⁹⁸ REGIMENTO de Francisco Coelho de Carvalho, de 9 de maio de 1609. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1603-1612*. Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 268.

²⁹⁹ REGIMENTO de Francisco Coelho de Carvalho, Idem, p. 267.

³⁰⁰ REGIMENTO de Francisco Coelho de Carvalho, Idem, p. 269.

para o Conselho da Índia³⁰¹. O Regimento evidencia uma certa atmosfera de tensão jurisdicional e a tentativa de diminuir a autoridade do governante no que diz respeito à administração da Paraíba.

Francisco Nunes Marinho de Sá ocupou o cargo de governante da Capitania da Paraíba de 1617 a 1619, embora tenha recebido a carta de doação da Capitania em 1603³⁰². Marinho de Sá, “*caballero de la orden de Cristo*”³⁰³, havia servido ao Rei anteriormente na “Índia e em em outras partes”³⁰⁴. Findada sua gestão no governo da Capitania da Paraíba, Marinho, que já era “homem velho e enfermo” foi enviado para a Bahia de modo a resolver algumas “diferenças” que havia entre o Bispo e o Ouvidor-geral³⁰⁵. O antigo capitão-mor da Paraíba aparece na *Jornada del Brasil*, de 1625, como “Francisco Nuñez Marinho Deza”. Durante a ocupação holandesa na Bahia, em 1624, Marinho de Sá atuou como “capitão-mor do arraial”³⁰⁶. João de Brito Correia foi o sucessor de Francisco Nunes Marinho de Sá, governou a Paraíba de 1619 a 1622³⁰⁷. São escassas as informações sobre Brito, não há menção a ele nas crônicas coetâneas. Sabe-se que, antes de tomar posse como capitão-mor da Capitania da Paraíba, ele atuou como governante em Itamaracá³⁰⁸. Afonso da Franca foi capitão-mor da Paraíba entre os anos de 1622 e 1625. Antes, Franca havia sido “capitão interino” na Bahia. Segundo Veríssimo Serrão, Afonso da Franca, em viagem ao Reino, aproveitou para solicitar o cargo de capitão na Paraíba, ofício que, a princípio, não lhe foi concedido³⁰⁹. Ainda na Bahia, Afonso da Franca ocupou, em 1609, o ofício de Contador-mor do Estado do Brasil, recebendo “100rs de tença”³¹⁰. Fizeram parte, também, da governança local na Capitania da Paraíba os já reportados neste estudo, Juan Rabelo de Lima (1612-1616) e Antônio de Albuquerque (1627-1634), cuja participação foi importante durante a ocupação holandesa na Paraíba.

³⁰¹ REGIMENTO de Francisco Coelho de Carvalho, Idem, p. 269.

³⁰² ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 34, fl. 107v.

³⁰³ VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Historial de la Jornada del Brasil. Año 1625. Colección de documentos inéditos para la Historia de España, Tomo LV*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1870, p. 73.

³⁰⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 538.

³⁰⁵ SALVADOR, Idem, p. 541.

³⁰⁶ VALENCIA Y GUZMÁN, Idem.

³⁰⁷ ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chan, Filipe II, liv. 31, f. 223.

³⁰⁸ AHU_CU_014, Cx. 1, D. 12.

³⁰⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 180.

³¹⁰ AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 9.

Analisando a trajetória dos catorze governantes da Capitania da Paraíba para o período de 1584 a 1634, constata-se que, com exceção dos dois espanhóis, Francisco de Castrejón e Francisco de Morales, vassalos castelhanos, homens de confiança dos Habsburgo, todos desempenharam funções militares em períodos anteriores, sobretudo, em Pernambuco, em Itamaracá e na Bahia. A maioria desses governantes possuía sesmarias na região, mas apenas um deles estava notadamente envolvido com negócios na área. Era o caso de Frutuoso Barbosa, que atuava como arrendatário do comércio de pau-brasil em Pernambuco na década de 1570. Aliás, é importante aqui ressaltar que o primeiro capitão-mor designado para a Capitania da Paraíba que não tinha relações diretas com Pernambuco foi Feliciano Coelho de Carvalho, que chegou no ano de 1591 ao Brasil.

Apesar do espaço geográfico distinto, a cultura política nas capitanias ultramarinas era uma continuidade do espaço ibérico, já que determinadas normas do Antigo Regime eram conduzidas, do mesmo modo, pela Monarquia corporativa dos Habsburgo³¹¹. No entanto, o “absolutismo” e o “centralismo” estavam muito distantes da ação política desenvolvidas no mundo ultramarino. O alcance do poder da Monarquia sobre os seus súditos d'além-mar ocorria de forma multifacetada. As tópicas presentes no Reino eram diferentes da realidade do exercício do poder na colônia. Desde o início, a soberania ibérica e o seu manutenção precisou se entender com as necessidades dos agentes locais, aqueles que efetivamente criavam estratégias a partir do esforço da colonização.

Já foi visto, no decorrer deste trabalho, algumas mudanças estruturais com relação à política institucional da região durante o período em que o Brasil fez parte da Monarquia Hispânica. O objetivo que norteava grande parte dessas ações era reforçar o poder filipino no seio das jurisdições de além-mar. Aquele não foi um processo fluido, pelo contrário, foi permeado de percalços e tensões. Stuart Schwartz sugere analisar esse período para além do ponto de vista dos centros de poder, realizando uma avaliação embasada a partir dos impérios coloniais³¹². Esse processo de institucionalização advindo das reformas filipinas determinou, para a América portuguesa, “um novo equilíbrio dos poderes, balizando de outra maneira a sua integração no império³¹³”.

³¹¹ Descripción de la Provincia del Brasil a Don Carlos de Aragon y Borja Duque de Villahermosa conde de Ficalho del consejo de estado de Su Magestad su gentil hombre de camara Veedor de hacienda y presidente del consejo supremo de Portugal. BNE, Manuscrito 3015, f. 1-7.

³¹² SCHWARTZ, Stuart. “Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal”. *Tempo*, vol. 12, nº 24 (2008), p. 210.

³¹³ MARQUES, Guida. “De um governo ultramarino: a institucionalização da América portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da

Já foi dito anteriormente que a historiografia produzida nos últimos anos tem questionado essa concepção hierárquica da sociedade do mundo moderno, onde o centro inexorável que gerenciava a ordem cabia unicamente ao monarca. O foco de análise ampliou-se para a perspectiva das instituições, diluindo esse poder absoluto do Rei, com outras formas e instâncias de poder locais, como, por exemplo, as câmaras municipais³¹⁴, que tinham atribuições judiciais e administrativas. Às Câmaras era conferido certo grau de autonomia, as quais estavam prescritas nas ordenações instituídas pela Monarquia. As Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, estipularam as atribuições gerais da vida pública e foram um elemento de regulamentação de fundamental importância para a prática política e administrativa na América portuguesa. O novo código filipino foi tributário de ordenações anteriores, como o código manoelino e também reformas anteriores feitas durante todo o século XVI, que, posteriormente, tiveram suas disposições incorporadas pela Monarquia³¹⁵.

As Ordenações Filipinas, que tiveram vigência até o aparecimento do Código Civil de 1916, estabeleceram o regramento e a composição das câmaras, organizando os cargos (cujos principais eram: juízes, vereadores, procurador do concelho e almotacés) e as atribuições de cada um, objetivando evitar abusos e excessos. As câmaras formam parte diretamente das reformas promovidas pelos Habsburgo. O interesse na ocupação dos cargos da câmara residiria, também, no prestígio que estes podiam oferecer, “nas possibilidades de, usando da situação de preeminência social e política que eles garantiam, obter vantagens econômicas diversas³¹⁶”. Assim, conforme previsto no novo código filipino, as câmaras coloniais passaram a ter funções judiciais, fazendárias, fiscais e administrativas. A constituição da câmara era formada a partir de um processo eleitoral, a cada três anos, onde eram escolhidos aqueles que, pelo prazo de um ano, alternadamente, ocupariam os cargos de juiz ordinário, vereador, procurador, tesoureiro e juiz dos órfãos. O principal cargo era o de juiz ordinário, composto de dois componentes, sendo um deles responsável pela presidência do órgão. A seguir, havia o cargo de vereador (ou “oficial”, como aparece mais frequentemente na documentação analisada) que tinha por função cuidar da gestão da municipalidade e fazer valer a aplicação da lei. Ao procurador cabia cuidar dos bens, prestando contas dos gastos ao

(Org.). *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: CHAM-UNL/UAç/Cidehus-UÉ/GHES-UTL, 2013, p. 248.

³¹⁴ MONTEIRO, Nuno. “Os concelhos e as comunidades”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. V.4. Lisboa: Editora Estampa, 1993, p. 367-368.

³¹⁵ CÓDIGO Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d’el-Rei D. Filipe I. Ed. fac-similar da 14ª ed. de 1821, por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 23.

³¹⁶ HESPAÑA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 164.

provedor da capitania, que poderia aceitar ou rejeitar o dispêndio, e os almotacés seriam encarregados de fiscalizar o abastecimento dos gêneros e as obras executadas na região³¹⁷.

Devido à falta de recursos régios para financiar as despesas militares da colônia, frequentemente cabia às Câmaras a solução desses problemas, como foi o caso da intervenção da Câmara de Olinda para as obras referentes ao Forte de Cabedelo na Paraíba, mencionado anteriormente. A partir desse contexto, percebe-se que a preocupação com a defesa do território do Brasil estava clara e podia ser denotada baseando-se no número de fortificações construídas e na importância considerável que detinha o contingente militar mantido com recursos da Fazenda real.

A questão da justiça estava no centro das reflexões sobre as finanças reais, e foi no período filipino, com a produção de “memoriais enviados ao rei sobre o estado das finanças do Reino³¹⁸”, que ela foi reforçada. Para o caso do Brasil, em todos os territórios conquistados, à exceção das capitanias de Pernambuco, Bahia e Itamaracá, as despesas excediam a receita. Muito por conta disso, Filipe II enfocou sua atenção nas deficiências da administração fazendária da América portuguesa, diferentemente da situação que ocorria na América espanhola. Durante grande parte do período colonial, as possessões espanholas na América quase sempre se autofinanciavam administrativa e militarmente. De acordo com Angelo Carrara, “os custos fiscais de sustentar o império no hemisfério ocidental não recaíram sobre a Espanha, e sim eram absorvidos majoritariamente pelos súditos hispanoamericanos³¹⁹”.

O plano formulado pelo monarca implicava em melhorar o desempenho da Provedoria Real da Fazenda na colônia, coibindo a evasão de impostos e, conseqüentemente, aumentando a arrecadação do erário régio. A adequação do aparelho judiciário às demandas existentes na colônia e a montagem de uma estrutura militar compatível com as necessidades da defesa da região faziam parte, à época, do elenco de prioridades da Monarquia filipina para a América portuguesa. Apesar do compromisso assumido em Tomar, as necessidades que surgiam, sobretudo, no mundo ultramarino, provocaram rapidamente mudanças, se não estruturais, pelo menos na forma de organizar a administração. A partir desse contexto de

³¹⁷ SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Arquivo Nacional, 1995, p. 69-71. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil*. São Paulo: Progresso Editorial, 1948, p. 65-76.

³¹⁸ HESPANHA, António Manuel. As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS* 8(2), 2013, p. 85.

³¹⁹ CARRARA, Angelo Alves. “Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718”. *Seminário Hermes Clio*, FEA-USP, São Paulo, 2008, p. 1.

reordenamento institucional, por incapacidade de o governo local dar conta de todas as demandas da América portuguesa, foram promovidas algumas mudanças burocráticas na administração colonial.

A justiça foi uma das principais preocupações da Monarquia filipina para a América portuguesa à época. Segundo Stuart Schwartz, Filipe II tinha um profundo senso de responsabilidade administrativa e um interesse especial pelo aperfeiçoamento do sistema judicial³²⁰. Esse foi o pano de fundo para a criação do Tribunal Superior de Relação da Bahia, em 1609, que representou um dos legados mais importantes da dinastia filipina³²¹. A instalação da Relação foi uma demonstração contundente da importância que passava a representar o Brasil naquele momento. Conforme Pedro Puntoni, esse tribunal de apelação seria uma resposta ao crescimento dos litígios, ao mesmo tempo em que exerceria um contrapoder necessário ao Governador-geral³²². Para o cronista Ambrósio Fernandes Brandão, no entanto, a Relação da Bahia traria mais perdas que proveitos econômicos para a Monarquia, como explica a seguir:

“Verdade é que a Relação da Bahia se pudera muito bem escusar, e dessa opinião fui eu sempre, e assim o signifiquei por muitas vezes ao Bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelbranco, sendo governador de Portugal; porque, além de fazer essa casa muita despesa à fazenda de Sua Majestade, podendo reservar o dinheiro que com ela gasta para outras cousas úteis para seu serviço, ela não corresponde com aquele efeito que se imaginou fizesse com a sua assistência no Brasil.”³²³

Ambrósio Fernandes Brandão, em sua obra, faz críticas contundentes à administração assentada na Bahia. O português chegou a detalhar um plano de criação de três corregedorias, em substituição a Relação da Bahia, que deveriam localizar-se na Paraíba “por ser cidade

³²⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 56.

³²¹ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 27.

³²² PUNTONI, Pedro. “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik (orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009, p. 55.

³²³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 77.

real”, na Bahia e no Rio de Janeiro³²⁴. A sugestão de Brandão trazia consigo seus anseios de destacar a Paraíba em face às outras capitanias. Para ele, as mudanças na gestão da justiça deveriam trazer benefícios e comprometimento com o bem comum.

Dando continuidade ao plano reformista filipino, foi instituído, em outubro de 1612, o Regimento de Gaspar de Sousa que, dentre outras coisas, ordenava que fosse feito uma espécie de censo detalhado que abarcasse questões políticas, financeiras, militares e eclesiásticas. A utilização da escrita com finalidades políticas se intensificou de forma diversa daquela que até então existia. O monarca instruía sobre a forma que ele queria que fossem passadas as informações:

“[...] Hei por escusado dizer-vos e encomendar-vos que sejais mui contínuo em me escrever e avisar de todas as cousas que sucederem, e de que entenderdes convém ser avisado, assim do que a experiência vos mostrar ser necessário para bom govêrno dêle, como do procedimento das pessoas que nêle me servem, o que fareis com todos os navios que partirem das partes e lugares onde vos achardes, sem vir nenhum sem carta vossa, inda que seja repetindo o já escrito; porque assim convém pela incerteza da viagem do mar³²⁵.”

Segundo Francisco Cosentino, o Regimento de Gaspar de Sousa foi o primeiro em que aparece o termo “Estado” e não “partes do Brasil” para designar aquele território da América portuguesa³²⁶. Esse foi o segundo regimento do período filipino. O primeiro havia sido o de Francisco Giraldes³²⁷, em 1588, que nunca foi posto em prática porque Giraldes não chegou a assumir o cargo, mas foi aproveitado pela Relação da Bahia³²⁸. Ainda nesse afã

³²⁴ A Capitania da Paraíba se responsabilizaria pelos feitos judiciais procedentes das capitanias de Pernambuco, Rio Grande, Itamaracá, da própria Paraíba “e das mais povoações do Maranhão e Pará”; a Bahia ficaria encarregada da Bahia, Sergipe, Boipeva, Ilheus e Porto Seguro; e o Rio de Janeiro, seria responsável pelos pleitos oriundos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Vicente, Vila de São Paulo e arredores. BRANDÃO, 2010, p. 79.

³²⁵ REGIMENTO de Gaspar de Souza, de 6 de outubro de 1612. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, v. 1, p. 436.

³²⁶ COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. Niterói: Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 100.

³²⁷ ANTT, Chancelaria de D. Filipe I. Doações, L. 17, f. 178v.

³²⁸ REGIMENTO de Francisco Giraldes, de 30 de março de 1588. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, v. 1, p. 253-277.

reformista que promoveu mudanças no período, houve a criação da Junta da Fazenda do Brasil, em 1612, com o intuito de fomentar uma fiscalização detalhada das rendas originadas no Brasil³²⁹. O órgão estava muito ligado a André Farto da Costa que detinha um poder central na recolhida e remissão de toda a informação referente à Fazenda do Brasil. A Junta apontou irregularidades em despesas realizadas por Gaspar de Sousa que, por sua vez, denunciou ao monarca que a Junta agia de má fé, alterando o que lhe parecia conveniente³³⁰. A tensão aumentou ainda mais conta por desse conflito de jurisdição e a Junta foi dissolvida em 1616³³¹.

Esse reordenamento com a centralização das atividades de administração e da arrecadação de rendimentos demonstrou que a Fazenda Real não suportava sozinha o pesado ônus de arcar, entre outras coisas, com o recrutamento militar e com muitos dos cargos da administração burocrática. Era preciso orientar a confluência entre os interesses locais e os interesses da Monarquia. Nos sessenta anos que durou a união dinástica houve uma incrementação da rede de oficiais régios na América portuguesa. Conforme José Manuel Santos houve, de fato, uma situação descontrolada na distribuição dos cargos burocráticos no início do século XVII³³². A Base de Dados *BRASILHIS: Redes personales y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica*, contabiliza mais de 700 cargos burocráticos³³³, para o período de 1580 a 1640, que foram introduzidos, sobretudo, a partir da documentação localizada nas Chancelarias Régias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, localizado em Portugal.

Como visto no Capítulo 3, a posse de cargos régios na América portuguesa era um dos caminhos mais praticados para obtenção de enriquecimento material. A mobilidade no mundo ultramarino, pelas próprias características do seu devir político, era mais acessível do que no centro da monarquia. Como explicou Arno Wehling, “este foi um dos atrativos da aventura colonial, não só para portugueses como para os demais europeus³³⁴”. Foi no período

³²⁹ SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. Jan-Jun, 2019, p. 173.

³³⁰ STUDART, Guilherme. Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920, p. 57.

³³¹ MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº. 27 (2002), p. 12.

³³² SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. p. 155-177, Jan-Jun, 2019, p. 157.

³³³ <http://brasilhis.usal.es/>

³³⁴ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 237.

dos Habsburgo que os moradores da colônia começaram a ocupar os cargos na pequena burocracia do Brasil. Esse interesse quase que unânime entre os colonos dava, a eles próprios e aos Habsburgo, uma eficiente ferramenta política³³⁵. Essa situação nos faz pensar na questão da venalidade dos cargos não apenas como uma via única de aproveitamento régio, mas também, permite reconhecer a funcionalidade dos poderes locais. Na lógica colonial, a patrimonialidade se manifestaria na venalidade, utilizando para fins próprios “o uso privado da função pública”³³⁶.

O estudo sobre a venalidade não teve, para a historiografia que trata da América portuguesa, a mesma importância que teve para a América hispânica. Essa ainda é uma questão obscura, como diz José Manuel Santos, sobretudo, se pensarmos no período da União Ibérica. Para o caso espanhol, a utilização dos cargos da monarquia pelas elites coloniais, por meio da venalidade, foi uma questão fundamental para o entendimento daquela realidade colonial³³⁷. Para o caso da América portuguesa, esse poderia ser um dos motivos para explicar a curiosidade acerca de informações detalhadas sobre as finanças (ordenados, ofícios, contratos, construção e reparação de fortificações) que eram solicitados exaustivamente pelo monarca: saber o que se passava realmente no território e, com isso, incrementar a arrecadação fiscal.

A partir desse contexto da funcionalidade dos poderes locais, torna-se importante compreender o manejo das relações que se davam entre o Governo geral e os demais territórios. As Câmaras coloniais, aliadas da Monarquia, eram um canal de comunicação com a Corte, mas também deveriam atuar como centro difusor dos interesses locais. Francisco Cosentino propõe o seu entendimento para além das dicotomias: “subordinadas ao controle absoluto da monarquia” x “instituições autônomas que praticam o autogoverno”³³⁸. As Câmaras, gestoras do poder local, deveriam ser entendidas como instituições intermediárias entre os vassalos e a Monarquia, e podiam ser estabelecidas por decreto real ou a partir de

³³⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 77.

³³⁶ SANCHES, Marcos Guimarães. “A administração fazendária na segunda metade do século XVII: ação estatal e relações de poder”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, IHGB, n.º 432, jul./set. 2006, p. 180.

³³⁷ SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Visita, residência, venalidade: as “práticas castelhanas” no Brasil de Felipe III”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 29.

³³⁸ COSENTINO, Francisco Carlos. “Governando o Estado do Brasil no século XVII: governo geral, capitânias e Câmaras”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015. v. 1. p. 10.

uma petição espontânea dos moradores locais ao Rei³³⁹. No Regimento de Roque da Costa Barreto, de 1677, que manteve muitas das especificações dos regimentos anteriores, preservando as atribuições do período filipino, encontramos essa explicação mais detalhada sobre a funcionalidade da Câmara.

“[...] e não impedirá escreverem-me as Camaras, e mais Ministros, Officiaes de Justiça, Fazenda e Guerra, ainda que sejam queixas; porque a meu serviço convém haver a liberdade³⁴⁰ necessária; e as informações que ao dito Governador se pedirem, virem com clareza que pode ser³⁴¹.”

Como explicou Charles Boxer, as Câmaras, juntamente com as Santas Casas de Misericórdia, eram duas instituições irmãs. Quem quisesse “viver bem, à larga e com liberalidade, devia tentar se tornar vereador do conselho municipal ou então irmão da Misericórdia - ou, de preferência, ambos³⁴²”. Em cada local do império as Câmaras adquiriam características particulares no que respeita a seus integrantes e o grau de autonomia da instituição³⁴³. Muitas vezes, a fundação de uma Santa Casa de Misericórdia (também

³³⁹ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. *Revista de História*. São Paulo, v. LV, n. 109, ano XXVIII, 1977, p. 29.

³⁴⁰ A “liberdade” mencionada no Regimento era a “liberdade” do Antigo Regime. Diferente da acepção atual, liberdade seria um conjunto de franquias ou de privilégios. Segundo Braudel, do século V até o século XVIII, o problema que surge com mais frequência na história europeia, “com certeza que é o da, ou mesmo das liberdades europeias. A palavra liberdade é a palavra-chave”. BRAUDEL, Fernand. *O ocidente nos séculos XIV e XV - Gramática das civilizações Parte III: As civilizações europeias*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 289. José Antonio Maravall utilizando-se de Frei Juan de Madariaga em *Del senado y de su príncipe* (1617) explica o conceito de liberdade dentro do ordenamento político seiscentista ibérico: “Vivir conforme nos lo dicta nuestra buena razón clara y desapasionada, eso es vivir con libertad. Pues como las justas leyes sean conformes a la buena razón natural o sobrenatural y el hombre no pueda hacer cosa más conforme a su naturaleza racional que regirse por razón, por esto no sólo no es servidumbre, sino libertar muy libre vivir según las leyes que la buena razón humana o divina tiene establecidas”. MADARIAGA apud MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 325. A partir desse contexto, entende-se melhor um documento de 1631 ao *Consejo de Aragón* que pede que “se escriba a los virreyes de la Corona de Aragón para que procuren que algunas familias de sus reinos vayan a poblar el Brasil [...] siendo la cosa mas conveniente para la defensa y seguridad del Brasil [...] se ha resuelto por medio muy efficaz que Vassallos de otros Reynos mios vayan a poblar, dandoles tierras y Conçediendo otras gracias y libertades q les combiden a permanecer allí”. Destaque nosso. Archivo de la Corona de Aragón, ACA, Consejo de Aragón, Legajos 0561, f. 20.

³⁴¹ REGIMENTO de Roque da Costa Barreto dos governadores-gerais, de 16 de janeiro de 1677. In: *Revista do IHGB*. Tomo Quinto. N. 17. Abril de 1843, p. 317.

³⁴² BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 297.

³⁴³ CABRAL, George Cabral. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 63.

chamada de Casa de Misericórdia, Casa de Misericórdia ou Santa Casa) era simultânea a fundação de uma cidade, ou se dava poucos anos depois. No início dos anos 1600, já havia Santa Casa de Misericórdia na Paraíba, Itamaracá, Sergipe e Belém³⁴⁴. A data exata da fundação da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba não se sabe com exatidão, mas certamente no primeiro quartel do século XVII a construção do edifício do templo já acontecia³⁴⁵. A respeito disso, Ambrósio Fernandes Brandão menciona a atuação de Duarte Gomes da Silveira, na Paraíba, em 1618: “E tratou mais (como sair com isso) de fazer a casa da Santa Misericórdia da própria cidade, cousa de grandíssimo custo pela grandeza e nobreza do edifício do templo, que tem já quase acabado”³⁴⁶. No entanto, a Igreja da Misericórdia não estava de todo acabada, conforme o depoimento de Elias Herckmans, em 1639³⁴⁷.

As redes de poder e de interesses tecidas no último quartel do século XVI permeavam instâncias e geografias distintas. A vida com seus problemas cotidianos era transmutada em forma de relatórios, papéis, cartas oficiais, sendo encaminhadas para o centro metropolitano. A Monarquia queria conhecer a fundo, sobretudo as questões fazendárias, para assim poder controlar melhor a administração³⁴⁸. Esse era o embasamento da própria materialidade da governabilidade da Monarquia Hispânica. O conceito “*negotiated authorities*” desenvolvido por Jack P. Greene aplica-se à referida situação, pois, demonstra como espaços coloniais, muitas vezes periféricos, dependiam das intenções e planificações metropolitanas, seja do ponto de vista político ou do econômico. Esses protótipos de sociedades que surgiam na América portuguesa traziam consigo anseios e identidades distintas: “*over time, they all experienced a significant transfer of political authority to the creoles or native-born Americans who presided over these societies*”³⁴⁹.

³⁴⁴ Já existiam Misericórdias em São Vicente, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Olinda e Ilhéus. RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 30-31.

³⁴⁵ NOVAES, José Ferreira de. *Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Traços Históricos*. Parahyba: Typ. da Imprensa, 1925.

³⁴⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 175. Destaque nosso.

³⁴⁷ HERCKMANS, Elias. *Descrição geral da Capitania da Paraíba* (1639). João Pessoa: A União Editora, 1982, p. 14.

³⁴⁸ COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça. “*Receita e despesa do Estado do Brasil no período filipino: aspectos fiscais da administração colonial*”. Dissertação de Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1985, p. 21.

³⁴⁹ GREENE, Jack P. Hemispheric history and Atlantic history. In: MORGAN, Philip (eds.). *Atlantic history: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 307.

Dentro dessa perspectiva, os que detinham autoridade dependiam de coalizões e de mecanismos de atuações para percorrerem essas redes políticas. Era esse o panorama da economia do dom, comumente praticado durante o Antigo Regime português:

“Acto de natureza gratuita, o dom fazia parte, na sociedade do Antigo Regime, de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos benéficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas³⁵⁰.”

Conforme George Cabral, a base política de uma câmara colonial estava fortemente associada ao clientelismo e ao corporativismo. As decisões feitas nessas instituições frequentemente favoreciam grupos políticos³⁵¹. As relações nos primórdios do povoamento da Capitania da Paraíba foram marcadas por inúmeros conflitos entre autoridades e grupos políticos. Por trás de tudo isso havia alianças, benesses, trocas de ofícios. Esse leque de possibilidades fazia parte do cerne da chamada economia do dom. Era a manutenção de uma cadeia de subordinação incrustada no poder político. Essa cultura política dependia dessas pequenas negociações, troca de favores e de privilégios, entre moradores, militares, autoridades régias³⁵². Como explicou João Fragoso, para o caso do Rio de Janeiro, os homens de governança,

“[...] exerceram os postos de mando na República, ou melhor, na Câmara e na administração real; a conquista e o mando político lhes davam um sentimento de superioridade sobre os demais mortais/moradores da colônia. Este fato referendado pelas mercês dadas por Sua Majestade,

³⁵⁰ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 340.

³⁵¹ SOUZA, George Felix Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 70.

³⁵² GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University of Virginia, 1994, p. 1-24.

pelos casamentos com pessoas do mesmo status e, principalmente, pelo contínuo reconhecimento dado pelos coloniais³⁵³»

Já foi visto, no Capítulo 3, que participar da Câmara de Filipeia era fazer parte do grupo que detinha o poder local. Esses homens, frequentemente, faziam suas solicitações de benesses e mercês em base a com fundamento nas suas participações na empresa de conquista daquele território, seja contribuindo para o contingente militar ou com a inversão direta de capitais.

Realizamos uma pesquisa prosopográfica (Anexo) sobre alguns desses homens que atuaram na Capitania da Paraíba, entre os anos de 1580 e 1630 – não sendo considerados os ofícios que foram ocupados durante o período de dominação holandesa³⁵⁴. A ideia da pesquisa realizada foi buscar compreender a articulação entre as guerras pela conquista do território da Paraíba e a concessão de postos na administração da Capitania ou em outros territórios da Monarquia (as categorias dos ofícios que utilizamos foram “Fazenda”, “Justiça”, “Guerra” e “Câmara”).

Na ausência de registros eclesiásticos e notariais, não foi possível encontrar informações detalhadas sobre os camarários que ocuparam os postos principais, que eram o de juiz ordinário, oficiais/vereadores e procurador³⁵⁵. O que se encontra disponível, está diluído de forma entrecruzada, sobretudo, em documentos relacionados a outras temáticas, como na cronística dos franciscanos ou em livros sobre a posse de terra dos beneditinos no período colonial. Assim, tornou-se inviável analisar a efetiva ocupação, a frequência e a rotatividade dos homens de governança nos postos camarários. O que se sabe é que a parentela e as relações verticais advindas dela estavam no cerne da questão. O núcleo que regia a elite colonial na nascente povoação descendia, diretamente, dos primeiros conquistadores do território, pessoas que, à custa de suas fazendas, guerrearam contra indígenas e outros povos europeus para estabelecer o domínio sobre aquela região.

³⁵³ FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)”. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 51-52.

³⁵⁴ O detalhamento de todos esses cargos está em: <http://brasilhis.usal.es/>

³⁵⁵ Para o período de 1580-1630, encontra-se, dentre os oficiais camarários: 8 juizes ordinários, 21 oficiais/vereadores, 10 escrivães e 1 procurador. Ver tabelas localizadas nos Anexos.

3. Trajetórias arbitristas

3.1. As grandezas do Brasil³⁵⁶

O século XVII é pontuado na Europa por transformações políticas, econômicas e sociais. Esse momento foi deflagrado, sobretudo, pela expansão marítima que favoreceu inúmeros processos de mudança no devir histórico, como a conquista da América que impulsionou o crescimento do comércio colonial. As crônicas, histórias e relações, produzidas durante o período da União Ibérica são fontes valiosas para os pesquisadores, pois apontam ideias e práticas vivenciadas naquela quadra temporal e nos fazem refletir sobre inúmeros aspectos da sociedade colonial gestada na América portuguesa. Para compreendermos melhor o posicionamento dos autores, bem como suas táticas discursivas, deve ser levada em consideração a retórica seiscentista, vinculada a objetivos políticos, de modo a perceber nuances importantes da mundividência daquela sociedade.

Muitas obras produzidas no período tinham uma finalidade estratégica e podiam ser compreendidas como um projeto político, pautado pelas marcas da historiografia do período, cujo esforço discursivo residia na razão de Estado, demarcada e guiada pela fé e pela mudança do devir mundano a partir do político. A cronística era o gênero literário que melhor aportava informações sobre a época. Esse impulso criativo relacionado ao mundo das letras ampliou o seu espectro com a expansão colonial. Durante o período filipino, a circulação de manuscritos e impressos ganhou cada vez mais destaque. Inúmeras foram as obras produzidas, à época, que remetiam às experiências vivenciadas na América portuguesa. Gruzinski apontou que, com a chegada dos ibéricos no espaço ultramarino da Monarquia Hispânica, novas perspectivas foram suscitadas ocasionando uma “mudança na percepção

³⁵⁶ Esse tópico é uma ramificação de um projeto desenvolvido e coordenado pelo professor José Manuel Santos Pérez em que participamos como colaboradora, que foi a primeira edição (com estudo introdutório, notas e tradução) do livro “Diálogos das Grandezas do Brasil” para o espanhol. Os apógrafos de Lisboa e de Leiden demonstram que o título original da obra estava no singular, portanto, “Diálogo das Grandezas do Brasil” ou, mais especificamente, “Dialogo das grandezas do Brazil”. Algumas vezes, neste estudo, optamos por deixar o título no plural devido à opção por utilizar uma edição moderna. SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, tradutor.); BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. (Colaboradora). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019.

ocidental do mundo³⁵⁷”. Esse “longo século XVII³⁵⁸”, como chamou Diogo Ramada Curto, promoveu a negociação e a expansão da cultura escrita, dando-lhe um novo significado. De certa forma, todos esses escritos tinham como finalidade uma diligência política. No mundo seiscentista, sob a ótica de Reinhart Koselleck, as histórias seriam “instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas³⁵⁹”.

Ocorre nesse período a redação de inúmeras obras de informação sobre a chamada América portuguesa. Além da questão defensiva, que benefícios havia para a Coroa em conquistar aquela região? Muitos dos escritos produzidos na época parecem ter por objetivo responder a essa pergunta. Por exemplo, frequentemente os cronistas mencionavam as vantagens que a Monarquia dos Habsburgo ganharia com a colonização do território da Paraíba, mais especialmente, com a exploração do pau-brasil (tido como dos melhores da região). Assim fala Gabriel Soares de Sousa, em 1587, sobre o rio Paraíba e a cultura de cana-de-açúcar: “Este rio da Paraíba é muito necessário fortificar-se, a uma por tirar esta ladroeira dos franceses dele, a outra por se povoar, pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de açúcar³⁶⁰”.

Nos dois primeiros séculos de ocupação da América portuguesa, os europeus se espraíram pelo litoral³⁶¹. O interior era desconhecido e esse vazio inspirava a imaginação. O sertão brasileiro podia ser tão próspero em metais preciosos quanto o Peru. A partir dessa perspectiva, Filipe II estava muito interessado em entender a sistemática colonial em seus novos domínios, visto que ordenava a organização de livros e relações sobre o tema. Havia a necessidade de conhecer com mais detalhes os aspectos econômicos, geográficos, cartográficos, daquela região, com o intuito de orientar o ‘melhor governar’. Mas não apenas isso. Quando, por exemplo, incide orientando que seja feita a caracterização em saber quais eram as capitanias da Coroa, quais eram as de donatários, podemos imaginar que no

³⁵⁷ GRUZINSKI, Serge. “O Historiador, o Macaco e a Centaura: a História Cultural no Novo Milênio”. *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003, p. 327.

³⁵⁸ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 145.

³⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 43.

³⁶⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil (1587). Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 23.

³⁶¹ Sobre o problema da interiorização, explica Alencastro: “comentadas à saciedade nos livros de história, as críticas de Ambrósio Fernandes Brandão e frei Vicente do Salvador sobre o desinteresse dos moradores em adentrar o continente, fixando-se nas beiras do litoral ‘como caranguejos’, não deveriam suscitar generalizações sociológicas, pois correspondem à situação prevalente até a virada do século XVI. Depois das bandeiras de caça aos índios e da marcha do gado pelo sertão ninguém mais falou nisso”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 340.

momento pairavam muitas dúvidas e preocupações sobre a eficácia da política colonial até então praticada. Os pareceres em forma de relatórios que Diogo de Campos Moreno³⁶² enviava ao Rei apontavam a deficiência do sistema luso de capitanias hereditárias e enfatizavam questões essenciais – que pareciam relegadas – como a necessidade de defesa e ocupação do território.

Esses autores, homens do seu tempo, reproduziam a cultura histórica da época a qual eles próprios eram elementos constituintes. O valor de um texto é correlato de práticas específicas em uma dada temporalidade. Foi sob esse panorama que foram produzidas variadas obras como, as já mencionadas neste trabalho, redigidas durante o período da União Ibérica: *Tratados da terra e gente do Brasil* (1583), *Notícia do Brasil* (1587), *Sumário das Armadas* (1589), *Livro que dá razão ao Estado do Brasil* (1612), *Diálogo da Grandezas do Brasil* (1618) e *História do Brasil* (1627). Essas obras nos trazem uma visão de conjunto da sociedade de origem barroca que foi produzida na América portuguesa, visão essa de homem europeu, dominante durante os primeiros séculos de colonização.

Muitas dessas obras promoviam discussões acerca do bem comum, uma concepção originalmente idealizada por Aristóteles, filósofo muito apreciado pelos intelectuais ibéricos dos seiscentos, a exemplo de Ambrósio Fernandes Brandão. Cada membro do corpo político, ao cumprir seu atributo social peculiar, contribuiria para a harmonia daquela sociedade. A dimensão teológico-política também aparecia frequentemente em muitas obras redigidas durante o período da União Ibérica, correlacionando fé e razão. Para Maravall, era muito comum, os escritores do século XVII aproveitarem, em larga escala, de materiais provenientes da Sagrada Escritura, pincelados com argumentos de razão de Estado. O historiador espanhol chamou esta prática de exercício cristão da razão, este “*esfuerzo discursivo de la razón, guiada y completada por la fe, (que) nos da sobre el objeto de la política*”³⁶³.

Joaquim Veríssimo Serrão afirma da impossibilidade de se compreender a cultura política da época sem levar em consideração as “grandes correntes mentais e ideológicas”

³⁶² MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos”. (1609). In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. LVII (1984). MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

³⁶³ MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 365.

que perduravam contemporaneamente no século XVII³⁶⁴. No decorrer deste trabalho, uma das obras de história que mais utilizamos foi a crônica contemporânea ao período filipino *Diálogo das Grandezas do Brasil*, escrita em 1618, provavelmente na Paraíba, onde o autor, Ambrósio Fernandes Brandão, era proprietário de terras. Brandão foi um entusiasta pioneiro do Brasil e colocou muita energia própria no projeto de colonização das terras no entorno do rio Paraíba. Sua obra tratou sobre inúmeras temáticas: cartografia, geografia, povos indígenas, economia, cultura da terra.

A obra corresponde a uma das mais importantes publicações produzidas no mundo ultramarino e foi tida, por muitos, como um dos textos fundadores da historiografia brasileira. Através dela, é possível identificar como se articulavam diferentes mundos e de que modo a história e os discursos políticos e morais podiam ser conjugados. O Brasil do século XVII, sobretudo, a região das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, serviu de contexto histórico-geográfico ao discurso arbitrista do mercador, capitão militar e também senhor de engenho. Brandão, que chegou ao Brasil por volta de 1583, ambientou-se rapidamente àquela sociedade, pois, poucos anos depois, já participava como capitão dos mercadores em uma expedição de combate contra os Potiguara e os franceses na região da Paraíba.

Dentre as notícias e relatos contemporâneos feitos durante o período filipino, deve ser destacada a obra *Diálogo das Grandezas do Brasil* composta por Ambrósio Fernandes Brandão. O livro, que demorou mais de 300 anos para ser publicado pela primeira vez, é imprescindível para compreender as dinâmicas socioeconômicas desse universo colonial em expansão. Como já havia apontado José Antonio Gonsalves de Mello, José Manuel Santos afirma que a cópia do manuscrito *Dialogo das grandezas do Brazil* localizada na Universidade de Leiden, seria a mais adequada para uma edição contemporânea sobre a obra. Sobre esse manuscrito ter ido parar na Holanda, Santos sugere que pode ter sido através de uma intervenção do, já aqui citado, famoso jesuíta Manoel de Moraes, que missionava na Paraíba antes da entrada dos holandeses na região. Após a invasão holandesa, Moraes se converteu ao calvinismo, viajou aos Países Baixos, em 1635, e cursou teologia na Universidade de Leiden, com o estudo universitário custeado pela Companhia das Índias

³⁶⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994, p. 31.

Ocidentais e tendo como padrinho e protetor Johannes de Laet, um dos Diretores da Companhia³⁶⁵.

Através do *Diálogo* podemos perceber uma das tantas intencionalidades da época: nela estão presentes os mecanismos econômicos, a política de mercês, a lógica do mercado e a forma de atuação dos seus agentes. Como o título já indica, a obra pretendia divulgar as grandezas e as potencialidades do Brasil. O Brasil ao qual o personagem Brandônio, representando os preceitos de Brandão³⁶⁶, se referia notadamente não existia enquanto espaço geográfico, visto que a ideia geral sobre o território ainda era vaga. Portanto, esse Brasil do século XVII, em especial, o território correspondente ao atual Nordeste brasileiro, foi que serviu de contexto histórico e político para o livro. O autor afirmou expressamente que pretendia tratar sobre as “capitanias da parte do Norte, porque das do Sul” pouco conhecia, dado “não haver andado por aquelas partes³⁶⁷”. *Diálogo das Grandezas do Brasil*, como já dito, foi uma das mais importantes obras de informação escritas sobre o Brasil no século XVII e acabou fazendo parte do panteão dos chamados textos basilares da historiografia brasileira, que é formado pelos primeiros cronistas da colonização. Pelo menos foi assim que estudiosos como José Honório Rodrigues, Jaime Cortesão, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e José Antonio Gonsalves de Mello, trataram a obra.

O livro escrito no ano de 1618, durante o chamado período filipino, trata de uma conversação condensada em seis diálogos, travada entre dois personagens: Brandônio (forma alatinada de Brandão), colono português que já vivia há uns anos na terra, profundo conhecedor das grandezas do Brasil, e Alviano (provavelmente, Nuno Álvares, colega de Brandão, como apontou Rodolfo Garcia), também ele cristão-novo, que se colocava na posição de um cético, recém-chegado à terra. Brandão utilizou um criptograma para encobrir a si mesmo e a seu companheiro. O cerne da questão era demonstrar que até mesmo um cético, como era o caso de Alviano, haveria de reconhecer a grandiosidade correspondente ao Brasil. No embate de ideias entre Alviano e Brandônio predominava a opinião vigorosa do último, certamente porque representava o ideário do próprio mentor. Estava muito clara,

³⁶⁵ SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor.); BRITO, Sylvia B. R. de. (Colaboradora). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019, p. 49; 52.

³⁶⁶ “De Brandônio a Brandão” foi uma expressão utilizada por José Honório Rodrigues que dedicou uma seção do capítulo “A Historiografia Econômica Geral” à obra de Ambrósio Fernandes Brandão. No referido texto, Honório Rodrigues participa dando sua contribuição em relação à autoria dos Diálogos. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 1ª parte Historiografia Colonial. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

³⁶⁷ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 188.

desde o início da obra, a intenção do autor: divulgar as grandezas do Brasil principalmente para aqueles que não acreditavam no potencial econômico naquela região.

Quando da escrita do livro *Diálogo das Grandezas do Brasil*, a conquista da região da Paraíba já havia findado e seria preciso remontar a utilidade daquela Capitania. Essa operação exigia um esforço que ia além de uma simples delimitação de fronteiras. O livro de Brandão serviu a essa função: a tentativa de forçar um deslocamento do olhar da Monarquia dos Habsburgo em direção à Paraíba. A tópica da América oferecendo algo à Europa está presente de forma muito forte na obra de Brandão. Essa temática era recorrente na época e demonstra a expectativa do homem europeu em relação à colônia. O autor realiza uma operação de compilação e classificação do que havia de melhor naquela terra. É a natureza em sua matéria bruta transformada em conhecimentos aplicados ao cotidiano dos moradores.

Brandão, no início do século XVII, argumentava que o Brasil já proporcionava riqueza suficiente para Portugal sendo até mais importante do que os negócios realizados no Oriente. Para ele, as seis atividades que mais proporcionavam riqueza eram – em ordem de importância – “a lavoura do açúcar, [...] a mercancia, [...] o pau a que chamam do Brasil. [...] os algodões e madeiras, [...] a lavoura de mantimentos [e] a criação de gados³⁶⁸”. O autor almejava chamar atenção para a importância comercial da atividade extrativista do pau-brasil, para o comércio e os rendimentos que estes poderiam trazer para a Fazenda real.

A obra de Brandão foi pensada e diagramada através de uma sequência de diálogos que instrumentalizava o que para ele representava aquela nova terra. O livro não pode ser, portanto, desvinculado da vida do autor. Brandão escrevia sobre uma sociedade, mas também fazia parte dela. Apesar de todos os perigos relacionados ao fato de ser ou parecer um judeu, embora protegido pelo anonimato, Brandão demarcou em seus escritos a sua origem: o simbolismo presente na obra composta de diálogos transcorridos ao longo de sete dias, com um intervalo de um dia para descanso. A ausência de Brandônio nesse dia poderia ser uma alegoria em relação ao descanso sabático, uma das práticas mais recorrentes entre os cristãos-novos³⁶⁹.

A ideia do livro talvez estivesse presente desde o início da jornada de Ambrósio Fernandes Brandão no Brasil, mas foi apenas na idade madura que essa intenção se

³⁶⁸ BRANDÃO, 2010, p. 155.

³⁶⁹ Para maiores informações sobre essa temática, consultar: MORDOCH, Gabriel. Um cristão-novo nos trópicos: expansão imperial e identidade religiosa nos Diálogos das grandezas do Brasil de Ambrósio Fernandes Brandão. *Colonial Latin American Review*, 25/2, 200-219, 2016.

concretizou. Sabe-se que, pelo menos, até 1597, Brandão esteve no Brasil e exportava açúcar diretamente do seu engenho São Bento, situado à margem esquerda do Capibaribe, para Lisboa. Em 1600, época que Brandão já residia em Portugal, o engenho constava como pertencente a Antônio Lopes Brandão³⁷⁰, provavelmente um parente do cristão-novo, que atuava como seu procurador. Como visto, deste ano até 1606 ou 1607, o cristão-novo viajou para Portugal, tendo residido em Lisboa por quase dez anos, de onde regressa em data não indicada. Esse lapso temporal referente à sua estada em Portugal possui alguns contornos esfumados. Brandão residiu em Lisboa na Calçada do Combro e durante essa temporada exerceu o importante cargo de Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, de modo que travou contato e estabeleceu vínculos políticos com autoridades das mais altas esferas governamentais luso-espanholas, inclusive ministros e governadores, como ele próprio demonstrou os citando nominalmente em sua obra³⁷¹. Brandão tinha, portanto, uma boa rede de contatos. Em determinado trecho da obra, o português mencionava sobre a pompa da elite colonial:

“E eu vi já afirmar a homens mui experimentados na corte de Madri que se não traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenhos, suas mulheres e filhas, e outros homens afazendados e mercadores³⁷².”

Não podemos afirmar expressamente que Ambrósio Fernandes Brandão foi à Corte na Espanha, mas o autor do *Diálogo* conhecia bem como o sistema funcionava. Também disse expressamente conhecer Madri, Valladolid e outros “lugares de Castela³⁷³”. Ainda em Lisboa, Brandão acabou sendo denunciado à Inquisição por um antigo jardineiro seu, de nome Miguel Fernandes de Luna, como sendo adepto do judaísmo. Brandão, dentre outros motivos, tinha sido acusado de guardar os sábados e de que todas as pessoas da sua família que viviam em sua casa seriam letradas, a saber, a esposa, Ana Brandoa, a irmã, Joana

³⁷⁰ Alguns autores afirmam que Antônio Lopes Brandão seria um irmão de Ambrósio Fernandes Brandão, mas não foi encontrada essa afirmação em fonte documental.

³⁷¹ Conferir estudo introdutório de José Antonio Gonsalves de Mello: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. (1618). Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 1997, p. XVIII-XXI.

³⁷² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 169.

³⁷³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 182.

Batista, seus filhos, Duarte Brandão e Mícia Henrique³⁷⁴. Essa não havia sido a primeira vez que Brandão fora denunciado ao Santo Ofício. Durante o período da união das coroas, o Nordeste do Brasil recebeu duas visitas do Santo Ofício. A primeira delas ocorreu entre os anos de 1591 e 1595, e a segunda entre 1618 e 1620, coincidentemente o mesmo ano da redação do *Diálogo*, fato que nos leva a pensar que poderia ter havido alguma relação entre a escrita da obra e a chegada da expedição do Santo Ofício naquele mesmo ano.

Em 1591, Ambrósio Fernandes Brandão foi denunciado à primeira visita do Santo Ofício juntamente com seu colega cristão-novo português, Nuno Álvares, que também se ocupava da coleta de impostos do açúcar. Brandão e Álvares foram acusados, juntamente com outros cristãos-novos, de frequentarem a sinagoga de Camaragibe. Essa denúncia foi feita pelo padre Francisco Pinto Doutel, em 8 de outubro de 1591, perante a mesa do Santo Ofício na Bahia³⁷⁵. Em 1595, encontramos outro registro de Brandão, ainda na documentação da primeira visita do Santo Ofício ao Brasil, desta vez, não como acusado, mas como testemunha, prestando depoimento visando defender a inocência de Bento Teixeira.

Sobre os dois episódios em que foi denunciado no Brasil e em Portugal, não há na documentação inquisitorial qualquer indício que Brandão houvesse sido processado. A ausência de julgamento para o caso de Brandão demonstra as possíveis inconsistências que existiam dentro da própria instituição da Inquisição, quando categorizava cristãos-novos entre os que possuíam ou não prestígio naquela sociedade. De todo modo, a comprovação de sua vinculação efetiva aos cristãos-novos nunca existiu de forma clara, mas o fato de haver sido denunciado pela Inquisição por duas vezes e a forma como conduziu a escrita do *Diálogo*, parece sugerir que Brandão fosse adepto de práticas judaizantes, embora uma afirmação peremptória sobre esse tema, até o momento, não seja possível.

Na obra são várias as referências ao Antigo Testamento e a personagens como Davi e Salomão. A própria omissão do nome de Jesus e da Virgem Maria, figuras essas tão presentes na literatura ibérico-cronística do período, é muito significativa. Como explica Kätke Windmüller, que chamou o silêncio de Brandão em relação ao tema de “omissão como confissão”, a ausência de referências cristãs acabava sugerindo sua negação³⁷⁶. Alguns

³⁷⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandezas do Brasil*. 2ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Melo. Recife: Imprensa Universitária, 1966, p. xv.

³⁷⁵ PRIMEIRA visita do Santo Officio às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1593. São Paulo: Editora Paulo Prado, 1925, p. 518-520.

³⁷⁶ WINDMULLER, Kätke. “Omissão como Confissão: Os Diálogos das Grandezas do Brasil, de Ambrósio Fernandes Brandão”. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, M. Tucci (Org.). *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

autores, como Jaime Cortesão, veem na obra traços do judaísmo, também por conta da ausência de uma discussão sobre a fé católica e a conversão do gentio ao cristianismo. O silêncio de Brandão tinha, portanto, um peso muito grande, sobretudo em uma época em que a matriz teológica estava tão presente. O dialogismo que existia na obra de Brandão como forma de persuasão poderia estar camuflando uma mensagem aos leitores judeus de que naquela região eles poderiam encontrar segurança e tranquilidade. De fato, a ausência de um Tribunal da Inquisição no Brasil permitiu que o local ficasse conhecido entre os cristãos-novos como um espaço de relativa liberdade. Aliado a isso, estava a prosperidade econômica vivenciada, naquela época, no Nordeste³⁷⁷.

Provavelmente em 1607, Brandão retornou ao Brasil, onde havia cultivado, mesmo quando ausente, suas redes comerciais e familiares. Em 1613, encontramos Brandão já estabelecido na Paraíba, aonde viria a possuir três engenhos de açúcar e permaneceria até o fim dos seus dias. Apesar de ser mencionado, na Relação de José Israel da Costa, em 1623, como proprietário de engenhos na Paraíba, o ano que se encontrou a última notícia sobre Brandão foi 1618. Com o falecimento do cristão-novo, os engenhos passaram aos cuidados dos seus filhos, Luis Brandão e Jorge Lopes Brandão, e do seu sobrinho, Francisco Camelo Brandão³⁷⁸. Com a chegada dos holandeses, os familiares se retiraram da capitania. Os engenhos pertencentes à família Brandão foram confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais e adquiridos, em 1637, por Isaac de Rasière, comerciante de Amsterdã. Depois da restauração portuguesa essas propriedades passaram ao comando de João Fernandes Vieira³⁷⁹.

Só um letrado extremamente culto, estudioso e bem informado pode ter redigido o *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Brandão conhecia o hebraico e o Velho Testamento, que citava com frequência, ao contrário do Novo Testamento ausente no seu relato. Ambrósio Fernandes Brandão provavelmente recebera formação literária e científica, pois denotava conhecimento sobre mitologia e filosofia greco-romana, falava latim, teve acesso aos

³⁷⁷ VAINFAS, Ronaldo. “La Babel religiosa. Católicos, calvinistas, conversos y judíos en Brasil bajo la dominación holandesa (1630-1654)”. In: CONTRETAS, James; GARCÍA, Bernardo José; PULIDO SERRANO, Ignacio. *Familia, religión y negocio: el sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2003.

³⁷⁸ Após a invasão holandesa, o sobrinho de Ambrósio Fernandes Brandão, Francisco Camelo Brandão, se mudou para a Capitania de Pernambuco, em junho de 1635. Um dos filhos de Ambrósio Fernandes Brandão, Luis Brandão, era capitão de infantaria no Estado do Brasil e atuou com notório empenho na defesa da Capitania da Paraíba “encargandoseles a ellos los (lugares?) mas arriezgados. Del mismo modo acudieron con sus haciendas (ilegível) y esclavos para el gasto del exercito y fabricas delas fuerças que se hian ocupandose en esto”. AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1478, f. 51-51v.

³⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paul: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 32, p. 44.

naturalistas gregos, como Plínio e Eliano, e aos pensadores clássicos, como Dioscórides, Justino e Aristóteles. Brandão também possuía cultura e uma vasta erudição no que dizia respeito às ciências naturais e a cosmografia. No plano prático, conhecia com bastante propriedade as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, esta última onde acabara residindo até o final dos seus dias.

A fortuna crítica sobre o *Diálogo* concorda em afirmar que um dos objetivos principais de Brandão era encorajar a imigração ao Brasil. O livro não se dirigia somente a um público geral, mas também à Coroa. A obra tinha um sentido utilitarista visto que aliadas às descrições geográficas havia também explicações detalhadas sobre a melhor forma de governar. Além do discurso positivo em relação às grandezas do Brasil, Brandão alertava para os perigos ocasionados pela falta de uma boa administração e do melhor aproveitamento dos recursos oferecidos pela natureza. Em determinado diálogo, Alviano demonstra insatisfação diante da não descoberta de pedras preciosas na região. Brandônio, o guia-mestre da obra, replica que o que o Brasil tinha de mais importante era justamente o que ainda estava por descobrir-se, fato que dependia enormemente do conhecimento adquirido pelos europeus em todos esses anos. As ofertas da natureza que podiam justamente oferecer diversas possibilidades de conhecimento, de obtenção de ganho, já que a matéria-prima seria abundante e os seus usos os mais diversos³⁸⁰.

As grandezas do Brasil: o título era simples, explícito. O Brasil era grande, era fértil e permitiria ganhos importantes àqueles que estivessem dispostos a investir naquele território. Ambrósio Fernandes Brandão acreditava no Brasil enquanto projeto para o futuro. O *Diálogo* mostrava o Brasil como uma terra de potencialidades econômicas em favor do Reino. Se compararmos a obra de Brandão com a de outros cronistas, podemos perceber que ela carregava um tom mais otimista, até propagandístico, pois, apresentava o Brasil como uma região aberta a todas as possibilidades. A obra de Brandão enfatizou o empreendimento colonizador e expôs as reais possibilidades de vantagens econômicas que aquela região apresentava. No mundo colonial, seja o da metrópole ou o da periferia representada pela América portuguesa, um dos requisitos mais almejados naquela época era ascender socialmente e Brandão utilizava-se dessa ideia, demonstrando como a nova terra favoreceria esses ganhos. Brandão tentou de forma bem sucedida demonstrar a viabilidade do Brasil. Segundo Stuart Schwartz, por volta da época que foi escrita a obra de Brandão, funcionavam

³⁸⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 84-85.

cerca de noventa engenhos apenas na região de Pernambuco, que detinham alta produtividade, mesmo entre aqueles menores³⁸¹. Foi essa atmosfera que permitiu a Brandônio assegurar, em conversa com Alviano, que “o Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de sua Majestade que toda a Índia³⁸²”.

A grande crítica presente na obra de Brandão dizia respeito à falta de zelo dos colonos que atuavam muitas vezes de forma displicente, não aproveitando da melhor maneira a grandeza e a fertilidade presenteadas pela natureza do Brasil, como ele detalha a seguir: “[...] o descuido dos capitães, pouco cuidado e menos curiosidade do governo da terra em o fazerem cumprir, ajuntando-se a isso a muita facilidade com que os governadores-gerais dispensam o contrário, desbarata tudo [...]”³⁸³. A ausência de uma administração e de uma justiça eficientes, condizentes com a boa razão de Estado, era uma tópica presente no discurso. A obra de Brandão tinha, portanto, uma intencionalidade política. Por diversas vezes, o cristão-novo acabou adotando em sua obra um tom que variava da súplica à denúncia, demonstrando o lastimável estado das coisas, talvez por isso mesmo tenha escolhido, justamente, o diálogo como instrumento de sua declaração.

A obra de Ambrósio Fernandes Brandão certamente foi bastante conhecida em seu tempo. O *Diálogo* também deveria ter como público-alvo os cristãos-novos. A própria existência do manuscrito na Holanda parece reafirmar a presença de uma rede de comunicação, provavelmente dentro da comunidade judaica ou cristã-nova, que possibilitaria a circulação de informações e artefatos entre a colônia, os países ibéricos e a Holanda. Quando afirma Brandônio “[...] porque o açúcar é a principal cousa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico³⁸⁴” nota-se a intenção de atrair homens de negócios e de comércio que, além de benesses econômicas, buscavam também espaços afastados do policiamento inquisitorial.

O fato é que a obra não seguiu a cartilha da descrição portuguesa e, intencionalmente, pretendia advertir ao mundo sobre aquelas novas terras explicitando as grandezas do Brasil. Pode ter ocorrido muito provavelmente no século XVII, a proibição de circulação da obra por parte dos lusitanos. O fato do *Diálogo* nunca ter sido publicado na Idade Moderna pode estar

³⁸¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 16.

³⁸² BRANDÃO, 2010, p. 159.

³⁸³ BRANDÃO, 2010, p. 68.

³⁸⁴ BRANDÃO, 2010, p. 166.

relacionado a essa questão: preservar o sigilo diante da cobiça dos povos estrangeiros. Nesse caso, quanto mais oculta, mais segura estaria a exploração da América portuguesa³⁸⁵.

Ambrósio Fernandes Brandão foi ainda um cronista diferenciado no que diz respeito a seleção das temáticas abordadas. Por ter sido mercador, o cristão-novo tratou da atividade mercantil com atenção e esmero. Brandão alertava que o comércio entre o Brasil, Angola, o Rio da Prata e o Peru deveria ser encarado de forma mais importante do que as trocas com a metrópole, por exemplo. Contudo, o seu relato sobre o Brasil não deixou de ser uma história do mundo ibérico. Brandão escrevia sobre aquela sociedade, mas também fazia parte dela, através de suas redes particulares. Brandão estabeleceu vínculos políticos com personagens do Reino, mas também ampliou sua rede na América portuguesa. Possivelmente, foi a partir da constituição desses circuitos que Brandão pode aprofundar e amadurecer as suas ideias para a escrita do *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Brandão foi um mercador que acabou atuando na esfera comercial, militar, agrícola e fiscal e participou de forma significativa do processo de expansão ultramarina ibérica. Na obra se entrecruzam espectros diversos da sociedade colonial.

O autor não se esquivou de abordar temas mais delicados. Brandão ressaltava que os castelhanos eram “bons conquistadores e descobridores”, mas que essa asseveração não diminuiria o esforço dos portugueses. Em determinados trechos, parece querer responder às críticas de Pero de Magalhães Gândavo ao dizer que os lusitanos bordejavam apenas a costa³⁸⁶. Conforme Brandão, a conquista do litoral seria mais importante que a descoberta das minas de ouro e prata, embora assentisse com seu interlocutor que os “moradores se ocupam somente na lavoura das canas-de-açúcar, podendo se ocupar em outras muitas cousas³⁸⁷”, porque o Brasil era capaz de fornecer muito mais. Aliás, diferentemente de Gândavo que assentava suas reflexões sobre a vontade de criar um outro Portugal, enquanto tratava de explicar “porque o Brasil não floresce muito mais” ou “não se pode achar remédio³⁸⁸”, Brandão trazia uma outra mensagem política. O autor reconhecia as carências estruturais do Brasil, mas também as suas vantagens, sugerindo a melhor forma de se trabalhar diante dessa

³⁸⁵ SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor.); BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. (Colaboradora). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019, p. 43.

³⁸⁶ “[...] vivem todos juntos da costa”. GÂNDAMO, Pêro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 31.

³⁸⁷ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 54.

³⁸⁸ GÂNDAMO, Pêro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 42; 53.

conjuntura, exemplo disso, é sua ideia de cultivar na região as mesmas especiarias encontradas nas Índias.

Ambrósio Fernandes Brandão e o *Diálogo* estão enraizados na geografia do poder do Antigo Regime. Aparecem na obra as estratégias discursivas da época, as justificativas utilizadas durante as guerras, o necessário controle Real em conformidade com o bem comum, a submissão dos colonos como vassalos honrosos e leais. No entanto, o autor faz uso de ideias e sistemas de pensamento que são condicionados por uma conjuntura espacial e temporal particular. A sua interpretação dos acontecimentos fundamentava-se em uma concepção providencialista da história, discutindo, por exemplo, a possível origem hebréia dos indígenas, mas o seu raciocínio era formulado através de fundamentos racionais e humanistas, certamente influenciado pelo seu espaço de experiências.

O *Diálogo* representa a um só tempo, documento e testemunho, visto que sua escrita corroborou a descrição da realidade em que se encontravam as capitanias do Norte àquela altura (e também o que possivelmente o autor parece ter vivenciado nas “Índias Orientais”). Brandão era um homem do seu século, não prescindiu do religioso, mas cada vez mais se aproximava do humanismo. Se a América foi inventada³⁸⁹, o Brasil também estava sendo. Brandão enredou toda sua argumentação explicitando que aquele terreno era um espaço fértil para novas experiências, justamente pela quantidade de matérias-primas que poderiam ser transformadas em conhecimento lucrativo para o Reino. Possivelmente, essa foi uma das intenções de Brandão quando ao cruzar o Atlântico: apresentar a estrutura de sua obra, moldada a partir de uma perspectiva arbitrista, para convencer a Coroa sobre os “benefícios que lhes faz e promete neste Estado³⁹⁰”.

A obra *Diálogo das Grandezas do Brasil* deve ser compreendida como um compêndio importante para a compreensão dos estudos acerca da história do Brasil colonial. Do ponto de vista historiográfico, o valor é incomensurável. Ambrósio Fernandes Brandão foi um homem do Atlântico. O português participou de forma significativa do processo de expansão ultramarina e explicitou a atividade mercantil de forma singular, foi espectador e contemporâneo dos acontecimentos. Brandão (ou Brandônio) não se esquivou de tomar partido e referir-se a episódios dos mais diversos matizes, permitindo uma descrição geográfica, histórica e política sobre o território no século XVII.

³⁸⁹ O’GORMAN, Edmund. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 1992.

³⁹⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 215.

Finalizamos o tópico retomando uma ideia do início. Se o arbitrismo seria uma estratégia individual de inserção e coparticipação, ou seja, “*un puente entre la sociedad y la corte*”³⁹¹, Ambrósio Fernandes Brandão é um ótimo exemplo. A sua escrita foi impulsionada pelo desejo de inserir o Brasil no cenário econômico e político. Até então, as Índias eram a peça mais cara aos lusitanos. De origem portuguesa, com raízes nos dois lados do Atlântico, Brandão pretendia mostrar à Portugal, mas também a Corte de Castela que além de vantagens econômicas, no Brasil “se aprende com muita facilidade toda a polícia, bom modo de falar, honrados termos de cortesia, saber bem negociar, e outros atributos desta qualidade”³⁹². Era mesmo, portanto, uma praça do mundo.

3.2. A palavra a serviço da Monarquia

Em sua obra *Portugal na época da Restauração*, inovadora para a época em que foi publicada, Eduardo D’Oliveira França enfatizou o conceito de cultura barroca e o choque entre os dois principais protagonistas do século XVII – a burguesia em ascensão e a nobreza arcaica – como sendo o principal motivador de uma crise, inicialmente espiritual, e depois com matiz política. O barroco seria a bandeira desse desajustamento. Segundo França, o conceito representaria:

“[...] a expressão da época da hegemonia ibérica na Europa, associada à reação católica procedente do Concílio de Trento. [...] corresponde a uma posição de busca, de renegação da conciliação do humanismo cristão. Por

³⁹¹ BORGES, Graça Almeida. “¿Un Imperio Ibérico integrado? El arbitrismo y el Imperio Ultramarino Português (1580-1640)”. *Obradoiro de Historia Moderna*, N.º 23, 71-102, 2014, p. 73.

³⁹² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 172.

isso, a época do barroco é uma época de tensão de espírito³⁹³.”

A cultura barroca pode ser lida como um movimento amplo, de abertura de ideias, tanto do ponto de vista humanístico, quanto do ponto de vista político. As estruturas mentais dessa realidade múltipla não diziam respeito apenas a Europa do século XVI, mas também valiam para suas ramificações americanas. Esse “mundo barroco”, uma condensação espiritual, intelectual e política, reforçou a história providencialista, originária da Idade Média. Aquele ainda era um discurso que separava o plano mundano do divino, algo latente aos homens daquele tempo que costumavam adotar interpretações místicas para explicar suas inquietações e medos terrenos. Quando da União Ibérica, os reinos de Portugal e Castela se alinharam, compartilhando o mesmo fervor contrarreformista³⁹⁴. Esse elemento mágico, portanto, ainda estava fortemente vinculado ao Estado moderno no mundo ibérico:

“Faz parte da natureza do milagre que ele sirva para granjear crédito aos mensageiros, ministros e profetas de deus, a fim de que os homens possam saber que eles foram chamados, enviados e empregados por Deus, e fiquem assim mais inclinados a obedecer-lhes”³⁹⁵.

É impossível compreender o mundo do Antigo Regime sem levar em consideração esse estado de consciência, categoria histórica ou mentalidade – são variadas as denominações sobre a representação política e social do período. Aquela ordem social em transformação produziu artefatos culturais que carregavam consigo características muito próprias àquela sociedade: um novo papel para o indivíduo; uma multiplicidade de confissões religiosas; um novo Estado em formação e em constituição, a chamada Monarquia Universal. Os homens letrados que escreveram no período são fontes privilegiadas para a observação das imagens difundidas sobre esse novo mundo. Foi nessa época que a circulação de notícias, informes e relatórios se intensificou de forma muito diversa daquela que até então existia. A utilização da escrita com finalidades políticas tornou-se um importante instrumento para a concessão de benefícios. Apesar de estruturas sociais delimitadas por linhagens e contornos

³⁹³ FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 50.

³⁹⁴ VALLADARES, Rafael. *Por toda la tierra. España y Portugal. Globalización y Ruptura (1580-1700)*. Lisboa: CHAM, 2017, p. 90.

³⁹⁵ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. (1651). 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 260.

aristocráticos, aquela também era uma sociedade dinâmica, que permitia certa mobilidade social:

“Antigos soldados ou pessoas de origem social não-nobre podiam receber igualmente cargos e ofícios nas ‘conquistas’ como forma de remuneração de seus préstimos ao rei. E, assim como os fidalgos, enxergavam em tais funções a possibilidade de enriquecerem³⁹⁶.”

A concepção organicista atribuía a cabeça do Reino ao Rei e os outros órgãos seriam representados pelos conselhos, ministros, e demais agrupamentos jurisdicionais. Quando da incorporação da Coroa lusitana à Monarquia Hispânica, “o Império de Espanha” se transformou “feito um só corpo³⁹⁷”, na concepção de Manoel Severim de Faria, escrevendo em 1624. Portugal e Castela representavam um só corpo no Império, mas eram Reinos diferentes e com personalidades políticas igualmente distintas. Esse corpo político e social valeria também para as possessões americanas da Monarquia que reproduziam, na colônia, a estrutura social hierárquica da metrópole, a ideia de “centralidade do centro³⁹⁸”.

Certamente foram os debates teóricos sobre a boa razão de Estado, incitados por João Botero e Maquiavel, que trouxeram à tona essa questão para o debate. Os arbitristas ibéricos renegavam a concepção utópica manifestada pelos teóricos da literatura de espelho de príncipes, preocupados em aconselhar, muitas vezes, sobre assuntos etéreos. Diogo Ramada Curto chamou de “literatura de advertências e arbítrios³⁹⁹” os textos dos arbitristas, intuindo que estes se adequavam àquela nova realidade de protagonismo político. Muitos foram os memoriais e advertências elaborados de forma a aconselhar o Rei sobre a melhor forma de colonizar, por exemplo, territórios do ultramar.

“En este período, la práctica de enviar consejos, memoriales y

³⁹⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope. Revista de História e de Ciência Sociais*, n. 23, 2000, Lisboa, p. 69.

³⁹⁷ FARIA, Manoel Severim de. *Discursos vários políticos* (introdução actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira). 1624. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 9.

³⁹⁸ MONTEIRO, Nuno. “A ‘tragédia dos Távora’s. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (Orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 337.

³⁹⁹ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 188.

advertencias al monarca dejó de ser un privilegio de los consejeros y teólogos que componían el *entourage* del príncipe, difundiéndose por todo el reino y el imperio⁴⁰⁰.”

O que os arbitristas desejavam era alavancar os seus anseios e trazer uma utilidade aos seus discursos. A comunicação política tinha uma orientação muito sugestiva dessa tópica. Cristóvão de Barros, Provedor-mor da Fazenda Real, em correspondência dirigida a D. Henrique, ainda em 1578, manifestava sua preocupação com a presença francesa na Paraíba:

“E provendo no que me pareceo conveniente a fortalecer esta terra co porto della achei ser muy neçessario fazer um baluarte ou forte fronte da Barra do quoad mando a V. M. a traça q parecendo bem mandará V. M. Nisso o que aver por seu serviço. E no interim mandei que se fizesse hum forte de Madeira a custa do Cappitão pello risco que corrião ay naos dentro no porto por la passagem das Naus francesas q vão a Paraiba da quoad deve V. M. ter particular cuidado por lo muito q ay em se povoar [...] para segurança destas Cappitanias e dos males que ambas recebem dos gentios favorecidos dos Franceses⁴⁰¹.”

A conservação do Estado, das finanças régias e a promoção de sua segurança foram os princípios norteadores do conceito de razão de Estado. Daí a preocupação constante na manutenção, mas também ampliação dos domínios ultramarinos. O papel dos arbitristas, nos mais diversos contextos, comprova os preceitos desse pensamento político. As razões espirituais estavam unidas de forma sólida às razões temporais: “*la fe y el dinero debían encontrar un espacio común en el que acomodarse sin entrar en contradicción*”⁴⁰². Para que o Estado progredisse e fosse bem sucedido, portanto, seria preciso trazer benefícios às finanças régias, mas também aos vassalos. Como disse Ambrósio Fernandes Brandão, esperançoso que sua prosa em forma de diálogo “passe ainda à mão de pessoa que a possa

⁴⁰⁰ DANTAS, Vinicius. “Los arbitristas y la América portuguesa (1590-1640)”. *Anuario de Estudios Americanos*, 71, 1. Sevilla (España), enero-junio, 2014, p. 149.

⁴⁰¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte. I, Maço 111, n. 64.

⁴⁰² COELHO, António Borges apud PULIDO SERRANO, Ignacio. “Arbitrismo, comercio y conversos. Reflexiones desde el pensamiento político.” In: CONTRETAS, James; GARCÍA, Bernardo José; PULIDO SERRANO, Ignacio. *Familia, religión y negocio: el sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2003, p. 89.

manifestar aos senhores do conselho de Sua Majestade, para que lhe dêem o remédio conveniente⁴⁰³”.

A origem do arbitrismo português deu-se nos anos anteriores à incorporação do Reino luso à Monarquia Hispânica. Igualmente, por essa época, começaram a surgir inúmeros movimentos de cunho messiânico e milenarista. De acordo com essas correntes, o “homem português” vivia imerso em uma constante espera, assentada na Providência, que “prometia volver sua benevolência a Portugal quando fosse chegado o momento⁴⁰⁴”. A florescente crença sebastianista que atormentou os anos de reinado de Filipe II e Filipe III era um exemplo disso⁴⁰⁵. Dom Sebastião um dia voltaria para redimir seu povo e conduzir o Reino lusitano para um novo tempo de glória. Sobre essa reação expectante pelo regresso do Rei desaparecido, Ana Paula Megiani resume o ambiente da época, era “como se todos estivessem à beira de um abismo ou dos últimos tempos do juízo final⁴⁰⁶”. Esse simbolismo do regresso foi muito utilizado como recurso político:

“Os alvitres e os prognósticos históricos em relação às possíveis perdas das colônias de além-mar já estavam presentes no momento em que se vislumbra a crise política e econômica do Império português, principalmente com a morte de d. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, e o vazio de poder daí originado, com a paulatina perda de dignidade de Portugal diante do resto da cristandade⁴⁰⁷.”

⁴⁰³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil. 1618*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 80.

⁴⁰⁴ FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 236.

⁴⁰⁵ Sobre a manifestação que genericamente ficou conhecida como sebastianismo, explica Jacqueline Hermann: “Cunhada com o nome do rei desaparecido no Marrocos, essa modalidade de crença passou a associar-se à fé na volta de um rei salvador que viria resgatar o reino português das mãos dos castelhanos e restaurar a honra e a soberania perdidas. Esse sentido vulgarizado, entretanto, longe esteve de esgotar os significados atribuídos às diferentes formas assumidas pelos discursos e textos que passaram a pregar a necessidade da espera de um rei messias, desde o final do século XVI e ao longo do século XVII, período em que, pode-se dizer, ‘nasceu’ o sebastianismo propriamente dito.”. HERMANN, Jacqueline. “Antônio Vieira e o Sebastianismo: messianismo régio e transfiguração barroca”. In: COSTIGAM, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 100. ALBUQUERQUE, Martim de. “O valor politológico do sebastianismo”. *Estudos da cultura portuguesa*. 2 volume. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000, p. 291-326.

⁴⁰⁶ MEGIANI, Ana Paula. *1580*. Lisboa: Tinta da China, 2019, p. 51. Sobre esse tema, consultar também: MEGIANI, Ana Paula. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Sécs. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, p. 50.

O surgimento dos arbitristas em Portugal nasce desse contexto, ocasionando uma ampliação do espaço de participação política e promovendo a circulação de diferentes concepções a respeito de questões econômicas e militares, por exemplo. Assim explica Vinicius Dantas:

“La ampliación del derecho a opinar en las materias políticas del reino y de las posesiones ultramarinas, propia del surgimiento del arbitrista, tuvo como punto de partida la consolidación de una concepción más abstracta de la idea de gobierno, cuando además de asociarse al poder político la persona carismática del príncipe también lo hicieron los conceptos de Estado e Imperio.”⁴⁰⁸

Essa estratégia discursiva podia ter formas plurais para, ou exaltar o suposto vigor português, ou destacar a incofessada fragilidade do Reino. A escrita arbitrista frequentemente estava ligada aos anseios de nobilitação. Essa lógica retórica conjugava com o interesse dos vassallos. Como afirma Maravall, para o bom funcionamento da Monarquia, o governante deveria, pois, ser justo e dar, a cada um, o que lhe era o devido direito: “*Atender a los merecimientos de los vasallos tiene, además de ser de justicia, una gran utilidad política, porque despierta y estimula el afán de honor en los demás*”⁴⁰⁹. É a partir dessa perspectiva que devem ser entendidos os escritos da época atrelados à conjuntura de uma rápida expansão territorial. Ambrósio Fernandes Brandão menciona, em sua obra, ter estado no Reino, por volta de 1597, para demonstrar aos “senhores governadores” que o Brasil era “mais rico e dá mais rendimento para a fazenda de Sua Majestade de que são todas essas Índias Orientais”⁴¹⁰. Sobre essa mesma temática, explica Gabriel Soares de Sousa:

⁴⁰⁸ DANTAS, Vinicius. “Los arbitristas y la América portuguesa (1590-1640)”. *Anuario de Estudios Americanos*, 71, 1. Sevilla (España), enero-junio, 2014, 149.

⁴⁰⁹ MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 331.

⁴¹⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 156.

“Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo⁴¹¹”.

Já foi visto que os processos de conquista do território correspondente à Capitania da Paraíba e a sua incorporação no espaço imperial dos Habsburgo faziam parte de um contexto mais abrangente. Várias dinâmicas coloniais foram empreendidas a partir das possibilidades suscitadas pelo poder filipino na América portuguesa e a empreitada colonial na Paraíba é um exemplo patente disso. A conquista daquele território, intentada antes por quatro vezes, deveu-se, sobretudo, aos vários intercâmbios e acordos proveitosos, envolvendo portugueses, espanhóis, colonos e povos indígenas, que, embora por razões diversas, confluíram para objetivos comuns. O curso da atividade colonial e a eficácia das alianças firmadas entre os interesses locais e os interesses da Monarquia foram os principais motivadores do sucesso daquela empresa, que havia sido preteritamente frustrada.

Em finais do século XVI, nos territórios de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, florescia um intenso comércio para exportação de açúcar secundado pela persistente, e mais antiga, atividade de extração de pau-brasil. O crescimento da colônia, ao tempo que impulsionava e acelerava o desenvolvimento das atividades comerciais na área, também provocava o aumento no interesse de outras nações que tencionavam participar daquele vantajoso comércio. Assim explicava Manuel de Andrada Castel Branco, em um documento apresentado a Filipe II, em 1590, utilizando o tom providencialista da época⁴¹²:

“siendo defensor de la fe, por la cual causa los paganos ingleses, y franceses le contrarían y roban en todo el mar océano, en todas sus

⁴¹¹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brazil (1587). Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 40.

⁴¹² Para os homens do século XVI e XVII, o pensamento lógico muitas vezes era baseado em interpretações bíblicas. Os feitos, históricos ou não, eram compreendidos em sua ocorrência natural e mecânica, como resultados de uma Providência. A identidade divina está presente enormemente nos esquemas alegóricos dos escritores da época, fossem eles católicos ou protestantes. Conforme Charles Boxer, foi o elemento religioso que mobilizou portugueses, católicos romanos, e holandeses calvinistas. Cada povo considerava-se o paladino de sua religião e, em decorrência disso, acreditava estar travando uma batalha ao lado de Deus contra os seus inimigos. BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 121.

navegaciones, ansi de Oriente, como de poniente, haciéndose ricos y poderosos, para sustentar guerras contra la Iglesia Católica, y corona de V. Magestad⁴¹³.”

O discurso de Manuel de Andrada Castel Branco tinha uma finalidade estratégica e era pautado pelas normativas dos textos de história do período, cujo esforço discursivo residia na teoria da boa razão de Estado. Conforme Geoffrey Parker, o providencialismo estava presente no pensamento estratégico de quase todos os Estados da época⁴¹⁴. Aquela era uma sociedade cujo plano ordenatório incidia sob a espiritualidade e, na América portuguesa quinhentista, as coisas não ocorreram de modo diferente. O fator religioso, espectro central desse espírito, representou um papel decisivo na formação e no desenvolvimento do que veio a ser chamado de barroco⁴¹⁵. Longe de ser apenas uma empresa estética, artística e literária, foi personificada, àquela altura, uma mentalidade – mística, supersticiosa, barroca – resultante do processo histórico comandado pela Igreja Tridentina. Os primeiros a difundirem as ideias do Concílio de Trento foram os jesuítas. A cultura na América portuguesa, e sobre a América portuguesa, segundo Pedro Calmon, fez-se sob os auspícios da Companhia de Jesus: “começou, pois a cultura na América pela cartilha e pela doutrina, com a sagaz novidade de não desprezar a língua indígena, para que fosse o instrumento dócil dessa conquista⁴¹⁶”.

Um dos maiores responsáveis por utilizar-se do providencialismo em prol de certo anti-castelhanismo na região foram os jesuítas. A desarmonia entre os ibéricos transpareceu, por exemplo, na narrativa do *Sumário das Armadas*, cujo autor – um jesuíta – foi testemunha presencial dos acontecimentos que ocorreram na Paraíba. O livro remete a um período anterior a 1584, embora tenha vindo a lume por volta de 1589, período que coincide com a propaganda negativa que fez Gabriel Soares de Sousa contra a ordem jesuítica, quando de sua visita a Corte em Madri, como visto no Capítulo 3. O projeto missionário dos jesuítas estava plenamente integrado na lógica da expansão colonial. Desde o início de suas atividades, a

⁴¹³ CASTEL BRANCO, Manoel de Andrada. *To defend your empire and the faith. Advice offered to Philip, King of Spain and Portugal (1590)*. HAIR, Paul E. Hedley (Ed.). Liverpool: Liverpool University, 1990, p. 117.

⁴¹⁴ PARKER, Geoffrey. “David o Goliat: Felipe II y su mundo en la decada de 1580”. In: KAGAN, R. L.; PARKER, G. (Ed). *España, Europa y el mundo Atlántico*. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 336.

⁴¹⁵ Há sempre uma relação de historicidade nas palavras, entre uma realidade concreta e uma perspectiva alegórica. Um dicionário não antecipa conceitos, transcreve a realidade, o que significa que, durante um longo tempo, o barroco foi uma “pérola tosca, e desigual, que nem é comprida, nem redonda”, como constava no dicionário de Bluteau. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, p.170.

⁴¹⁶ CALMON, Pedro. *História do Brasil. Século XVI – Conclusão. As origens século XVII. Formação Brasileira*. Volume II. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 367.

ordem manejava como ninguém a propaganda política ladeada ao poder espiritual. A Companhia de Jesus comandou um verdadeiro exército que tinha a *palavra* como forma de *ação*.

Adriel Batista, em um estudo sobre o *Sumário das Armadas*, aponta que a obra representava “um discurso político e diplomático dos jesuítas da Paraíba para com as elites locais, para a sociedade colonial e para a Corte de Filipe II⁴¹⁷”. Concordamos em partes com essa afirmativa. É preciso perceber a finalidade da obra a partir da perspectiva da escolástica jesuítica que estava enraizada em uma complexa rede de propaganda. O *Sumário das Armadas* traz à tona a representação de uma experiência coletiva e conjectural, eivada pelas animosidades do “partidarismo” de uma época.

Os jesuítas não eram – de modo simplório – aliados de Portugal ou da Espanha, eles defendiam a ordem jesuíta e tinham um interesse em contar a história dessa forma, de modo a fazer perdurar o monopólio exercido pela Companhia de Jesus no Brasil. Durante o processo de colonização na América espanhola, não havia o monopólio de uma única ordem religiosa. A estratégia era fragmentar a catequese, exigindo a atuação de forma conjunta de franciscanos, dominicanos, agostinianos, jesuítas⁴¹⁸. Na América hispânica, as ordens religiosas jamais conseguiram possuir a força que os jesuítas obtiveram nos domínios portugueses, desde os primórdios da expansão, quando estes alcançaram a primazia no exercício missionário⁴¹⁹.

Os benefícios acumulados durante anos de atuação com a Coroa portuguesa foram muito vantajosos para os jesuítas. Por isso, ao enfatizar o que ele chamava de “brigas domésticas” entre “Espanhóis e Portugueses”, o autor do *Sumário das Armadas* nitidamente tomava partido em um período tão caro para o desenvolvimento da colonização da América portuguesa sob os auspícios de Filipe II. Desde o início, a União das Coroas ibéricas não foi facilmente aceita por parte dos portugueses e muitos religiosos. Mas esse descontentamento não ocorreu de forma organizada, muitas vezes, a crítica aparecia de forma velada.

⁴¹⁷ BATISTA, Adriel Fontenele. *O Sumário das Armadas: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*. Natal: Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012, p. 47.

⁴¹⁸ BARNADAS, Joseph M. “A Igreja Católica na América Colonial”. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. I. Trad. Maria Claro Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 531.

⁴¹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 14.

Não é nosso intuito analisar a circulação de textos de religiosos portugueses⁴²⁰, mas compreender de que modo o arbitrismo afetou e se refletiu no protagonismo político exaltado por alguns cronistas do período. Mais do que problemas de fiscalidade, muitos desses escritos traziam consigo, às vezes de forma sutil (como no caso do jesuíta autor do *Sumário das Armadas*), noutras de modo mais explícito (como na obra do religioso Manoel Calado⁴²¹), as inquietações políticas de uma determinada época que foi fermentada por um “espírito de discórdia”, para utilizar uma expressão de Jean-Frédéric Schaub⁴²².

Autores religiosos como o jesuíta anônimo do *Sumário*, Frei Vicente do Salvador e Bartolomeu Guerreiro, acreditavam, em geral, que a União das Coroas havia trazido muito mais problemas e desuniões do que soluções. Para os anos imediatamente anteriores a União Ibérica, Frei Vicente do Salvador faz um breve apanhado. O franciscano, que preferia sempre denominar “rei catholico” em vez de rei castelhano, afirma que a boa nova da união havia sido bem recebida pelos portugueses. Contudo, o governador Lourenço da Veiga tinha sentido muito quando soube que Tristão Vaz da Veiga, seu irmão, havia sido derrotado pelas tropas castelhanas comandadas pelo Duque de Alba: “ouvindo a nova enfermou e morreu⁴²³”. Falando sobre a chegada de Diego Flores com suas naus em Salvador, Frei Vicente afirma que este foi recebido com muito desprendimento e generosidade pelos moradores da terra, no entanto, a resposta da Monarquia não ocorreu à altura “porque os serviços do Brasil raramente se pagam⁴²⁴”.

Frei Vicente do Salvador ao repetir o *Sumário*, reforça as injunções críticas dos jesuítas contra a nomeação do Ouvidor-Geral Martim Carvalho que, segundo a ordem, tinha atitudes negligentes frente aos problemas da Paraíba, mostrando-se “sempre mui remisso⁴²⁵”. Do mesmo modo, são apresentados de forma muito negativa os espanhóis Francisco de

⁴²⁰ Sobre esse tema, recomendamos: BORGES, Graça Almeida. “¿Un Imperio Ibérico integrado? El arbitrismo y el Imperio Ultramarino Portugués (1580-1640)”. *Obradoiro de Historia Moderna*, N.º 23, 71-102, 2014. DANTAS, Vinicius. “Los arbitristas y la América portuguesa (1590-1640)”. *Anuario de Estudios Americanos*, 71, 1. Sevilla (España), enero-junio, 2014, 145-170. PULIDO SERRANO, Ignacio. “Arbitrismo, comercio y conversos. Reflexiones desde el pensamiento político.” In: CONTRETAS, James; GARCÍA, Bernardo José; PULIDO SERRANO, Ignacio. *Familia, religión y negocio: el sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2003.

⁴²¹ Ver Capítulo 3. E também: BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. “*A Dialética do Castigo: histórias de um frade no Brasil holandês*”. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 73.

⁴²² SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 94.

⁴²³ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 240.

⁴²⁴ SALVADOR, 1918, p. 272.

⁴²⁵ SALVADOR, 1918, p. 281. Sobre essa questão, ver Capítulo 2.

Castrejón, Francisco de Morales e Pedro de la Cueva, como covardes ou incompetentes para as tarefas que deveriam desenvolver na Paraíba. Os jesuítas participaram ativamente das guerras de conquista do território da Paraíba e também das tramas políticas pelo poder local na Capitania nascente. Fazia parte dos objetivos da ordem, não ceder espaço para seus inimigos políticos.

O jesuíta Bartolomeu Guerreiro, autor da *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, criticava de forma veemente o descaso da Monarquia Hispânica para com Portugal e os seus territórios ultramarinos, tendo sido esse, segundo Guerreiro, o motivo da invasão à Bahia. Em um sermão sobre as conquistas portuguesas no oriente, dizia o religioso ser “razam de sentimento, & dor de nam achardes em Lisboa aquelles passados Reys que vos fizeram poderoso, a vós, & vos ricos a elles⁴²⁶”. Os protestos não ocorriam apenas nos púlpitos das igrejas, mas também em forma de obras, relações e manuscritos que circularam à época com manifestações em contra da união das duas Coroas⁴²⁷.

Apenas analisando esses contextos, se compreenderá, pelo menos em partes, a lógica e o sentido da prática desses discursos. Muitos desses escritos serviram, mais adiante, para legitimar a Restauração, sempre enfatizando a má administração e o mau governo dos Filipes. No entanto, como afirma Diogo Ramada Curto, nem sempre o sentido desses debates, após 1640 “seguiu uma clivagem de simples oposição entre portugueses e castelhanos, pois a microconflitualidade que através deles se exprime só marginalmente mobiliza argumentos de caráter nacional ou patriótico⁴²⁸”.

Claro está que foram muitos os fatores envolvidos quando da incorporação e posterior separação de Portugal da Monarquia Hispânica. Esse ambiente latente teve a contribuição da Companhia de Jesus. Não se pode negligenciar a importância fundamental da circulação dessas obras de modo a nutrir um fenômeno de politização em Portugal nos anos que precederam 1640. De uma “surda hostilidade” e uma “resistência passiva”, para utilizar expressões de José Veríssimo Serrão⁴²⁹, passou-se, àquela altura, a uma espécie de

⁴²⁶ GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermão que fez o Padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus, na cidade de Lisboa na Capella Real, dia de São Thome, anno de 1623, cuja festa como de Padroeiro da India celebra, por ordem dos Reys o Tribunal daquelle Estado com offeras publicas das drogas delle*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, impressor del Rey, 1624, f. 8v.

⁴²⁷ MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: INIC, 1986.

⁴²⁸ CURTO, Diogo Ramada. “Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720)”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580 - 1720*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 357.

⁴²⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994, p. 28-29.

fermentação de um espírito de discórdia, em uma época de guerras sem tréguas, contra a Holanda, a Inglaterra, a França⁴³⁰.

Os conflitos localistas e mais gerais foram aproveitados e reformulados de forma convincente pelas historiografias nacionalistas dos séculos XIX e XX. A historiografia paraibana repercutiu essa vertente, reforçando de forma desabonadora a participação dos castelhanos nos embates pela conquista da Paraíba, estes atuavam de modo “tão arrogante na paz como fraco na guerra⁴³¹”. Como pontuou Fernando Bouza, o Portugal dos Filipes foi uma criação lusitana. Há uma crise portuguesa que Filipe II responde não apenas na base da negociação, mas com armas. Com o pacto informal estruturado nas Cortes de Tomar, iniciava-se um período dourado para a fidalguia portuguesa. Ainda conforme Bouza, esse período traria soberania para os Filipes e “governo efectivo” para a nobreza portuguesa. Essa ordem teria durado até finais dos anos 1630. Quando a situação muda, o cenário de 1640 começava a desenhar-se⁴³².

⁴³⁰ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 91-94.

⁴³¹ MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, p. 75.

⁴³² Fernando Bouza em entrevista para Lucinda Canelas. *Edição Público Porto*, 14/12/2014. Consultado em 09/11/2016.

CONCLUSÕES

O historiador Eric Hobsbawm escreveu que o passado é como se fosse um outro país, um lugar distante onde as coisas são diferentes⁴³³. Em razão disso, às vezes, há uma certa propensão quando o historiador exerce o seu ofício em atribuir características que são inerentes apenas ao tempo presente quando da análise de épocas pretéritas. O passado e a representação do passado são consideravelmente afetados pelo tempo. A temporalidade e o lugar social impõem à história não apenas objetos próprios, mas diferentes recursos e modalidades de trabalho intelectual⁴³⁴. Todo processo de constituição de um conhecimento é interpretado e colorido por distintos valores e visões de mundo. Na Europa do século XVII ocorreram mudanças significativas na forma com que os homens encaravam o mundo. Aquele foi um período em que o espiritual e o político se condensavam em uma unidade quase inquebrantável. A conquista espiritual era ladeada por conflitos terrenos. Faz-se necessário rememorar que “o século de Descartes é o mesmo século de Bossuet⁴³⁵”. O mundo dos Filipes foi testemunha do conflito entre a razão, que reclamava a ciência, e a fé, que impunha a moral. A modernidade pluralizou o tempo. A virada do século XVI para o século XVII provocou uma reconfiguração do saber, o que suscitou novas necessidades e reflexões. Era esse o ambiente que pairava na época em que o Rei castelhano Filipe II foi, também, aclamado como Rei de Portugal. O diálogo entre a cultura e o pensamento europeus e a experiência americana perdurou durante todo o período colonial.

Pretendemos, neste trabalho, examinar e analisar as múltiplas interações que existiam entre as partes continentais que compunham a Monarquia Hispânica, quando da instauração da União Ibérica, mas também nos anos imediatamente anteriores à sua constituição. Durante o chamado período filipino, em que um dos mais vastos impérios da história foi formado. A incorporação de Portugal, que era o segundo império colonial daqueles tempos, à Monarquia Hispânica estendia o domínio dos Habsburgo, da Península Ibérica a todas as partes do mundo até então conhecido. Com a unificação de todos esses territórios sob um mesmo cetro,

⁴³³ HOBBSAWM, Eric. “O presente como História: escrever a história de seu próprio tempo”. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 43, nov. 1995, p. 107.

⁴³⁴ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 18.

⁴³⁵ FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 41.

constituiu-se a chamada “Monarquia Universal”, concepção idealizada ainda durante o Reinado de Carlos V. A mundialização gestada pelos ibéricos ganhou, à época, contornos superlativos, promovendo conexões transatlânticas que transformaram o curso da história, sobretudo, do ponto de vista econômico e cultural. Esse grande império (em extensão territorial e poderio militar) abarcou inúmeras conexões particulares que se entrelaçavam formando vínculos globais, permitindo, por exemplo, a expansão da religião católica, a propagação do barroco, a extensão de pautas de consumo, as transações comerciais e transmigrações de pessoas entre variados pontos da Monarquia, promovendo uma nova conformação política e cultural.

Um dos nortes deste estudo foi entender de que modo a integração de uma Monarquia de dimensões globais e as transformações políticas que decorreram do período afetaram o outro lado do Atlântico. Durante aquele tempo, foi possível constatar o enorme potencial econômico e estratégico da América portuguesa para a Monarquia Hispânica. Nosso objetivo principal foi, portanto, entender como esse evento político de tamanha magnitude repercutiu nas chamadas partes do Brasil. O período no qual o Estado do Brasil foi incorporado ao projeto estratégico dos Habsburgo foi decisivo para a sua futura conformação territorial. Um dos traços marcantes dos anos da União Ibérica nas terras portuguesas da América foi a empresa de conquista da região da Paraíba, com a consequente fundação da cidade de Filipeia, atual João Pessoa, terceira mais antiga povoação fundada na América portuguesa que, já no seu início, foi agraciada com o título de cidade. A Capitania da Paraíba, geograficamente, era uma região importante e com características peculiares. No plano estratégico, além de ser o ponto mais oriental do continente americano, possuía dois bons ancoradouros: a Baía da Traição, no limite setentrional da Capitania, e a região próxima à embocadura do rio Paraíba, que nos primeiros tempos também era chamado de rio de São Domingos. A triangulação territorial que se formava nas imediações da foz do Paraíba, onde o rio se ramificava em vários pequenos afluentes, favorecia a entrada no território, e também beneficiava a irrigação das lavouras, a moagem da cana e o transporte dos carregamentos de açúcar. Dentro do plano tático gestado pela Coroa espanhola, a posição geográfica da Paraíba foi decisiva na montagem das defesas daquela que era considerada a última fronteira no caminho em direção ao Peru. Filipeia, cidade régia cuja fundação resultou da orientação dos Habsburgo, nasceu a partir de um sistema defensivo concebido para a área com intervenção direta da Monarquia Hispânica. Mas essa iniciativa teria sido fruto de uma política planejada de Castela para aquela região? Quais foram as diretrizes políticas castelhanas que vigoraram

na Paraíba? Esses talvez tenham sido os principais questionamentos sugeridos por este estudo. Através da análise das fontes históricas compulsadas não é possível dizer, de forma peremptória, quais eram as diretrizes planejadas pela Monarquia castelhana para o Brasil. Os Habsburgo utilizaram uma estratégia não explicitamente delineada, mas, definitivamente, lógica e consistente.

A partir do governo dos Filipes, o Brasil deixou de ser uma parte meramente acessória no ambiente geopolítico da época para integrar-se, efetivamente, ao complexo atlântico da Monarquia Hispânica. A existência de um projeto para a integração da região ao espectro de poder castelhano pode ser deduzida a partir da análise da documentação oficial disponível nos arquivos que foram pesquisados. A região, de “marca portuguesa e regional”, passou a ser um Brasil “de concepção hispânica e atlântica”, como resumiu Joaquim Veríssimo Serrão⁴³⁶. É a partir desse contexto que a história da conquista da região da Paraíba relaciona-se, diretamente, com o período da chamada União Ibérica. A conquista das terras da Paraíba foi uma das primeiras campanhas de confirmação de posse de um território que se deram no Atlântico. O lento e árduo processo de conquista do chamado “Rio Ruim”, que perdurou por vários anos, foi um dos primeiros produtos engendrados pela arquitetura do poder monárquico filipino nas Américas. A região, que era dominada pelos Potiguara e constantemente frequentada pelos corsários franceses, só foi, efetivamente, conquistada com a chegada dos reforços da Armada do Estreito, o que culminou com a instalação da primeira edificação feita na região, o Forte de *San Phelipe y Sanctiago*, e, posteriormente, com a fundação de Filipeia, nome dado à nascente povoação em homenagem ao monarca espanhol. A povoação foi assentada no entorno do chamado Forte do Varadouro, que foi construído após a destruição do Forte de *San Phelipe y Sanctiago*, e instalado nas proximidades do rio Sanhauá, afluente da margem direita do rio Paraíba. A ocupação da região foi permeada por uma série de dinâmicas intermediadas por hierarquias sociais que envolviam as elites, o poder local, os segmentos intermediários e a própria Monarquia. Esse foi o cenário de fundo durante os primeiros anos da ocupação da região com a construção de fortificações, a instalação da Câmara de Filipeia, o estabelecimento das ordens religiosas e o início da empresa açucareira, com suas plantações e seus engenhos.

As autoridades em Madri deveriam presumir que os rendimentos oriundos do Brasil poderiam ser maiores do que aqueles que, até então, eram arrecadados. O que explica porque

⁴³⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994, p. 14.

os primeiros anos da governança sob a égide espanhola foram, sobremaneira, dedicados ao entendimento da verdadeira realidade econômica do Brasil e como aquelas terras poderiam proporcionar resultados proveitosos aos Habsburgo. Da necessidade de compreensão pelas autoridades espanholas da realidade brasileira, no sentido de fundamentar a ação da Monarquia na região, decorreu a frequente solicitação de relações e relatórios administrativos sobre a situação das capitanias régias e donatárias e uma maior vigilância em relação aos negócios ilícitos, com aplicação de fortes penalidades aos infratores. Para o caso da Paraíba, ocasionou o fortalecimento do sistema defensivo na área, com o estabelecimento de políticas específicas e investimentos da própria Fazenda Real (como ocorreu em Havana e Cartagena⁴³⁷) para reforçar as defesas, diferentemente do que acontecia em outras regiões do território onde a inversão régia dizia respeito apenas à defesa naval.

Assegurar e conquistar a Paraíba constituiu-se, portanto, uma pedra angular da expansão do processo colonial no Brasil, intra e inter capitanias. A Paraíba ocupava uma posição estratégica, porque era o primeiro ponto de escala para os navegadores que vinham da Europa. A conquista da região trouxe consigo novos matizes e novas formas de dominação colonial que eram vinculadas à forma do sistema de poder político castelhano. Intentamos compreender o lugar que a Capitania da Paraíba (que se constituiu, desde o seu início, como um espaço de disputa entre portugueses, castelhanos, franceses e povos nativos) ocupava no complexo ultramarino vigente à época, que se integrava com realidades continentais e matrizes variadas. A conquista da Paraíba sempre foi vista como uma empresa que envolveu recursos de particulares, oriundos principalmente da Capitania de Pernambuco, e do Governo-geral do Brasil. Com esta tese, mostramos que houve, além disso, a contribuição advinda de investimentos aportados pelo capital estrangeiro europeu. Procuramos demonstrar, também, que houve diretamente a intervenção dos Filipes em questões defensivas da Capitania da Paraíba. A fortificação do Forte de Cabedelo foi uma diligência prioritária para a Espanha. Certamente, à época, era uma das bases defensivas mais importantes do Brasil e onde houve maior investimento militar antes da atenção da Coroa ser voltada para Salvador. Os debates, na esfera da administração régia, sobre as fortificações da região demonstram uma clara preocupação com a defesa da área, em uma época atormentada pela ameaça constante da invasão holandesa. Tudo que afetava os interesses da Monarquia era debatido na Corte nas instâncias superiores do Reino. A criação da “*Junta de Consejeros*

⁴³⁷ REICHERT, Rafal Bartolomiej. *Socorros de la Nueva España para la población militar de los puertos españoles en la región del Gran Caribe, siglo XVII*. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de México, 2010, p. 62-65.

de Estado y Guerra”⁴³⁸, em 1629, para discutir especificamente o estado e os reparos urgentes que deveriam ser feitos no Forte de Cabedelo – “por ser materia esta de tanta importancia”⁴³⁹ – é um notório exemplo disso. O projeto foi idealizado por Pedro Cadena que foi pessoalmente à Corte para apresentá-lo e para assegurar-se da aprovação do seu pleito. Por outro lado, é importante ressaltar que Pedro Cadena estava interessado na defesa da Capitania da Paraíba porque esta fazia parte da sua estratégia para obtenção de mercês para si e para seu entorno familiar.

Durante o período filipino houve uma maior intervenção do poder régio no Brasil, com a promoção de uma série de reformas administrativas, com a centralização do sistema jurídico, na sede do Governo-geral, na Bahia, fato que se refletiu na reestruturação da burocracia colonial. Uma medida importante, com relação à mudança na configuração do território, se deu em 1621 com a divisão das duas regiões, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, ao norte. A Coroa espanhola desenvolveu para o Brasil um plano de ação de modo a fragmentar a catequese dos nativos pelos religiosos, exigindo uma atuação compartilhada entre franciscanos, dominicanos, beneditinos, jesuítas e demais ordens. Essa orientação catequética pretendia diminuir a primazia do exercício missionário que era conduzido, de forma preponderante, no Brasil pelos jesuítas, fato que não ocorria, nesses termos, na América espanhola. A Coroa espanhola não pretendia adequar o seu projeto político aos preceitos da Companhia de Jesus.

Ainda com relação aos indígenas, o governo dos Filipes interveio, de forma mais efetiva, no tratamento que lhes era dado, regulamentando a legislação existente que tratava da política indigenista. Essa reforma jurídica e administrativa era uma tentativa de modelar o sistema político para deixá-lo mais próximo ao que estava sendo desenvolvido, na época, nos territórios da América dita espanhola. A ideia era que os territórios dessa pretendida Monarquia Universal tivessem uma perspectiva ampla e comum em todas as suas possessões, se pautando, por exemplo, no trato da questão indígena, pelos preceitos da legislação régia e não por mandamentos religiosos.

À medida que o século XVII avançava, as finanças castelhanas se debilitavam. Em síntese, a Fazenda real começava a passar por uma situação deficitária diante do aumento dos custos que eram exigidos pela empresa colonial e por vários outros encargos militares em que, naquela época, estava a Monarquia envolvida. O confronto que então se dava entre

⁴³⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. "Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba".

⁴³⁹ AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1522, f. 41v.

ibéricos e neerlandeses repercutia em outras partes do mundo. Com o advento da invasão das terras brasileiras pelos holandeses, a situação se agravou. A dificuldade para angariar recursos, para cobrir as exigências da guerra, diante de uma grave crise financeira que se vislumbrava fez com que a Monarquia Hispânica tardasse no envio de socorro para a defesa das terras do Brasil. As “fontes da discórdia⁴⁴⁰”, para utilizar uma expressão de Jean-Frédéric Schaub, atuaram de forma muito forte naquela conjuntura.

As novas perspectivas historiográficas que surgiram foram o nosso instrumental metodológico, favorecendo uma abordagem voltada para o Atlântico, tendo por foco a história global. Com esta tese, pretendemos ressaltar a importância de se estudar o mundo atlântico com todas as suas vinculações, um espaço que não estava desconexo da história americana ou europeia, mas que a integrava, como um dos pilares do próprio sistema do qual fazia parte. Aquele era um mundo de novas oportunidades, em que confluíam interesses locais e interesses institucionais. A participação de espanhóis na conquista da Capitania da Paraíba foi algo nunca visto “nas demais conquistas que se fizeram por todo este Estado⁴⁴¹”, como escreveu Ambrósio Fernandes Brandão. Um olhar atento para as fontes documentais faz emergir alguns personagens que merecem ser destacados, devido às relações que eles construíram durante a União Ibérica. Diante de um grupo de conquistadores que era praticamente um bloco uniforme, as figuras “diferentes” nos interessaram. Foram estudados alguns sujeitos históricos e a sua inserção no complexo atlântico, no sentido de refletir como os itinerários desses elementos e suas experiências particulares favoreceram dinâmicas globais, como foram os casos, por exemplo, dos castelhanos Francisco de Castrejón e Juan Rabelo de Lima.

O que havia em comum entre grande parte dos homens detentores de cargos administrativos e políticos nos primeiros tempos da Capitania da Paraíba era a participação desse grupo nas guerras de conquista da região ou a sua participação na defesa do território, em anos posteriores à conquista. A geografia política da Paraíba tinha muitos dos seus tentáculos fincados na Capitania de Pernambuco, mas ela não deve ser entendida apenas à sombra da alçada de Pernambuco, embora os conflitos de jurisdição, não apenas entre essas duas Capitanias, mas também entre os agentes locais que, muitas vezes, contrariavam os

⁴⁴⁰ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 53.

⁴⁴¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 68.

interesses da Monarquia, provocassem um desequilíbrio da unidade administrativa almejada pelos Filipes.

Devido ao desaparecimento dos livros coetâneos da Câmara de Filipeia, não dispomos de dados suficientes para compor o quadro prosopográfico da elite administrativa, à época, na Capitania da Paraíba, mas pode-se inferir que grande parte desse grupo era composta por militares e mercadores. Essa “cadeia infinita de actos benéficiais”, como denominou Hespanha⁴⁴², permitia a articulação de interesses em uma sequência de subordinação, troca de favores e negociações, entre burocratas locais e autoridades régias. A mobilidade social estava atrelada aos serviços prestados à Monarquia. Na Paraíba, como sucedia em outras partes do Atlântico, esses serviços eram considerados relevantes quando da concessão de mercês ou benefícios régios. Ter participado das guerras da conquista contra os Potiguara e os franceses, investindo suas fazendas e força militar, era um caminho que possibilitava acesso aos cargos régios, principalmente na administração, não apenas no território correspondente aos serviços, mas em outros pontos da Monarquia. A atuação da família Cadena na Capitania da Paraíba é uma demonstração dessa amplitude, que se estendia por diferentes partes do Atlântico. Além de Pedro Cadena, que ocupou vários cargos culminando com a obtenção de um dos cargos mais importantes da época, o de Provedor-geral do Estado do Brasil, também seus irmãos, Geronimo e Constantino Cadena, ocuparam cargos na administração fazendária da Capitania da Paraíba. A trajetória dos Cadena, possuidores de foros de fidalgos, demonstra como uma carreira bem sucedida, servindo à Coroa, podia potencializar outros tipos de benesses e mercês em decorrência dos seus serviços prestados nos continentes americano e africano.

O fenômeno da “globalização” que sucedeu na modernidade provocou uma mudança sistemática de escala nas movimentações mundiais, suscitando múltiplas e integradas circulações em termos globais, seja de tropas militares, seja de determinados indivíduos que iam colecionando “*hojas de servicios*” em busca de cargos em distintos pontos da Monarquia. Esses agentes militares e políticos eram peças integrantes e dinâmicas no sistema político da época. O estudo das trajetórias de alguns dos homens que “fizeram a Paraíba”, a exemplo da família Cadena, ajuda a compreender o espectro territorial e político daquela época. A singularidade residia nas delimitações dos vínculos pessoais e políticos. Uma boa e eficiente propaganda pessoal que fosse remetida ao *Consejo de Indias* seria peça importante na

⁴⁴² HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 340.

obtenção de cargos ou algum outro pleito pretendido na administração régia. Foi nosso objetivo compreender o que ocorreu na região da Paraíba durante o período filipino, tentando reconstituir rasgos de uma realidade que nunca será possível expressar em sua totalidade, mas que aponta para vestígios concretos de atores anônimos como, por exemplo, quando se observa a análise da trajetória do provimento de alguns cargos na Capitania. Seria interessante, em uma etapa subsequente, que se debruçasse sobre as permanências e continuidades de alguns desses personagens que transitavam entre vários mundos – Corte, espaços coloniais – e o reflexo que isso acarretava em outros pontos da Monarquia.

Novas abordagens sobre esse ambiente, como os estudos sobre a estruturação das redes, a circulação de notícias e a própria globalização, têm permitido um olhar diferente sobre a história colonial, entendendo o espaço americano como um território de mobilidade, que se articulava de variadas formas no tempo e no espaço. Problemas como o envio de tropas de socorro e construção de fortificações eram temáticas muito debatidas na Corte através das redes de informação cultivadas pela Monarquia. Esta tese pretendeu demonstrar a participação da Capitania da Paraíba nesse quadro complexo e múltiplo que a Monarquia Hispânica provocou na América portuguesa. A região, recém-conquistada, prometia à Fazenda régia grandes rendimentos e benefícios. Só assim, entende-se a atenção que a Coroa dos Habsburgo tinha para com a região da Paraíba. O Governador-geral do Estado do Brasil, Diogo Botelho, chegou a mencionar em cartas ao Monarca que a Paraíba seria um local adequado para a construção de galeões de “trezentas toneladas”, embarcações que contribuiriam, de forma ostensiva, para a defesa costeira da região. Filipe II pensava no Atlântico como uma ampla linha de defesa. A pretensão de construir galeões na região da Paraíba, Capitania régia, pode ter sido devido à sua favorável posição geográfica, ponto mais oriental do continente americano, ou mesmo devido à abundância e qualidade do pau-brasil na área, representando uma articulação para inserção da região em um plano estratégico mais amplo para defesa no Atlântico, como já foi exposto. A importância da região era abordada em relatos coetâneos, como os de Diogo de Campos Moreno e Ambrósio Fernandes Brandão, que davam destaque à relevância do território da Paraíba para a defesa do Atlântico sul.

Sabe-se que o Estado do Brasil não fazia parte, de forma explícita e efetiva, antes da União Ibérica, dos interesses prioritários da Coroa portuguesa, que privilegiavam as possessões lusitanas na Ásia. Os rendimentos asiáticos de Portugal já começavam a declinar quando da crise sucessória que levou Filipe II ao trono luso. Essa situação conjuntural do Império português na Ásia fez com que a Monarquia Hispânica adotasse um novo

posicionamento com relação à abordagem a ser dada nas ações a serem desenvolvidas na América Portuguesa. Assim, houve uma mudança de enfoque real para o Estado do Brasil a partir da união das duas Coroas ibéricas, quando as vicissitudes (estratégicas e políticas) dos Habsburgo levaram a região a ter um novo tratamento por parte do governo, levando-a a ocupar uma posição de destaque nas decisões monárquicas. Em decorrência dessa nova situação de governança, houve o reordenamento político e econômico das ações implementadas pela Coroa no Estado do Brasil. Como já foi salientado, durante a dinastia filipina houve um maior empenho na expansão territorial do Brasil, com a reorganização da administração das capitanias, o reforço militar na defesa costeira e a criação de novas delimitações jurisdicionais, a exemplo das que eram aplicáveis na América espanhola. Nesse afã de uma adequação administrativa e militar da região, a fundação e desenvolvimento da cidade de Filipeia foram itens importantes e aqui destacados.

No início do século XVII, a sede da Capitania da Paraíba já contava com seis templos religiosos, embora alguns não estivessem ainda concluídos de todo. Eram estes, os conventos de São Francisco, o dos Carmelitas e dos Beneditinos, e as igrejas matriz, da Misericórdia e de São Gonçalo. Como questionou Ronald Raminelli, “se o espaço urbano era um mero entreposto, por que Felipéia, localizada a léguas de Olinda, abrigaria tantas ordens religiosas⁴⁴³” e, complementamos, incluindo edifícios importantes, como a “Caza de Camera”, “cazas do concelho”, “asougue velho” e “Cadeya⁴⁴⁴”? O desafio que corresponde a essa pergunta não será nunca terminantemente conclusivo, mas a intenção deste estudo foi trazer à luz elementos capazes de permitir a reflexão sobre essas e outras questões. A então “minúscula” urbe colonial, denominada em alguns documentos régios de “*Phelipea de Nuestra Señora de las Nieves*⁴⁴⁵”, contornada e protegida pelo seu sistema defensivo e com vários templos religiosos, mostrava, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade e a necessidade de investir-se mais em sua proteção.

Importa, ainda, destacar que a história da colonização da Paraíba foi uma história de resistência indígena. As fontes e as crônicas produzidas no período nos dão apenas uma visão unilateral de como as lutas ocorreram. A colaboração dos povos nativos com os europeus demonstra como os indígenas, enquanto agentes históricos, articulavam seus interesses

⁴⁴³ RAMINELLI, Ronald. “Simbolismos do espaço urbano colonial”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 164.

⁴⁴⁴ LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. IV. Recife: Imprensa Oficial, 1947, p. 183; 187; 190.

⁴⁴⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 996. “Minutas de Consultas de la Junta sobre la fortificación de la Paraíba”.

políticos no decorrer de um processo complexo e violento, como foi o caso da colonização do território da Paraíba. Foi apenas com a finalização do período mais violento de guerras com o gentio, que resultou na tomada das suas terras e na redução dos seus aldeamentos, que o território da Paraíba pôde vir a ser efetivamente ocupado pela Monarquia. Mas a conquista da região, como já apresentado, não arrefeceu a capacidade de obstinada resistência dos nativos. Faz parte dos espólios deixados pela colonização o amplo massacre a que foram submetidos os povos nativos do Brasil. As lutas dos indígenas que eram, verdadeiramente, por sua sobrevivência, mas também a sua escravização e a ação catequética que lhes era imposta, devem ser destacados nessa que é uma história feita de hierarquias. A violência física e simbólica contra os indígenas continua, ainda, a ser praticada, no tempo presente, contra as nações remanescentes. Não se pode construir uma história sobre a Monarquia Hispânica sem se contemplar uma visão eurocêntrica do período. Desta forma, escrever sobre um passado a partir do ponto de vista das populações nativas é muito mais difícil porque nos faltam registros sobre aquelas culturas nativas. Neste trabalho, sempre que possível, destacamos a relevante participação das populações indígenas no processo histórico examinado. No entanto, por mais que se faça a relativização da análise, obviamente, não serão alcançados todos os enfoques possíveis. Sempre, estaremos diante de escolhas teóricas e metodológicas.

Finalmente, o que se depreende da análise dos registros documentais do período, é a importância que foi dada pela Monarquia Hispânica às terras da América portuguesa durante a união das duas coroas ibéricas. Para entender o que se passava no Estado do Brasil é preciso atentar para o que ecoava em outras partes. No caso específico da conquista das terras da Paraíba, havia um manifesto empenho da Monarquia Hispânica em respaldar e financiar a ocupação e fortificação do território. É quase um consenso sedimentado na historiografia se afirmar que a conquista das terras da Paraíba foi uma empresa que é creditada, inteiramente, à ação dos portugueses com o suporte financeiro da “elite açucareira” da Capitania de Pernambuco. Demonstramos, neste estudo, que esse entendimento é um equívoco. A conquista primeira do território da Paraíba foi, sobretudo, um empreendimento dos Habsburgo (com suporte do capital estrangeiro europeu) encetado por uma expedição militar, que era comandada e constituída nos seus postos principais por castelhanos. As atuações de Francisco de Castrejón, Francisco de Morales e Pedro de la Cueva como *alcaldes* são uma demonstração disso. Os comandantes espanhóis, vassalos de confiança dos Habsburgo, foram enviados à Paraíba com objetivos específicos. Essa estratégia estava enquadrada com a visão

militarista da fase inicial da conquista da região, muito centrada na proteção e na defesa do território.

Uma das principais aportações desta tese foi, portanto, destacar que a conquista das terras da Paraíba, uma empresa regional, fundamental para a expansão colonizadora nas terras ao norte da América portuguesa, deve ser compreendida a partir de uma geopolítica global, com suas várias conexões. Outros aspectos centrais que foram aportados neste trabalho são: a importância estratégica do território para a defesa da Monarquia Hispânica no Atlântico; a singularidade da empreitada, que se valeu da contribuição de capitais estrangeiros; e a multiplicidade dos atores que participaram das guerras de conquista: os portugueses e moradores da Capitania de Pernambuco, sempre referenciados pela historiografia, os grupos indígenas que viviam na região e, principalmente, os espanhóis, que foram continuamente esquecidos ou desprezados, pelos historiadores que escreveram sobre a conquista.

Nosso interesse maior neste trabalho foi contribuir para a construção de uma nova narrativa sobre o período em que o Brasil esteve subordinado à Monarquia Espanhola, reconhecendo nos pontos constituintes da história desses anos uma realidade multifacetada, interligada através de uma escala global. A questão da conquista da Paraíba foi examinada em função da cultura política da época, não sendo tratada de forma segmentada ou isolada, mas como aspecto integrante das dinâmicas atlânticas.

ANEXOS

1. PRINCIPAIS HOMENS DA EXPEDIÇÃO DE VALDÉS À PARAÍBA

ALVARO DEL (DE) BUSTO, capitão, asturiano⁴⁴⁶. Era o Almirante, o segundo posto da armada na expedição à Paraíba comandando a nau *almiranta San Juan Bautista*⁴⁴⁷. Participou de um dos combates contra os Potiguara em que morreram oito índios, dentre os quais estava um principal do grupo⁴⁴⁸. Alvaro del Busto era genro de Diego Flores de Valdés e capitaneava a fragata *Nuestra Señora de Guadalupe* quando a Armada do Estreito partiu de Cádiz. A embarcação naufragou próximo à cidade, mas sem perda de vidas⁴⁴⁹.

ANDRÉS DE EGUINO, vedor e contador da armada. Redigiu uma “*Relaçion de la jornada que la armada del estrecho de magallanes hizo al puerto de san domingos de la parayba de la costa del brasil...*” um dos principais documentos existentes sobre a expedição de Valdés à Paraíba⁴⁵⁰. Apesar de exercer na esquadra cargos burocráticos, Eguino tinha experiência no mar, o que explica a sua escolha por Valdés para comandar os navios que, danificados na primeira tentativa de alcançar o Estreito, foram deixados em Santa Catarina para recuperação, e, depois, deram combate, no porto de Santos, ao corsário inglês Edward Fenton⁴⁵¹. Eguino chegou à Paraíba a bordo da nau capitania *San Cristóbal*.

ESTEBAN DE LAS ASLAS, capitão, asturiano, provedor e *tenedor de municiones* da armada. Quando da partida de Cádiz, era também capitão de uma das naus da esquadra. Em 28 de abril de 1584, fez entrega de provisão para o forte que estava em construção na Paraíba, através do termo *Relacion de los bastimentos, Artilleria y municiones y outros*

⁴⁴⁶ ÁLVARES DE LA RIVERA M., Senén. *Biblioteca Historico-Genealogia Asturiana, Volumen I*, Santiago de Chile: Imp. Cervantes, 1924, p. 153.

⁴⁴⁷ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 42v.

⁴⁴⁸ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 43v.

⁴⁴⁹ PHILLIPS, Carla Rahn. *The Struggle for the South Atlantic, The Armada of the Strait, 1581-1584*. London: The Hakluyt Society, 2016, p. 70.

⁴⁵⁰ AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

⁴⁵¹ PHILLIPS, Idem, p. 86.

Pertrelhos recebido pelo capitão Francisco de Castrejón *alcayde del fuerte nombrado san filipe y santiago*⁴⁵².

JUAN DE PAÇOS, capitão. Não fez parte do início da armada. Veio na frota de provisão enviada ao Rio de Janeiro, comandada pelo general Diego Alcega. Somente na Bahia, com o retorno de Alcega para Castela, incorporou-se com seus soldados à expedição de Valdés. Teve grande participação na empresa da Paraíba no comando de uma companhia de homens que estavam em uma das naus que foram requisitadas por Valdés no porto de Pernambuco⁴⁵³.

JUAN DE SALAS, alferes, asturiano, navegava na fragata *Santa Isabel*. Teve importante participação na empreitada da Paraíba chefiando mosqueteiros e arcabuzeiros que fizeram os primeiros reconhecimentos das terras na foz do rio Paraíba⁴⁵⁴. Suas façanhas na expedição contra os Potiguara e franceses foram registradas no poema do soldado Juan Peraza⁴⁵⁵. Juan Salas, após a empresa da Paraíba, continuou por vários anos servindo às esquadras espanholas, tendo, em 1597, eventualmente, ocupado o cargo de almirante na armada da Nova Espanha⁴⁵⁶.

PERO NUÑES DE LOAISSA (ou PERO MARTINEZ DE LOAYSSA), sargento-mor. Viajava na nau capitania. Após o desembarque de cerca de 300 homens da expedição nas margens do rio Paraíba, um pouco abaixo do local onde os franceses haviam instalado um baluarte, Pero Nuñes de Loaisa foi o encarregado de organizá-los em esquadrão para o reconhecimento da área⁴⁵⁷. Loaisa estava presente quando foi realizado na Paraíba, em 29 de abril de 1584, o ato de *Voto y solemnidad* com que Valdés passou para o comando de Francisco de Castrejón o forte de *San Phelipe y Sanctiago* que estava em construção⁴⁵⁸.

RODRIGO DE RADA, capitão. Participou, no verão de 1581, dos trabalhos preliminares

⁴⁵² AGI, Patronato, 33, N3, R. 47.

⁴⁵³ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 37v, 42.

⁴⁵⁴ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 43.

⁴⁵⁵ FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. *Arca de Noé, Libro Sexto de las Diquiciones Náuticas*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C.^a, 1881, p. 465-474.

⁴⁵⁶ PHILLIPS, Idem, p. 119.

⁴⁵⁷ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 43v.

⁴⁵⁸ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 79v.

de recrutamento de homens para a armada. Deixou Cádiz a bordo da nau capitania, mas, depois assumiu como capitão a nau *Santa Maria de Begoña*⁴⁵⁹. Rodrigo de Rada, na expedição para a Paraíba, era o capitão da nau *Concepcion* e comandou um grupo de homens que estava na linha de frente dos primeiros ataques aos Potiguara e franceses que foram feitos pela expedição de Valdés na Paraíba⁴⁶⁰. O soldado Juan Peraza, no seu cordel sobre a jornada da Paraíba, fez a apologia dos feitos de Rada.

ANDRÉS DE ESPINOSA, capitão de artilharia. Era respeitado mestre do ofício, “*autor de varios escritos de enseñar en Sevilla el arte de Artillería á los que querian servir en la carrera de las Indias*”⁴⁶¹. Na expedição à Paraíba, Espinosa, atendendo determinação de Valdés, atacou com a sua artilharia o baluarte francês existente nas margens do rio Paraíba, acarretando a sua destruição e a das instalações contíguas utilizadas pelos gauleses⁴⁶².

JUAN PERAZA, soldado. Poucos dias após a armada retornar para a Espanha, obteve, em Sevilha, autorização para publicação de um poema popular, uma espécie de cordel, narrando os feitos da expedição na Paraíba e as principais figuras da jornada⁴⁶³.

JUAN RAMOS, capitão, *consejero* do piloto-chefe. Fazia parte da *gente de mar* da nau capitania. Com experiência de mais de vinte anos em viagens pelo Atlântico, Juan Ramos havia sido indicado por Valdés para piloto-chefe da armada. Com a escolha de um outro por Filipe II, Valdés introduziu Ramos na armada como conselheiro⁴⁶⁴. Ramos foi consultado por Valdés sobre as condições do porto da Paraíba, conforme descrito na *Relacion* de Andres de Eguino⁴⁶⁵.

PERO DIAZ DE LAGOS, piloto português da nau *almiranta San Juan Bautista*, com larga experiência de navegação na região do rio da Prata⁴⁶⁶. Diaz, segundo relato de Andres de

⁴⁵⁹ PHILLIPS, Idem, p. 176.

⁴⁶⁰ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 43r.

⁴⁶¹ FERNÁNDEZ DURO, Idem, p. 474-475.

⁴⁶² HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 43r.

⁴⁶³ FERNÁNDEZ DURO, Idem, p. 465-474.

⁴⁶⁴ PHILLIPS, Idem, p. 86.

⁴⁶⁵ AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

⁴⁶⁶ PHILLIPS, Idem, p. 27.

Eguino, foi consultado por Valdés sobre as condições das embarcações no porto da Paraíba⁴⁶⁷.

FRANCISCO DE CASTREJÓN, capitão de infantaria. Não fazia parte da armada do Estreito. Veio da Espanha para o Rio de Janeiro na frota de suprimentos sob o comando do general Diego Alcega capitaneando a nau *Sancta Cruz* e, com o retorno de Alcega para a Espanha, incorporou-se, com sua companhia de soldados, à armada de Valdés.⁴⁶⁸ Na expedição para Paraíba navegou como capitão de uma das embarcações que foram requisitadas por Valdés no porto de Pernambuco. Por decisão de Valdés, foi designado alcaide do forte *San Phelipe y Sanctiago* que foi construído na embocadura do rio Paraíba⁴⁶⁹.

PEDRO DE RADA, *escrivano mayor* da armada. Navegou durante toda a expedição a bordo da nau capitania *San Cristóbal*. Pedro de Rada já havia ocupado o mesmo cargo na *Armada de la Guardia* das frotas das Índias. Rada escreveu uma importante *Relación* sobre todo o percurso da armada do Estreito, manuscrito que ficou desconhecido, por mais de quatro séculos, pelos estudiosos da matéria. Esse códice esclarece aspectos fundamentais sobre a expedição de Valdés na Paraíba⁴⁷⁰.

SUERO QUEIPO DE LLANO, capitão, asturiano. Foi o capitão da fragata *Santa Isabel*, desde a partida de Cádiz até o retorno para Sevilha. Já havia servido, com essa embarcação, sob as ordens de Valdés, na *Armada de la Guardia*⁴⁷¹.

DIOGO VAZ DA VEIGA (DIEGO BAEZ DE VEGA), capitão, filho do ex-governador Lourenço da Veiga. Havia chegado a Salvador trazendo o novo governador Manuel Teles Barreto, quando a armada de Valdés aportou na cidade. Por ser sua embarcação de pequeno porte, apropriada para entrar no porto da Paraíba, foi requisitada por Valdés para ser utilizada na expedição⁴⁷². Em 29 de fevereiro de 1584 recebeu de Diego Flores de Valdés

⁴⁶⁷ AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

⁴⁶⁸ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 37v.

⁴⁶⁹ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 46.

⁴⁷⁰ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416.

⁴⁷¹ PHILLIPS, Idem, p. 108n.

⁴⁷² HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 39.

Instruccion sobre a empresa da Paraíba⁴⁷³. Diogo da Veiga participou dos primeiros embates contra os Potiguara e franceses na Paraíba⁴⁷⁴.

PEDRO CORREIA DE LACERDA, capitão de uma das duas embarcações que trouxeram para o Brasil o governador Manuel Teles Barreto. Por ser sua embarcação adequada para navegar nas águas da foz do Paraíba foi requisitada por Valdés para a expedição. Recebeu *Instruccion y Orden* dada por Valdés a ser obedecida na expedição⁴⁷⁵. A nau capitaneada por Lacerda fez parte da esquadra de Valdés à Paraíba⁴⁷⁶.

THOMÉ DA ROCHA (TOME DE ROCHE), um principal de Pernambuco, proprietário de uma caravela incorporada à expedição de Valdés para a Paraíba. Nessa embarcação viajou, inicialmente, Frutuoso Barbosa que, depois, passou para a nau capitania. Thomé da Rocha veio a ser, anos depois da jornada da Paraíba, capitão-mor de Sergipe⁴⁷⁷.

PEDRO LOPES LOBO (PERO LOPEZ), capitão-mor de Itamaracá, Incorporou-se à expedição de Valdés à Paraíba com uma galeota e três barcos com índios⁴⁷⁸. Pedro Lopes Lobo participou de outras expedições à Paraíba, posteriores à de Valdés.

FILIPE DE MOURA (PHELIPE DE MORA), capitão-mor de Pernambuco. Foi o chefe das forças que foram por terra de Pernambuco para a Paraíba na expedição comandada por Diego Flores de Valdés. Segundo o escrivão da armada Pedro de Rada, Filipe de Moura recebeu instruções de Valdés para que a tropa sob seu comando não parasse no percurso mais do que o absolutamente necessário⁴⁷⁹. Apesar da recomendação recebida, quando a força terrestre chegou à Paraíba os combates contra os Potiguara e franceses já tinham terminado⁴⁸⁰.

FELIPE CAVALCANTI, florentino, proprietário de engenhos que teriam sido atacados pelos Potiguara segundo a *Relacion* de Andres de Eguino⁴⁸¹. As tropas terrestres da

⁴⁷³ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 79.

⁴⁷⁴ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 42v.

⁴⁷⁵ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 78.

⁴⁷⁶ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 42.

⁴⁷⁷ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 42.

⁴⁷⁸ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 42.

⁴⁷⁹ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 41v.

⁴⁸⁰ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 45v.

⁴⁸¹ AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

expedição de Valdés, que eram comandadas pelo seu genro Filipe de Moura, foram reunidas, em Igarassu, em um dos seus engenhos, antes de partir para Paraíba. Felipe Cavalcanti também participou da empresa de Valdés na Paraíba⁴⁸².

SIMÃO FALCÃO, capitão, segundo se infere de relato de Frei Vicente do Salvador, deveria fazer parte das forças que vieram, por terra, de Pernambuco para Paraíba, na expedição comandada pelo general Diego Flores de Valdés. Enquanto o forte de *San Phelipe y Sanctiago* estava sendo construído, Falcão salteou uma aldeia Potiguara “matando alguma gente e cativando quatro”⁴⁸³.

ANTÔNIO LEITÃO, conforme o relato de Frei Vicente do Salvador, deveria fazer parte das forças que vieram, por terra, de Pernambuco para Paraíba, na expedição comandada pelo general Diego Flores de Valdés. Quando a tropa ainda não havia voltado para Pernambuco “foram dez de cavalo e alguns quarenta de pé com muitos índios à ordem de um Antônio Leitão [...] e deram em uma cilada”⁴⁸⁴.

ANTÔNIO RODRIGUES, piloto. Conforme a *Relacion* de Andres de Eguino, Rodrigues foi consultado por Valdés sobre as condições das embarcações no porto da Paraíba⁴⁸⁵.

MARTIM LEITÃO, ouvidor geral. Veio da Bahia para Pernambuco na frota de Diego Flores de Valdés. Foi, segundo a *Relacion* de Pedro de Rada, encarregado por Valdés da preparação com diligência dos homens da expedição que iriam, por terra, para a Paraíba⁴⁸⁶. Leitão acompanhou as tropas até o engenho de Filipe Cavalcanti, em Itamaracá, mas não foi com a marcha para a Paraíba⁴⁸⁷. Martim Leitão, posteriormente, teve importante papel na conquista das terras da Paraíba.

⁴⁸² SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Editora da USP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982, p. 222-223.

⁴⁸³ SALVADOR, Idem, p. 223.

⁴⁸⁴ SALVADOR, Idem, p. 223.

⁴⁸⁵ AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

⁴⁸⁶ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 40v.

⁴⁸⁷ SALVADOR, Idem, p. 222.

ALVARO BASTARDO, conforme Frei Vicente do Salvador, chefio um grupo que Martim Leitão, depois que a tropa por terra rumo à Paraíba havia partido, “ajuntou mais alguns quarenta homens que, entregues a um Alvaro Bastardo, mandou a D. Filipe⁴⁸⁸”.

FRUTUOSO BARBOSA, natural de Viana do Castelo, contratador de pau-brasil. Era detentor de um alvará concedido pelo então cardeal-rei D. Henrique, depois convalidado por Filipe II, para governança da Paraíba por dez anos, caso viesse a conquistar as suas terras. Após duas tentativas frustradas, incorporou-se à esquadra na expedição de Valdés, mas sem qualquer poder de mando, nem nenhuma participação de destaque nos combates que se deram aos Potiguara e franceses. Conforme relato do escrivão da armada Pedro de Rada, por decisão de Valdés, até que uma deliberação do rei viesse a ocorrer, Barbosa ficaria como governador da povoação que viria a se instalar nas proximidades do forte de *San Phelipe y Sanctiago* mas sem qualquer ingerência sobre a fortificação, que teria como alcaide o capitão castelhano Francisco de Castrejón⁴⁸⁹.

DIEGO FLORES DE VALDÉS, asturiano, capitão-general, com mais de trinta anos a serviço da coroa espanhola, *caballero* da Ordem de Santiago, a mais importante das ordens militares da Espanha, Valdés principiara jovem no trato da vida do mar, em navios da armada real que cruzavam o canal da Mancha com destino às províncias de Flandres. Depois de navegar durante anos, como capitão de naus, pelas Antilhas e *Tierra Firme*, Valdés participara, como almirante, da expedição, sob o comando de Pedro Menéndes de Avilés, com o objetivo de expulsar franceses que ocupavam a Flórida. Promovido a general, Valdés comandou, posteriormente, as frotas da *Tierra Firme* e, por duas vezes, a *Armada de la Guardia*, uma esquadra de escolta aos comboios da *Carrera de Indias*. Foi o escolhido por Filipe II para comandar a esquadra que ficou conhecida como armada do Estreito, mas, que tinha uma função preponderantemente militar de combater incursões corsárias no Atlântico⁴⁹⁰. A expedição de Valdés permitiu a construção da primeira edificação feita na Paraíba, o forte nomeado *San Phelipe y Sanctiago*, instalado na foz do rio Paraíba, na sua margem esquerda.

⁴⁸⁸ SALVADOR, Idem, p. 222.

⁴⁸⁹ HL. Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 45v.

⁴⁹⁰ PHILLIPS, Idem, p. 10-13.

2. EMBARCAÇÕES UTILIZADAS NA EXPEDIÇÃO DE DIEGO FLORES VALDÉS À PARAÍBA EM ABRIL DE 1584

Dentre as várias versões incorretas e inexatas sobre os fatos da esquadra que ficou conhecida como a Armada do Estreito de Magalhães se encontram as referências ao número de embarcações utilizadas na frota. Embora a armada tenha partido, em setembro de 1581, do porto de Sanlúcar de Barrameda com 23 embarcações, uma forte tormenta nas proximidades da baía de Cádiz, acarretando perdas de navios, diminuiu em mais de 20% o número de naus da frota, que ficou reduzida a 16 embarcações quando deixou, finalmente, a península ibérica, em dezembro de 1581, em direção ao Atlântico. A *Relacion de Pedro de Rada*, escrivão da armada, somente há poucos anos do conhecimento dos historiadores do período, esclarece vários aspectos da jornada do Estreito, dentre eles o que refere-se às embarcações da jornada do general Diego Valdés.

A expedição fez internada no Rio de Janeiro antes de partir para tentativas frustradas de aportar no Estreito de Magalhães, em que houve perda de embarcações. Retornando para o Rio, a armada foi dividida em duas partes: uma que tentaria, novamente, o desembarque e povoamento no Estreito de Magalhães e outra, de caráter estritamente militar, que iria à Paraíba para combater os franceses que lá estavam, há anos, em consórcio com os Potiguara.

A parte da armada que foi à Paraíba, retornou para Sevilha, em julho de 1584, reduzida a cinco embarcações, uma das quais havia sido incorporada à esquadra na Bahia. A parte da armada que foi ao Estreito voltou para Sevilha, dois meses depois, resumida a apenas três embarcações da frota que havia deixado Cádiz, quase três anos antes.

O manuscrito de Pedro de Rada, testemunha presencial da expedição de Valdés à Paraíba, esclarece, de forma definitiva, a composição da frota que foi dar combate aos franceses e Potiguara, que a seguir é apresentada:

Embarcações que faziam parte da armada do Estreito:

1. *San Cristóbal*:

Era a *galeaza capitana* e maior embarcação (700 toneladas) da armada do Estreito e uma das quatro naus de propriedade real da esquadra, já que as demais eram alugadas. Havia pertencido a *Armada de la Guardia* da carreira das Índias, esquadra de proteção das frotas castelhanas. Nela navegava o estado-maior da esquadra, o capitão-general Diego Flores Valdés, o contador e vedor Andres de Eguino, o tesoureiro Pedro de Esquivel, o sargento-chefe Pedro de Loaisa, o conselheiro do piloto chefe Juan Ramos e o escrivão da armada Pedro de Rada. No início da viagem de Pernambuco para a Paraíba, Frutuoso passou de outra embarcação para a *San Cristóbal*. A nau capitânia partiu de Cádiz com 313 pessoas a bordo.

2. *San Juan Bautista*:

Possuía 500 toneladas, era a nau *almiranta* da armada do Estreito. A expedição para Paraíba teve como almirante, o segundo posto da armada, o capitão Alvaro del Busto. O piloto da embarcação era o português Pedro Diaz de Lagos. No trajeto de Pernambuco da Paraíba navegaram na *San Juan Bautista* os capitães Francisco de Castrejón e Juan de Paços que, quando a armada ancorou nas imediações do Cabo Branco, passaram, com suas companhias de homens, para embarcações menores que poderiam adentrar na foz do rio Paraíba. A *San Juan Bautista* tinha grande porte, já que foram relacionados 236 homens a bordo, quando da partida da esquadra de Cádiz.

3. *La Concepción*:

Era uma nau de 400 toneladas e se enquadrava no grupo das maiores embarcações da armada do Estreito. Deixou o porto de Cádiz com 211 pessoas, na quais iam homens para o Chile. Na viagem do Rio de Janeiro para a Bahia e, depois, na expedição para a Paraíba tinha como capitão Rodrigo de Rada.

4. *Santa Isabel*:

Fragata de 80 toneladas. Era de propriedade da coroa de Castela e havia sido utilizada na *Armada de la Guardia* quando essa esquadra de proteção das frotas castelhanas foi comandada por Diego Valdés. A *Santa Isabel* iniciou a jornada com 93 homens a bordo e foi, durante o todo o tempo da expedição, capitaneada pelo asturiano Suero Queipo de Llano. Foi a única das embarcações da armada do Estreito que se encontravam na expedição da Paraíba, que adentrou a embocadura do rio, de águas pouco profundas, em torno de 3 braças, segundo informações de pilotos que conheciam a região.

5. *Embarcação sem identificação de nome:*

Tinha de mais de 200 toneladas, o que não permitiu sua entrada na foz do rio Paraíba. Foi uma das quatro naus que vieram da Espanha para o Rio de Janeiro na frota de provisão sob o comando do general Diego Alcega. Após acompanhar a esquadra de Valdés do Rio para a Bahia, e, com o retorno de Alcega para a Espanha, foi incorporada a armada do Estreito.

Outras embarcações que participaram da expedição:

- Dois navios capitaneados por Diogo Vaz da Veiga e Pedro Correia de Lacerda.

Ao chegar à Bahia e tomar conhecimento das condições das águas onde os franceses traficavam na Paraíba, Valdés requisitou essas duas embarcações que seriam adequadas à expedição. As naus haviam chegado a Salvador trazendo o novo governador-geral do Brasil Manuel Teles Barreto.

- Duas embarcações de pequeno porte que se encontravam no porto de Pernambuco e que foram requisitadas por Valdés para expedição.

Uma caravela, em que viajavam Thomé da Rocha e Frutuoso Barbosa. Barbosa, no início do percurso da expedição de Pernambuco para a Paraíba, passou para a nau capitânia *San Cristóbal*.

Uma galeota de Pero Lopes Lobo, capitão-mor de Itamaracá. A galeota e três barcos com índios, como antecipadamente acertado, foram incorporados à expedição quando a esquadra comandada por Valdés rumo à Paraíba passou em frente à ilha de Itamaracá.

3. RELACIÓN DE JUAN PERAZA

“Relación cierta y verdadera que trata de la victoria y toma de la Parayva, que el ilustre señor Diego Flores de Valdés, tomó con la Armada de su Majestad Real [...]”, 1584, Sevilha.

Archivo del Museo Naval, Madri, Espanha.



¶ Inuocacion

¶ Verdadero manantial
de toda sabiduria
de toda gracia raudal
pues os confieso por tal
alumbra la musa mia
Y vos virgen sacrosancta
de quien nra yglesia canta
tanto bien y tanta gloria
porque cante esta victoria
alcançame gracia tanta

¶ Comiença la obra.

¶ Estauavn puerto tomado
en la costa del Brasil
de Franceses vsurpado
y desta gente guardado
con animo varonil.
Y de aqui se proueyan
de quanto Brasil querian
y tenian tal ganancia
que enriquecian a Francia
y grande daño hazian.

¶ Y quando dela fornada
tan larga y tan trabajosa
daua la buelta el armada
tan perdida y destrozada
quãto a algunos fue costosa.
Y quando los capitanes
tan bizarros y galanes
venian ya bien cansados
de infortunios fatigados
de buelta de Magallanes

¶ Quiso el señor general
Diego flores de Baldes
apocalies su caudal
y quitar a queste mal
desterrando este Frances.
Y para hazer la guerra
con la gente dela tierra
uieron de concertar
que el daria por la mar
y ellos diessen por la tierra.

¶ Porque estos estã caudados
con las indias Petiguares
y con ellos tan ligados
que por ellos delarmados

se mataran a millares
Y contra los portugueses
con el fauor de Franceses
se atreuen a dar asaltos
y les dan mil sobresaltos
con trayciones y reueltas.

¶ Y a Fernãbuco lleo
el General con su armada
y la guerra concerto
con la gente que hallo
para ello leuantada.
Que por la cuenta que hallo
son ciẽto y diez de a cauallo
y trezientos ventureros
y tres mil indios flecheros
y otros muchos q̃ me callo.

¶ Y siendo ya disinido
como auian de salir
el General se ha partido
con sus Naues, y ha venido
sobre la boca a surgir.
Quatro Nauios varados
estauan desbarbolados
y toda la artilleria
esta hecha a punteria
y alrededor trinchados.

¶ Y de ocho Naos q̃ lleuaua
el General Diego flores
con quatro no mas entraua
porque la entrada no daua
agua para las mayores.
Y como yuamos entrando
dela tierra yuantirando
con las pieças que podian
y delas Naos respondian
que no estauan descãfando.

¶ Y el General ha lleuado
para a queste menester
vn capitan señalado
que Espinosa era llamado
hombre de grande saber
Y aq̃ste Andres de Espinosa
por ser persona ingeniosa
era artillero mayor
y ninguno era mejor
para hazer esta cosa.

¶ Desuados nos pusimos
quanto vn tiro de cañon
y de allí los combatimos
y vn fuerte les del hizimos
que les era defension.
Y las cascas que tenían
adonde se recogian
todas fueron alloladas
y despues fueron quemadas
que ellos fuego les ponian

¶ Con arcos y flecheria
andauan los pitiguarcas
y de las naos parecía
que llaman la infanteria
que vayan a sus casacas
Pero las balas que lleuan
a los cuerpos se les pegan
y hazen les tal burleta
que conociendo su treta
de la playa se despegan

¶ Lo que en esto nos valio
fue que ningun artillero
de los franceses tiro
piega buena ni acerto
a hazernos agüero
Y nuestro buen tirador
tras de vn tiro otro mejor
tiraua haziendo daño
que les causo miedo extraño
remiendo nuestro valor.

¶ Los franceses como vieron
que tanto mal les hazian
ellos propios se pusieron
fuego y tres naues ardieron
de donde se defendian.

¶ A otra nao medio cargada
que tenían apartada
se van a fortificar
y allí quierē acabar
o morir en la jornada.

¶ Pero con su gente armado
llego Rodrigo de rada
capitan muy señalado
con su batel tripulado
y les dio vna ruciada

y el capitan iuan de salas
a poder de puras balas
con su chalupa llego
y la naue les gano
derribando les las alas

En la naue se ha metido
con la gente que lleuaua
y de allí se ha defendido
aun que algunos le an herido
porque flechas granizaua
y mucho hizocho y vino
y jamones de tocino
que del frances an hallado
han comido y saqueado
hasta que la noche vino.

¶ Como quiso anohecer
recogese nuestra gente
que lo auia menester
esperando de vencer
quando venga el día siguiente
pero como fue cerrado
los franceses an tomado
tres lanchas que allí tenían
y por vn rio subian
y despues las an dexado

y huyendo dela guerra
la tierra a dentro se van
y metense por la sierra
porque saben bien la tierra
y con los Indios se estan
La xarcia la artilleria
brea y todo lo que auia
se dexan a toda prisa
y mucho vino y cerueza
y toda su mercanzia

¶ Y mas de dos mil quintales
de Brasil que estaua hecho
que valen buenos reales
y otros mil materiales
herramientas de prouecho
y otro día que saltaron
los españoles tomaron
lo que auia que pillar
que pocos podre contar
que las manos no emplearō

¶ Solo el Brasil se guardo
que mando su señoria
que assi fuesse y se embarco
y en espana se vendio
y entre todos se partia
Y citando desta manera
nuestra gente plazentera
asomo por vn otero
mucho infante y cauallero
mucho estadarte y vadera

¶ Y reconocimos ser
nuestra gente portuguesa
que venia a socorrer
por si fuesse menester
y se daua mucha priessa
pero quando fue llegada
ya la tierra era tomada
pero hizo mucho alcafo
para guardarnos el passo
no vniessse alguna eboscada

¶ Despues d todo allanado
mando el general hazer
vn fuerte bien artillado
el qual se hizo traçado
do a todo podia offender
Para el frances por la mar
y por tierra al Pitiguar
gente Barbara valiente
que pelea osadamente
y no dexa reposar,

¶ El capitan Castrejon
quedo con infanteria
española de nacion
en su guardia y guarnicion
que este cargo merecia
Y fructuoso baruola
persona muy generosa
quedo por gouernador
del vezino y poblador
quel rey mado aquesta cosa

¶ Edificose en vn llamo
con breuedad la ciudad
por el pueblo lusitano
y el fuerte por otra mano
que les da seguridad
Y porque el nombre se vea
llamase la Felipea
y el puerto la Parayua
grande tiempo goze y biba
el rey porque la posea

¶ Y todo en paz y ediertio
con sustento y municiones
por tierra camino abierto
se salio de aqueste puerto
y los de xo sin passiones
el año de ochenta y tres
fue quemado este frances
mil y quinientos passados
plegadios q estos soldados
gozen en gloria despues

LICENCIA.

DON IVAN HVRTADO DE MENDOCA, Rojas y guzman
Conde de Orgaz, Señor de la casa de Mendoça, Prestamero mayor de Viz-
caya, y Asistente de Seuilla y su tierra por su Magestad.



OR la presente doy licēcia a luā peraza soldado del armada q
fue al estrecho de Magallanes q el solamente o la person q tuuie
re su poder y no otra alguna pueda imprimir y veder en esta ciu-
vna obra q ha cōpuesto llamada relaciō del lucso de la parayua
y como se torno a cobrar segūda vez por Diego flores d baldes
general d la dicha armada. Y ordeno y mado a q lesquierim pre-
siores y otras personas desta ciudad q por tiēpo de vn mes q se cō-
rara desde la fecha desta no imprimā ni vendā la dicha obra sin
permisiō y licēcia del dicho luā pedraza fopena de diez mil mrs

para la camara d su Magestad, q assi cōuiene y es mi voluntad. Fecho en Seuilla aveynte
y seys de julio d. M. D. Lxxx. iiii Años.

El Cōde de Orgaz.

Por mñ lado de su . S. Yllustressima, Alōso de Caceres su secretario.

¶ Impresso en seuilla en casa d Fernādo Maldonado en la calle de la sierpe Año,
de .M.D. Lxxxiiij.

4. RELACIÓN DE PEDRO DE RADA (f. 1)

Huntington Library, San Marino, Estados Unidos

Tabla. del de Coire y d'auero. del subeso que tubo. La Armada Real de guerra.
que furon las cosas del Brasil y estrecho de Magallanes de que fue por Cap^{an} general
Diego Flores de Valdes. que partio de Sanlucar de Barrameda A. 25. de septiembre
del Año de 1581. Hasta. 17. de Julio. de 1584. que boluio a la Baya de Cadix

La Razon que mouio a ser. para ymbiar esta Armada y como
se sento el guerra. de Sanlucar. Lo que en ella se halla
y lo que antes que se faga aluella sebera de lo que es. A. 3.

Lo que le sube. desde. 25. de septiembre de 1581. que tubo en la
Bia. del puerto de Sanlucar. Hasta. 7. de octubre de lo mismo que
contormenta boluio a Ribar. al Baya de Cadix. y lo que alli
se faga. desde. 7. de Julio. 3. hasta. 5.

La Navegacion que tubo desde. 9. de diciembre de 1581. que partio
de la Baya de Cadix. Hasta. 11. de enero de 1582. que llego
a la Isla de Sancho de Cadix. y lo que alli se faga. desde. 9. hasta. 7.

La Navegacion que tubo desde. 2. de febrero de 1582. que partio
de Sancho de Cadix. Hasta. 28. de marzo. que llego
al Rio de Janeiro. y lo que alli se faga. desde. 7. hasta. 12.

Lo que le sube. a la Armada. desde. 2. de Noviembre de lo mismo
de 1582. que se faga aluella del Rio de Janeiro. hasta. 17. de diciembre del mismo año
que contormenta boluio a Ribar. al puerto de Sanlucar de Barrameda
y lo que alli se faga. desde. 12. hasta. 17.

5. GOVERNADORES DO ESTADO DO BRASIL

Monarquia Hispânica

(1580-1640)

1 – Lourenço da Veiga (1578-1581)
2 – Manuel Telles Barreto (1583-1587)
3 – Francisco Giraldes (1588-)
4 – Francisco de Souza (1591-1602)
5 – Diogo Botelho (1602-1607)
6 – Diego de Menezes (1608-1612)
7 – Gaspar de Sousa (1613-1617)
8 – Luis de Souza (1617-1621)
9 – Diego de Mendonça Furtado (1621-1624)
10 – Matias de Albuquerque (1624-1625)
11 – Francisco de Moura Rolim (1625-1627)
12 – Diogo Luis de Oliveira (1627-1635)
13 – Pedro da Silva (1635-1638)
14 – Fernando Mascarenhas (1639)
15 – Jorge Mascarenhas (1640-1641)

6. ESTRUTURA BUROCRÁTICA
(FAZENDA, JUSTIÇA, GUERRA E CÂMARA)
NA CAPITANIA DA PARAÍBA
1580-1630

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA				
NOME	CARGO	ANO DOS SERVIÇOS	OUTROS CARGOS/ATIVIDADES	PROPRIEDADES SESMARIAS
Sebastião Lourenço de Moura	Escrivão da feitoria e contos	1581	- Escrivão dos defuntos de Itamaracá, 1581	
Martim Carvalho	Provedor da Fazenda e Mantimentos da Armada de Conquista da Paraíba	1585	- Tesoureiro do Brasil, 1572 - Provedor da Fazenda Real em Pernambuco, 1584	Engenho na Bahia
Antonio da Costa	Escrivão da Fazenda	1587		
Lourenço de Figueiroa	Mamposteiro-mor dos cativos	1587		
Lourenço de Figueiroa	Tesoureiro da Fazenda dos defuntos	1587		
João de Matos Cardoso	Escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almocharifado	1587	- Foi Capitão do Forte do Cabedelo por muitos anos	
Baltazar da Nóbrega	Escrivão da Fazenda Real da Paraíba	1589		Proprietário de sete braças de terra no fim da Rua Nova, em Filipeia
Manoel de Azevedo	Provedor da Fazenda Real	1596		Sesmaria na Ilha da Conceição, PB
Antonio da Costa de Almeida	Escrivão da Fazenda e Almocharifado	1596		
Manuel	Tesoureiro de	1599		

Álvares Leal	Defuntos e Ausentes			
Gomes Dias	Feitor e Almoхарife	1600		
Diogo Filipe	Provedor dos Defuntos e Ausentes	1600		
Manuel Nunes de Matos	Arrendatário da cobrança de dízimos	1601	- Comerciante português vinculado ao núcleo da família Milão	
Miguel Alvares	Escrivão das Execuções	1602	- Comerciante	
Fulgêncio Pereira de Alvim	Provedor e contador da Fazenda	1602		
Fulgêncio Pereira de Alvim	Provedor dos defuntos	1603		
Pero Lopes de Vera	Arrendatário da cobrança de dízimos	1603		- Engenho São João - Engenho Bom Jesus, margem esquerda do Gurjaú
Manuel Fernandes do Amaral	Almoхарife	1604		
João Jorge	Contador e distribuidor e escrivão das execuções	1607		
Constantino Cadena	Escrivão da Fazenda, Alfândega e Almoхарifado	1607	- Provedor da Fazenda Real em Pernambuco, em 1614 - Capitão da Capitania de Cambambe, Angola, em 1625	
Pedro Álvares de Seixas	Escrivão da Fazenda	1608		
Manuel Correa	Feitor e Almoхарife da Fazenda Real	1608	- Capitão no Rio de Janeiro, 1609-1613	
Lopo Delgado	Provedor e contador da Fazenda	1608		
Antonio Lopes de Oliveira	Provedor da Fazenda Real da Paraíba	1609		
Pedro Cadena	Secretario da Fazenda Real	1610		
Balthazar Fernandes	Porteiro da Alfândega	1612		
João Soares	Provedor da Fazenda	1615		
Miguel Alvares	Tabelião das Execuções	1618		- Proprietário de lote de terra em Filipeia

Miguel Alvares	Contador, inquiridor e distribuidor	1621		
Pedro Ribeiro Faria	Escrivão da Fazenda	1622		
Pedro Cadena	Escrivão da Alfândega e Almoxarifado	1622	- Provedor da Fazenda, PE - Vedor General y contador de la Real Hazienda, PE - Provedor-mor da Fazenda, 1635	- Engenho São João Batista - Sesmaria em Gurinhém
Jorge Homem Pinto	Provedor e contador da Fazenda	1624		Possuía 9 engenhos na Paraíba e Pernambuco
Simão Farinha (do Amaral)	Almoxarife	1624	Era genro de Manuel Fernandes do Amaral (herdou o cargo)	
Francisco Gomes Muniz	Provedor da Fazenda na Paraíba	1625		
Ventura Mendes Castelo	Contador, inquiridor e distribuidor	1627		
Francisco Gomes Muniz	Escrivão da Fazenda	1628		
Geronimo Cadena	Escrivão da Fazenda, Alfândega e Almoxarifado	1629		
Pedro Ferreira de Barros	Provedor da Fazenda	1631		

JUSTIÇA				
NOME	CARGO	ANO DOS SERVIÇOS	OUTROS CARGOS/ATIVIDADES	PROPRIEDADES SESMARIAS
Diogo Rodrigues	Meirinho do Mar	1581		
Manuel Lopes Pinto	Escrivão das Datas e Sesmarias	1586		

Bento Roiz	Escrivão das Datas e Demarcações	1587	- Era mercador	
Mathias Leitão	Escrivão das Datas e Demarcações	1587		
Lourenço de Figueiroa	Meirinho da Provedoria dos Defuntos	1588		
Antonio Anes	Procurador	1589		
Francisco Dias Rodrigues	Tabelião	1589		
Andre Fernandez	Meirinho	1589		
Sebastião Dias Carvalho	Escrivão dos defuntos e ausentes	1590		
João Antonio	Juiz	1591		
Francisco Lopes da Rosa	Tabelião do Público, Judicial e Notas	1593		
João de Matos Cardoso	Escrivão das Datas e Demarcações	1595	Foi Capitão do Forte do Cabedelo por muitos anos	
Luis Carneiro	Escrivão da provedoria dos defuntos e ausentes	1595		
Manuel Pires	Provedor dos defuntos	1595		- Engenho Espírito Santo, na margem direita do Paraíba - Engenho Santo Antônio, na margem esquerda do Paraíba
Luis Carneiro	Escrivão dos cativos	1596		
João de Herede	Tabelião	1600		
Vicente da Rocha	Meirinho da Correição	1602		
Antonio do Couto	Tabelião do Judicial e Notas	1602		
Francisco de Andrade	Meirinho da Correição	1603		
Pedro Manoel de Paiva	Demarcador de posse	1604		
Antonio	Demarcador de	1604		

Rebello	Posse			
Gaspar Cardozo	Demarcador de Posse	1604		
Paulo de Valcacer	Tabelião	1604		
Manoel Gonçalves “Piloto”	Demarcador de Posse	1604		
Francisco Camelo de Valcárcer	Ouvidor	1605		- Engenho Três Reis, PB
Diogo Rodrigues	Meirinho	1607		
Domingos João	Meirinho do Mar	1607	- Patrão-mor e mestre dos calafates da ribeira da Bahia, 1626	
Diogo Roiz	Tabelião	1607		
Gaspar Fernandes Dourado	Juiz dos Órfãos	1611		
Francisco Pereira Alte	Escrivão do Público	1611		
Paulo Vaz Cácere	Juiz dos Órfãos	1611		
Sebastião Correa	Demarcador de Posse	1612		
Diogo Lopes de Bulhão	Tabelião do Público e Judicial	1612		
Mathias Leitão	Ouvidor	1612		
Antonio Lopes de Oliveira	Provedor dos defuntos e ausentes	1612		
Manuel Fernandes do Amaral	Escrivão das Datas e Demarcações	1612		
Manoel de Britto Maçiel	Escrivão da Fazenda Real	1613		
Manuel de Sousa de Eça (de Sá)	Provedor da Fazenda Real	1613	- Capitão do Maranhão, 1615 - Provedor da Fazenda do Rio das Amazonas, 1616	
Domingos João	Demarcador	1614		
Domingos de Almeida	Meirinho	1614	- Comerciante	
Diogo Roiz	Meirinho da Correição e das posses	1614		

Tomé Leitão	Tabelião Público do Judicial e Notas	1616		
João Soares	Provedor dos defuntos e ausentes da Fazenda	1616		
João Machado Fagundes	Meirinho da Ouvidoria	1616		
Pero Lopes Cabral	Procurador do Concelho	1617		
Antonio Chaguas	Procurador do Concelho	1617		
Jorge da Costa Ferreira	Escrivão dos Órfãos e da vara do Alcaide	1617		
Baltasar de Faria Castro	Tabelião	1618		
Luiz Quixada de Luna	Tabelião Público do Judicial	1619		
Francisco Lopes Brandão	Ouvidor	1620	- Licenciado	
João de Araújo	Escrivão dos órfãos e almotaçaria	1622		
Antonio Pinto de Mendonça	Tabelião do Publico	1621		- Engenho São Gonçalo
Domingos Carneiro	Ouvidor	1622		
Domingos Coutinho	Alcaide e carcereiro	1623		
João de Sousa Cardines	Desembargador	1624		
Gonçalo Lopes de Oliveira	Tabelião do Público, Judicial e Notas	1626		
Antonio Rodrigues Moreira	Alcaide e carcereiro	1628		
Jerônimo Pardo Barraques	Procurador do Número	1628		

GUERRA				
NOME	CARGO	ANO DOS SERVIÇOS	OUTROS CARGOS/ATIVIDADES	PROPRIEDADES SESMARIAS
Frutuoso Barbosa	Capitão da gente da povoação da Paraíba	1579	- Oficial da Câmara de Olinda, 1577 - Governador da Paraíba, 1588	- Engenho no Passo do Tibiri
Domingos Fernandes	Feitor da armada e negoceio e povoação da conquista da Paraíba	1580	- Tesoureiro dos Defuntos da Capitania do Espírito Santo, 1583	
Martim Leitão	Capitão da conquista da Paraíba	1584	- Ouvidor-Geral do Brasil, Bahia, 1583	
Simão Falcão	Capitão de companhia de ordenança da terra	1584		- Sesmaria em Jaboatão
Francisco Barreto	Mestre de campo na conquista da Paraíba	1585	- Era cunhado de Martim Leitão	
João Afonso Pamplona	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1585	- Foi quem recebeu a primeira sesmaria da região em 1586	- Sesmaria próxima ao Rio Paraíba
Filipe de Moura	Capitão de Mar e Terra da gente que haveria de levar à conquista da Paraíba	1585	- Governador da Capitania de Pernambuco, 1593 - Tenente do mestre de campo do exército, 1638 - Mestre de campo de infantaria, 1639	
Ambrósio Fernandes Brandão	Capitão da brigada dos mercadores	1585	- Cobrador de dízimos, em Pernambuco (1583) - Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, em Lisboa (1597-1607)	- Engenho São Cosme e Damião (ou Inhobi), Paraíba - Engenho São Gabriel (ou Engenho do Meio), Paraíba - Engenho Gargaú, Paraíba
Balthazar Fernandes Freire	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1585		- Sesmaria no Rio Gurinhém
Baltasar de	Capitão da	1585		

Barros	ordenança da terra			
João Velho Rego	Capitão da ordenança da terra	1585	- Foi Capitão em Igarassu	
Simão Falcão	Capitão do Forte San Phelipe y Sanctiago	1585		- Sesmaria em Jaboatão - Engenho Santo Amaro
Gaspar Dias do Beco	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1585		- Sesmaria no Rio Gurinhém
João Paes (Barreto)	Capitão da ordenança da terra	1585	- Mercador	Engenho em Pernambuco
Cristóvão Paes de Altero	Capitão da ordenança da terra	1585		
Micer Hipólito	Capitão	1585		
Fernão Soares	Capitão dos mercadores	1585	- Mercador - Juiz dos órfãos, Olinda	- Dois engenhos em Muribeca
Fernão da Silva	Capitão da gente da guerra portuguesa	1585	Ouvidor-geral do Brasil, Bahia, 1566	
Jorge Camelo	Capitão da ordenança da terra	1585	- Mercador em Olinda - Ouvidor de Pernambuco, 1598	- Engenho Três Reis, Paraíba - Engenho em Igarassu - Sesmaria em Miriri
Gaspar Dias do Beco	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1585		- Sesmaria no Rio Gurinhém
Pero Lopes Lobo	Capitão	1585	- Capitão-mor de Itamaracá	
Manoel de Azevedo	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1585		
Pero Cardigo	Capitão de Mar e Terra da gente que haveria de conquistar a Paraíba	1585	- Tesoureiro da Fazenda dos Defuntos e Ausentes de Pernambuco, 1568	- Dois engenhos em Pernambuco
Gaspar Gonçalves	Gente de guerra para conquista da Paraíba	1588		Sesmaria na Rua Nova
Gaspar Manoel	Gente de guerra para	1588		

Machado	conquista da Paraíba			
Pedro de la Cueva	Comandante	1588		
Pedro de la Cueva	Capitão de infantaria e presídio das fronteiras	1591		
Antonio Cacam	Sargento	1593		
Antonio Rodrigues Leitão	Soldado	1593	Diz ser “Cavaleiro Fidalgo da Casa d’el Rei”	
Domingos Ortega	Soldado	1593	Castelhano	
Affonso Neto	Capitão de companhia de ordenança da terra	1595		-Engenho Espírito Santo - Sesmaria em Mamanguape
Gaspar Dias de Moraes	Capitão de guarda nas expedições de socorro à Paraíba	1595		
Francisco Roiz	Soldado da cavalaria do Forte de Cabedelo	1595		
João Paris	Bombardeiro no Forte do Cabedelo	1595	- Castellhano	
Antonio de Valadares	Capitão da armada de conquista	1595		- Engenho Santo Antônio
Antonio Gonçalves Manaia	Capitão do Forte de Cabedelo	1596		
João de Matos Cardoso	Capitão do Forte do Cabedelo	1597		
Luis Francês	Soldado	1598		
Pedro Álvares Migalha	Capitão	1599		
Diogo Rodrigues	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Manuel Miranda	Soldado	1603		
Pero de Matos Manaluco	Soldado mosqueteiro no Forte de	1603		

	Cabedelo			
Pero Gracia	Soldado mosqueteiro no Forte de Cabedelo	1603		
Pero Gonçalves	Soldado mosqueteiro no Forte de Cabedelo	1603		
André Afonso	Soldado mosqueteiro no Forte de Cabedelo	1603		
Simão Pires	Soldado mosqueteiro no Forte de Cabedelo	1603		
Cosmo Rodrigues	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		Engenho em Nossa Senhora da Guia em Jaboatão
Diogo Fernandes da Silva	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Manuel Marques	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Domingos Cardoso	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Luis Pardo	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Pero Sanches	Soldado mosqueteiro do Forte de Cabedelo	1603		
Pedro Alvares	Carpinteiro Cabedelo	1604		
Diogo Sanches de Lacerda	Sargento-mor	1604		
Domingos Cardoso	Alferes do Forte de Cabedelo	1607		
Pedro Cadena	Capitán de caballos	1610		- Engenho São João Batista - Sesmaria em Gurinhém
Jorge	Alferes do	1613		- Possuía 9 engenhos

Homem Pinto	Forte de Cabedelo			na Paraíba e Pernambuco
Geronimo Cadena	Capitão de Infantaria na Paraíba	1616		
Baltasar da Rocha Pita	Sargento-mor	1617		
Manoel Coresma Carneiro	Capitão na Paraíba	1618		- Engenho Tibiri-Santiago
Gomes de Abreu Soares	Capitão de Infantaria	1624	Capitão de Infantaria em Pernambuco, em 1638	
Jacinto Arias de la Serna	Capitão do Forte do Cabedelo	1624		
Duarte Carvalho	Alferes do Forte do Cabedelo	1624		
João Afonso Pinheiro	Capitão	1624		
Pero Vaz Pinto	Capitão	1624		
Simão Fernandes Jacome	Capitão	1624		- Engenho Megaípe, Jaboatão
Gregório Lopes de Abreu	Capitão	1625		- Engenho São Timóteo
Manuel Pires Correia	Capitão do Forte do Varadouro	1626		- Engenho Espírito Santo, na margem direita do Paraíba - Engenho Santo Antônio, na margem esquerda do Paraíba
Antonio Madureira Trigo	Sargento-mor	1629		
Domingos de Almeida	Capitão	1634	- Mercador	
João Guedes Alcoforado	Capitão de Infantaria	1634		

OFICIAIS CAMARÁRIOS				
NOME	CARGO	ANO DOS SERVIÇOS	OUTROS CARGOS/ATIVIDADES	PROPRIEDADES SESMARIAS
João Afonso Pamplona	Juiz Ordinário	1589		Sesmaria próxima ao Rio Paraíba
Amaro de Resende	Juiz Ordinário	1589	Nota: Era casado com a sobrinha de Frutuoso Barbosa que o nomeou para o cargo	
Gaspar Manoel Machado	Oficial da Câmara	1589		
Sebastião de Araújo	Oficial da Câmara	1589		
Pero Coelho de Sousa	Oficial da Câmara	1589		
Verissimo de Sande	Escrivão da Câmara	1589		
Gonçalo Rodrigues de Crato / Castro	Juiz Ordinário	1599		
Antonio de Valadares	Oficial da Câmara	1599		
Francisco Roiz	Oficial da Câmara	1599		
Manoel de Almeida	Escrivão da Câmara	1599		
James Dias	Oficial da Câmara	1599		
Antonio da Costa de Almeida	Oficial da Câmara	1599		
Gaspar Dias Phellipe	Oficial da Câmara	1599		
Duarte Gomes da Silveira	Oficial da Câmara	1599	- Comerciante de Olinda	- Engenho Nossa Senhora da Ajuda, PB - Engenho Santo Antônio, PB
Francisco Barbosa	Oficial da Câmara	1599		
Antonio Sebastião do Rego	Oficial da Câmara	1599		

Belchior Fernandez de Tomar	Oficial da Câmara	1599		
João de Padilha	Oficial da Câmara	1599	- Foi mercador	- Sesmaria em Miriri
Antonio Sebastião do Rego	Oficial da Câmara	1599		
Manoel Barrozo	Oficial da Câmara	1599		
Antonio de Valadares	Juiz Ordinário	1600		
Gaspar Dias Phellipe	Juiz Ordinário	1603		
Lopo do Barco	Oficial da Câmara	1603	- Foi mercador	- Engenho Santo André, PB
Marçal Vas	Oficial da Câmara	1603		
Pedro Manoel de Paiva	Escrivão da Câmara	1603		
Francisco Lopes Brandão	Juiz Ordinário	1606	- Licenciado	
Miguel de Leão Soares	Secretário e Escrivão da Câmara	1608		
Gaspar Fernandes Dourado	Escrivão da Câmara	1610		
Manoel de Almeida Bento do Rego Bezerra	Oficial da Câmara	1612		
Manoel de Pina	Oficial da Câmara	1612		
Vasco Fernandes da Costa	Escrivão da Câmara	1612		
Felipe da Crus	Escrivão da Câmara e da Almotaçaria	1617		
Domingos Luis	Oficial da Câmara	1617		
Francisco Madeira Cardoso	Oficial da Câmara	1617		
Raphael de Carvalho	Juiz Ordinário	1617		
João Soares	Procurador da Câmara	1618		
Francisco	Porteiro da	1618		

Martins	Câmara			
Pedro Ribeiro Faria	Escrivão da Câmara	1620		
José Falcão de Sousa	Escrivão da câmara	1621		
José Falcão de Sousa	Juiz dos órfãos e escrivão da Câmara	1623	- Juiz dos órfãos e escrivão da Câmara da Bahia, 1623	

(Não foram considerados os ofícios ocupados durante o período de dominação holandesa)

Todos esses personagens estão discriminados de forma mais detalhada na Base de Dados BRASILHIS com suas referências documentais e bibliográficas

<http://brasilhis.usal.es/>

ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E FUNDOS CONSULTADOS

1. Archivo General de Índias, Sevilla:

- **Patronato**

- 29, 33, 255, 266, 293

- **Contaduría**

- 546

- **Indiferente General**

- 614, 616, 740, 1952

- **Audiencia de Santo Domingo**

- 155

- **Casa de la Contratación**

- 746, 5105, 5169

- **Charcas**

- 41, 42, 43

2. Archivo General de Simancas, Simancas:

- **Secretaría de Estado**

- Negocios de Portugal - Legajos: 416, 417, 426, 427

- Negociación de Francia - Legajos: K1559, 1560

- **Guerra Antigua**

- Legajos: 109, 110, 119, 145, 165, 996, 1036, 1071, 1091, 1073, 3154, 3162

- **Secretarías Provinciales**

- Libros: 1466, 1467, 1468, 1469, 1473, 1474, 1476, 1478, 1487, 1490, 1495, 1496, 1497, 1498, 1500, 1506, 1511, 1515, 1516, 1522, 1532, 1550, 1575, 1581, 1583

3. Archivo Histórico Nacional, Madri:

- Consejo de Portugal: Libros 726, 728, 730

4. Biblioteca Nacional de España, Madri:

- **Manuscritos:** 1185, 2345, 2348, 2349, 2351, 2355, 2356, 2362, 2364, 2365, 2366, 2369, 3014, 3015, 7121

5. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa:

- **Seção de Reservados:** 239, 302, 398, 637, 4326, 7163

- **Coleção Pombalina:** 645, 647

- **Cartografia:** 71v, 115v

6. Biblioteca da Ajuda, Lisboa

- **Códices:**

49-X-1, 49-X-2, 49-X-5, 49-X-10, 51-V-48, 51-V-48, 51-V-71, 51-VI-21, 51-VI-28, 51-VI-54, 51-VII-15, 51-VIII-07, 51-VIII-18, 51-VIII-19, 51-VIII-21, 51-IX-25, 51-X-2

7. Arquivo Ultramarino, Lisboa:

Reino; Documentos de Avulsos de Serviços de Partes; Livros referentes ao Brasil; Bahia Avulsos; Bahia Luísa da Fonseca; Maranhão; Paraíba; Pernambuco; Secretaria do Conselho Ultramarino

8. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:

Manuscritos da Livraria: Assuntos do Brasil; Papéis do Brasil; Capitânias; Miscelâneas Manuscritas do Convento de N. S. da Graça de Lisboa; Chancelaria de Felipe I; Chancelaria de Felipe II; Chancelaria de Felipe III; Chancelaria de João IV; Habilitações para a Ordem de Cristo; Registro Geral de Mercês

9. Huntington Library, San Marino:

Manuscritos 151574, 59416

10. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro:

Patentes, Provisões e Alvarás, Fundos Bibliográficos; Coleção Condes de Castelo Melhor

11. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa:

Coleção de Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos

FONTES E DOCUMENTOS PUBLICADOS

ABBEVILLE, Claude d'. *Histoire de la Mission des Peres Capucins en L'isle de Maragnan et terres circonuoisines: ou est traicte des singularitez admirables & des Meurs merueilleuses des Indiens habitants de ce pais avec les missiues et aduis qui ont este enuoyez de nouueau*. Paris: de l'Imprimerie de François Huby, rue St. Jacques à la Bible d'Or, et en sa boutique au palais en la gallerie des Prisonniers, 1614.

AGUILAR Y PRADO, Jacinto. *Escrito historico de la insigne, y baliente jornada del Brasil, que se hizo en España el año de 1625*. S/N. Madrid, 1625.

ALBUQUERQUE, Jerônimo de. *Jornada do Maranhão, por ordem de Sua Majestade no ano de 1614*. Memórias para a historia da capitania do Maranhão. Lisboa: Typografia da Academia real das ciências, 1812.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964.

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pelloos rebeldes de Olanda*. Lisboa: por Mathias Rodrigues, 1630.

ANÔNIMO. *Relação das Capitanias do Brasil* (c. 1611-1612). Editado por Varnhagen, RIHB, vol. 62, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1900.

ANÔNIMO. *Relação verdadeira de tudo o succedido na Restauração da Bahia de Todos os Santos, desde o dia em que partiram as armadas de S. M., até o em que dita cidade foram arvorados seus estandartes*. Lisboa: Pedro Craesbeek, 1625.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* (1710). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.

AVENDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viaje, y sucesso de la armada que por mandado de su Magestad partiò al Brasil, a echar de alli los enemigos que lo occupavan. Dase cuenta de las capitulaciones conque saliò el enemigo, y valia de los despojos / hecha por D. Francisco de Avendaño, y Vilela, que se hallò en todo lo sucedido; assi en la mar, como en la tierra*. Sevilla: por Francisco de Lyra, 1625.

BARLÉU, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. (1647). Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARREIROS, Antonio. *Relação das visitas que o provedor-mor da Fazenda de Sua Majestade do Estado do Brasil fez por serviço do dito senhor nas Fortalezas da Capitania de Pernambuco e nas mais do norte e das devassas que nelas tirou do procedimento dos oficiais da fazenda, alfândega e almoxarifado delas e outras diligências no aumento da Fazenda Real do dito senhor*. 1623. In: GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

BARRETO, Francisco. *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio Grande, Ciará, & ilha Fernão de Noronha por Francisco Barreto, Mestre de campo general do Estado do Brasil, Governador de Pernambuco*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654. Acervo Digital BNB.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. Vol 2. Vol. 3. Vol. 4.

BOTERO, João. *Da razão de Estado*. 1589. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução de Luís Reis Torgal. 1 ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandezas do Brasil*. 2ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonsalves de Melo. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1618. Brasília: Senado Federal, 2010.

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande situadas na parte septentrional do Brazil. (1638). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. N. 34. Recife: Typographia Universal, 1887, p. 139-196.

BRITO, Domingos de Abreu e. *Sumario e descripção do reino de Angola e do descobrimento da ilha de Loanda e da grandeza das capitanias do Estado do Brasil* (1592). Publicação revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

BRY, Theodor de. *America sive Novus Orbis*. (1624). In: Colecion de Juan y Pessy Rada. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <http://memoriachilena.cl>.

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Primeira Parte. Composta por o P. Mestre Frei Manoel Calado da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Vila viçosa. Dedicada ao Serenissimo Senhor Dom Theodosio Príncipe do Reyno, & Monarchia de Portugal. Em Lisboa. Com licença da Santa Inquisição, Ordinário, e Mesa do Paço. Por Paulo Craesbeeck, Impressor, & livreiro das Ordens Militares. Ano do Senhor de 1648.

CAPITULOS que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXII, 1940, p. 347-381

CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...] desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. (1583). 3 edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 2 - Administração da Conquista*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

CASTEL BRANCO, Manoel de Andrada. *To defend your empire and the faith. Advice offered to Philip, King of Spain and Portugal* (1590). HAIR, Paul E. Hedley (Ed.). Liverpool: Liverpool University, 1990.

CÓDIGO Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I. Ed. fac-similar da 14ª ed. de 1821, por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638)*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madrid: por Diego Diaz de la Carrera, 1654.

CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho, Governador do Estado do Brasil (1602-1608). Cópia paleographica extrahida da Torre do Tombo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1910, vol. 73, p. I-258.

CORRESPONDÊNCIA do Governador D. Diogo de Meneses (1608-1612). In: GARCIA, Rodolfo (Org.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume LVII, 1935. p. 31-81.

COSTA, José Israel da. Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil holandês: a economia açucareira*. Vol 1. Recife: CEPE, 2004.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*. 1757. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904.

DE COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian. *Tesoro de la lengua Castellana, o Española*. Compuesto por el licenciado Don Sebastian de Cobarruias Orozco, capellan de su Magestad. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey NS., 1611.

DISCRIPCION de la Prouincia del Brasil. 1629. Biblioteca Nacional de España, Ms. 3015, f. 1-8.

DOAÇÕES e Forais das Capitanias do Brasil (1534-1536). Apresentação, transcrição e notas de Maria José Chorão. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999

DOCUMENTOS Históricos, 1625-1631: Patentes, Provisões e Alvarás, Vol. 15, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930.

DOCUMENTOS Históricos, 1631-1637: Patentes, Provisões e Alvarás, Vol. 16, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930.

DUSSEN, Adriaen Van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638). In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. (Org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira*. Vol. I. Recife: CEPE, 2004.

DUSSEN, Adriaen Van der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia açucareira*. Recife: CEPE, 2004.

EXTRACT uyt den brief vande politijcque raeden in Brasil, aende E. Heeren Checommitteerden ter Vergaderinge der Negenthien vande Cheoctroyeerde West-Indische Compagnie... ghelegen inde Capitanía van Paraíba. n's Graven-Haghe: by de Weduwe, ende Erfgenamen van wijlen Hillebrandt Jacobssz van Wouw, 1635.

FALCÃO, Luis de Figueiredo. *Livro en que se contem toda a Fazenda e Real Patrimonio dos Reynos de Portugal, India, Ilhas adjacentes e outras particularidades* (1607). Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

FARIA, Manoel Severim de. "Discurso I. dos meyoys, com que portugal póde crescer em grande numero de gente, para aumento da Milicia, Agricultura e Navegação" (1655). In: *Noticias de Portugal*. Tomo I. Lisboa: Offic. de Antonio Gomes, 1791.

FARIA, Manoel Severim de. *Discursos vários políticos* (introdução actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira). 1624. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

FIGUEIRA, Luís. *Relaçam de vários sucessos acontecidos no Maranham e Gram Pará assim de paz como de guerra contra os rebeldes Olandeses, Ingreses e franceses e outras nações*. Lisboa: Matias Rodrigues, 1631.

FIGUEIREDO, Manuel. *Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas nauegações, assi no sol, variação dagulha, como no cartear, com algũas regras da nauegação de leste, oeste, com mais o aureo numero, epactas, mares, & altura da estrellla pollar. Com os roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da prata, Guiné, Sam Thomé, Angolla, & Indias de Portugal, & Castella*. Lisboa: Impresso por Vicente Aluarez, Anno 1625.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia História da Guerra Brasílica*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz* (1576). São Paulo: Editora Obelisco, 1964.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GARCÍA DE NODAL, Bartolomé. *Relación del viage, que por orden de su Magestad, y acuerdo de el Real Consejo de Indias, hicieron los capitanes Bartholome Garcia de Nodal, y Gonzalo de Nodal, hermanos, naturales de Pontevedra al descubrimiento del Estrecho nuevo de San Vicente, que hoy es nombrado de Maire, y Reconocimiento del de Magallanes*. Año 1621. En Madrid y reimpresso en Cadiz:, por Don Manuèl Espinosa de los Monteros. Cadiz: en la Real Imprenta de Marina, 1753.

GRACIÁN, Baltasar. *Oráculo manual y arte de prudencia* (1647). Madrid: Edición de Emilio Blanco, 1995.

GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal, pera recuperar a cidade do Salvador na Bahya de Todos os Santos, tomada pollos olandeses a oito de Mayo de 1624. E recuperada ao primeiro de Mayo de 1625*. Lisboa: Mateus Pinheiro, 1625.

GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermão que fez o Padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus, na cidade de Lisboa na Capella Real, dia de São Thome, anno de 1623, cuja festa como de Padroeiro da India celebra, por ordem dos Reys o Tribunal daquelle Estado com offertas publicas das drogas delle*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, impressor del Rey, 1624.

GUERREIRO, Fernão. *Relação Annual das cousas que se fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné nos annos de 1602 e 1603*. Lisboa: S. Rodrigues, 1605.

HAMEL, H.; BULLESTRATE, Adriaen van; BAS, P. Jansen. Relatório apresentado por escrito aos nobres e poderosos senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali, em 20 de agosto de 1646. In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Fontes para a história do Brasil Holandês*, vol. 2 - A administração da conquista. Recife: CEPE, 2004.

HAKLUYT, Richard. *The principal navigations, voyages, traffiques & discoveries of the English nation: made by sea or over-land to the remote and farthest distant quarters of the earth at any time within the compass of these 1600 yeares*. Vol. XI. Glasgow: James MacLehose, 1904.

HAKLUYT, Richard. The relation of a Voyage made by a Pilot called Nuno da Silva for the Vice-roy of new Spaine, the 20 of May, in the yere of our Lord 1579 in the citie of Mexico, from whence it was sent to the Vice-roy of the PortugallIndies: wherein is set downe the course and actions passed in the Voyage of Sir Francis Drake that tooke the aforesaid Nuno da Silva at S. Iago one of the Islands of Cabo Verde, and caried him along with him through the Streights of Magellan, to the Haven of Guatulco in new Spaine, where he let him goe againe. *The Principal Navigations, Voyages and Traffiques of the English nation*. Londres: 1600.

HERCKMANS, Elias. *Descrição geral da Capitania da Paraíba* (1639). João Pessoa: A União Editora, 1982.

HERRERA, Antonio. *Historia General de los hechos de los castellanos en la islas i Tierras Firme del Mar océano*. Madrid: Emplenta Real, 1601.

HERRERA, Antonio de. *Segunda parte de la Historia general del Mundo, de XV, años del tiempo del Señor Rey don Felipe II, el Prudente, desde el año de MDLXXI hasta el de MDLXXXV*. Valladolid: Juan Godinez de Millis, 1606.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. (1651). 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ILHA, Frei Manuel da. *Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil*. 1621. Texto bilíngüe. Trad. Frei Idelfonso Silveira. Petrópolis: Vozes, 1975.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

JOURNAUX et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation des Antilles et sur les côtes du Brésil. Collationné par Hessel Gerritsz. Anno 1629 le 20 juillet, à bord du vaisseau Zutphen, aux Indes Occidentales auprès de Tortugas, à 40 brasses ». Ms. Traduzido para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por E. J. Bondam. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1909, vol. XXIX. R.J. 1909.

KUNSTMANN, Friedrich. *Die Entdeckung Amerikas nach den ältesten Quellen geschichtlich dargestellt; mit einem Atlas alter bisher ungedruckter Karten*. München: Commission bei A. Asher & Cie., 1859.

LAET, Joannes. *Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636*. (1644). Tradução dos Drs. Jose Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908.

LEFEBVRE DE LA BARRE. *Description de la France equinoctiale, cy-devant appellée Guyanne et par les Espagnols El Dorado, nouvellement remise sous l'obéissance du Roy par le Sieur Le Febvre de la Barre, ... et un discours très-utile et necessaire pour ceux qui voudront établir des colonies en ces contrées*. Paris: J. Ribou, 1666.

LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*. Nouvelle Édition avec une Introduction & des Notes par Paul Gaffarel. Tome Premier. Paris: Alphonse Lemerre, Éditeur, 1880.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil* (1563). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. IV. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

MELO, Francisco Manuel de. *Ecco polytico. Responde en Portugal a la Voz de Castilla y satisface a un papel anonymo, ofrecido al rey Don Felipe el Quarto. Sobre los intereces de la corona lusitana, y del oceanico, indico, ethyopico, arabico, persico, y africano imperio*. Lisboa: Por P. Craesbeeck, Ano 1645.

MEMORIAL de todos os estrangeiros que vivem nas capitanias do Rio Grande, Paraíba, Tamaracá, Pernambuco e Bahia dos quais não se pode ter suspeita. 1618. In: *Livro Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 221-223.

LIVROS das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595 –1605. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 58, 1993.

MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Cartas para Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MIRANDA, Suzana Münch; SALVADO, João Paulo (Ed.). *Livro 2º do Governo do Brasil (1607 – 1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MORENO, Diogo de Campos. Livro que dá razão do Estado do Brasil [1612]. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 29, No. 4 (Nov., 1949), p. 518-562.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Brasília: Senado Federal/Ssetec, 2011.

MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos”. (1609). In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. LVII (1984), p. 177–246.

MUÑOZ, Bernardo. *Relacion verdadera de una gran victoria que las Armas Catolicas han tenido en el sitio de Brasil en 1638*. Madrid, 1639. Archivo Historico Nacional.

NASSAU-SIEGEN, J. Maurice; DUSSEN, Adriaen Van der; KEULLEN, Mathijs Van. “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brazil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia açucareira*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.

NIEUHOF, John. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. (1682). São Paulo: Martins, 1942.

OGILBY, John. *America: being the latest, and most accurate description of the new world containing the original of the inhabitants, and the remarkable voyages thither, the conquest of the vast empires of Mexico and Peru and other large provinces and territories : with the several European plantations in those parts : also their cities, fortresses, towns, temples, mountains, and rivers : their habits, customs, manners, and religions, their plants, beasts, birds, and serpents : with an appendix containing, besides several other considerable additions, a brief survey of what hath been discover'd of the unknown south-land and the arctick region : collected from most authentick authors, augmented with later observations, and adorn'd with maps and sculptures*. London: Printed by the author, 1671.

ORDENAÇÕES e Leis do Reino de Portugal Recompiladas Por Mandado Del-Rei D. Felipe O Primeiro. Coimbra: Imprensa Universitária, duodecima edição segundo a nona, 1858.

ORDENADOS e emolumentos dos ofícios e cargos do Estado do Brasil. (Anônimo, sem data). In: *Livro Primeiro do Governo do Estado do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ORDENANÇAS Del Bven Gobierno de la Armada del Mar Oceano de 24 de henero de 1633. Madrid: Instituto histórico de Marina, 1974 [facsimile da edição de Barcelona do ano de 1678]

PASCHOA, Antonio Gonçalves. (1630). Cópia da “*Descrição da cidade e barra da Paraíba de Antonio Gonçalves Paschoa, piloto natural de Peniche, que ha vinte annos reside na dita cidade*”. Biblioteca Nacional de España. Manuscrito 1185, f. 131-133.

PERAZA, Juan. "Relacion cierta y verdadera que trata de la victoria y toma de la Parayva, que el ilustre señor Diego Flores de Valdés tomó con la armada de su Majestad Real, de que iba por Capitan general en la jornada de Magallanes y guarda de las Indias. Cuenta como corriendo la costa del Brasil halló un puerto que los franceses tenian tomado y allí estaban hechos fuertes, y de cómo se lo ganó y quemó las naos y casas que tenian, como lo cuenta la obra más largo." [1.^a ed.] Sevilla: Fernando Maldonado, 1584. In FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. *Arca de Noé: Libro Sexto de las Disquisiciones Náuticas*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C.^a, 1881.

PRIMEIRA visitação do Santo Officio às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1592, com prefácio de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1935.

PRIMEIRA visitação do Santo Officio às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1593. São Paulo: Editora Paulo Prado, 1925.

PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco, 1593-1595. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Coleção pernambucana, 2a. fase. v. 14. Recife: Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

REGIMENTO de Francisco Coelho de Carvalho, de 9 de maio de 1609. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1603-1612*. Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

REGIMENTO de Francisco Giraldes, de 30 de março de 1588. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, v. 1, p. 253-277.

REGIMENTO de Gaspar de Souza, de 6 de outubro de 1612. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, v. 1, p. 413-436.

REGIMENTO de Roque da Costa Barreto dos governadores-gerais, de 16 de janeiro de 1677. In: *Revista do IHGB*. Tomo Quinto. N. 17. Abril de 1843, p. 288-318.

REGIMENTO do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Occidentaes, 1629. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, Typographia Universal, Tomo V, 1886, p. 289-352.

REGIMENTO dos provedores da fazenda Del Rei nosso Senhor nas terras do Brasil. 17 de dezembro de 1548. Biblioteca Nacional de Lisboa. Arquivo da Marinha. Livro 1 dos ofícios de 1597 a 1602.

REGIMENTO sobre o pau-brasil. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Livro 1 de Regimentos, 1548–1653. Vol. LXXVIII.

“RELAÇÃO de todos os officios da Fazenda e Justiça existentes neste Estado do Brasil”. (Anônimo, sem data). In: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. II p. 20-26.

RELATORIO I. Do que passaraõ os Religiosos Menores na Paraíba sobre as doutrinas dos Indios. 1598. In: JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 56-71.

RELATORIO II. Dos successos e encontros com os inimigos Potyguarés, em que se acharaõ os Religiosos de S. Francisco na Paraíba, trabalhos, e do mais que obrarão em serviço del-Rey, e daquela Conquista, desde o tempo de Fructuoso Barbosa seu Capitaõ, até o de Feliciano Coelho de Carvalho, seus Governadores. 1599. In: JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 71-80.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. São Paulo: IBRASA, 1978.

RODRIGUEZ BURGOS, Bartolomé. *Relacion de la jornada del Brasil escrita a Juan de Castro Escrivano publico de Cádiz por Bartolomé Rodríguez de Burgos Escrivano Mayor de la Armada. General don Fadrique de Toledo Ossorio Marqués de Villanueva*. Cádiz: por Juan de BorjaJuan de Borja, 1625.

ROSÁRIO, Frei Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria, que ouve o Capitão mór da Capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1632.

SÁ, Frei Manoel de. *Memórias Históricas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Província de Portugal*. Parte Primeira. Lisboa: Tip. de José Antonio da Sylva, 1727.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Historia de los Incas* (1572). Buenos Aires: Emecé, 1942.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Narratives of Voyages to the Straits of Magellan, translated and edited with notes and an introduction by Clemens R. Markham*. C.B., F.R.S. London: Hakluyt Society, 1895.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Viage al Estrecho de Magallanes por el Capitán Pedro Sarmiento de Gamboa en los años de 1579 y 1580 y noticia de la expedición que después hizo para poblarle*. Madrid, En la Imprenta Real de la Gazeta, 1768.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Viajes al Estrecho de Magallanes, 1579-1584*. Tomo II. Buenos Aires: Emecé Editores, 1950.

SEGUNDA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620. Introdução e notas de Eduardo d'Oliveira

França e Sônia A. Siqueira. Separata de: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, Universidade de São Paulo, tomo 17, 1963.

SIQUEIRA, Ambrósio de. *Relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da receita e despesa do Estado do Brasil*. Cópia e edição José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 49, 1977.

SIQUEIRA, Ambrósio de. "Relação para sua majestade em cumprimento da carta que o dito senhor me escreveu". Secretarias Provinciales, libro 1575. Relación de los gastos de cada Capitanía Del Brasil y de lo que valen sus rentas de 1609, Archivo General de Simancas.

SOARES, Francisco. "De algumas coisas mais notáveis do Brasil e de alguns costumes dos Índios" (1590). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 94. Vol. 148. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

SOISA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e. *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes, contém os regimentos pertencentes á administração da Fazenda Real*. Tomo Segundo. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Soisa, 1783.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. (1587). Lisboa: Alfa Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1989.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Roteiro geral con largas informações de toda a costa que pertence ao estado do Brasil e a descrição de muitos lugares dele, especialmente da Baía de Todos os Santos por Gabriel Soares de Souza*. (1587). Biblioteca Nacional de Madrid. Ms. 3007.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brazil* (1587). Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Versão do texto de Marpurgo de 1557, revista e anotada por Theodoro Io. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.

SUMMARIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba. Escripito e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovão de Gouvêa, visitador da companhia de Jesus de toda a província do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI, Parte Primeira. Rio de Janeiro: R. I. Garnier - Livreiro-editor, 1873.

SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio da Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda província do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.

TAMAYO DE VARGAS, Tomás. *Restauracion de la ciudad del Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil. Por las Armas de Don Philippe IV. el Grande, Rei Catholico de las Españas, Indias, etc.* Año 1628. Madrid: Por la viuda de Alonso Martin, 1628.

THEVET, André. *Les Français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI siècle: Le Brésil et les Brésiliens* (1575). Volume 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.

THEVET, André. *Singularidades da França Antartica a que outros chamam de America* (1558). Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

TRASLADO do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande. (1614). *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, p. 5-131, 1909.

VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Historial de la Jornada del Brasil*. Año 1625. Colección de documentos inéditos para la Historia de España, Tomo LV. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1870, p. 43-200.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*, (1663). 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1977.

VEGA, Lope de. *El Brasil restituído*. Madrid, 1625. Edição crítica baseada no manuscrito autógrafo. Introdução de Gino de Solenni. New York: Instituto de las Españas, 1929.

VEGA, Lope de. *El Brasil restituído*. HAZ GÓMEZ, Elena; SERRA MARTÍNEZ, Elías (Ed.). Edición bilingüe. Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, 2011.

VERDONCK, Adriaen. Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta Cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. 1630. In: GONSALVES DE MELLO, J. A. *Fontes para a história do Brasil Holandês, vol. 1 - A economia açucareira*. 2. ed. Recife: CEPE, 2004.

VILLASANTI, Pedro Cadena. Descripción del Brasil en una estension de mil treinta y ocho millas descubierta por Marañon y gran Para por su brújula exacta, asi como del rio de las Amazonas que está situado bajo la línea equinoccial y a setenta millas de longitud en su embocadura, y del rio de la plata, cuya embocadura que tiene cuarenta y seis, está á treinta y seis grados al Sud del equador, cosas que el lector verá, así como otras muchas. Año 1629. In: MAURO, FRÉDÉRIC. *Le Bresil Au XVII Siecle. Documents Inédits Relatifs á L'Atlantique Portugais*. Coimbra, 1963, p. 167-191.

VILLASANTI, Pedro Cadena. *Relação diária do cerco da Bahia de 1638*. Lisboa: Ática, 1941.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.

ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. 2ª série. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira/MEC, 1976.

ABREU, Capistrano de. O Jornal. 27 de janeiro de 1925, in *Ensaio e Estudos*, 2ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflito: aspectos da administração colonial*. Recife: UFPE/Departamento de História, 1997.

ALBUQUERQUE, Martim de. “O valor politológico do sebastianismo”. *Estudos da cultura portuguesa*. 2 volume. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000, p. 291-326.

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford UP, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Tese de Livre-Docência, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1994.

ALESSANDRINI, Nunziatella. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 28-29, 2016, p. 121-135.

ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano; VIOLA, Antonella (Orgs.). *Di buon affetto e commercio. Relações luso-italianas na Idade Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2012.

ALMEIDA, A. A. Marques de (Dir.). *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Tomo III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I, Parte primeira, 1ª edição. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1968.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

ALSEDO Y HERRERA, Dionisio. *Piraterias e Agresiones de los Ingleses y de otros pueblos de Europa en la América Española desde el siglo XVI al XVII*. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1883.

ALVAREZ DE LA RIVERA, Senén. *Biblioteca Historico-genealogica asturiana*. Vol. 1. Santiago de Chile: Imp. Cervantes, 1924.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. XLIX (referente a 1927). *Historia de la Fvndacion dell collegio de la capitania de Pernanbuco*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações: 1936.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. 77. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações: 1964.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Obra política*. Organização de Octaciano Nogueira. vol. II. Brasília: Senado federal, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Coleção Tempo Municipal 20. Recife: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, 1999.

ANDREOZZI, Daniele (Ed.). *Mediterranean doubts: Trading Companies, Conflicts and Strategies in the Global Spaces (XV-XIX Centuries)*. Palermo: New Digital Frontiers, 2017.

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; PONCE LEIVA, Pilar (coords.). *Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico, siglos XVI-XVIII*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2018.

ANGULO IÑIGUEZ, Diego. *Battista Antonelli: Las fortificaciones americanas del siglo XVI*. Madrid: Real Academia de la Historia, Hauser y Menet, 1942.

ANTUNES, Cátia. “Free Agents and Formal Institutions in the Portuguese Empire: Towards a Framework of Analyses”. *Portuguese Studies*. Modern Humanities Research Association. Vol. 28, nº 2 (2012).

ANTUNES, Cátia; FATAH-BLACK, Karwan (Ed.). *Explorations in history and globalization*. London and New York: Routledge, 2016.

ARELLAN, I. & RODRÍGUEZ GARRIDO (Eds.). *Edición y anotación de textos coloniales hispano-americanos*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/vervuert, 1999.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.

ARTOLA, Miguel. *La Monarquía de España*. Madrid: Alianza Editorial S. A., 1999.

AZEVEDO, Aroldo de. As vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre-AGB*, São Paulo, n. 10, Janeiro-Julho, 1992, p. 23-78.

BAILYN, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBALHO, Luciana de Carvalho. *Capitania de Itamaracá. Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)*. João Pessoa: Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BARNADAS, Joseph M. “A Igreja Católica na América Colonial”. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. I. Trad. Maria Claro Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: v. I - selected essays of Fredrik Barth*. London; Boston; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BASTIDE, Roger. *Brasil Terra de Contrastes*. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

BATISTA, Adriel Fontenele. *O Sumário das Armadas: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*. Natal: Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

BENASSAR, Bartolomé. *La América española y la América portuguesa (siglos XVII-XVIII)*. Madrid: SARPE, 1986.

BENITES, María Jesús. ““Se os manda y ordena”: El lugar de las instrucciones reales en los relatos de viajes del siglo XVI”. Universidad Nacional de Salta. Facultad de Humanidades. *Revista Escuela de Historia*; 1; 15; 12-2016.

BENJAMIN, Thomas. *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BERNAL, Antonio-Miguel. *España, proyecto inacabado. Los costes / beneficios del Imperio*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

BETHENCOURT, Francisco. “Configurações políticas e poderes locais”. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (Eds.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 207-264.

BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda B. “A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana””. *História*. 2008, vol.27, n.1, p.29-50.

BOCCARA, Guillaume. “Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras americanas”. In: BOCCARA, Guillaume (ed.). *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)*. Quito: Ed. Abya-Yala, 2002.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. *O domínium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico - Da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493 - 1615)*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2010.

BORGES, Graça Almeida. “¿Un Imperio Ibérico integrado? El arbitrismo y el Imperio Ultramarino Portugués (1580-1640)”. *Obradoiro de Historia Moderna*, N.º 23, 71-102, 2014.

BORGES MORÁN, Pedro. “Paz y seguridad en Iberoamérica durante la época moderna”. In: *Cuadernos de Estrategia*. Ejemplar dedicado a: Estrategia y Futuro: la Paz y Seguridad en la Comunidad Iberoamericana). Madrid: Centro de Estudios de la Defensa Nacional, 1996.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “1640 perante o Estatuto de Tomar. Memória e Juízo do Portugal dos Filipes”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 9/10 (1993), pp. 17-27.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cartas para duas infantas meninas. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y El impreso*. Cuadernos de Historia Moderna Anejos. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid. 2005.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *D. Filipe I. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “Entre dos Reinos, una patria rebelde: fidalgos portugueses en la Monarquía hispánica después de 1640”. *Estudis. Revista de Historia Moderna*, nº 20 (1994), p. 83-103.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “La majestad de Felipe II: construcción del mito Real”. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (Dir.). *La Corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1987.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, Charles. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440 – 1770*. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*. London: Athlone press, 1952.

BOYAJIAN, James C. “New Christians and Jews in the sugar trade, 1550-1750: two centuries of development of the atlantic economy”. In: BERNARDINI, P., FIERING, N. (Eds.). *The jews and the expansion of Europe to the West, 1450-1800*. New York: Berghahn Books, 2001, p. 471-484

BOYAJIAN, James C. *Portuguese bankers at the court of Spain (1626-1650)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

BRASILHIS. Base de datos. “Redes comerciales y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica” (brasilhis.usal.es).

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th-18th century. Vol II: the wheels of commerce*. London: Collins, 1982.

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, 2 vols. New York: Harper and Row, 1972.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionario Africana. África Ocidental (1600-1610)*. Vol. V. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

BRÉARD, Charles et Paul. *Marine Normande et a ses armements aux XVI^e et XVII^e siècles pour le Canada, l'Afrique, les Antilles, le Brésil et les Indes*. Rouen: A. Lestringant, 1889.

BRIENEN, Rebecca Parker. *Visions of savage paradise: Albert Eckhout, court painter in colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. *A Dialética do Castigo: histórias de um frade no Brasil holandês*. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. “*Religión y Cultura Política en las crónicas del periodo holandés en Brasil*”. Máster en Historia. España y el Mundo Iberoamericano. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. “Um estreito entre o Atlântico e o Pacífico: o caso da Paraíba e a política estratégica da Monarquia Hispânica para a América portuguesa”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Entre teoria e prática. A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII.” *Terra Brasilis, Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano VI–VII–VIII, núm. 7-8-9, Rio de Janeiro, p. 59-96.

BURITY, Glaucete Maria Navarro. *A presença dos franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. I e II. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

CALMON, Pedro. *História do Brasil. Século XVI – Conclusão. As origens século XVII. Formação Brasileira*. Volume II. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CALMON, Pedro. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Tomo III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013.

CAMARGO, Maicon da Silva. “Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640)”. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 192-208, Dez. 2016.

CAÑON GARCÍA, Pablo. “Redes y circulación de los hombres de negocios en la conexión de los territorios de la Monarquía Hispánica durante la Unión de Coronas (1580-1640)”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, N.º.26, p173-197, Jan./Jul., 2019, p. 173-197.

CARDIM, PEDRO. “A Casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, jul. 2002, p. 13-57.

CARDIM, PEDRO. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARDIM, Pedro. ““Governo” e “Política” no Portugal de Seiscentos: o olhar do jesuíta Antonio Vieira”. *Penélope*, nº 28, 2003.

CARDIM, PEDRO. “Los portugueses frente a la Monarquía hispánica”. In: ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio & GARCÍA CARCÍA, Bernardo J. (Eds.). *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2004, pp. 355-383.

CARDIM, PEDRO. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. *Hispania*, vol. LXIV, nº 216 (janeiro-abril, 2004).

CARDIM, PEDRO. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”. In: POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luís Oliveira (coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

CARDIM, PEDRO. *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Universidade de Valladolid, 2014.

CARDIM, Pedro; HERZOG, Tamar; RUIZ IBÁÑEZ, José et SABATINI, Gaetano (dir.). *Polycentric monarchies: how did early modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?*. Brighton: Sussex Academic Press, 2012.

CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2011, vol.31, n.61, p.317-338.

CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica*. Salamanca: Tese de doutorado apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.

CARRARA, Angelo Alves. “A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica”. *Revista Tempo*, v. 20, 2014.

CARRARA, Angelo Alves. “Para uma história dos preços do período colonial: questões de método”. *LOCUS: Revista de História*, 26. Juiz de Fora, Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 14, n. 1, Dossiê História Quantitativa e Serial, jan./jun. 2008, p. 187-217.

CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Fazenda Real do Brasil, século XVII*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

CARRARA, Angelo Alves. SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest. “Historiografia Econômica do Dízimo Agrário na Ibero-América: Os Casos do Brasil e Nova Espanha, Século XVIII”. *Rev. Est. Econ.*, São Paulo, vol. 43, n.1, p.167-202, jan.-mar. 2013, p. 167-202.

CARVALHO, Manoel Emílio Gomes de. *D. João III e os Franceses*. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1909.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CASTRO, Eugenio de. *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (de 1530 a 1532)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.

CASTRO, Joaquim José da Silva (Org.). *Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahyba do Norte*. Almanach do Estado da Parahyba. Ano X. 1912.

CENTENO, Yvette Kace (coord.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Conquista y colonización de la Amazonia Portuguesa (siglo XVII)”, In: SANTOS PÉREZ, José Manuel & PETIT, Pere (Eds). *La Amazonia Brasileña en Perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca/Aquilafuente, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. *Entre Poder y Placer: cultura escrita y literatura en la Edad Moderna*. Tradução de Maribel García Sánchez, Alejandro Pescador, Horácio Pons, María Condor. Madrid: Cátedra, 2000.

CHATEAUBRIAND, Assis. “Os curumins louros da Bahia da Traição”. Artigo publicado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.08.1962. Acervo da Biblioteca Nacional.

CHAUNU, Pierre. “Brésil et Atlantique au XVIIIème siècle”. *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*. VI, 1951.

CHAUNU, Pierre; CHAUNU, Huguette Chaunu. *Seville et l’Atlantique, 1504-1650*. Vol 3. Paris: Armand Colin, 1955.

CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura material*, São Paulo: Museu Paulista, v. 23, n. 2, p. 11-42, dez. 2015.

CODES, Ana Isabel López-Salazar. *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Colibri, 2010.

COLAS, Christian. *Le Sumario das Armadas, chronique oubliée d’une conquête dans le Brésil du XVIème*. Tese. Université Paris III Sorbonne Nouvelle, Paris, 2013.

CORIOLO DE MEDEIROS, João Rodrigues. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

CORTESÃO, Jaime. *A colonização do Brasil*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1969.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos. “Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580 - 1720*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 521-586.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. Niterói: Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSENTINO, Francisco Carlos. “Governando o Estado do Brasil no século XVII: governo geral, capitanias e Câmaras”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015. v. 1. p. 1-16.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça. *Receita e despesa do Estado do Brasil no período filipino: aspectos fiscais da administração colonial*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 10 Volumes [Estudo Introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello, fac-símile da edição de 1951 do Arquivo Público Estadual]. Recife: Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

COSTA, Leonor Freire. “Comércio e família em Portugal. Séculos XVI-XVIII.”, in CUNHA, Mafalda Soares; HERNANDEZ FRANCO, Juan (Orgs.). *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Évora: Edições Colibri, 2010.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COUTO, Jorge. “As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França equinocial”. In: VENTURA, Maria da Graça Mateus (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 171-194.

CRAILSHEIM, Eberhard. *The Spanish Connection. French and Flemish Merchant Networks in Seville (1570-1650)*. Köln: Böhlau Verlag Köln Weimar Wien, 2016.

CRIVELLI, Benedetta. “Confiança e reputação: sucesso e declínio de um mercador italiano no comércio ultramarino da segunda metade do século XVI”. Comunicação no XXXII *Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*, 16/17 de novembro de 2012.

CRIVELLI, Benedetta. “Francesco e Giovanni Battista Rovellasca: la presenza milanese nel commercio atlantico del porto di Lisbona (1580-1600)”. In: ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano; VIOLA, Antonella (Orgs.). *Di buon affetto e commercio. Relações luso-italianas na Idade Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2012.

CRIVELLI, Benedetta. “Pepper and silver between Milan and Lisbon in the second half of the sixteenth century”. In: CARACAUSI, A., & JEGGLE, C. (n.d.). Introduction. In A. Caracausi & C. Jeggle (Eds.), *Commercial Networks and European Cities, 1400–1800*. New York: Pickering & Chatto, 2014.

CROWLEY, Roger. *Conquistadores, como Portugal forjou o primeiro império global*. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa. Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. “Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno G. Monteiro; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da (orgs.). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. “Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII”. *Tempo* [online]. 2016, vol.22, n.39, p.1-30.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI”. *Estudos Avançados*, 4(10), 1990, p. 91-110.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

CURTO, Diogo Ramada. “Cultura escrita e práticas de identidade”, in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: Temas & Debates, 1998, pp. 458-531.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CURTO, Diogo Ramada. “Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720)”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580 - 1720*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa/Projeto Universidade Aberta, 1988.

CURTO, Diogo Ramada; MOLHO, Anthony (Ed.). *Commercial Networks in the Early Modern World*. Florence: European University Institute, 2002.

DANIELS, Christine. KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas. 1500–1820*. New York: Routledge, 2002.

DANTAS, Vinicius. “Los arbitristas y la América portuguesa (1590-1640)”. *Anuario de Estudios Americanos*, 71, 1. Sevilla (Espanha), enero-junio, 2014, 145-170.

DEL PRIORE, Mary. “Selvagens na igreja a frisa de Saint-Jacques de Dieppe: um caso de bricolagem cultural”. *Revista de História* (São Paulo), 1995, n.132, p. 43-58.

DENIS, Ferdinand. *Une fête brésilienne célébrée a Rouen en 1550*. Paris: J. Techener Libraire, 1850.

DIAS, Carlos Malheiro (dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

DIAS, Thiago Alves. “O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVII”. *Revista de História* (São Paulo). 2018, n. 177.

DIFFIE, Bailey W. *A History of Colonial Brazil, 1500-1792*. Florida: Robert E. Krieger Publishing Company, 1987.

DOMINGUES, Mário. *D. Sebastião o homem e a sua época*. Lisboa: Romano Torres, 1963.

DOMÍNGUEZ-OSSA, Camilo. “El arte de navegar en las rutas de América, siglos XV a XIX”. *Boletín Cultural y Bibliográfico*. Vol. L, Núm. 90, 2016, p. 5-26.

DORÉ, Andrea. “O deslocamento de interesses da Índia para o Brasil durante a União Ibérica: mapas e relatos”. *Colonial Latin American Review*, Vol. 23, Issue 02, 2014.

DUTRA, Francis A. “A Hard-Fought Struggle for Recognition: Manuel Gonçalves Doria, First Afro-Brazilian to Become a Knight of Santiago”. *The Americas* Vol. 56, No. 1 (Jul., 1999), pp. 91-113.

DUTRA, Francis A. “A New Look into Diogo Botelho's Stay in Pernambuco”. *Luso-Brazilian Review*, IV, junho de 1967, p. 27-34.

DUTRA, Francis A. “Centralization vs. Donatarial privilege: Pernambuco, 1602-1630”. In: ALDEN, Dauril (org). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

EBERT, C. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*. Leiden; Boston: Brill, 2008.

ECHARRI IRIBARREN, Víctor. YÁÑEZ PACIOS, Roberto. “Bastión y ciudad: Los proyectos para las fortificaciones de Fuenterrabía a finales del siglo XVI”. In *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, Vol. 8, Núm. 32, 2016.

EDELWEISS, Frederico. *Ensaio Biográficos*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, 1976.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. V. 2. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1993.

ELLIOTT, John. “A Europe of Composite Monarchies”. *Past & Present*, nº 137, p. 52-62, Nov., 1992.

ELLIOTT, John. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”, In: BETHEL, Leslie (org.), *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol.I. São Paulo: EDUSP, 2012.

ELLIOTT, John. *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.

ELLIOTT, John. *Imperial Spain 1469-1716*. Londres: Penguin Books, 1990.

ELLIOTT, John. *Impérios del Mundo Atlantico: España e Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.

ELTIS, David. “Free and Coerced Migrations from the Old World to the New”. In: ELTIS, David (Ed.). *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 34-74.

ELTIS, David. “Introduction: Migration and Agency in Global History” In: ELTIS, David (Ed.). *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 1-31.

ESPINOSA, Margarita Suárez. “El Perú en el mundo atlántico”. In: CONTRERAS, Carlos (Ed.). *Compendio de historia económica del Perú: economía del período colonial temprano*. Tomo 2. Lima: IEP (Instituto de Estudios Peruanos), 2009.

ESTELLE, Robert F. *The Battle of Paraíba: a poetic narrative*. Minneapolis: Associates of the James Ford Bell Library, 1985.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil. Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas, EDUSP, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de história e cultura tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

FEITLER, Bruno. “Continuidades e rupturas da igreja na América portuguesa no tempo dos Áustrias. A importância da questão indígena e do exemplo espanhol”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor

Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013, p. 203-230.

FERNÁNDEZ ALBADALEJO, Pablo. *Fragmentos de monarquía: trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *1492, o Ano em que o Mundo começou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín. *Biblioteca Marítima Española*. Obra Postuma. Tomo I. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1851.

FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín. *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*. Madrid: Imprenta Nacional, 1837.

FERNANDEZ DURO, Cesáreo. *Arca de Noé: Libro Sexto de las Disquisiciones Náuticas*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C.^a, 1881.

FERNANDEZ DURO, Cesáreo. *Historia de la Armada española desde la unión de los Reinos de Castilla y Aragón* (1894-1903, en nueve volúmenes). Madrid: Establecimiento tipográfico Suc. Rivadeneyra, 1897. <http://www.armada.mde.es/html/historiaarmada/>

FONSECA, Luis Adão da. *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XVI*. Lisboa: Edições Enapa, 1991.

FOURNIER, Edouard. *Un prétendant portugais au XVI^e siècle: lettre à M. M. D'Antas,... sur Don Antonio, prieur de Crato*. Paris: Imprimerie et lithographie de Maulde et Renou, 1851.

FRADE, Florbela Veiga. *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632*. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006.

FRAGOSO, Frei Hugo. “Presença Franciscana na Paraíba 1588-1886”. In: *Revista Santo Antônio*, Recife, ano 58, n. 98, p. 49-71, 1980.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)”. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. “A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi*, n.1, p. 45-122, 2000. Rio de Janeiro: 7 letras.

FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. *Tempo*, v.8, n. 15, p. 11-35, 2003. Rio de Janeiro: 7 Letras.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, v. 14, n. 27, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Eds.). *Na Trama das Redes: política e negócio no Império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma

leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope*. Revista de História e de Ciência Sociais, n. 23, 2000, Lisboa, p. 67-88.

FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREITAS, Jordão de. “A Expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533)”. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol.III, Porto, 1924, p. 97-164.

FREYRE, Gilberto. “Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor”. *Boletim Informativo*, Parte Cultural (Separata). Salvador: Universidade Federal da Bahia, n. 114-115, mai./jun. 1966.

FUSARO, Maria; ALLAIRE, Bernard; BLAKEMORE, Richard; VANNESTE, Tijl. (Eds.). *Law, Labour, and Empire: Comparative Perspectives on Seafarers, c. 1500-1800*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonnedve, Libraires-Éditeurs, 1878.

GALVÃO, Helio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GAMES, Alison. “Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities”. *The American Historical Review*. Vol. 111, No. 3 (June 2006), p. 741-757.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil, 1500-1810*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC, 1975.

GARCÍA HERNÁN, Enrique & MAFFI, Davide (Eds). *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica. Política, Estrategia y Cultura en la Europa Moderna (1500-1700)*. 2 vols. Madrid: Iberoamericana/Fundación Mapfre/CSIC, 2006.

GARRIDO, Carlos Miguez. *Fortificações do Brasil*. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Regina Célia. “Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII)”. In. OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. São Paulo: Edusc, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. “O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII)”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, 2008. v. 1, p. 1-14.

GONÇALVES, Regina Célia. “Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654)”. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2005. Londrina. *Anais XXIII Simpósio nacional de história: História: Guerra e Paz*. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

GONÇALVES, R. C.; CARDOSO, H. S.; PEREIRA, J. P. C. R. “Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de & GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

GONZÁLEZ ALONSO, Nuria. “Diego Flores de Valdés y la expedición al estrecho de Magallanes en el año 1581”. *Anales - Museo de América*, 2014 no. 22. p. 152-161.

GONZÁLEZ DE LEON, Fernando. *The road to Rocroi. Class, Culture and Command in the Spanish Army of Flanders, 1567-1659*. Leiden, Boston: Brill, 2009.

GONZALO RIVERO, Diego. *Brazil: The Crucial Years (1570-1612)*. Athens: University of Georgia, 1981.

GREENE, Jack P. “Hemispheric history and Atlantic history”. In: MORGAN, Philip (eds.). *Atlantic history: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University of Virginia, 1994.

GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão. Ambições europeias e mundialização no século XVI*. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520. As origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GRUZINSKI, Serge. “O Historiador, o Macaco e a Centaura: a História Cultural no Novo Milênio”. *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003, p. 324-325.

GRUZINSKI, Serge. “Os canibais de Lisboa: da história colonial e imperial à história global”. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GRUZINSKI, Serge. “Os Mundos Misturados da Monarquia Católica e outras *Connected Histories*.” *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

GRUZINSKI, Serge. *Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Segundo Volume. Tomo 2. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

HANSEN, João Adolfo. “Padre Antônio Vieira. Sermões”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999.

HEMMING, John. “Os índios e a fronteira no Brasil Colonial”, In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. Vol. II. São Paulo: EDUSP, 2012.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Great Britain: Macmillan London Limited, 1978.

HERMANN, Jacqueline. “Antônio Vieira e o Sebastianismo: messianismo régio e transfiguração barroca”. In: COSTIGAM, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 99-121.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Eds.). *O Antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

HESPANHA, António Manuel. As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS* 8(2), 2013, p. 79-132

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. “O governo dos Áustria e a ‘modernização’ da constituição política portuguesa”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro, 1989.

HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa ou O revisionismo nos trópicos”. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOBSBAWM, Eric. “O presente como História: escrever a história de seu próprio tempo”. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 43, nov. 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A Época Colonial. 13 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HONOR, André Cabral. “O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação”. *Tempo*, Niterói, v. 20, 09 jan. 2014.

HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando. *História da igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

HORCH, Rosemarie Erika. Quais as fontes para os mapas das *Novae Insulae* de Sebastian Münster. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, p. 85-103.

HUTZ, Ana. “Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII rumo: Brasil*, São Paulo, Edusp, 2005.

IBARRA Y RODRIGUEZ, Eduardo. *España bajo los Austrias*. 2ª edición. Barcelona: Editorial Labor, 1935.

- ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch Republic and the Hispanic World*. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Paraíba: Typographia do "Jornal do Commercio" de Rodrigues, 1892.
- JOFFILY, Irineu. *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba*. Tomo I. Parahyba: Typ. e Lith. a vapor Manoel Henriques, 1893.
- JOHNSON, Harold. "A colonização portuguesa no Brasil", In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2012.
- JOHNSTONE, Christian Isobel. *Lives and Voyages of Drake, Cavendish and Dampier*. Edinburgh: Oliver & Boyd, Tweeddale Court, Third Edition, 1837.
- KAGAN, Richard L. PARKER, Geoffrey (eds). *España, Europa y el mundo atlántico: homenaje a John H. Elliott*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de historia, 2001.
- KAMEN, Henry. *Felipe de España*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1997.
- KAMEN, Henry. *Filipe da Espanha*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. *Diário de Navegação: Pero Lopes e a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532)*. São Paulo: Terceiro Nome Editora, 2011.
- KELSEY, Harry. *Sir Francis Drake, el pirata de la reina*. Barcelona: Ariel, 2002.
- KONETZKE, Richard. "Estado y Sociedad en las Indias". *Estudios Americanos*. Sevilla, 8, p. 36-37, 1951.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. "De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia seiscentista". *Rev. Hist.* (São Paulo). 014, n.170, p. 201-232.
- KUPPERMAN, Karen Ordahl. *The Atlantic in World History*. New York: Oxford University Press, 2012.
- LANDIN CARRASCO, Amancio. *Vida y viajes de Pedro Sarmiento de Gamboa*. Madrid: Instituto histórico de marina, Madrid, 1945.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália, 1938.
- LIMA, Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Recife: Secretária de Educação e Cultura, 1975.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *As fortificações antigas da Paraíba (Século XVI)*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2005.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808). Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Historiografia e Historiadores Paraibanos*. João Pessoa: Empório dos Livros, 1999.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *João Afonso Pamplona: A restituição do nome daquele que foi o primeiro proprietário de terras na Capitania da Paraíba*. João Pessoa: Editora Empório dos Livros, 1996.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Reflexões Críticas sobre a existência de ordens régias para desmembrar a Capitania de Itamaracá e para criar a Capitania da Paraíba. Verdade ou apenas infundada tradição histórica*. João Pessoa, 2020 (no prelo).

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na "História da Paraíba Lutas e Resistências"*. João Pessoa: Felipéia, 2006.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba*. João Pessoa: MVC Editora, 2019.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: Apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

HULSMAN, Lodewijk. *Atlas Dutch Brazil. Colonial fortifications in Brazil preliminary inventory. Historical research in the Netherlands*. Amsterdam: New Holland Foundation, 2015.

LODEWIJK, Hulsman. "Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656". *Revista de História*, São Paulo, n.154, 2006, p. 37-69.

LOPES, Bruno; JESUS, Roger Lee de (Orgs.). *Finanças, economia e instituições no Portugal moderno. Séculos XVI-XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

LOPEZ, Adriana. *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

LORENZO SANZ, Eufemio. *Comercio de España con América en la época de Felipe II. Los Mercaderes y el Tráfico Indiano*. Tomo I. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1979.

LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Publicações Alfa, 1889.

LOWITH, Karl. *El sentido de la historia. Implicaciones teológicas de la filosofía de la historia*. Tradução de Justo Hernandez Bujan. 4 ed. Aguilar: Madrid, 1973.

LUCAS VILLANUEVA, Oscar. "Las relaciones financieras entre España y Portugal, 1563-1580". *Studia Historica*, vol. 23 (2001), p. 173-198.

LUZ, Guilherme Amaral. "Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultramarina portuguesa na terra de Santa Cruz". *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 32/33. 2005, p. 1-24.

MAALISTER, Lyle. *Spain and Portugal in the New World, 1492-1700. Europe and the World in the Age of Expansion*. Volume III. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

MACDONALD, N. P. *The Making of Brazil: Portuguese Roots 1500-1822*. Sussex, England: The Book Guild, 1996.

MACHADO, Mariana de Oliveira. *O "Sumário das Armadas" (c. 1589): estudo e fixação do texto*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2018.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Reprodução da edição de 1912. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MADRE DE DEUS, Gaspar da. *Memórias para a Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo*. 3ª edição. São Paulo: Weiszlog Irmãos, 1920.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira”. *Revista de história económica e social*, vol. 16, 1985.

MAIOR, Pedro Souto. Fastos Pernambucanos, in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXV, Parte I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

MAIOR, Pedro Souto. “Uma assembleia de índios em Pernambuco em 1645: documento inédito”. In: *Revista do Instituto Histórico Arqueológico Pernambucano*, Recife, 79, 1910, p. 61-77.

MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado en España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão - As relações econômicas de Portugueses e Índios na colonização do Brasil, 1500 -1580*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (séc. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

MARLEY, David F. *Historic Cities of the Americas: An Illustrated Encyclopedia*. 2 Vol. California: ABC-Clío, 2005.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: Relações Históricas no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Os franceses na Guanabara. Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

MARQUES, Guida. “De um governo ultramarino: a institucionalização da América portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)”. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: CHAM-UNL/UAç/Cidehus-UE/GHES-UTL, 2013. p. 231-252.

MARQUES, Guida. “Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista”. *Revista de História* (São Paulo), nº 171, São Paulo, Jul-Dec, 2014, p. 15-48.

MARQUES, Guida. “La dimension atlantique de l’ opposition antonienne et l’ enjeu brésilien (1580-1640)”. *Anais de História de Além-mar*. Lisboa, Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, vol. IV, 2003, p. 213-246.

MARQUES, Guida. *L’invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’union ibérique (1580-1640)*. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009.

MARQUES, Guida. “L’invention du Brésil entre deux monarchies. L’Amérique portugaise et l’Union Ibérique (1580-1640): un état de la question”. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, vol. VI, 2005, p. 109-137.

MARQUES, Guida. “O estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº. 27 (2002), p. 7-35.

MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: INIC, 1986.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago. “D. Cristóvão de Moura e a Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo”. In: MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (Dir.). *Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011, p. 69-96.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago. *El Marqués de Velada y la corte en los reinados de Felipe II y Felipe III: nobleza cortesana y cultura política en la España del Siglo de Oro*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2004.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (Dir.). *Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Tomo II. 3ª edição emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882.

MATOS, Artur Teodoro de. “O Império colonial português no início do século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas”. *ARQUIPÉLAGO. História*. ISSN 0871-7664. 2ª série, vol. 1, nº 1 (1995): 181-223.

MATTOSO, José. *História de Portugal. No alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAURO, Frédéric. *A Expansão Europeia*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995

MAURO, Frédéric. *História do Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, vol.1, 1997.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MEDEIROS, Maria do Céu. “O trabalho na Paraíba escravista (1585-1850)”. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba: Das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Editora universitária, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. “Povos indígenas e conquista nos sertões da Capitania da Paraíba”. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. V. 25, n. 2, 2007, p. 78-91.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese de Doutorado em História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

MEGIANI, Ana Paula. *1580*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

MEGIANI, Ana Paula. “Escrever, ler e fazer circular notícias nas partes da Monarquia Hispânica: Reflexões acerca das transformações na paisagem da informação durante a primeira modernidade”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

MEGIANI, Ana Paula. Escritos breves para circular: Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII). *Varia hist.* [online]. 2019, vol.35, n.68, p. 535-563.

MEGIANI, Ana Paula. “O Brasil no contexto da Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668)”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Sécs. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MEGIANI, Ana Paula. *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política no Portugal Filipino (1580-1640)*. São Paulo: Cátedra Jaime Cortesão/Alameda Casa Editorial, 2004.

MEGIANI, Ana Paula. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. “A Espanha do Quixote”. Artigo publicado no *Caderno Mais*, Folha de São Paulo. São Paulo, 16 de setembro de 2001.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1609200110.htm>

MELLO, Evaldo Cabral de. “Andanças Coloniais”. Artigo publicado na *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de maio de 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 23.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Os alecrins no canavial: a açucarocracia pernambucana *ante-bellum* (1530-1630)”. In: *RIAHGP*, vol. LVII, Recife, 1984.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A cartografia holandesa do Recife. Estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648*. Recife: IPHAN, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife*. Com o texto inédito das negociações que precederam o acordo, comentários acerca dos artigos que o compõem e os principais relatos portugueses contemporâneos. Recife: IPHAN, 1979.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1988.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira. Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2000.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana/Instituto Nacional do livro, 1987.

MELLO, Virgínia Pernambucano de. *Real Hospital Português de beneficência em Pernambuco*. Recife: Hospital Português, 2005.

MENA GARCÍA, Carmen. “La Casa de la Contratación de Sevilla y el abasto de las flotas de Indias”. In ACOSTA RODRÍGUEZ, Antonio; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Adolfo y VILA VILAR, Enriqueta (Coords.). *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Indias*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Fundación El Monte, 2003.

MENEZES, José Luiz Mota. *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo*. Recife: Pool Editora, 1984.

MENEZES, José Luiz Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII*. Recife: Pool Editorial, 1986.

MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MESGRAVIS, Laina. “A sociedade brasileira e a historiografia colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2005.

MIGUEL BARROS, José. *Pedro Sarmiento de Gamboa. Avatares de un caballero de Galicia*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2006.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Ed. UFPE, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre Docência). Campinas: Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Nuno. “A 'tragédia dos Távoras'. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (Orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno. “Os concelhos e as comunidades”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. V.4. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Fapesp/Hucitec/ Instituto Camões, 2002.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Chronica Geral do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1886.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MORÁN, Manuel; ANDRÉS-GALLEGO, José. "O Pregador". In: VILLARI, Rosario (Dir.). *O Homem Barroco*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MORDOCH, Gabriel. "Um cristão-novo nos trópicos: expansão imperial e identidade religiosa nos Diálogos das grandezas do Brasil de Ambrósio Fernandes Brandão". *Colonial Latin American Review*, 25:2, 200-219, 2016.

MORGAN, Philip D.; GREENE, Jack P. *Atlantic history: A critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. 4ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros. *De Filipéia à Paraíba: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII*. Tese de doutorado (história da arte) apresentada à Universidade do Porto, 2004.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese apresentada ao Programa de PPGH da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

NEIVA, Saulo (ed.). *La France et le monde luso-brésilien: échanges et représentations (XVI-XVII siècles)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2005.

NEWITT, Malyn. "Formal and Informal Empire in the History of Portuguese Expansion". *Portuguese Studies*, n. 17. [s. l.], 2001.

NERUDA, Pablo. *Canto general*. 13. ed. Madri: Ediciones Cátedra, 2011.

NOVAES, José Ferreira de. *Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Traços Históricos*. Parahyba: Typ. da Imprensa, 1925.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUTTALL, Zelia. *New Light on Drake. A collection of documents relating to his voyage of circumnavigation 1570-1580*. London: Hakluyt Society, 1914.

O'GORMAN, Edmund. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 1992.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal, 1641-1789*. Lisboa: ESTAR Ed., 2001.

OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

OLIVEIRA, Elza Regis de Oliveira; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa Lima. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998, p. 47-77.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas”. *Revista Travessia*. São Paulo: CEM, V. 9, N. 24, 1996.

OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008.

O’MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2004.

ORTIGUEIRA AMOR, José Antonio. POGGIO CAPOTE, Manuel. HERNÁNDEZ CORREA, Victor. HERNÁNDEZ MARTÍN, Luis Agustín. “La expedición de Francis Drake a las Indias Occidentales (1585-1586) y el ataque a Santa Cruz de La Palma: apuntes de estrategia naval y otras noticias histórico-culturales”. *TEBETO*. Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura, ISSN 1134-430X, Nº. Extra 7, 2014.

PAIVA, Eduardo França. *Brasil-Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

PALITOT, Estevão Martins. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. 2005.

PARKER, Geoffrey. *La gran estrategia de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

PARKER, Geoffrey. “David o Goliath: Felipe II y su mundo en la década de 1580”. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey (Eds.). *España, Europa y el mundo Atlántico*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

PARRY, John H. *Drake and the World Encompassed in Sir Francis Drake and the Famous Voyage, 1577-1580. Essays commemorating the quadricentennial of Drake’s circumnavigation of the Earth, edited by Norman J. W. Thrower*. California: University of California Press, 1984.

PEDREIRA, Jorge. “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)”, In: CUNHA, Mafalda Soares da (Coord.). *Do Brasil à Metrópole. Efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora, 2001.

PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas, ouvi dizer...: Doação de sesmaria na fronteira do império, Capitania do Rio Grande (1600-1614). *Historien* (Petrolina). ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014.

PÉREZ DE TUDELA, Juan. *Sobre la defensa hispana de Brasil frente a los holandeses (1624-1640)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1974.

PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. *Spain's Men of the Sea. Daily life on the Indies Fleets in the Sixteenth Century*. Translated by Carla Rahn Phillips. Baltimore: The Johns Hopkins Press Ltd., 1998.

PEREZ, Joseph. *La España del siglo XVI*. Madrid, Editorial Espasa Calpe, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Terras indígenas na legislação colonial”. *Revista da Faculdade de Direito*, N. 95. 2000, p. 107-120.

PHELAN, John Leddy. “Authority and Flexibility in the Spanish Imperial Burocracy”. *Administrative Science Quarterly*, n. 1, v., Michigan, 1960, p. 48-65.

PHILLIPS, Carla Rahn. “Spanish mariners in a global context”. In: FUSARO, Maria; ALLAIRE, Bernard; BLAKEMORE, Richard; VANNESTE, Tijl. (Eds.). *Law, Labour, and Empire: Comparative Perspectives on Seafarers, c. 1500-1800*. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 236-255.

PHILLIPS, Carla Rahn (Ed.). *The struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait, 1581-1584*. London: The Hakluyt Society, 2016.

PHILLIPS, William D.; PHILLIPS, Carla Rahn. *História Concisa da Espanha*. São Paulo: Edipro, 2015.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977.

PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952.

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. “Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)” In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (Org.), [et. al.]. *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012.

POLÓNIA, Amélia. “Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português” In GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (Org.). *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

POLÓNIA, Amélia. “Global Interactions: Representations of the East and the Far East in Portugal in the Sixteenth Century” In MUKHERJEE, Rila. *Networks in the First Global Age, 1400-1800*. New Delhi: Primus Books / ICHR, 2011.

PORTO, José de Costa. *Nos Tempos do Visitador. Subsídio ao Estudo da Vida Colonial Pernambucana, nos Fins do Século XVI*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

POSTIGO CASTELLANOS, E. *Honor y privilegio en la Corona de Castilla. Los caballeros de hábito y el Consejo de las Órdenes en el siglo XVII*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO, João F. de Almeida. *A Conquista da Paraíba (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.

PRADO, João F. de Almeida. *Primeiros Povoadores do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

PRINS, Bart de; STOLS, Eddy; VERBERCKMOES (Eds.). *Brasil. Cultures et Economies de Catre Continents*. Leuven: Acco, 2001.

GIL PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII”. *Penélope. Fazer e desfazer história*, n.6. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

PULIDO SERRANO, Ignacio. “Arbitrismo, comercio y conversos. Reflexiones desde el pensamiento político.” In: CONTRETAS, James; GARCÍA, Bernardo José; PULIDO SERRANO, Ignacio. *Familia, religión y negocio: el sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2003.

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial - 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

PUNTONI, Pedro. “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik (orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru: Edusc, 2009.

PUTNAM, Lara. “To study the fragments/whole: microhistory and Atlantic world”. *The Journal of Modern History*, vol. 39, nº 3 (verão de 2006), p. 615-630.

RAMINELLI, Ronald. *A era das conquistas. América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A Representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1996.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. “Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa”. *Revista Historia y Sociedad*. Universidad Nacional de Colombia, 12:107-132, 2006.

RAMINELLI, Ronald. “Simbolismos do espaço urbano colonial”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 163-175.

RAU, Virgínia. *Estudos sobre História Econômica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

REICHERT, Rafal Bartolomiej. *Socorros de la Nueva España para la población militar de los puertos españoles en la región del Gran Caribe, siglo XVII*. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de México, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Ana Sofia. “Trans-national cooperation: an asset in the Portuguese overseas trade. Foreigners operating in the Portuguese overseas trade, 1580-1590”. *Storia Economica*, Anno XVIII (2015), nº 2, ISSN 18245064, p. 415-444.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A Fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “A acumulação primitiva no Portugal pré-industrial e o Império Ultramarino Português: debates historiográficos acerca da colonização do Brasil”. *Revista Angelus Novus USP*. Dossiê temático: Perspectivas sobre o Império Português (séculos XVI-XVIII). Ano IV n. 6, 2013, p. 9-36.

RICARDO, Sílvia Carvalho. *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. São Paulo: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação na História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006.

RICARDO, Sílvia Carvalho. *Expoentes mercantis e dinâmica de negócios: a família Dias de Milão (1580-1624)*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2014.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel. “El virreinato en las monarquías hispánica y británica: cortes sin soberano en la Europa moderna”. In: RECIO MORALES, Óscar. *Redes de nación y espacios de poder: la comunidad irlandesa en España y la América española, 1600-1825*. Madrid: Albatros, 2012.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. 1ª parte Historiografia Colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e os direitos dos índios americanos. A evolução da legislação indígena espanhola no século XVI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RUIZ, Rafael. “La política estratégica de Castilla en la región sur del Brasil (1580-1640)”. *XXXIII Internacional Congress Latin American Studies Association*. 2001. (Congresso).

RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.

RUIZ, Rafael. “The Spanish-Dutch War and the Policy of the Spanish Crown Toward the Town of São Paulo”. *Itinerário*, 26, 1/2002.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. “Una carta inédita del apóstol del Brasil, beato José de Anchieta, al rey Felipe II, la expedición de Diego Flores de Valdés al Magallanes”. *Revista Hispania del Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, t. XL, núm. 159, 1985, p. 469-498.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998a.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Local government in Portuguese America: a study in cultural divergence”. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n. 2, 1974.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. *Revista de História*, São Paulo, v. LV, n. 109, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Os portugueses fora do império”. In: Bethencourt e K. Chauduri. *Histórias da expansão portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores e Letras, 1998b.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Ritmos e destinos de emigração”. In: Bethencourt e K. Chauduri. *Histórias da expansão portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores e Letras, 1998c.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América*. (1415-1808). Lisboa: DIFEL, 1998.

SAAVEDRA, M^a del Carmen (ed.). *La decadencia de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII: viejas imágenes y nuevas aportaciones*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2016.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção do fenómeno atlântico*. 2. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Arquivo Nacional, 1995.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580 - 1720*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 379-418.

SANCHES, Marcos Guimarães. “A administração fazendária na segunda metade do século XVII: ação estatal e relações de poder”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, IHGB, n.º 432, jul./set. 2006.

SANTANA, Débora Galvão de. “A noção de bem comum e a legitimação do poder (Portugal – século XV)”. In: NOGUEIRA, Carlos (org.). *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. “Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no ensino médio e fundamental”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, (4), 35-45.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2015.

SANTOS, Ricardo Evaristo dos. *El Brasil filipino: 60 años de presencia española en Brasil, 1580-1640*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1993.

SANTOS PÉREZ, José Manuel (Editor, traductor.); BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. (Colaboradora). *Diálogo de las grandezas de Brasil. Edición crítica, traducción y notas*. Madrid: Ediciones Doce Calles S. L., 2019.

SANTOS PÉREZ, José Manuel; CABRAL DE SOUZA, George F. (Eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

SANTOS PÉREZ, José Manuel (Ed.). *Acuarela de Brasil. 500 años después. Seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*. Salamanca: Aquilafuente/Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “A estratégia dos Habsburgo para a América portuguesa. Novas propostas para um velho assunto”. In: ALMEIDA, Suely Cordeiro, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei & SOUZA, George Felix Cabral de (Org.). *Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Brasil durante la Unión Ibérica. Algunas notas sobre el intercambio cultural entre las dos orillas del Atlántico”. In: *Brasil e Espanha: diálogos culturais/España y Brasil: diálogos culturales*. São Paulo: Fundação Cultural hispano-Brasileira, 2006, p. 49-80.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. *Dutch Colonial fortifications in Brazil (1600-1654). Preliminary inventory*. Amsterdam: New Holland Foundation, 2015.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Filipe III e a ameaça neerlandesa no Brasil: medos globais, estratégia real e respostas locais”, in WIESEBRON, M. (org.), *Brazilië in de Nederlandse archieven / O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*, Serie Mauritiana, vol. 5, Leiden : Leiden U.P., 2013, p. 41-71.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Historia global, historia mundial. Algunos aspectos de la formación histórica de un mundo globalizado.” in *Revista Estudios*, Universidad de Costa Rica, n. 16, 2002, p. 13-24.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “La América portuguesa en la encrucijada. Circulación de personas entre Brasil, la América hispana y la corte de los Habsburgo en los años de la Unión de Coronas”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Práticas ilícitas, corruptelas e venalidade no Estado do Brasil a inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil”. In *Revista CLIO de Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Pernambuco. N. 37. p. 155-177, Jan-Jun, 2019.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “Visita, residência, venalidade: as “práticas castelhanas” no Brasil de Felipe III”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 23-38.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. "Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750". In: BETHELL, Leslie. (Org.) *Historia de América Latina. 3. América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo Atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras / Edusc, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. "Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil". *The Americas*, 25/1, 1968, p. 33-48

SCHWARTZ, Stuart. "Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal". *Tempo*, vol. 12, nº 24 (2008), p. 201-223.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. "The voyage of the vassals, royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of the independence, 1624-1640". *The American Historical Review*, vol. 96, nº 3 (junho, 1991), p. 735-762.

SCHWARTZ, Stuart. *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHWARTZ, Stuart; SALOMON, Frank: «"Un Américain (imaginaire) à Paris". Réponse à Carmen Bernand», *Annales HSS*, (mars-avril 2003) nº 2, p. 499-512.

SEIXAS, Wilson. "Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. N. 20. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1974, p. 22-39.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. "Do Brasil filipino ao Brasil de 1640" in TORRES, Ana María Carabias (Ed.). *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1495-1580]*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994.

SERRÃO, Joel. "Conspecto histórico da emigração portuguesa". *Análise Social*. Lisboa, Vol. VIII, n. 32, 1970, p. 597-617.

SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1975.

SILVA, Alex Gomes da. *Gilberto Freyre e o legado luso-hispânico: uma construção no pós-guerra*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2016.

SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa: Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden: Brill, 2011.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. *Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Recife: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. “De senhores de engenho a cortesãos: conexões entre a América açucareira portuguesa e a Monarquia Católica no século XVII”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Sociedade, Instituições e Cultura”. In: JOHNSON, Harold; SERRÃO, Joel. *Nova História da Expansão Portuguesa. O império luso-brasileiro, 1500-1620*. Vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

SIQUEIRA, M. I.; ABRIL, V. H.; FERREIRA, L. S.; FERNANDES, V. L.; REIS, T. S. *Administração, recursos naturais e contrabando: documentos selecionados sobre a América portuguesa no tempo dos Filipes (1580-1640)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora Ltda, 2016.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. Considerações sobre ordem na colônia: as legislações na exploração do pau-brasil. *Revista Clio*, UFPE, 2011.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. *O Direito e o Estado no Brasil filipino. Inovação ou continuidade legislativa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. “Ordem em colônias: legislações para os índios no período filipino”. *Revista Estudos Históricos*. CDHRP. Año III. Julio 2011. Número 6. Uruguay.

SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

SLEMIAN, Andréa (et all.). *Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)*. São Paulo: Departamento de História – FFLCH/USP, 1994.

SOUSA, Augusto Fausto de. “Fortificações do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, parte II, 1885.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da USP, 1981.

SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-Brasil na História Nacional*. Edição fac-similar da edição de 1939. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1999.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009,

STELLA, Roseli Santaella. *Brasil Durante el Gobierno Español 1580-1640*. Madrid: Fundación Histórica Tavera. 2000.

STELLA, Roseli Santaella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000.

STELLA, Roseli Santaella. *Instituições e governo espanhol no Brasil, 1580-1640*. Madrid: Fundação Histórica Tavera, 2000.

STOLS, Eddy. “A iconografia do Brasil nos Países-Baixos do século XVI ao XX. Uma tentativa de avaliação global”. *Revista USP*. São Paulo: 30, julho/agosto 1996.

STOLS, Eddy. “Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas”. *Anais de História*, Assis, 5, 1973.

STRUM, Daniel. “A lucratividade do comércio açucareiro e sua composição na década de 1620”. In: Mathias, Carlos Kelmer et al. *Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do atlântico luso - século XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014.

STUDART, Guilherme. *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*. Vol 1. Fortaleza: Typ. Studart, 1904.

STUDART, Guilherme. Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920.

STUDART FILHO, Carlos. Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO LXV - 1951.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Explorations in Connected History: From the Tagus to the Ganges*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Holding the world in balance: the connected histories of the Iberian Overseas empires, 1500-1640”. *American Historical Review*, vol. 112. Nº 5 (dezembro, 2007), p. 1359-1385.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Improvising Empire. Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*. Dehli, Oxford: University Press, 1990.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R. “Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean During the Sixteenth Century”. In: TRACY, James D. (Ed.). *The political economy of merchant empires. State power and world trade 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. 2v. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *O Novo Mundo na França: discursos e poderes*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

TELLES, Augusto Silva. “Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil”. *Revista da Cultura*. Ano V, N. 9, 2005, p. 26-31.

TEPASKE, John Jay. “Integral to empire: the vital peripheries of colonial Spanish America”. In: DANIELS, Christine. KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas. 1500–1820*. New York: Routledge, 2002.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

THOMAS, Hugh. *World Without End: Spain, Philip II, and the First Global Empire*. New York: Random House, 2014.

THOMAZ, Luís Filipe F. R.; ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe. “L’Idée Impériale Manuéline”. In: *Actes du Colloque “La Découverte, Le Portugal et L’Europe”* (Paris, 1988), Paris: FCG-CCP, 1990, p. 35-104.

TORGAL, Luís dos Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

TRÍAS, Rolando A. Laguarda. “A Viagem de Martim Afonso de Sousa”. In: *História Naval Brasileira*, 1º vol., tomo II, Rio de Janeiro, 1975.

TRUDEL, Marcel. *Histoire de la Nouvelle-France. I - Les vaines tentatives 1524-1603*. Montreal/Paris: Fides, 1963.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. “La Babel religiosa. Católicos, calvinistas, conversos y judíos en Brasil bajo la dominación holandesa (1630-1654)”. In: CONTRETAS, James; GARCÍA, Bernardo José; PULIDO SERRANO, Ignacio. *Familia, religión y negocio: el sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. “O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês”. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-2, 2009, p. 145-162.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. “Tempo dos Filipes no Brasil colonial: enfoques historiográficos, possibilidades de investigação”. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 14-33, jan/jun, 2017.

VAINFAS, Ronaldo. “Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial: 1580-1720*. 2. ed. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALLADARES, Rafael. “El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)”. *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 14. 151-172. Editorial Complutense. Madrid, 1993.

VALLADARES, Rafael. “Historia Atlántica y ruptura ibérica, 1620-1680. Un ensayo bibliográfico”. In: PARKER, Geoffrey (coord.) *La crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006, p. 327-350.

VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998.

VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

VALLADARES, Rafael. *Por toda la tierra. España y Portugal. Globalización y Ruptura (1580-1700)*. Lisboa: CHAM, 2017.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1656*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil - Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Em Casa de E. & H. Laemmert, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil - Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia*. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

VÁZQUEZ, Germán; MARTÍNEZ DÍAS, Nelson. *Historia de América Latina*. Madrid: Sociedad General Española de Librerías, 1990.

VEIGA, Carlos Margaça. *A herança filipina em Portugal*. Lisboa: Edição do Clube do Colecionador dos Correios, 2005.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. *Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2016.

VELLOSO, José Maria de Queiróz. A Dominação Filipina. *Separata da Revista Biblos*. Coimbra, v. VI, n. 7-8, 1930, p. 385-410.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. “A fluidez de fronteiras entre o Brasil e a América espanhola no período colonial” In: PIMENTEL, Maria do Rosário. (Coord.) *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

VIANNA, Luís Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VICENTE MARTÍN, Irene Maria. “Fortifying the city of Salvador: municipal constraint or ‘informal imposition’? State-building and long-distance governance in early 17th century Brazil (c. 1604)”. *Anais de História de Além-Mar*, XX, 2019.

VIGIL, Ciriaco Miguel. *Noticias biográficas genealógicas de Pedro Menéndez de Avilés, primer adelantado y conquistador de la Florida, continuadas con las de otros asturianos que figuraron en el descubrimiento y colonización de las Américas*. Madrid: Imprenta La Unión, 1892.

VILARDAGA, José Carlos. “Conexões e percursos luso-castelhanos da família Sá na América meridional durante a Monarquia Hispânica (1580-1640)”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO, José Luis. (Eds.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad Historia, 2020.

VILARDAGA, José Carlos. “Manhas e redes: Francisco de Souza e a governança em São Paulo de Piratininga em tempos de União Ibérica”. *Anais de História de Além-Mar*, vol XI, 2010.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2010.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes. Conexões na América Meridional*. Rio de Janeiro: Intermeios, 2014.

VILLARI, Rosario (Dir.). *O Homem Barroco*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

VON MORZÉ, Leonard. *Cities and the Circulation of Culture in the Atlantic World: From the Early Modern to Modernism*. Massachusetts: Palgrave Macmillan, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno. Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

WALLIS, Helen. “The Cartography of Drake's Voyage”. In: THROWER, Norman J. W. (Ed.). *Sir Francis Drake and the famous voyage, 1577-1580*. Essays commemorating the quadricentennial of Drake's circumnavigation of the Earth. Los Angeles: University of California Press, 1984.

WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. “Gabriel Soares de Sousa”. In: Real Academia de la Historia, Diccionario Biográfico electrónico. Consultado em 17/05/2020. <http://dbe.rah.es/biografias/40622/gabriel-soares-de-sousa>

WEHLING, Arno. “O Estado no Brasil filipino – uma perspectiva de historia institucional”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 166, n. 426, jan./mar. 2005, p. 9-56.

WELS, Volkhard. “Melanchthon's textbooks on dialectic and rethoric as complementary parts of a theory of argumentation”. In: CAMPI, E.; ANGELIS, S. D.; GOEING, A. S.; GRAFTON, A. T. (Eds.). *Scholarly Knowledge. Textbooks in early modern Europe*. Geneve: Librairie Droz S. A., 2008, p. 141-156.

WILLEKE, Frei Venâncio. *Franciscanos na história do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

WILLEKE, Frei Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil (1500/1975)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

WINDMULLER, Kathe. “Omissão como Confissão: Os Diálogos das Grandezas do Brasil, de Ambrósio Fernandes Brandão”. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, M. Tucci (Org.). *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

WIESEBRON, Marianne (Ed). *O Brasil em arquivos neerlandeses*, vol. 2; 4. Leiden: CNWS, 2005.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil colonial*. Tradução de Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

WRIGHT, Antônia Fernanda P. de Almeida & MELLO, Astrogildo Rodrigues de. “O Brasil no período dos Filipes”. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. “Pernambuco-Itália-Amsterdã. O Contrabando de pau-brasil na primeira metade do século dezessete”. *Revista de fontes*. N. 10. 2019-1, p. 49-56.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2018.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck; MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “O Estado do Brasil na aurora do século XVII. Uma carta inédita do governador-geral Diogo Botelho (Olinda, 1602)”. *Revista de Estudios Brasileños*. Vol. 6, Nº. 13, 2019, p. 49-69.

YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In CASALILLA, B. (Dir.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre mina y mercado. ¿Fue América una oportunidad perdida para la economía española?”. In GARCÍA HERNÁN, David (ed.). *La historia sin complejos. La nueva visión del Imperio español*. Madrid: Editorial Actas, 2010, p. 204-229.

YUN CASALILLA, Bartolomé. “Estados, naciones y regiones en perspectiva europea: propuestas para una historia comparada y transnacional”. *Alcores: Revista de historia contemporánea*, 2, 2006, p. 13-35.

YUN CASALILLA, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415-1668*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

YUN CASALILLA, Bartolomé (Ed.). *Las redes del imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons/ Universidad Pablo de Olavide, 2009.

YUN CASALILLA, Bartolomé. "Localism", Global History and Transnational History. A Reflection from the Historian of Early Modern Europe". *Historisk Tidskrift*, 127, 659-678.

YUN CASALILLA, Bartolomé. *Marte contra Minerva. El preciso del imperio español c. 1450-1600*. Barcelona: Crítica, 2004.

ZAMBRANO PEREZ, Milton. "Piratas, piratería y comercio ilícito en el Caribe: la visión del otro (1550-1650)". Universidad del Atlántico. Barranquilla, Colombia. *Historia Caribe*, vol. IV, núm. 12, 2007, p. 23-56.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil*. São Paulo: Progresso Editorial, 1948.

ZULETA CARRANDI, Joaquin. "La fortificación del estrecho de Magallanes: un proyecto al servicio de la imagen de la monarquía". *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 39, 2013.